

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP

**DUELO DE IMAGENS E PALAVRAS: O “ACORDO” DO
CINTURÃO VERDE DE CIANORTE E A COBERTURA DOS
JORNAIS IMPRESSOS LOCAIS E ESTADUAIS**

Aida Franco de Lima

São Paulo

2010

AIDA FRANCO DE LIMA

**DUELO DE IMAGENS E PALAVRAS: O “ACORDO” DO
CINTURÃO VERDE DE CIANORTE E A COBERTURA DOS
JORNAIS IMPRESSOS LOCAIS E ESTADUAIS**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
Mestre em Comunicação e Semiótica.

Orientador: Prof. Doutor Norval Baitello Júnior.

SÃO PAULO

2010

FICHA CATALOGRAFICA

L732d Lima, Aida Franco de
Duelo de imagens e palavras: o “acordo” do Cinturão Verde de Cianorte e a cobertura dos jornais locais e regionais / Aida Franco de Lima. São Paulo, 2010.
235f.

Orientador: Prof. Norval Baitello Júnior
Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica.

1. Jornalismo ambiental. 2. Comunicação de massa.
3. Meio ambiente – Cobertura jornalística. 4. Mídia.
I. Baitello Júnior, Norval. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III. Título.

CDD: 070.81
CDU: 070:504

BANCA EXAMINADORA

Dedicatória

Ao meu pai, Aurélio Franco de Lima, que sonhou o mestrado comigo e que partiu tão logo me inscrevi para a bolsa, em 11 de junho de 2009. À Dona Hercília Jacomini, pelas orações e amizade, e que partiu enquanto eu lutava para entregar a dissertação, em 14 de julho de 2010.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por colocar minha mãe, Lindaura, e minha filha, Gabriella Beatrice, entrelaçadas na minha existência. Foram elas quem me ajudaram a encarar os mil quilômetros semanais, ida e volta, de Arcos-MG a São Paulo-SP. Agradeço também aos meus irmãos Adelson, Ademir e Antônio; e demais familiares.

Aos meus amigos, em especial Alcides Marcos Codolo, representando todos eles: por compartilhar minhas aflições. Ao Grupo Fauna. Aos meus (ex) alunos que tanto me ensinam e ajudam. Em especial à Mariane Fonseca pelas releituras; à Kelly Campidele que emprestou sua competência ao tratamento das imagens; à Priscila Borges, pela ternura e desespero em me ver desesperada!

Aos professores Renato Leão Rego, Paulo Boni, Vagner Canuto, Adriano Messias de Oliveira, que conheci virtualmente em decorrência da pesquisa e que me ajudaram de sobremaneira.

Aos professores: Norval Baitello Júnior – porque orientar, além de um desafio, é uma arte; Frederico Fonseca da Silva pelo ânimo em cruzar o Brasil para as bancas e enfrentar a banda “não larga” da internet em Roraima, além do auxílio no texto e apoio psicológico; André Barbosa Martins, pelo incentivo, puxões de orelha e palavras e atos certos nos momentos exatos; Amálio Pinheiro: suas aulas me impulsionaram a um capítulo, mesmo com meus atrasos para chegar de Minas a São Paulo; Jerusa Pires: suas aulas eram poesias; Lucrécia D'Alessio, por ajudar a dosar a receita do projeto até a última “cereja”; Rogério da Costa, pelos debates em sala.

À CAPES pela bolsa e à secretária do COS, Cida Bueno, pela tolerância com as burocracias que se fazem necessárias para o bom encaminhamento do processo!

Ao Cinturão Verde de Cianorte e toda a vida que abriga, pela sua existência. Aos que lutaram pelo Cinturão, pois sem a luta, não haveria esta dissertação.

Pensar globalmente, agir localmente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Anúncio de venda da CMNP em jornal antigo	47
Figura 2: Foto aérea parcial de Cianorte, com destaque ao citado condomínio fechado	68
Figura 3: Mapa do condomínio com a denominação de suas ruas	68
Figura 4: Fachada da residência assinada por Vinícius Nicolletti.....	69
Figura 5: Acabamento em vidro da empresa Claris	69
Figura 6: Vegetação derrubada e placa de recuperação	112
Figura 7: Charge da <i>Folha de Cianorte</i> (abril de 2000)	113
Figura 8: Charge da <i>Folha de Cianorte</i> ironizando sessão da Câmara	125
Figura 9: Alunas durante manifestação pública em prol do Cinturão Verde de Cianorte.....	128
Figura 10: Reprodução de página da <i>Cartilha</i>	149
Figura 11: Foto interna da cartilha esconde dimensão do desmatamento	154
Figura 12: Foto de área degradada, que não representa o teor do desmate	155
Figura 13: Foto de parte de uma área tomada por samambaião	156
Figura 14: Espécies encontradas no Cinturão Verde de Cianorte – Parte 1	157
Figura 15: Espécies encontradas no Cinturão Verde de Cianorte – Parte 2.....	158
Figura 16: Cópia de tela veiculada em página da web	190

Observação: As figuras relativas entre as páginas 33-35; 57-59; 77-80; 139-142 são relativas ao conteúdo citado ao longo do trabalho, com passagens em destaque.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Proposta Inicial em números	151
Tabela 2: Proposta com áreas retiradas do “Acordo”	151
Tabela 3: Proposta final.....	152

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

APAs - Áreas de Proteção Ambiental

APP SINDICATO – Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Paraná

APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte

CIA NORTE - Companhia de Terras do Norte do Paraná

CIA. MELHORAMENTOS – Companhia Melhoramentos

CISC – Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia

CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

COMMA – Conselho Municipal do Meio Ambiente

CREA – Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Estadual

DBI da UEM – Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá

DOI-CODI – Destacamento de Operações e Informações e ao Centro de Operações de Defesa Interna

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EXPOVEST – Exposição atacadista de moda de Cianorte Paraná

FECIART - Feira de Ciências e Artes

FSC – FOREST STEWARDSHIP COUNCIL (Conselho de Administração Florestal)

GTZ – Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit - Agência de Cooperação Alemã

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

ICMS Ecológico – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITCF – Instituto de Terras e Cartografia (Antecessor do IAP – Paraná)

MMA – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

NUPÉLIA – Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não-Governamental

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Paraná

SISLEG -

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UCs – Unidades de Conservação

UEM – Universidade Estadual de Maringá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ENTRE O MOVIMENTO E A INÉRCIA: o jornalismo na frente de choque e sob a redoma de vidro	36
1.1 A relevância ambiental (pouco (re)conhecida) de Cianorte.....	43
1.2 Cia. Melhoramentos, verso e reverso: a transformação da floresta na imagem mais conveniente	45
2 A IMAGEM QUE SE PRETENDIA SER: Cinturão ampliado e preservado – o uso e abuso da mídia impressa na tentativa de uma hipnose coletiva	60
2.1 A imagem que já denunciava uma realidade acobertada: o Cinturão abocanhado pelo Century Park – uma cópia do <i>American way of life</i> no que restou da mata subtropical.....	66
3 O ACORDO DO CINTURÃO VERDE E A COBERTURA MIDIÁTICA: sob as luzes dos holofotes – as (in)comunicações cruzadas através dos prismas das mídias locais, regionais e estaduais	81
3.1 A fase do pré-Acordo (1998 a 1999)	84
3.2 Segunda quinzena de março de 2000: a assinatura do Acordo – quase uma lua-de-mel.....	91
3.3 Primeira quinzena de abril de 2000: Acordo assinado, inicia-se a discórdia.....	98
3.4 Segunda quinzena de abril de 2000: mobilização popular e protestos dão novo rumo ao Acordo.....	100
4 DOCUMENTOS TÉCNICOS PAUTAM OS DEBATES E A MÍDIA - UM DUELO DE DISCURSOS	143
4.1 Primeira quinzena de maio de 2000 – professores doutores da UEM elaboram laudo	143
4.2 Cinturão Verde de Cianorte – Esclarecimentos para o bem da verdade. Uma cartilha à parte.....	148
4.3 A questão ambiental transforma-se em fato político.....	160
4.4 Cinturão Verde de Cianorte: doutores da UEM fazem laudo técnico.....	166
4.5 Segunda quinzena de maio de 2000: na falta de um laudo, agora dois.....	173
4.6 Primeira quinzena de junho de 2000 – novo resultado para um velho problema	183
4.7 Segunda quinzena de junho de 2000 – desligam-se os holofotes da mídia	188

CONSIDERAÇÕES FINAIS	195
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	204
GLOSSÁRIO	216
ANEXOS	220
ANEXO A – Listagem das edições com matérias pesquisadas, em ordem cronológica	221
ANEXO B – Entrevistas via correio eletrônico realizadas pela autora com o profissional Eleutério Langowski	223
ANEXO C – Material digitalizado em formato de DVD.....	234
ANEXO C.1 – Cartilha: “Esclarecimentos para o bem da verdade” (Pasta 1: Cinturão Verde de Cianorte – Revista)	
ANEXO C.2 – Conclusão de Cautelar Inominada movida pela Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos (Pasta 2: Conclusão – Poder Judiciário)	
ANEXO C.3 – Relatório de Avaliação de Desflorestamentos Realizados em Cianorte – PR Pasta 3: Relatório)	
ANEXO C.4 – Jornais diversos analisados (Pasta 4: Outros)	
ANEXO C.4.1; C.4.1.2; C.4.1.3 – Folha de Londrina, 30 de maio de 1999 (Arquivo: 01; 02;03)	
ANEXO C.4.2 – Tribuna de Cianorte, 12 de abril de 1998 (Arquivo: 12.04.98)	
ANEXO C.4.3 – Folha de Londrina, 21 de março de 2001 (Arquivo: 21.03.2001)	
ANEXO C.4.4 – Tribuna de Cianorte, 25 de março de 2000 (Arquivo: 25.03.1999 F)	
ANEXO C.4.5 – Jornal de Londrina, 25 de março de 2000 (Arquivo: jornal de londrina)	
ANEXO C.4.6.; C.4.6.1 – Jornal de Londrina, 05 de junho de 2000 (Arquivos: jornal de londrina_1; jornal de londrina_2)	
ANEXO C.4.7.; C.4.7.1 - Jornal de Londrina, 03 de junho de 2000 (Arquivos: jornal de londrina_parte1; jornal de londrina_parte2)	
ANEXO C.4.8.; C.4.8.1; C.4.8.2; C.4.8.3 – Optei!, abril/maio de 2000 (Arquivos: optei – abril_maio2000 (1); optei – abril_maio2000 (3); optei – abril_maio2000 F; optei – abril_maio2000 F02)	
ANEXO C.4.9; C.4.9.1 – Optei! Julho de 2001 (Arquivos: Optei_Julho2001 F; Optei_Julho_2001_01 F)	
ANEXO C.4.10 – Matérias de jornais do mês de abril de 2000 (Pasta: Abril.2000)	
ANEXO C.4.11 – Matérias de jornais do mês de agosto de 2000 (Pasta: Agosto.2000)	
ANEXO C.4.12 – Matérias de jornais do mês de julho de 2000 (Pasta: Julho.2000)	

ANEXO C.4.13 – Matérias de jornais do mês de junho de 2000 (Pasta: Junho.2000)

ANEXO C.4.14 – Matérias de jornais do mês de maio de 2000 (Pasta: Maio.2000)

ANEXO C.4.15 – Matérias de jornais do mês de março de 2000 (Arquivo: Março.2000)

RESUMO

Este trabalho centra-se na análise de um episódio ocorrido no município de Cianorte, região Noroeste do Paraná, que repercutiu na mídia entre 1998 e 2001. O episódio, denominado Acordo do Cinturão Verde de Cianorte, teve como foco uma área verde de 542,13 hectares, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Ela foi transformada em moeda de troca, a fim de garantir – em uma negociação com o Estado do Paraná – a preservação de uma parte da área (282,371 hectares, somados a outros 28,724 hectares de Reserva Legal), em detrimento do desmatamento e loteamento de outra (231 hectares). O objetivo geral foi analisar a cobertura do Acordo do Cinturão Verde de Cianorte nos veículos impressos paranaenses, com ênfase aos jornais locais Tribuna de Cianorte e Folha de Cianorte. Quanto aos objetivos específicos, interessou analisar o papel do jornalismo ambiental; descrever brevemente o processo de colonização da região; estudar a utilização da imagem midiática como legitimadora do processo de devastação ambiental do Cinturão Verde de Cianorte e identificar os agentes sociais envolvidos, seus interesses e o desenrolar dos fatos nos veículos impressos; Nota-se um verdadeiro duelo de imagens e discursos entre os dois jornais locais durante o episódio, pois um defendia e outro se opunha abertamente às negociações em andamento. Cada um moldava os textos e imagens de acordo com seus interesses editoriais, econômicos e políticos, e não necessariamente com as evidências. O envolvimento popular e o destaque alcançado pelo episódio em veículos regionais e estaduais influenciaram um novo desfecho para o caso. Analisar os bastidores deste fato por meio de documentos coletados quando o caso ainda repercutia na mídia constitui o *corpus* da pesquisa. Para tanto, o suporte teórico abriga-se nos conceitos de “iconofagia” (Baitello), de “cidade jardim” (Howard), de “jornalismo transgênico” (Marshall), de “jornalismo hollywoodiano” (Novaes) e de “mestiçagem cultural” (Pinheiro), dentre outras importantes contribuições de diversos autores.

Palavras-chave: jornalismo ambiental; duelo de imagens; duelo de palavras; Cinturão Verde de Cianorte; Tribuna de Cianorte; Folha de Cianorte; Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

ABSTRACT

This work focuses on analysis of an episode which took place in the Northwestern region of Paraná – more specifically in the city of Cianorte – and called media's attention from 1998 to 2001. The event, named here as "The Agreement on Cianorte's Green Belt" put under the lights a 542,13-hectare green area – owned by a private company – which turned into a bargaining chip between the company and Paraná's state in order to ensure the preservation of a part to the detriment deforestation and the consequent subdivision of another. This report's overall objective meets the analysis of *The Agreement's* press coverage, emphasizing two local newspapers. When it comes to this report's specific objectives, they focus on the purpose of briefly describing the colonization process of Cianorte's area as well as perceiving the role of environmental journalism and media image as legitimizing agents on Green Belt's devastation. At the same time, this research aimed to identify the social actors involved, their interests and Green Belt's matter developments through papers. It is possible to perceive an imagery and discursive duel between two oppositional local newspapers while the episode occurred. Therefore, each press media molded texts and images according to their editorial, economical and political interests, sometimes taking some evidences for granted. Thus, popular involvement and the subject's emphasis given by external vehicles provided a new case's outcome. The analysis of the event's background based on flashy news content collected in about two years – when the case was still being broadcasted by media – constitutes the *corpus* of this research. Its theoretical support lies on the concepts of "Iconofagy" (Baitello); Garden City (Howard), GM and Hollywood Journalism (Marshall and Novaes, respectively); Cultural Miscegenation (Pinheiro) and some other important contributions from different authors.

Keywords: environmental journalism; words and images duel; Cianorte's Green Belt; "Tribuna de Cianorte"; "Folha de Cianorte"; CMNP.

INTRODUÇÃO

Era o ano 2000, uma data simbólica: virada de milênio – o mundo acabaria ou não? O Brasil comemorava 500 anos de “descobrimento”. De fato, um país cada dia mais “nu” de valores éticos e riquezas naturais, para não abrir muito o leque. Foi nessa atmosfera contagiada pelo clima de uma nova era que um velho embate ganharia luz no cenário de Cianorte, Noroeste do Paraná: a preservação da natureza contrapondo-se à ampliação da malha urbana. Esses dois fatores são, geralmente, motivos de conflito, já que invariavelmente o primeiro se transforma em impedimento. Tal situação foi retratada nas páginas de periódicos locais, regionais e estaduais que se alimentam da pauta ambiental até o momento que lhes é conveniente.

A análise fica centrada em um caso que repercutiu entre 1998 e 2001. O episódio, denominado Acordo do Cinturão Verde de Cianorte, teve como foco uma área verde de 542,13 hectares, pertencente à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e que foi transformada em “moeda de troca”. O objetivo era garantir – em uma negociação com o Estado do Paraná – a preservação de uma parte da área (282,371 hectares somados a outros 28,724 hectares de reserva legal), em detrimento do desmatamento e loteamento de outra (231 hectares).

Para compreender o episódio aqui narrado, torna-se importante elencar os agentes sociais envolvidos direta e indiretamente. Em princípio, as matas que compõem o denominado Cinturão Verde de Cianorte – assim batizado porque antes ele ladeava a cidade – foram transformadas no centro das atenções e motivo da disputa. Trata-se de uma área da qual grande extensão compõe uma floresta nativa com trechos assolados pelos problemas que os limites da cidade evocam. Essa área pertence à empresa que, na década de 30, colonizou grande parte do Paraná: a atual Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP.

O terceiro agente do enredo é representado pelo Estado do Paraná, na figura do órgão ambiental IAP – Instituto Ambiental do Paraná, que integra a SEMA - Secretaria de Estado Ambiental de Meio Ambiente. Outros agentes sociais que integram o episódio são a Prefeitura Municipal de Cianorte - PMC -, e a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte - APROMAC. Posteriormente, surgiria um grupo independente, que se autodenominaria “Amigos do Cinturão”, formado por profissionais autônomos não satisfeitos com o resultado do Acordo, provocando uma mudança nos rumos do mesmo. Ainda estiveram diretamente envolvidos no caso a

Câmara Municipal dos Vereadores daquela cidade e a Promotoria Pública de Cianorte. A CMNP, detentora legal das terras, há décadas vinha pleiteando junto ao IAP a derrubada da área. Antes que tal autorização acontecesse, sucessivos problemas dominavam o local; dentre eles, o mais visível era o fogo. Enquanto as negociações para a derrubada da mata transcorriam via ofícios e reuniões, a fumaça ampliava seu raio de ação nos contornos da mata, um esquema predatório de eliminação contínua dessa vegetação. Não havia um responsável a ser punido por tais danos, pois a comunidade foi “sempre” a culpada, e essa é uma situação conveniente para justificar o desmatamento legalizado. A região foi sentenciada pelos constantes incêndios, despejo de lixo, depredação da flora e da fauna, utilização da mata como local para “desova” de objetos furtados, uso de entorpecentes e demais atos considerados ilícitos e/ou imorais. Não havendo como punir a coletividade, a punição recaía única e exclusivamente sobre a natureza. Simultaneamente, o calendário mudava e os grupos políticos se alternavam no comando da administração local, porém, nenhuma medida específica era tomada no sentido da preservação das matas.

Eis que, no ano de 2000, estava no comando da prefeitura de Cianorte o grupo do então prefeito Flávio Vieira (PFL). Sem estar vinculado diretamente à política partidária, seu nome foi construído em torno dos préstimos dos serviços de cartório que o mesmo estabeleceu na cidade.

Então, exatamente no dia 25 de março de 2000, o jornal local Tribuna de Cianorte anuncia que Cianorte iria ganhar um parque doado pela iniciativa privada, sugerindo ao leitor apenas um ganho ambiental de uma área de 282,371 hectares, omitindo que havia, de fato, um “acordo” que permitia, em virtude dessa doação, o desmatamento de outros 231,034 hectares. E foi por conta de um release e uma matéria jornalística que o caso provocou reações na sociedade, em segmentos políticos e foi amplamente pautado por jornais paranaenses. O anúncio da doação de parte da mata, ocorrido em palanque público, culminou nas vias judiciais da federação, pois o juiz local se disse incapaz de julgar a ação.

Pode-se afirmar que a relevância do tema é justificada por se tratar de um evento ocorrido em uma reserva de significativo valor ambiental, cultural e mesmo econômico, envolvendo uma grande área verde que cerca(va) Cianorte. E mesmo se tratando de propriedade privada, tal área interessava a toda a coletividade da cidade, que sentia os reflexos da existência (ou não) da mesma. Além disso, foi salutar a influência midiática no desenrolar do episódio.

Porém, talvez mais intrigante seja ressaltar que todas essas instituições, cada qual com poderes significativos, uniram-se em torno de um único objetivo – selar o acordo – subestimando quem mais sofreria os impactos do mesmo: a sociedade. Tal fator é preponderante, já que foi a partir da execução do Acordo que esse elemento passou a interferir no processo por meio da Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos. Além disso, a sociedade também passou a pautar a mídia, que até então apenas absorvia e proclamava as informações daqueles que coordenavam a ação. Essa interferência e esse “ecoar de vozes”, antes silenciosas, evidenciam o quanto grupos sociais podem alterar os rumos de ações pré-determinadas, desde que utilizando canais adequados. Entendam-se canais como elementos da mídia que ajudam a repercutir fatos isolados e que, conforme a proporção, são capazes de mudar o *establishment*.

A escolha do tema apresentado se deve a numerosos fatores, a começar pela afinidade da pesquisadora com o assunto, visto que sua trajetória curricular sempre esteve engajada ao jornalismo ambiental e à mobilização popular.

A concepção da pesquisa é de longa data. Prova disso é o material jornalístico arquivado por uma década. A intuição da autora era de que se tratava de uma documentação histórica que brotava a cada edição, a cada linha que os impressos da época traziam a público, mesmo que elas estivessem alicerçadas em outras – as linhas editoriais –, que as definiam para qual lado balançar; mesmo que esses textos estivessem comprometidos em virtude de todos os problemas que afligem a imprensa, seja a falta de tempo, pela briga pelo furo, pela falta de espaço e pelo rol de males que dominam este campo de trabalho.

Porém, havia uma inquietação que sugeria um obstáculo para o desenvolvimento da pesquisa como objeto de dissertação: a proximidade da autora com o tema. Talvez, diriam alguns, uma proximidade passional com duas instâncias: o jornalismo e o meio ambiente – em síntese, o jornalismo ambiental ligado ao caso do Cinturão Verde. Para entender essa “aflição” que perdurou até a primeira orientação, é importante fazer uma breve retrospectiva de nosso envolvimento com a questão.

Em 1989, quando a autora era estudante do colegial e muito envolvida com a causa ambiental, liderou um trabalho de feira de ciências que tinha como temática o Cinturão Verde de Cianorte. O trabalho resultou em um abaixo-assinado solicitando ao Governo do Paraná a estatização das matas que ladeavam a cidade. Como é comum às instâncias governamentais, não foi dada qualquer resposta. Após ter concluído a faculdade de jornalismo em 1997, houve a aceitação do convite para assumir a diretoria

executiva da Apromac – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte, uma ONG criada por integrantes do IAP – Instituto Ambiental do Paraná, com finalidade de ser um braço para os técnicos do órgão. O que não se conseguia realizar por meio da entidade governamental, tramitava pela via indireta. A proposta foi clara: reativar a ONG para a mesma dar respaldo a uma negociação que envolveria o Cinturão Verde de Cianorte. Após um ano e nove meses, divergências pessoais e ideológicas culminaram na demissão da jornalista do cargo, sem justa causa. Naquele período, o Acordo do Cinturão Verde estava em gestação, mas não havia informações que possibilitassem o seu entendimento e dimensão. Concomitantemente ao trabalho na Apromac a autora reativou um projeto denominado Jornal Animal, em parceria com o cianortense Alcides Marcos Codolo. Tratava-se de um jornal gratuito voltado exclusivamente à educação ambiental, tendo como públicos agricultores, professores e alunos das redes públicas dos núcleos regionais de educação de Cianorte e Ponta Grossa. Posteriormente, por meio do mesmo veículo seriam realizadas exposições fotográficas sobre o Acordo do Cinturão Verde de Cianorte.

Quando ocorreu o anúncio em praça pública sobre a viabilização do mesmo, a autora se encontrava trabalhando na cidade vizinha de Umuarama e soube por meio de amigos que as máquinas estavam tombando as matas.

Surgiu o interesse, então, em ir até um dos locais de desmate para fotografar a área e, assim, conservar em imagem aquilo que já estava sendo devorado pelas máquinas que trabalhavam noite e dia. Mediante uma daquelas coisas que alguns apelidam de “destino”, surgiu uma conversa com uma moradora que se dizia inconformada, assim como muitos outros, com a derrubada da mata. Eles foram pegos de surpresa com a informação de que Cianorte havia ganhado o Parque do Cinturão Verde, mas não foi mencionado que parte das matas seria eliminada.

A partir de então, um grupo se formou em torno da ideia de divulgar o caso para que a sociedade tomasse conhecimento de uma situação que os moradores do bairro Cianortinho vivenciavam. Mais tarde, o grupo se denominaria “Amigos do Cinturão Verde”, formado pelos pedagogos Leonir Borges, mestre em Fundamentos da Educação pela UEM (doutorando pela UEM – Universidade Estadual de Maringá - em Educação no momento em que entregamos esta dissertação); Ademir Lazarini, doutor em História pela UFSC (professor da UEM); Frederico Fonseca da Silva, engenheiro agrônomo e doutor em Irrigação e Meio Ambiente; Alcides Marcos Codolo, engenheiro agrônomo e jornalista, auditor Ambiental pela Trecsson - FGV com especialização em Comunicação

Comunitária pela UEL; Aida Franco de Lima, jornalista, atualmente professora da PUC Minas. Os cinco integrantes não tinham vínculos políticos com os segmentos de situação ou oposição. Eles acreditavam simplesmente que deviam impedir o avanço das máquinas, já que não sabiam até onde as mesmas iriam. Também se mostravam contrários ao que denominaram “tese da capoeira”, afinal, haviam lido no jornal Tribuna de Cianorte – veículo de divulgação oficial do município – que a cidade ganharia uma área verde, enquanto outra, tomada apenas por capoeiras, seria desmatada para fins de loteamento. Parafraseando uma banda de sucesso na época, havia “algo de estranho no ar”.

E se, como foi dito anteriormente, a Tribuna de Cianorte era o veículo de situação, não restava dúvidas de que o jornal que alocaria as matérias que denunciariam o desmatamento seria opositor – neste caso, a Folha de Cianorte. Por outra dessas coisas que também se denomina “destino”, o mesmo era apoiado pelo ex-prefeito Edno Guimarães, político que, no ano de 1989, foi denunciado pela autora por autorizar a matança de cães por asfixia com CO² dentro de tambores de 500 litros. O mesmo homem público, em virtude de tal denúncia, mandou que a autora fosse demitida do jornal em que trabalhava, a Tribuna de Cianorte.

A questão, portanto, era decidir entre a cruz (não divulgando o caso, para não dar munição a um político com o qual já havia uma história não deglutida) e a espada (aproveitar a sede da oposição, utilizando o espaço para divulgar um caso que se encontrava completamente acobertado). Nenhum outro veículo da cidade tinha interesse em confrontar a administração que, fazendo a política de boa vizinhança, dividia algumas fatias do bolo publicitário com outros jornais, rádios e com a TV local.

Diante desse contexto em que houve uma participação direta da autora no episódio, havia a dúvida e a autocrítica se essa proximidade não inviabilizaria a pesquisa. Tal insegurança se desfez no momento da primeira reunião de orientação, quando foi esclarecido que não haveria como comprometer o objeto da pesquisa, principalmente pelo fato de o material analisado tratar de documentos consubstanciados em matérias de jornais, de cunho jurídico, e outras publicações. Assim, a opinião da autora não poderia dar novos rumos ao que está documentado e anexado a esta dissertação.

Também durante a qualificação, os professores ressaltaram que não havia tal impedimento, já que muitas vezes a pesquisa é dificultada pela falta de familiaridade do pesquisador com a mesma. Portanto, foi descartado esse receio.

A concepção da pesquisa também surge pelo fato de que esse episódio, por mais significativo que tenha sido, não tem registros atualmente – uma década mais tarde - que condizem com sua importância. O material aqui analisado e digitalizado é inédito: não há registro de uma coletânea como esta e é pouco provável encontrar os originais nos veículos em questão.

Toda essa “ausência” sempre soou como uma inquietação para a autora. Hoje, quem busca informações sobre o Cinturão Verde de Cianorte – mesmo tendo acompanhado toda a polêmica por meio dos noticiários do período – talvez não tenha dimensão de que o que hoje se encontra preservado por muito pouco não deu espaço a loteamentos.

Não há como negar os méritos da Apromac mediante seu idealizador, Eleutério Langowski, que tem uma história dúbia: além de fundador e presidente da associação, ele simultaneamente ocupava cargo no IAP. Por outro lado, o mesmo sempre defendeu publicamente seu interesse na preservação da área. Além disso, aquela ONG se incumbiu de publicizar seus próprios méritos, mas a versão final da história reza que a CMNP doou a mata para ser transformada em parque. Não se encontram nos bastidores e não se acham nas entrelinhas os trâmites para se chegar a tal “doação”.

Mesclando os interesses de cada uma das partes, abre-se espaço para a concepção do que seria denominado Acordo do Cinturão Verde de Cianorte, que tem seu recorte histórico, para fins de elaboração desta dissertação, angulado entre os anos de 1998 e 2001, analisado sob a ótica de oito jornais impressos que destacaram o assunto durante o período.

Ao se tomar esse contexto como ponto de partida, as hipóteses são de que a relação entre mídia local e estadual exponencia local a repercussão social do fato transmitido; a mídia transmite situações ambientais conflitantes; a qualidade de emissão dos processos midiáticos leva a produzir impactos sobre problemas ambientais; a intervenção dos processos midiáticos, de divulgação, é vital para a produção de mobilização popular.

O objetivo geral foi analisar a cobertura do Acordo do Cinturão Verde de Cianorte nos veículos impressos paranaenses, com ênfase aos jornais locais Tribuna de Cianorte e Folha de Cianorte. Quanto aos objetivos específicos, interessou analisar o papel do jornalismo ambiental; descrever brevemente o processo de colonização da região; estudar a utilização da imagem midiática como legitimadora do processo de

devastação ambiental do Cinturão Verde de Cianorte e identificar os agentes sociais envolvidos, seus interesses e o desenrolar dos fatos nos veículos impressos;

No total, foram averiguados 19 veículos de informação locais, regionais e estaduais que voltaram suas atenções para o Noroeste paranaense. O tema mereceu destaque em jornais impressos das cidades de Cianorte (Tribuna de Cianorte, Folha de Cianorte e OPTEI!); Umuarama (Umuarama Ilustrado, A Tribuna do Povo, O Estado do Paraná); Maringá (O Diário do Norte do Paraná); Londrina (Folha de Londrina, Jornal de Londrina) e Curitiba (Gazeta do Povo), juntamente com emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, Rede Record, TV Bandeirantes, TV Cinturão Verde e ao SBT – Sistema Brasileiro de Televisão; além de rádios como CBN, Capital FM, Cianorte FM e Porta Voz. Ante a ampla repercussão do caso e para fins de melhor delimitar a pesquisa, optou-se pelo estudo com base nos veículos impressos.

Conforme transcorreram as disciplinas do mestrado, foi possível perceber que autores dialogavam com o tema, o que nem sempre é tarefa fácil. Afinal, como selecionar em meio a uma vasta bibliografia aqueles julgados pertinentes? Há sempre o risco de nos tornamos limitantes ao excesso e, ao mesmo tempo, transformar o referencial teórico em um emaranhado de textos que impliquem um trabalho prolixo. Mas a linha de pesquisa Cultura e Ambientes Midiáticos surgiu com maestria para acolher o conteúdo, da mesma maneira que foram essenciais as disciplinas Seminário de Pesquisa I; Teorias da Comunicação; Teorias Culturalísticas; Ambientes Midiáticos e Processos Culturais; Arqueologias da Mídia e Semiótica da Cultura. A participação nos grupos de estudo do CISC (Centro Interdisciplinar de Semiótica e Cultura), dentre eles o relacionado a Pross, foi outro fator de facilitação.

O método empregado para a elaboração deste trabalho partiu – como não poderia deixar de ser – de pesquisa bibliográfica. De acordo com STUMPF (2005: 51), “por vezes, trata-se da única técnica utilizada na elaboração de um trabalho acadêmico, como na preparação de um trabalho final de uma disciplina, mas também pode ser a etapa fundamental e primeira de uma pesquisa que utiliza dados empíricos, quando seu produto recebe a denominação de Referencial Teórico, Revisão da Literatura ou similar.

Para o desenvolvimento da pesquisa, em um primeiro momento foi organizado todo o material coletado ao longo dos anos. Assim, fez-se leitura cuidadosa e catalogação dos mesmos seguindo critérios em ordem cronológica, de fontes, páginas, editorias, autoria, paginação, extensão e fotos. O objetivo não era uma análise quantitativa. A preocupação amparou-se, antes, na qualidade do material informativo.

Em seguida, foram delineados os autores que dariam sustentação à pesquisa, voltados a três campos que moldam o trabalho: a questão imagética, o campo ambiental e a comunicação.

A pesquisa documental ocorreu em 68 edições de jornais da época (listagem e matérias em anexo). Segundo MOREIRA (2005), trata-se de identificação, verificação e apreciação unificada e sistemática de documentos que podem ser escritos, iconográficos, sonoros ou digitais. Segundo a mesma autora, a pesquisa documental é, ao mesmo tempo, método e técnica. Isso porque ela pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação e, concomitantemente, configura um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário.

Também foi adotada a entrevista em profundidade aberta, no intuito de obter informações sobre um dos principais articuladores do Acordo, Eleutério Langowski, também considerando o fato de já se terem passado dez anos de ocorrência do caso. Para DUARTE (2005: 62), trata-se de uma técnica de coleta de dados qualitativa, que tem entre suas principais qualidades a flexibilidade de permitir ao entrevistado “definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas. Esse tipo de entrevista procura intensidade nas respostas, não quantificação ou representação estatística”.

Para dar prosseguimento à pesquisa, foi utilizado o método de análise de conteúdo. Segundo BARDIN (1988), trata-se de instrumento utilizado para estudar e analisar material qualitativo, visando a alcançar uma melhor compreensão de uma comunicação ou discurso. De acordo com o autor, dessa forma é possível aprofundar desde características gramaticais às ideológicas, dentre outras, além de extrair os aspectos latentes das mensagens analisadas. Além disso, é possível deduzir, de maneira lógica, conhecimentos sobre o emissor ou o destinatário da comunicação.

Para desenvolver o presente trabalho, traçou-se um esquema que obedece a um ritmo de texto linear, analisando as matérias de jornais na sequência cronológica que, invariavelmente, obriga-se a recuos e até mesmo a saltos, a fim de compreender certas passagens ou contextualizar melhor determinadas questões.

Ao abordar o caso Cinturão Verde de Cianorte, o conceito de iconofagia elucidado por BAITELLO (2005) foi essencial para se identificar a maneira como as imagens foram utilizadas como meio determinante no processo. O termo, que significa o ato de devorar ou ser devorado pelas imagens, diz respeito a uma era em que a sociedade vivencia um processo de retroalimentação: corpos alimentam-se de imagens e

as imagens se alimentam dos corpos. É quando elas passam a ter mais presença do que o próprio corpo. Alguns exemplos estão na moda, na política e na profissão, com a importância dada à aparência, que proporciona visibilidade, uma exigência para o sucesso e a própria sobrevivência. Isso significa que as proporções da hipertrofia da imagem são bastante assustadoras. De outra maneira, percebe-se uma saturação, o que é recorrente a tudo que há em excesso. Para o autor, um exemplo é com relação à influência de um outdoor, que há 50 anos já seria capaz de chamar atenção e, hoje, para o mesmo efeito, são necessários mais de 1000 outdoors. No episódio do Cinturão Verde, a relação é com a tentativa – frustrada – de fixar uma imagem que não conotava com a realidade. Pretendia-se projetar no imaginário popular a ideia apenas do ganho de uma área verde, omitindo-se que outra seria abatida. Tão logo iniciaram as derrubadas, os defensores do Acordo divulgaram fotos estratégicas de regiões consideradas menos nobres. Na sequência, tais imagens seriam questionadas quando o movimento contrário ilustraria seus discursos com fotos de árvores tombadas e com manifestações em vias públicas. Teve início, assim, a um duelo iconofágico, com o uso ostensivo de imagens que pretendiam “fisgar” a audiência para discursos de conotações opostas. A sociedade ficou refém de um bombardeio de imagens, cada qual se impondo da maneira que pudesse transformar-se na mais fidedigna possível.

Para melhor esclarecer a concepção e o diferencial da cidade que abriga as matas que ganharam as manchetes dos jornais, Cianorte, foi necessário estudar o conceito de cidade jardim, de HOWARD (1898), elucidado neste trabalho por autores como REGO (2009), STEINKE e BORTOLOTTI (2008). A concepção se deu diante da necessidade de um modelo que conectasse a metrópole, contaminada pelos problemas físicos e sociais - que colocavam em xeque os relacionamentos simbólicos essenciais à realização individual - com as raízes da natureza, distante psíquica e fisicamente da sociedade urbana do final do século XIX. Difundido em países como Japão, Espanha, França e Estados Unidos, este modelo chegou ao Brasil e foi implementado pela CMNP na colonização do Norte do Paraná. Conforme REGO (2009), é possível observar, na planta geral da empresa, que o microparcelamento rural ocorria em torno de um círculo deixado ao redor das cidades planejadas. Se tivessem por finalidade acolher cinturões verdes, isso se aplicaria ao conceito de cidade jardim. Mas se tivessem apenas conotação de especulação imobiliária, também ganhariam espaço no conceito, enquadrando-se no aspecto do planejamento de expansão. Estes cinturões serviam como bolsões verdes, ao mesmo tempo em que controlavam os limites de crescimento. Mas o

que se percebe é o conceito de cidade jardim, adaptado às conveniências. Em se tratando das matas pertencentes a Cianorte, como é especificado ao longo do texto, se dependesse da CMNP elas seriam completamente loteadas, sem levar em consideração as consequência da ausência de tais áreas.

A adoção do conceito de jornalismo transgênico de Marshall (2001) se enquadra no sentido de um cruzamento do jornalismo com a publicidade. Desse modo, a publicidade é transvestida com uma roupagem jornalística e interfere significativamente na elaboração do produto final, a notícia. As pautas desenvolvidas pelos jornais Folha de Cianorte e Tribuna de Cianorte evidenciam os interesses mercadológicos.

O jornalismo hollywoodiano, conceituado por NOVAES (2002), pode ser muito bem exemplificado pelo *modus operandi* da comunicação voltada para a espetacularização, sensacionalismo, drama, com a adoção de imagens espetaculares. O tema Cinturão Verde precisava ser vendido como algo impactante, alcançando os extremos. Enquanto havia desmatamento, protesto, cenas marcantes, este obteve espaço na mídia. Porém, quando o mesmo tomou os contornos jurídicos, o apelo informacional diminui a ponto de o assunto não ser mais veiculado. Porém, a relevância do tema não foi alterada, mas esta não foi assim entendida pelos *mass media*, condenando o tema para ao ostracismo.

A mestiçagem cultural, conceito de PINHEIRO (2007), diz respeito à capacidade de incorporar o outro nas mais diversas situações, por meio de procedimentos e sintaxes variados. Não se trata de outro que tem por atrativo o glamour. Nas palavras do autor, “trata-se de um outro para ser comido e digerido de maneira plural. Porque a mestiçagem é sempre falível, inacabada e móvel” (PINHEIRO, 2010: 1). Não se restringe a uma inteireza que se conquista e se apresenta como um processo interminável, e isso a torna incômoda. Não admite um fim, uma vitória, um começo; é um encadeamento de alteridades. Quando o autor sustenta que na “América Latina, a mestiçagem é, em muitos e radicais casos, levada a cabo por uma atitude barroca nas linguagens e na vida, desde o descobrimento” (idem), é realizada uma conexão com o episódio da divulgação do condomínio fechado Century Park. O empreendimento é moldado no padrão estadunidense e alocado em um patamar que deseja aparentar superioridade e distanciamento da cultura do local que o abriga, a de Cianorte.

O caminho para chegar a esta dissertação implicou em escolhas e restrições. A iniciar pelo tema, voltado às questões ambientais, foi decidido que não haveria

necessidade de abrir espaço para se realizar uma retrospectiva sobre o movimento ambiental ou os conceitos de ecologia. Não que essas não sejam linhas importantes de pesquisa, mas ponderou-se sobre a existência de um vasto universo de material teórico que já as contemple, sendo de fácil acesso aos interessados. Foi ponto pacífico que a pesquisa não deveria verter para o campo da ecologia, mas que se nortearia pela comunicação, tendo como aparato o contexto socioecológico. Pensou-se, ainda, que seria mais interessante elaborar uma dissertação que abordasse um tema localizado – mas que, de certo modo, refletisse um contexto comum em que decisões são tomadas de maneira deliberada e a sociedade ficasse refém, acuada diante de situações que poderiam ser decididas coletivamente – do que abrir o universo para assuntos já dissecados em suas áreas específicas. Isso porque haveria o risco de se abordar de modo superficial assuntos que exigem uma abordagem técnica.

Ao tratar do jornalismo ambiental, o mesmo foi ilustrado com algumas pinceladas, considerando que existem correntes que discutem se hoje em dia há realmente necessidade de se diferenciar essa prática jornalística das demais, no que diz respeito às editoriais nas quais ela se enquadra. Essa questão é embasada na concepção de que as questões ambientais estão conectadas a todos os aspectos da vida em sociedade e não deveria ser restrita, mas interligada, interconectada. Acreditou-se que é mais importante relacionar alguns aspectos que levam a temática ambiental a ser coberta com certo superficialismo, recorrentes ao universo da cobertura jornalística, do que abordar profundamente o nascimento, o fortalecimento e o formato contemporâneo.

O foco do estudo não diz respeito ao suporte em si, mas aos textos e às imagens (aqui nos seus mais variados sentidos) geradas pelas informações veiculadas. Abriu-se uma exceção no tópico 4.2, quando o objeto de análise foi a cartilha denominada *Cinturão Verde de Cianorte – Esclarecimentos para o bem da verdade*. Optou-se por anexá-la, além de todas as matérias analisadas, como uma maneira de compartilhar ainda mais o universo da pesquisa e possibilitar o esclarecimento de qualquer dúvida que necessite do material original, dos documentos relativos ao primeiro laudo técnico emitido por professores doutores da UEM, e do documento jurídico assinado pelo juiz Willian Pussi, que suspendia o desmatamento autorizado pelo “acordo inicial”. Esses não foram objetos de análise, por terem grande destaque no material midiático.

Torna-se importante salientar que a pesquisa se limita a acompanhar o modo como o tema foi pautado pelos jornais, aplicando comentários, quando considerado pertinente. Não se trata de uma análise de discurso, mesmo porque as linhas editoriais

dos veículos deixam aspectos claros sobre como o tema seria abordado. Conforme perceptível ao longo do texto, o jornal Tribuna de Cianorte se posicionou favoravelmente ao Acordo, enquanto o jornal Folha de Cianorte foi taxativamente contrário. Os demais tomaram uma linha que poderia ser considerada imparcial, mas que deixa a desejar em virtude do nível de apuração das matérias. Interessam, portanto, as novas informações que foram sendo alinhavadas a essa verdadeira colcha de retalhos, mostrando-se raras, mesmo diante do vasto conteúdo. Afinal, o que se sobrepôs, como será percebido, foi uma grande quantidade de opiniões e a repetição de dados que, ao final, não se mostraram concretos o suficiente. Também interessa observar a maneira como os citados jornais locais fizeram uso do tema. O jornal de situação o citou quando inevitável. Por sua vez, o jornal de oposição o transformou em assunto prioritário.

A pesquisa centra-se apenas no período de 1998 a 2001, auge do fato na mídia. Deve-se lembrar que não se tem por meta quantificar o material informativo ou analisar a maneira como foi distribuído nos veículos. Todavia, ela descreve muitas vezes o espaço ocupado nos impressos, possibilitando uma imagem da valorização ou não do mesmo nas citadas edições. Em princípio, cogitava-se entrevistar as fontes envolvidas no caso, acompanhar o processo judicial, confrontar o passado com a situação atual. Porém, em virtude da escassez de tempo e da distância do local de estudo – dentre outras questões como o risco de alongar demasiadamente – o trabalho foi focado no conteúdo produzido pela mídia. Então, optou-se por entrevistar o fundador da Apromac para que ele desse sua versão em torno dos fatos, uma vez que – como o próprio declarou –, ele não foi procurado pela imprensa para se pronunciar, com exceção de matéria da Folha de Londrina, em 30 de maio de 1999.

O principal suporte de análise – em que foram estampados os atos e as consequências em torno das ações promovidas e sofridas ao longo do período – foi baseado em mídias impressas locais, regionais e estaduais. É importante salientar que os demais meios (rádio, TV e internet) também tiveram vitais contribuições e serão lembrados. Porém, foi por meio do impresso com seus textos, fotos, charges e demais recursos que se tornou possível apurar com mais detalhes como foi travada a disputa em questão, além dos mecanismos utilizados para que o público fosse convencido de cada ponto de vista em relação aos termos do Acordo.

O *corpus* da pesquisa delimitou-se ao período citado, de 1998 a 2001, justamente por concentrar as ações iniciais para a concretização do Acordo, a repercussão do mesmo e as reações provocadas em torno dos fatos divulgados pela

mídia e promovidos pela sociedade com o desfecho do caso na Justiça. Finaliza-se com o tema saindo da pauta midiática.

O trabalho divide-se em quatro capítulos e culmina com as considerações finais.

O capítulo 01, denominado “Entre o movimento e a inércia: o jornalismo na frente de choque e sob a redoma de vidro”, inicia-se abordando dois episódios distintos: o trabalho realizado pelo jornalista Randau Marques em 1968, um dos pioneiros no considerado “jornalismo ambiental” no Brasil; e o desfecho que o mesmo provocou no cenário da época, com suas reportagens aprofundadas, amparadas por respaldo científico, as quais ganharam repercussão mundial e impuseram novos ritmos a realidades consideradas imutáveis até ali. Em contraponto, aborda-se a maneira como a imprensa da área de influência da análise no período de 1998 a 2001 foi devorada pelo *status quo* em relação às abordagens iniciais em torno do “Acordo do Cinturão Verde”, que promovia a doação de uma área ecológica para o município de Cianorte, em detrimento da autorização da derrubada de quantia equivalente. Aborda-se ainda a relação do jornalista com a notícia de meio ambiente, em meio às regras que norteiam o mercado da comunicação, ressaltando a problemática da influência dos *releases* e do mercado publicitário na concepção da pauta. Destaca-se a maneira claustrofóbica da interferência das imagens no cotidiano do cidadão comum, que muitas vezes não se dá conta da influência destas na sua maneira de ser devorado pelas situações cotidianas, por meio dos *mass media*. Em 1.1, “A relevância ambiental (pouco (re)conhecida) de Cianorte”, é traçado um breve perfil do significado da região em foco, principalmente pela necessidade de se estudá-la, além de ela ser parte relevante de uma grande mancha florestal que não existe mais. Adiante, no tópico 1.2, “Cia. Melhoramentos, verso e reverso: a transformação da floresta na imagem mais conveniente”, o foco atém-se à parte do histórico da empresa colonizadora, que se resguarda no direito de assumir o papel da guardiã e promotora do progresso regional, obtendo, assim, aval e acato de suas decisões durante o período em que as matas da região precisavam ser varridas para abrigarem novos empreendimentos imobiliários. A CMNP faz uso do discurso do vazio demográfico para justificar seu avanço por terras tidas como desocupadas, quando, de fato, há muito elas já pertenciam aos povos primitivos que nelas imprimiram as pegadas iniciais. Ela também se aproveita da imagem fotográfica como garota propaganda para impulsionar a venda de terras no cenário moldado como o “novo Eldorado”. A análise das falas de moradores entrevistados pela Tribuna de Cianorte ecoa o conceito de que a natureza é um empecilho para o progresso e que a mata é causa de retrocesso e abrigo

de reflexo da problemática social que avança no cenário cianortense, além de abordar o conceito de cidade jardim e como ele foi adaptado de acordo com os interesses financeiros vigentes.

No capítulo 02, “A imagem que se pretendia ser: Cinturão ampliado e preservado – o uso e abuso da mídia impressa na tentativa de uma hipnose coletiva”, é abordado um cenário em que a sociedade e a natureza tão-somente ganham e nada perdem, focado essencialmente na edição do jornal A Tribuna de Cianorte veiculada em 25 de março de 1999. O material apresenta um release da Agência Estadual e uma matéria da redação que tratam da doação de uma área verde para Cianorte, cedida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, minimizando a informação de que a doação era baseada em uma troca que permitia o desmatamento de uma outra parcela verde. No subtítulo 2.1, “A imagem que já denunciava uma realidade acobertada: o Cinturão abocanhado pelo Century Park – uma cópia do *American way of life* no que restou da mata subtropical”, trabalha-se a respeito da construção de um condomínio fechado dentro de área de mata nativa, pertencente ao Cinturão Verde. Ao mesmo tempo, aborda conceitos da teoria da mestiçagem em contrapartida à concepção do empreendimento, que se baliza no modelo americano de vida, supervalorizando-o em detrimento da cultura local.

No capítulo 3, “O Acordo do Cinturão Verde e a Cobertura Midiática: sob as luzes dos holofotes – as (in)comunicações cruzadas através dos prismas das mídias locais, regionais e estaduais”, retrata-se, pela análise de material noticioso e informativo da época, a abordagem do tema e a forma como foi pautado pela mídia, relacionando o poder impactante das imagens sobre o entendimento do leitor. Também se comenta a maneira como essas imagens podem ser simplesmente assimiladas, sem maiores questionamentos. É traçada, ainda, uma análise em relação ao modo como segmentos sociais até então desarticulados entre si unem-se em torno da preservação da mata. Em 3.1, “A fase do pré-Acordo (1998 a 1999)”, narram-se os passos que estabeleceriam o “Acordo do Cinturão Verde”. Já o tópico 3.2, “Segunda quinzena de março de 2000: a assinatura do Acordo - quase uma lua de mel”, trata das angulações transmitidas pela mídia impressa a respeito do que seria, no primeiro momento, uma doação de uma área verde ao município, sem maiores consequências que implicariam em alguma prestação de contas à sociedade. O texto trata, ainda, da maneira como a natureza é subjugada pelos homens, tida moralmente apenas para servir à forma de vida humana (por conta dessa ideia, viu-se o eminente fracasso da filosofia moral tradicional). Em 3.3,

“Primeira quinzena de abril de 2000: Acordo assinado, inicia-se a discórdia”, enfatizam-se os desdobramentos do episódio a partir do início dos desmatamentos de áreas previstas no Acordo. Porém, pelo fato deste não ser conhecido na íntegra pela população, houve controvérsias. Iniciam-se, então, as primeiras abordagens na mídia. No tópico 3.4, “Segunda quinzena de abril de 2000: mobilização popular e protestos dão novo rumo ao Acordo”, o período mostra-se conturbado, aumentando a repercussão das notícias na mídia. A Folha de Cianorte reservou cinco páginas para denunciar o desmatamento, enquanto o grupo que mais tarde se denominaria “Amigos do Cinturão” começou a articular a sociedade com protestos que ganharam repercussão estadual. Ao final do mês, o IAP se obrigaria a mandar suspender o desmatamento e a Justiça tomaria a mesma decisão, em virtude de liminar.

Por fim, o capítulo 4, “Documentos técnicos pautam os debates e a mídia – um duelo de discursos”, mostra como o período foi marcado pelo lançamento de uma cartilha que se propôs explicar os termos do Acordo, manifestações públicas de lideranças políticas contra o desmatamento e a participação de doutores da UEM na elaboração de laudo técnico. Como nos anteriores, o último capítulo foi dividido em tópicos para facilitar a análise. Desse modo, ele se inicia em 4.1, “Primeira quinzena de maio de 2000 – professores doutores da UEM elaboram laudo técnico”, destacando o trabalho dos professores de biologia da UEM que elaboraram um estudo dando parecer sobre o impacto ocorrido em decorrência dos desmatamentos autorizados frente ao Acordo. No subcapítulo 4.2, “Cinturão Verde de Cianorte – Esclarecimentos para o bem da verdade. Uma cartilha à parte”, é analisada a cartilha lançada pelos signatários do Acordo – leia-se “Prefeitura de Cianorte, Apromac e IAP” – para explicar a versão oficial do caso. A análise pauta-se em torno de informações que conflitam com a realidade dos fatos, principalmente no tocante às imagens utilizadas com o intuito de convencer que as áreas a serem desmatadas não tinham significado ambiental. Posteriormente, o IAP desautorizaria que o nome da instituição fosse colocado como coautor.

No tópico 4.3, “A questão ambiental transforma-se em fato político”, relata-se como o tema migrou de editoria dentro de um dos jornais e a movimentação na Câmara dos Deputados por parte do segmento de oposição, que se aproveita do episódio para pressionar pela demissão do então secretário de Estado de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura. Com relação ao tópico 4.4, “Cinturão Verde de Cianorte: doutores da UEM fazem laudo técnico”, a abordagem é em torno de levantamento técnico nas áreas

desmatadas. 4.5, “Segunda quinzena de maio de 2000: na falta de um laudo, agora dois”, os jornais continuaram repercutindo o laudo preparado pela UEM, dando ampla visibilidade para o resultado de que houve dano ambiental nas áreas desmatadas. Enquanto isso, o IAP sinalizou uma nova postura sobre o Acordo, solicitando outro laudo técnico para a UEM. O secretário de Estado de Meio Ambiente admitiu rever o desmatamento e o juiz Willian Artur Pussi visitou áreas desmatadas. Em 4.6, “Primeira quinzena de junho de 2000 – novo resultado para um velho problema”, o destaque ainda é para a visita do juiz Pussi às áreas alvos de desmate, a visita de deputados aos respectivos locais e o resultado do laudo pela nova comissão multidisciplinar e interinstitucional sobre o desmatamento. Finalmente, no item 4.7, “Segunda quinzena de junho de 2000 – desligam-se os holofotes da mídia”, é exposto que o jornal Folha de Cianorte de 15 de junho enfatizou o resultado do trabalho da Comissão Multidisciplinar e Interinstitucional, encarregada da elaboração de novo laudo técnico relativo às matas que compõem o Cinturão Verde de Cianorte. De acordo com a mesma, analisando-se a questão global (supressão de vegetação e medida compensatória), a Comissão concluiu que os impactos negativos existentes e reconhecidos naquele relatório estavam compensados pelos ganhos ambientais com a instituição da Unidade de Conservação e pela preservação de áreas correspondentes às Reservas Florestais Legais. Porém, foi feito um alerta para que houvesse uma revisão parcial das autorizações emitidas “(...), sendo que a Comissão se coloca à disposição do IAP para proceder à localização das retificações necessárias; que as áreas a serem excluídas das autorizações na forma supra passem a integrar a Unidade de Conservação ‘Parque Cinturão Verde’ (inclusive a mata que circunda o Rio Coruja); à imediata realização de reunião/audiência pública visando informar a população de Cianorte sobre os fatos”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000:15) Em julho e agosto, as únicas matérias disponíveis fizeram referência a uma casa de madeira construída no interior do parque e destruída pela PM, além de mais um foco de incêndio nos limites do parque. Houve ainda uma nota na Folha de Londrina a respeito de uma exposição fotográfica realizada pela autora desta dissertação, na Biblioteca Central do prédio da UEM em Maringá, a respeito do episódio.

Após um ano do anúncio da criação do Parque do Cinturão Verde no jornal Tribuna de Cianorte, em 25 de março de 2001, o jornal Folha de Londrina/Paraná anunciou em nota: “IAP adia reunião pública”.

A matéria “Cinturão Verde mantém a polêmica” – veiculada em O Estado do Paraná de 31 de março de 2001 – informou sobre a realização de audiência pública na

noite de 29 de março, reunindo cerca de 40 lideranças. Disse ainda que foi marcada para 12 de junho de 2000 uma audiência de conciliação, apresentando também depoimentos de lideranças locais que reafirmaram a fala do prefeito Flávio Vieira, que segundo o mesmo foi um trabalho de três anos e todos tiveram a oportunidade de participar. “Os ambientalistas criticaram a forma como o processo foi conduzido, a não realização de audiência pública e o desmate feito à noite. Eles propõem o reflorestamento dos 83 hectares desmatados e a não-autorização de mais desmates na área”. (NUNES, 2001: 13). Uma informação que não ficou clara nos jornais da época e que foi obtida em virtude da pesquisa é com relação à metragem da área desmatada. Conforme Langowski (2010), durante a vigência do Acordo foram desmatados 200 hectares em um universo autorizado para desmate de 231 hectares. O restante “mantido em pé” foi transferido para o Cinturão Verde.

A última matéria em análise encontra-se no boletim informativo OPTEI!, de julho de 2001. Na capa, o jornal estampou uma foto aérea da cidade, parabenizando-a pelo 48º aniversário de emancipação política. Apresentou ainda uma foto do degradado Córrego Guassupe e estampou como manchete: “Cinturão Verde: a visão de uma adolescente”. O texto principal, na página 03, destacou na linha de apoio: “Até quando o descaso, a hipocrisia e o egoísmo reinarão?”.

O capítulo é encerrado com depoimento de Langowski lançando crítica à forma de atuação de toda a mídia envolvida, com apontamentos de Baitello e Novaes que reforçam a influência e a formatação do universo midiático quando o foco é a questão ambiental. Também se evidencia a forma como o tema deixou de ser noticiado pela mídia para cair no ostracismo. E as Considerações Finais apresentam as reflexões sobre o episódio uma década depois.

Este trabalho terá sido válido se puder servir de fonte de inspiração para minimizar a reincidência de situações similares – em que grupos elitizados tentam impor à sociedade decisões tomadas a “portas fechadas”, utilizando a mídia para fazer prevalecer seus interesses. Esta dissertação talvez se faça importante por registrar um momento em que foi possível mudar as regras do jogo – fosse dos signatários do Acordo; fosse da imprensa que foi provocada a dar abertura para um fato que, apesar de ter caído no ostracismo, se tornou público nos seus “quinze minutos de fama”; da própria sociedade cianortense que percebeu a importância da mobilização e que foi alertada a ter cuidado com políticos que se aproveitam dos problemas para alardear e conquistar benesses eleitorais. Ao findar do espetáculo, apenas 20 hectares de mata

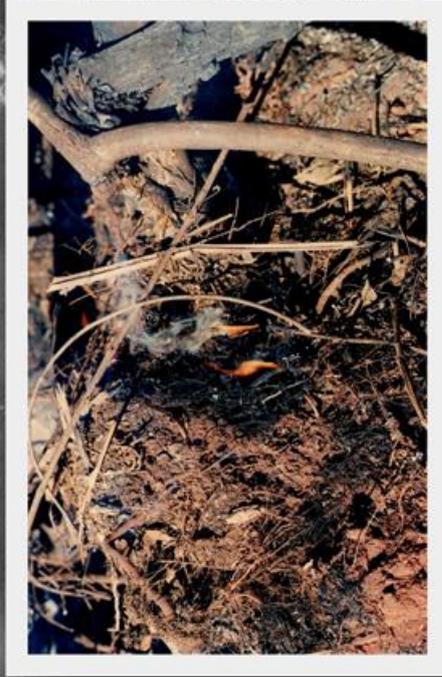
deixaram de ser desmatados, mas não se tem dimensão de quantos anos a natureza levou para criar todo aquele patrimônio que foi livrado dos tratores de esteira que o devoraria em questão de algumas horas.

“CINTURÃO VERDE SERÁ ENFIM DO MUNICÍPIO”
(Tribuna de Cianorte, 1999)



“Este local todo ano queima, mas agora que cortou tudo, dei graças à Deus.”

(Cordeiro apud Tribuna de Cianorte, 2000)



Fotos: Alcides Marcos Codolo

“Gostei porque era só uma capoeira, no calor era difícil cada vez que ia dormir tinha que olhar nas cortinas e nos cantos para evitar surpresas como aranhas e escorpiões, na época de seca era constante o medo do fogo isto sem contar com o lixo que o povo depositava nas margens.”

(Gomes apud Tribuna de Cianorte, 2000)



Fotos: Antônio Carlos Franco de Lima

“Na verdade não tinha mata coisa nenhuma. O que existia aqui na frente da minha casa era só uma capoeira que criava bichos como cobra, aranha, escorpião e outros que constantemente causavam problemas para nós, moradores.”

(Martins apud Tribuna de Cianorte, 2000)

1 ENTRE O MOVIMENTO E A INÉRCIA: o jornalismo na frente de choque e sob a redoma de vidro

Em 1968, o jornalista Randau Marques trabalhava no jornal Comércio de Franca, no interior de São Paulo. Na época, Marques denunciou os alarmantes índices de mortalidade entre sapateiros e gráficos vítimas de saturnismo, a contaminação por chumbo. “Eu comecei a trabalhar ainda garoto na gráfica do jornal e nós tínhamos que tomar litros de leite para evitar a intoxicação, o que na realidade não acontecia”, relembra o jornalista em entrevista à Folha de Londrina¹.

Randau pediu auxílio ao geneticista Reinaldo Aizolbel, com quem mais tarde faria dupla frente às denúncias sobre a gravíssima poluição industrial que transformaria Cubatão no “Vale da Morte”. Ali, era comum o nascimento de crianças prematuras, muitas delas com mutações genéticas (sem cérebro, por exemplo). O alerta correu o mundo, juntamente com mais algumas reportagens sobre contaminação, humana e pluvial, por agrotóxicos. Randau foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o que lhe rendeu indiciamento em três processos, rituais de tortura do DOI-CODI e seis meses de prisão.

Randau Marques, depois de solto, especializou-se no assunto e escrevia sobre questões ambientais no *Jornal da Tarde*. Sua primeira grande reportagem, que atraiu jornalistas de todo o País e do exterior feita, foi no estado do Rio Grande do Sul. Uma indústria de celulose foi fechada devido à grande poluição que estava causando ao meio ambiente. O maior marco dessa época foi uma foto em que o estudante universitário Carlos Dayrel sentou-se sobre uma acácia que havia sido derrubada em 25 de fevereiro de 1975. O estudante permaneceu ali por horas a fio como um protesto pelo desmatamento irregular. (CANDIA, 2005: 1)

No Paraná, no ano de 2000, jornais impressos das cidades de Cianorte (Tribuna de Cianorte, Folha de Cianorte e OPTEI!); de Umuarama (Umuarama Ilustrado; A Tribuna do Povo; O Estado do Paraná); Maringá (O Diário do Norte do Paraná); de Londrina (Folha de Londrina; Jornal de Londrina) e de Curitiba (Gazeta do Povo), juntamente com emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, SBT, Rede Record, Rede Bandeirantes, TV Cinturão Verde e rádios como CBN, Capital FM, Cianorte FM e Porta Voz abordaram o Acordo do Cinturão Verde. Ocorrido em Cianorte, interior do

¹ Folha de Londrina, 10 de novembro de 1991.

Estado, o Acordo envolveu um desmatamento (ao todo, estavam autorizados para corte 231,03 hectares legalmente autorizado pelos órgãos ambientais do Paraná) de uma área inserida no que resta dos 7% de Mata Atlântica², em troca da preservação de outra (282 hectares), que seria denominada, então, “Parque Municipal do Cinturão Verde”. Aos jornalistas contemporâneos, coube toda a liberdade de informar, longe de qualquer tortura física ou mental, ao contrário do ocorrido em 1968 com Randau, preso durante a chamada Operação Bandeirantes.

Em ambos os episódios, a imprensa foi o canal que, além de repercutir os fatos, influenciou de maneira significativa em seus desfechos. Mas qual vínculo leva à comparação do trabalho de um dos pioneiros do jornalismo ambiental brasileiro, passadas quatro décadas, com um caso ocorrido no interior do Paraná? Essencialmente, tal ligação diz respeito ao modo como os fatos foram reportados à sociedade como um verdadeiro duelo de imagens e palavras na mídia, performada entre defensores e oponentes do episódio.

No contexto polêmico vivenciado por Randau, o jornalista foi à essência, bebeu da fonte para fazer de sua matéria um texto à parte do sensacionalismo: um material de conteúdo elucidativo, com importante gama de informações fornecidas por um geneticista, o mesmo que, mais tarde, lhe daria os subsídios técnicos necessários para alertar sobre o gravíssimo problema da poluição em Cubatão. Porém, ao analisar o vistoso material impresso produzido desde o período que antecedeu o Acordo do Cinturão Verde de Cianorte³, verifica-se a deturpação dos fatos. A substituição de adjetivos que poderiam levar o leitor a atentar para o iminente impacto ambiental deu lugar à utilização de eufemismos e ênfase aos verbos “ganhar” e “doar”.

Contudo, poucos meses após a divulgação do primeiro *release* reportando o assunto, verifica-se que as informações divulgadas estavam “mascaradas”. Ao longo do processo, vieram à tona cenas de árvores gigantescas sendo tombadas por tratores e correntões (o mesmo sistema já utilizado para fazer as derrubadas da floresta amazônica, que gerou os “empates” organizados pelo líder sindical e seringalista Chico Mendes, na década de 1980). Veio também o laudo técnico de professores doutores do Departamento de Biologia da UEM comprovando o dano ambiental que as áreas

² Conforme matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, em 13/12/2006, naquele período a área equivalia a 6,98% de sua cobertura vegetal. O percentual também é citado entre 5% a 8%. (DEAN, 1996; GALINDO-LEAL et alii., 2005)

³ Mais especificamente a partir do primeiro *release* do Governo do Estado do Paraná, divulgado pela Agência Estado e publicado na íntegra no jornal Tribuna de Cianorte.

desmatadas vinham sofrendo. Essas imagens se contrapõem a outras, em que o foco era dirigido a cenas de vegetação secundária tipicamente rasteira, arbustiva e impactada, juntamente com outras espécies vegetais não catalogadas como “nobres”.

Ao longo do episódio narrado pelos impressos, percebe-se a repetição de fatos e fontes, a superficialidade de informações e certo conflito entre elas. Dependendo do jornal em que se pauta, o leitor terá uma versão diferenciada das demais a despeito das notícias retratarem o mesmo assunto, a exemplo da origem e dos termos inscritos no Acordo; o fator ambiental inserido tanto nas áreas a serem preservadas quanto nas autorizadas para desmate; o histórico ambiental das áreas em foco e as maneiras alternativas de contemplar os interesses daqueles que defendem a preservação da floresta.

Tais oscilações de perspectivas e consequentes lacunas na cobertura jornalística voltada ao tema ambiental são ressaltadas por VILLAR & TOSI (1999: 1):

Os jornalistas que já atuam na área e que não tiveram a oportunidade de aprender enquanto acadêmicos a amplitude deste segmento acabam por desenvolver uma espécie de jornalismo desconexo, sem o sentido amplo do ambientalismo, sem uma interpretação capaz de ligar o fato às causas que o geraram: uma crise civilizatória e um modelo de desenvolvimento excludente, do ponto de vista social, e predador, do ponto de vista da natureza.

NOVAES (2002) salienta que o melhor caminho vislumbrado pelas empresas de comunicação em defesa de seus mercados específicos tem sido a busca prioritária da inovação tecnológica, como se só isso fosse capaz de aumentar sua audiência. Diferentemente do que se esperava, não houve uma mudança de paradigma, de conteúdo filosófico e ético, de uma nova abordagem da notícia, enfim, de um novo jornalismo e um novo produto para seus clientes e consumidores. Essa postura e o cenário atual implicam uma séria questão:

Eu vejo que essas chamadas questões ambientais são extremamente ameaçadoras para todo mundo. São ameaçadoras para governos porque, se eles levarem isso a sério, têm de mudar toda a forma de fazer política e fazer administração pública. É ameaçadora para a comunicação, porque a comunicação vive hoje um momento dramático, são oito grandes grupos disputando o controle da comunicação no mundo, em cada país há também uma disputa brava pelo mercado, e, num momento em que se convencionou que o que funciona, que o que dá certo na comunicação é o chamado modelo “hollywoodiano” da comunicação, a comunicação como um espetáculo, como crise, como drama, imagens espetaculares, etc. (...) Acho que é ameaçadora para os jornalistas também. Se os jornalistas levarem isso a sério, têm de mudar sua visão de mundo. E a sua forma de fazer comunicação.

Acho que é ameaçadora para o cidadão. Para qualquer pessoa. Se você pensar no que acontece com o lixo que produz em casa, ou com os gases que saem do seu carro, ou do seu ônibus, o que acontece com o esgoto que vai para a rede e todas essas coisas, você vai ficar aflito. (NOVAES, 2002: 40)

No caso do “Acordo do Cinturão Verde em Cianorte”, a primeira medida de comunicação oficial foi a publicação de um *release*, remetendo exatamente à concepção de MARSHALL (2002). De acordo com o autor, na maioria das vezes esse tipo de texto é publicado integralmente, como se elaborado pelo próprio jornal:

A releasmania é um fenômeno marcante da imprensa contemporânea. A ideologia do neoliberalismo e do *laissez faire* ajuda a transformar as páginas dos jornais em vitrines comerciais, recheadas por releases. A invasão dos releases deve-se muito pelos custos empresariais das empresas jornalísticas e pela dinâmica do próprio *newsmaking*, que exigem redações enxutas e uma produção otimizada com poucos custos e recursos. (MARSHALL, 2001: 2)

Ainda de acordo com MARSHALL (2002), deparamo-nos com uma espécie de jornalismo transgênico:

(...) pois cruza os cromossomos da informação aos cromossomos da publicidade. Como na biologia, assiste-se ao nascimento de mutações jornalísticas, com várias linguagens, gramáticas e estéticas. A transgenia reforma a roupagem de informações, notícias, colunas, notas, manchetes, pautas, olhos, linhas de apoio, editoriais, suítes, retrancas etc., alterando na essência a retórica do jornalismo. Mexe e altera, inclusive, a linha editorial dos veículos e afeta a mentalidade dos produtores da informação. O jornal e o jornalismo viram apêndices de um modelo de sociedade capitalista e expressam a dialética de um modo de vida mercantilizado e mercadorizado. O mercado “paga” para ter notícias e publicidades nos jornais. A empresa jornalística “vende” o jornal à sociedade. O leitor “compra” as notícias e publicidades do mercado. (MARSHALL, 2001: 1)

Para LAGE (1981), a redação inicial das notícias é progressivamente impulsionada pelas fontes, e estas notícias são organizadas em assessorias, serviços ou agências de imprensa. Não se trata necessariamente de falsear a informação, mas de revesti-la com a versão conveniente. A percepção desse fenômeno levanta um fator preocupante. O mesmo autor lembra que o ato de ler jornais no Brasil é, de certo modo, um diferencial de classe. Uma ocupação própria dos formadores de opinião.

Além disso, a fase mais recente do jornalismo brasileiro tem como uma de suas características o uso da comunicação social como ferramenta de controle. Esse mecanismo leva a uma conexão com o pensamento de PROSS (1997), esclarecendo de que maneira a construção de recursos técnicos para superar as restrições da percepção elementar pode ser interpretada como o motor da sociologia cultural, uma vez que os

donos desses recursos podem colonizar o tempo de vida dos outros. O autor lembra que dos tambores da selva aos sinais de fumaça até a radiodifusão e a internet, os detentores dos meios de comunicação conseguem alcançar simultaneamente mais pessoas num espaço maior e em menos tempo do que seria possível de outra maneira em toda a sua vida. Desse modo, o trabalho de percepção de muitos se converte em lucro de poucos operadores da mídia. Esse processo, continuamente repetido, produz efeitos econômicos tanto no ritual elementar quanto na programação eletrônica.

A utilização de canais midiáticos com fins de validar discursos não necessita de questionamentos, ela é clássica e ocorre de maneira quase “natural”. Porém, causa interesse compreender como os detentores do poder – seja político ou econômico – traçam estratégias para que isso aconteça de maneira silenciosa e, muitas vezes, imperceptível, a exemplo do constatado durante o episódio tratado nesse trabalho no final do ano de 1998 e de repercussão ainda nos anos 2000 e 2001.

Esse poder paralelo, que manipula embora não deixe sinais; que interfere mas oculta as pistas, é reflexo de um sistema abstrato que molda um padrão para as relações simbólicas e a comunicação no intuito de defender e promover os interesses daqueles que emitem tais códigos. Em contrapartida, um grupo seletivo sobressai em detrimento da coletividade, que aceita (salvo exceções) passivamente os comandos ora delegados. Esses sistemas impõem condições, legitimam ações e praticam o que se pode chamar de “violência simbólica”, isto é, a hierarquização e/ou domínio de uma classe sobre as demais, exercitando uma espécie de “domesticação dos dominados”. Essa docilização conduz os indivíduos a deixarem de agir e mesmo de pensar, contrariando – ou ignorando – interesses próprios.

Nesse contexto, pode-se inferir que o poder simbólico generaliza-se, perpetua-se e, de maneira invisível e sutil, torna-se ainda mais perverso. A classe que detém a cultura dominante cria estruturas de símbolos às quais o grupo social se adere ao mesmo tempo em que molda sua ação e seu pensamento a elas. O poder constituído por uma crença inicial na legitimidade dos elementos simbólicos – a princípio consciente, mas depois assumida por “inércia” da reflexão – introjeta a disciplina no indivíduo, que passa a pensar e agir de acordo com comandos exteriores, negligenciando sua plena consciência e autonomia. Para que exista resistência a essa forma de imposição simbólica radicada no desconhecimento, é necessário que se descubra e se desmascare esse poder. É necessário, portanto, tomar consciência do arbitrário, da verdade objetiva,

do fim da crença e, conseqüentemente, da obediência pela dominação (MALANOVICZ: 2008).

Nesse sentido, ROMANO (2006) resgata o pensamento de Pross, que se apoiou nos procedimentos metodológicos de três grandes matrizes do pensamento intelectual no século XX: o marxismo, o estruturalismo e a fenomenologia. Esses paradigmas são essenciais para se interpretar criticamente os princípios das interações simbólicas que norteiam a vida social e que, de acordo com o autor, são ritualizados pela comunicação e conduzidos pelas instituições no intuito de manter, regularmente, o controle.

A partir desses paradigmas, é possível formular uma equação segundo a qual a melhoria e a democratização nos níveis de comunicação possam se igualar à possibilidade de realização do bem comum entre os homens, assim como a oportunidade de transformar a experiência humana em ações de preservação da vida. Não se trata de romantismo ou utopia, mas, talvez, de certa necessidade diante do cenário que BAITELLO (2005) resume como um mundo tomado por imagens que transformam indivíduos em devoradores de ícones. Na realidade, há aí uma relação de mão dupla: os indivíduos devoram esses ícones na mesma velocidade e com a mesma ferocidade com que são devorados. A humanidade estaria vivenciando então a “Era da Iconofagia”, título da obra de BAITELLO (2005), que conduz a pensar em um fenômeno não necessariamente novo, mas que, significativamente influenciado pelos *mass media*, é contínuo e abocanha a todos que estão submetidos aos paradigmas da indústria cultural, saltando os muros da cultura e do entretenimento para domar os cenários estéticos e econômicos.

A mediação origina a iconofagia, momento em que as imagens se devoram, ingerindo também humanos, veículos, produtores e consumidores das formas, cores, movimentos e ruídos. Um cenário que causa medo, justamente pelo fato de que o lugar que ocuparia um interruptor para iluminar tamanhas inquietudes é tomado por uma interrogação. Cabe frisar que, muitas vezes, o temor se dá face ao desconhecido, aquilo que não foi apresentado. Nesse sentido, BAITELLO (2008) faz uma ponte sobre o caos ambiental e o risco à existência humana como resultado de uma hipertrofia social generalizada, mas mais uma vez apontando para uma possibilidade de reconstrução.

No caso específico do Cinturão Verde de Cianorte, a leitura que se tem é a tentativa – que depois se consagrava frustrada – de passar uma imagem irreal à população. O discurso equivocado amparava-se em projetar no imaginário popular a ideia apenas do ganho de uma área verde, omitindo-se que outra não menos relevante

para a prática da conservação ao mesmo tempo seria sacrificada. Quando começaram as derrubadas, os que defendiam o Acordo estamparam fotos de áreas consideradas menos nobres. Logo mais, as imagens seriam conflitantes, afinal o movimento contrário ilustraria seus discursos com fotos de árvores tombadas e com manifestações em vias públicas. Travou-se, então, uma batalha iconofágica no momento em que cada corrente tentava sobrepor uma à outra, com o uso de textos, fotos, charges e material publicitário. E em meio a esse bombardeio ficaram a natureza e o cidadão.

Estamos num desequilíbrio ecológico no qual não apenas a nossa sobrevivência psíquica, mas também a sobrevivência física está ameaçada. Mas isso tem volta; essa volta depende de todos nós, das famílias, dos pais, dos amigos e do grupo social, mas também depende individualmente de cada um de nós. Nosso grupo de pesquisas, o CISC⁴ vem investigando esse problema há mais de 10 anos, em diálogos com uma porção de pesquisadores estrangeiros, e a hipótese mais plausível é que a hipertrofia da visão em relação aos outros sentidos (audição, tato, olfato e paladar) gerou um desequilíbrio. A mídia investiu na causa da hipertrofia da visão e da imagem; aliás, não sabemos se é uma causa ou uma consequência. As máquinas da imagem se desenvolveram bem mais rapidamente do que as máquinas de som, e com isso se desvalorizou o som de um modo geral ou, pelo menos, essa hipertrofia foi ocupando o espaço dos outros sentidos tradicionais. Acreditamos que essa hipertrofia da imagem está na raiz do fenômeno da iconofagia. (BAITELLO, 2008: 1)

Porém, mesmo diante de um cenário tão obscuro, é possível lançar gotas de esperança naquele que constrói essa paisagem: o homem que, utilizando a consciência crítica, tem a capacidade de adestrar esse universo imagético, domando-o, avaliando-o, controlando-o.

⁴ Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia. Acessível em: <http://www.cisc.org.br/html/index.php>

1.1 A relevância ambiental (pouco (re)conhecida) de Cianorte

A cidade de Cianorte, localizada no Noroeste paranaense, tem 57 anos. É conhecida nacionalmente como “Capital do Vestuário” devido à base econômica local que gira em torno das atividades fabris e de toda a economia periférica que a acompanha. De acordo com dados do IBGE⁵, Cianorte tem aproximadamente 69 mil habitantes (estimativa de 2009). O município abriga cerca de 450 empresas e 600 grifes, muitas conhecidas nacional e internacionalmente, empregando mais de 15 mil pessoas (a cada cinco cianortenses, dois trabalham no setor de confecções). A indústria local movimenta uma série de setores paralelos, como corte e costura, bordado, lavagem de tecidos e cursos de design e moda. Toda essa dinâmica gera cerca de 30 mil empregos indiretos. Cianorte é sede da maior feira do vestuário do Sul do País: a Expovest. No Produto Interno Bruto – PIB, do município, a indústria ocupa uma fatia de 44,30%, enquanto os setores de comércio e serviços representam 38,30%. Os 17,40% restantes vêm das atividades rurais.

Não casualmente, o nome da cidade é homônimo da empresa de origem inglesa que, por volta de 1925, deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná: a Companhia de Terras do Norte do Paraná – CTNP (Cia. Norte), que, mais tarde, teria seu nome original alterado para Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – CMNP. A cidade foi escolhida como sede central para as famílias dos então sócios proprietários da empresa colonizadora, justamente por estar centrada em uma região com solo formado pelo arenito caiuíá, o que a diferencia das demais cidades vizinhas que ostentam a conhecida “terra roxa”. Cianorte está perto dos “pés vermelhos”, mas não o é. Visualmente falando, isso a torna uma cidade “limpa”, em comparação às demais da região. Quando chove, a cidade não fica pincelada como as outras vizinhas.

As matas ali preservadas teriam por função manter a estabilidade climática do lugar para os privilegiados moradores que o tinham como área de descanso. Tais áreas verdes, que sobreviveram ao longo do tempo, são remanescentes da Mata Atlântica Semidecidual. Ainda nos anos 80, por circundar grande parte da cidade, a área foi batizada de Cinturão Verde de Cianorte, que, dentre outras espécies, ostenta a peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*).

⁵ Acessíveis em www.ibge.gov.br na seção *Cidades*.

do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (MMA) como de “Alta Importância Biológica”, e que o fato de a peroba rosa estar contida no Cinturão Verde e fazer parte da “Lista Vermelha de Plantas Ameaçadas de Extinção do Estado do Paraná” (SEMA/GTZ, 1995) incide na necessidade ainda maior de não apenas preservar a área, como também de aprofundar as pesquisas sobre a mesma.

Segundo DEAN (1996), a região da Mata Atlântica, na primeira metade do século XX, continuou a experimentar um rápido crescimento da população humana, sendo essa a principal causa da acelerada destruição florestal. Entre 1900 e 1950, a população do Sudeste, inclusive a região da floresta latifoliada do Paraná, cresceu muito: saltou de sete para 22 milhões. Assim, na metade do século não existia mais uma “frente pioneira” distinta, ainda que consideráveis faixas do que pode ter sido floresta virgem ainda se mantivessem em pé. No momento em que a população de todo o Brasil triplicou, entre 1900 e 1950, a de São Paulo quadruplicou e a do Paraná cresceu quase seis vezes e meia. A floresta tornou-se alvo fácil dos mercados urbano e mundial: na metade do século, a região era atravessada por 21.500 quilômetros de ferrovias e 166 quilômetros de estradas. A fim de saciar as necessidades domésticas e industriais, a população exercia pressão cada vez mais intensa sobre a floresta para uso comercial, cotidiano, de recreação e transporte.

1.2 Cia. Melhoramentos, verso e reverso: a transformação da floresta na imagem mais conveniente

Conforme DEAN (1996), a usurpação de terras públicas nos limites mais distantes da Mata Atlântica foi, até o final, uma atividade assassina. Enquanto os poderes legislativo e judiciário conferiam títulos bem definidos aos grileiros⁶, o Estado brasileiro prosseguia sua tradição de abdicar-se da responsabilidade e recompensar a vilania.

Com o passar dos anos, a maneira de explorar a terra – até então dividida em grandes latifúndios – foi transformada de modo significativo, cedendo lugar às terras em lotes, atraindo assim a venda em prestação a todos os interessados; uma característica comum no Norte e Oeste do Paraná.

É nesse cenário que surge a mais conhecida empresa privada colonizadora da região, que passou a ser respeitada e admirada. Seus sócios, liderados por Simon Fraser (o “Lorde Lovat”), adquiriram 515 mil alqueires em diversas parcelas, entre 1924 e 1927, compradas do Estado, de proprietários presumidos e de ocupantes. Foi formado um agrupamento de força policial privada cuja atuação se propalava, não diferindo da ação dos pistoleiros contratados por loteadores menos escrupulosos⁷. A Companhia estendeu uma via férrea ao longo dessa vasta propriedade, planejando e estabelecendo uma vila a cada cem quilômetros. Vendeu milhares de lotes rurais, supostamente adequados para o café, a pequenos produtores esperançosos, até ser obrigada - pelo falido governo britânico - a vender tudo a capitalistas brasileiros durante a Segunda Guerra Mundial.

Em entrevista concedida a STEINKE & BORTOLOTTI (2008), o pesquisador Tomazi trata da reocupação de parte do território do estado do Paraná, mais especificamente a que se refere à parte Norte, pela CMNP. Durante sua ocupação, a empresa adquiriu as terras naquela região, quando ela ainda era chamada de “sertão”, de

⁶ “O termo grilagem tem origem em uma prática antiga de ‘envelhecer’ documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência antiga e com uso”. (GREENPEACE, 2005)

⁷ Em conversa com o filho de um pioneiro de Cianorte, o mesmo relatou a esta autora que, no dia em que conversavam, havia falecido um amigo da família. Disse ao entrevistado que lamentava, e o mesmo respondeu “Ah, deve estar no lugar que merecia. Ele tinha um passado terrível. Na época da colonização, ele ganhava pela quantidade de pares de orelhas que trazia para comprovar seu serviço à CMNP”.

mata “virgem”. Mas, para Tomazi, há uma distinção muito clara entre a ocupação e a reocupação. A primeira ação teria sido realizada pelos povos que ocuparam, há milhares de anos, a citada região. Em se tratando da reocupação, esta já seria fruto das intervenções ocorridas no início do século XIX, com o intuito de transformar a terra em bens de capital, iniciando-se então o retalhe e comercialização do Norte paranaense.

Todas estas terras foram consideradas “vazias” em vários discursos, como o da própria CMNP, e pelas demais companhias, que promoveram as (re)ocupações no Estado do Paraná. O mesmo discurso é percebido por Tomazi em inúmeros panfletos publicitários, jornais e revistas, bem como no discurso oral de parte da população que ocupou a região, colaborando na construção da idéia de “vazio demográfico”. Da mesma forma, em tal discurso estão presentes a criação de alguns mitos como a região como o “El Dorado”, no qual as pessoas podiam adquirir terras a baixos preços e enriquecer rapidamente, o discurso que coloca o “pioneiro” como um herói mítico que derrubou a floresta e transformou a paisagem em um sistema produtivo dentro dos moldes capitalistas. Tais discursos são bastante comuns nos relatos da época e mesmo ainda nos discursos atuais. (STEINKE & BORTOLOTTI, 2008: 6)

O discurso do “vazio demográfico” alia-se a uma espécie de ausência construída da floresta. Como se sua presença nada significasse, não existisse, e, por isso mesmo, não houvesse perdas a lamentar. Havia uma omissão intencional da floresta, como CARVALHO & NODARI (2008) relatam detectar em jornais da época:

(...) nas propagandas de venda de terras da CMNP, que aparecem no jornal, não se fazia referência à floresta, nem mesmo como fonte de recursos, por exemplo, com a possibilidade de venda da madeira. Havia referências à uberdade da terra e a uma “natureza pródiga”, com a qual procurava-se construir uma imagem de paraíso terrestre, que não parece ter sido concebido como um “paraíso selvagem”, pois ali a floresta era uma ausência. (CARVALHO & NODARI, 2008: 7)

Mota, entrevistado por BORTOLOTTI & STEINKE (2008), explica que se construiu a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Por outro aspecto – no que novamente diz respeito à maneira como a CMNP criava no imaginário popular a concepção da mata ausente –, em seus anúncios particulares havia a aceitação da mesma mata outrora negada. Porém, tal presença admitida ocorria com o propósito de montar uma imagem da mata que mais interessante fosse; neste caso, como um lugar caótico que necessitava de intervenção.

Porém, quando interessa que a mata seja vista por outro prisma, a propaganda de venda de terras da “Colonizadora Norte do Paraná S/A” expressa, de forma exemplar, a apreciação hegemônica sobre o desflorestamento (CARVALHO & NODARI, 2008).



Figura 1: Anúncio de venda da CMNP em jornal antigo
Fonte: CARVALHO; NODARI, 2008: 7.

Apesar da baixa qualidade gráfica da fonte, não há dúvida que a contraposição entre as duas figuras acima é radical: o desflorestamento é a chegada da civilização, do progresso, do desenvolvimento. De um lado, o “hoje”, apresenta a floresta como caótica, a multiplicidade de elementos da figura acentua a impressão de caos e, as bordas escuras, com franjas pendendo em torno da figura, reforça a sensação “claustrofóbica”. Além disso, altas árvores e “palmitos” indicam, pelo menos é o que acreditavam na época, que eram terras boas para o cultivo de café, ou seja, buscava-se apresentar elementos que indicassem ter um “mato bom” nas terras a serem vendidas. Esclarece-se que a expressão “mato bom”, foi dicionarizada como um regionalismo paranaense que significa: “[...] mato cuja vegetação luxuriante revela a fertilidade do terreno onde se desenvolve e o torna próprio, depois da derrubada, para a cultura”. (CARVALHO; NODARI, 2008, p.07)

BONI & SATO (2009) tratam do uso da fotografia como estratégia publicitária por parte da CMNP no período da colonização, abordando a maneira como a empresa divulgava, em outros estados e países, seu ambicioso projeto de colonização nas décadas de 1930 e 1940.

Nesse período, sem emissoras de rádio na região, a colonizadora espalhou agenciadores de terras por outros estados, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Bahia, com precários escritos publicitários que ressaltavam a fertilidade das terras vermelhas e destacava que a região estava livre das “saúvas” que, à época, eram consideradas a maior praga do Brasil. Contudo, para atestar a veracidade dos escritos, muniu seus agenciadores com álbuns fotográficos. (...) Apurou-se que, assim como Rio de Janeiro e São Paulo se utilizaram da fotografia para propagandear, respectivamente, as emergentes cidades “civilizada” e “moderna”, a CTNP também a utilizou para propagar a fertilidade de suas terras, atrair compradores e colonizar o norte do Paraná. (BONI; SATO, 2009: 245)

E se de um lado está a mata, com toda a insegurança e ameaça que possa representar, de outro está o “amanhã”, o depois, agora moldado pela intervenção da CMNP, apresentando os resultados da “civilização”. Em contraponto com parte da ilustração à esquerda, à direita está a terra arada tomada pelo cultivo de cafezais exuberantes, um pasto com uma casa e um trator. “Esse último elemento, mesmo em 1960, parecia estar longe da realidade da esmagadora maioria dos agricultores, que ainda não haviam passado pela modernização agrícola, pois viviam de uma agricultura ‘de enxada’” (CARVALHO; NODARI, 2008: 08). De acordo com as autoras citadas, o trator era e é um símbolo de uma agricultura moderna, já estabelecida como ideal de futuro, fato comprovado em numerosas propagandas de máquinas e fertilizantes, encontradas em exemplares de jornais da época.

Ainda de acordo com BONI & SATO (2009), a empresa fez uso da fotografia para propagandear a fertilidade do solo. Quando fotografava as imensas árvores e ressaltava sua magnitude, estava fazendo uma clara alusão à potencialidade de fertilidade agrícola das terras.

Assim, perobas-rosa centenárias e, principalmente, figueiras brancas majestosas foram as primeiras “garotas propagandas” do Norte Novo do estado do Paraná, região que abrange, hoje, o território de Londrina a Maringá. O diâmetro dos troncos das figueiras era tão grande (Figura 1), que para abraçá-lo seriam necessários alguns homens de braços esticados e mãos dadas. Tratando da fertilidade do solo e do uso de fotografias para tornar as falas críveis, Arias Neto (1998, p.29) destaca que: “Era necessário ‘ver para crer’ na fantástica fertilidade do solo, que dificilmente em outros lugares se encontra, adequado para qualquer cultura, ou, em outras palavras, uma terra [...] toda chã e muito cheia de arvoredos”. (BONI; SATO, 2009: 255)

O discurso em torno da necessidade de limpar a mata para dar lugar ao progresso, em pleno século XXI, voltaria a ocorrer no episódio do “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”, assumido pelo jornal Tribuna de Cianorte⁸ em maio de 2000, na matéria “Moradores falam sobre a retirada de vegetação no Cianortinho”, destacando falas de populares que se posicionavam a favor do desmatamento. A maioria expressiva justificava que o que havia no local não se tratava de uma floresta, mas de uma capoeira (termo genérico que significa que a floresta não é primária, mas constituída de espécies pioneiras, sem grande valor comercial ou relevante para a conservação em área

⁸ Com o título “Moradores falam sobre a retirada de vegetação no Cianortinho”, o jornal de 7 de maio de 2000 entrevistou oito moradores. Apenas um deles posicionou-se contrário à derrubada da mata, ainda assim salientando algum avanço com o desmatamento da mesma.

anteriormente desmatada). Diziam também que ela representava um retrocesso responsável, até mesmo, pelo aumento dos índices da violência urbana.

Essa crença aparece refletida no comentário de José Carlos Martins, morador do entorno do Cinturão Verde de Cianorte, em entrevista publicada em 7 de maio de 2000:

Na verdade não tinha mata coisa nenhuma. O que existia aqui na frente da minha casa era só uma capoeira que criava bichos como cobra, aranha, escorpião e outros que constantemente causavam problemas para nós, moradores. Isto sem contar com o problema dos incêndios que todos os anos se repetia, minha casa é de madeira e o Corpo de Bombeiros não conseguia combater todos os focos o que nos deixava com muito medo do fogo. As crianças viviam em perigo, a atenção com elas sempre tinha que ser redobrada devido à constante presença de animais que vinham da capoeira. Com a retirada desta vegetação que já estava castigada esta área poderá ser loteada, o que também vai valorizar os nossos terrenos, com esta iniciativa meus filhos Carlos Henrique, de 03 anos, e Ângela Maria, de 12 anos, terão mais tranquilidade. Todos nós moradores passamos a ter mais segurança (sic). (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

O depoimento do morador, como outros que seguem, é contraditório por si só e segue o estereótipo de ter a mata, ou o que resta dela, como uma ameaça, um sinônimo de retrocesso. Quando o morador afirma que no local não havia mata, mas somente uma capoeira, o mesmo se contradiz. Ao mencionar o problema dos focos de incêndio, que segundo ele eram constantes, cabe ressaltar que, em uma área descrita como “capoeira”, essas incidências não deveriam soar como problema.

A questão, então, não é a mata, mas os incêndios frequentes. E por que não combater o fogo, em vez de eliminá-la? Em sua fala, o entrevistado José Carlos Martins finaliza dizendo que o novo loteamento irá valorizar sua propriedade, deixando todos mais tranquilos e seguros. Isso significa que a área natural em si não é o problema: trata-se somente de eliminá-la para dar lugar a um loteamento.

O mesmo pressuposto – de que a mata é um empecilho que precisa ser eliminado – é compartilhado pela aposentada Marta Bratti, uma das pioneiras no local, que, de acordo com o jornal, afirma que a limpeza “estará proporcionando mais segurança”.

Achei muito boa a idéia, este trabalho deveria ter sido realizado há muito mais tempo. Somente neste local estou morando há 31 anos, trabalhei na Escola Dom Bosco 21 anos, e posso dizer com clareza que sempre que formava um pouco de mata neste local, logo vinha o fogo e devastava tudo. Outro fato importante é citar que os incêndios causavam grandes transtornos aos alunos que na grande maioria das vezes tinham que ser retirados às pressas das salas de aula, devido à intensa fumaça que se formava pondo em risco inclusive a vida dos alunos. A fumaça causava fadiga nas crianças e isto desde que foi fundada a escola. Esta mata também sempre serviu de local de encontro de usuários de droga. Uma vez fiquei junto da janela à tardezinha

quando presenciei entrando no mato cerca de 12 jovens, todos com “cigarrinho” na mão. Constantemente também acontecia movimento da polícia. O local servia até mesmo como cemitério de bicicletas roubadas. Acho que deviam ter derrubado bem antes para evitar problemas para nós, os moradores desta localidade. Hoje com tudo limpo posso dizer que estamos vivendo com muito mais tranquilidade e com mais segurança. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

Já a anomia social refletida no uso de drogas passa a ser “problema da floresta”, ou melhor, uma responsabilidade delegada à sua existência. Novamente, a eliminação do problema não está em sua essência, suas origens, mas no “objeto” que o circunda.

O discurso tácito da natureza como entrave é respaldado com palavras como “tranquilidade” e “segurança”. Em todas as falas, o problema do fogo é salientado e o resultado final, com a eliminação da mata, torna-se motivo de comemoração. Como para a aposentada Dalva Cordeiro, de 78 anos, que mora nas proximidades há 25 anos:

Este local todo ano queima, mas agora que cortou tudo, dei graças à (sic) Deus. No último ano tive que jogar água em minha casa para evitar que pegasse fogo (fogo), o medo é porque a casa foi construída de madeira e já está velha. Com a falta de chuva qualquer faísca pode causar um incêndio então resolvi molhar toda a casa por fora, consegui bom resultado mas com a retirada desta vegetação **acabaram todos os problemas**⁹. Sempre chamamos os bombeiros, mas nem sempre eles podiam nos atender, devido ao grande número de focos de incêndio que aconteciam em toda cidade. Agora sempre digo aos meus filhos que daqui a alguns dias, nós vamos morar no Centro da Cidade. Acredito que com o novo loteamento vai melhorar inclusive a avaliação de nossos imóveis”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

A fala da aposentada Dalva Cordeiro mais uma vez evidencia uma visão distorcida. Quando afirma que todos os problemas acabaram, não imagina a anciã que esse é o grande desafio da virada do milênio. A conotação é de que o verde implica um distanciamento do perímetro central, transformando a localidade próxima ao Cinturão Verde em um espaço periférico. Imagina-se que a retirada da mata permita inclusive uma transposição ou uma mudança geopolítica, pois a área que estava na periferia da cidade passa a fazer parte da urbe.

Dando continuidade à sequência de entrevistas, parecendo obedecer a um roteiro previamente ensaiado, o leitor se depara com a fala do casal Antônio e Luzimar Donda. Eles vão exemplificar ainda mais o conceito da mata como barreira que impede o progresso e o avanço na escala social. A moradora Luzimar Donda também fala do problema frequente do fogo:

⁹ Grifo da autora.

Estou morando aqui há dois meses e neste curto espaço de tempo precisei chamar o Corpo de Bombeiros duas vezes para combater focos de incêndio. Antes foi colocado como legal este desmatamento, mas alguns moradores se mobilizaram no sentido de impedir. O desmatamento é de benefício não só para a cidade. Antes existia a mata, mas era propriedade privada, agora com a instituição do Parque Cinturão Verde as coisas vão melhorar, com os recursos do ICMS Ecológico poderão investir na preservação da área verde. Isto sem falar do trabalho que poderá ser feito no sentido de impedir que o contorno da mata se torne um depósito de lixo como podíamos ver neste local. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

O jornal destaca que o marido da entrevistada chega ao final da matéria e também deseja opinar. Seu discurso não difere dos demais, que percebe a mata como um divisor entre o progresso e a estagnação. E aproveita para fazer uso de certo bairrismo, questionando a legitimidade de quem não mora em Cianorte palpar sobre o assunto.

Achei a melhor coisa do mundo, pelo menos agora vamos morar dentro da cidade, o estranho é um cidadão que nem mora neste local vir falar mal do trabalho que vem de encontro (sic) com o interesse da cidade. Cianorte ainda não conseguiu se desenvolver porque o espaço é pequeno, agora pergunto porque outras cidades como Umuarama, também não preservam o meio ambiente, como nós. A área de mata continuará bastante grande. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

Outra moradora, Maria Aparecida Gomes, se diz “de acordo com o acordo”. “Gostei porque era só uma capoeira, no calor era difícil cada vez que ia dormir tinha que olhar nas cortinas e nos cantos para evitar surpresas como aranhas e escorpiões, na época de seca era constante o medo do fogo sem contar com o lixo que o povo depositava nas margens”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

O casal Antônio Geraldo e Rosa Custódio da Silva também reafirma o mesmo discurso. “Achei ótimo. Esta capoeira só formava inseto e escorpião, cada dia tinha que matar um, agora com a retirada desta vegetação até mais ventilado ficou”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4). Geraldo completou:

Para mim já devia ter feito antes. A cidade não tinha como crescer, isto era um depósito de lixo, carroceiros jogavam lixo causando transtornos para todos os moradores desta região, isto sem contar com a molecada que vinha fumar escondida no meio da capoeira. Moro em Cianorte desde 1963 e acredito que ainda ficou muita área verde que agora será preservada”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

Do rol de entrevistados, somente duas moradoras dizem não concordar com o desmatamento, embora terminem suas falas salientando pontos positivos sobre isso.

Assim pensa a dona de casa Aluciana Araújo Monerato, 28 anos, que disse não concordar com a retirada da vegetação:

Achei ruim, já existe pouca árvore na região e muita poeira pelo fato de ainda não haver asfalto. As árvores ajudavam a limpar o ar. Mas ouvi dizer que quando for construído o loteamento, o asfalto será feito e estará melhorando a qualidade de vida dos moradores desta localidade. Por um lado é bom porque a cidade cresce, mas por outro perdemos a vegetação, que antes era apreciada nas manhãs por nós e pelas crianças. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4)

Outra entrevistada, Antônia Olinda da Silva, residente no local havia 16 anos, disse: “Eu gostava de ter o mato, mas como derrubou está tudo bem. Mas o mato era muito bom, não vinha muito vento, agora no tempo do frio vai aumentar a ventania”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4). Nas falas dos entrevistados, é possível notar uma aceitação da derrubada da mata, aliada ao discurso de que sua ausência possibilita a presença de um sentimento de pertencimento, impedido até então.

Silva citado por VASCONCELOS et alii (2006), salienta que, no início de seu assentamento, os interesses econômicos da CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná - originaram um projeto de cidade devastador da fauna e flora e de sua população de índios e posseiros que, na época, ali habitavam. Da mesma forma, a proposta se apresentava como segregadora na medida em que delimitava a cidade e indicava quem povoaria e quais seriam as áreas adequadas.

De acordo com STEINKE (2007), a partir do trabalho realizado pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, engenheiro contratado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná para projetar as cidades de Maringá e Cianorte, é possível identificar a concretização urbanística da Cidade Jardim, ainda que com alguns deslocamentos.

Macedo Vieira seria, então, o difusor do movimento “Cidade Jardim” no Brasil, “mas destituído do seu conteúdo utópico ao discutir os princípios da utopia *howardiana*, as primeiras experiências européias e a transferência de tais discursos sobre a cidade em nosso país”. (STEINKE & BORTOLOTTI, 2008: 7)

A humanidade bem pode ser dividida em dois grupos, tendo em vista o ambiente ao redor de cada um deles: os que instintivamente se põem a moldar o seu entorno e os que se conformam com o esquema tal como ele existe. Patrick Abercrombie, responsável por esta divisão, e o seu colega Ebenezer Howard têm lugares assegurados no primeiro grupo. Howard idealizou a cidade jardim a fim de reconfigurar a forma urbana. Abercrombie acompanhou o raciocínio de Howard e o aplicou no âmbito regional. Juntos, os dois representam o desencadeamento de uma idéia e os desdobramentos dela. Lado a lado, retratam boa parte da cultura urbanística em Londres, do

começo do século XX até a edição do ATO das Cidades Novas, em 1946. (REGO, 2009: 153)

A ideia da cidade jardim foi registrada por Howard no livro *To-morrow: a peaceful path to real reform*¹⁰, em 1898. Howard passou a infância na cidade degradada descrita por Charles Dickens que, ao fim do século XIX, não destoava muito do cenário das cidades inglesas retratadas nos romances desse autor. Nessa perspectiva, a cidade nova imaginada por Howard surgia como resposta para os problemas da Londres vitoriana. (REGO, 2009)

STEINKE & BORTOLOTTI (2008) ressaltam que o criador do ideal de cidade jardim propunha um modelo que buscava uma alternativa à metrópole, caracterizada pela distância da natureza, com problemas físicos e sociais incuráveis, que colocavam em xeque os relacionamentos simbólicos essenciais à realização individual.

Segundo o relato de STEINKE (2007), a cidade jardim surgiu como movimento no fim do século XIX. Teve início na Inglaterra e passou a difundir-se para vários países como Japão, Espanha, França, Estados Unidos e Brasil, dentre outros, por conta da ação de profissionais e da divulgação dos manuais de urbanismo, principalmente o livro de Howard. Esse conceito eliminaria a dicotomia entre o campo e a cidade e seria uma fórmula de mesclar os atrativos de ambos. Portanto, não haveria sobreposição, mas adequação.

Seriam como três ímãs: os dois primeiros puxando as pessoas tendo como força atrativa aquilo que o campo tem a oferecer de positivo e somando-se ao que a cidade, por sua vez, oferece de positivo. O terceiro seria: O reencontro com a beleza da natureza: campos e parques de fácil acesso, ar e água puros, residências e jardins esplêndidos, ausência de fumaças e de cortiços, boa drenagem, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de oportunidades sociais através de aluguéis baixos, oportunidades de empreendimento, influxo de capital, entre outras, contando ainda com o espírito de cooperação entre as pessoas. Para isso, o tamanho limitado da cidade, com uma baixa densidade de habitantes, era um dos pontos principais para a realização do empreendimento. (STEINKE & BORTOLOTTI, 2007: 7)

MORIN (1999: 175), ao tratar da ruína urbana, diz que seria inútil conceber equilíbrio e estabilidade onde há crescimento e desenvolvimento.

As tendências, contratendências, antagonismos desequilibram, bloqueiam, desbloqueiam, engarrafam, estimulam e se traduzem por desorganizações-reorganizações permanentes. Isto significa que seria errôneo pensar que as

¹⁰ Em português livre: *Para a manhã* (fazendo trocadilho com *Tomorrow* que significa *Amanhã*): *um trajeto pacífico para uma reforma real*.

flutuações e as perturbações são fenômenos recentes. O crescimento das cidades no século XIX, por intermédio do qual se efetuou o desenvolvimento da complexidade social e individual, traduziu-se ao nível popular por terríveis pressões, profundas repressões, incertezas de vida e de sobrevivência (desemprego), aglomerações anômicas, desregramentos múltiplos (delinqüência, alcoolismo).

Ao citar a França no correr do século XX, MORIN (1999: 175) explica que o ecossistema urbano parecia evoluir para um *optimum*:

(...) a policização tendia a reduzir as anomias a alguns bolsões periféricos, as servidões e repressões tendiam a regredir, como as pressões e incertezas tendiam a produzir individualidade e liberdades. A imagem da cidade tentacular sucedia uma imagem de cidade-luz, e esta se opunha fortemente à do atraso rural, na qual se encontravam os temas da servidão e do gregarismo, do inculto e do frustrado. (idem)

Ainda de acordo com MORIN (1999), o meio urbano era tido como o local privilegiado da variedade e da riqueza das experiências, do bem-estar, da elevação do nível de vida, do movimento livre, da livre opinião, dos encontros, dos divertimentos, dos prazeres. Era o modelo do local deserdado da vida repetitiva e monótona, do desconforto e do baixo nível de vida, das atividades rituais e das proibições, da solidão e do tédio.

Porém, essa imagem logo mudaria de tom e a metrópole conceberia, então, um modelo “claro-escuro”, com as sombras compondo as nuances das luzes. Nota-se, dessa feita, uma repetição mecânica daquilo que até então era tido como variado e diversificado; a autonomia leva a reboque o gregarismo imposto; a fadiga toma conta do bem-estar; os aspectos positivos da individualização se fazem acompanhar pelos danos da atomização e solidão; as seguranças são acompanhadas de obstruções e de desordens; os ganhos em variedade e lazeres são acompanhados de perdas de variedade de trabalho, de acordo com MORIN (1999).

De sede da civilização urbana, a cidade agora passa a ser o local em que existe a vida urbana, onde coexistem fenômenos de concentração (intensidade e variedade) de populações, de atividades, de trabalhos, de divertimentos, de possibilidades, entre outros. É nesse período que surgem mecanismos corretores.

Ao nível dos sistemas de controle e de integração (o Estado, a comuna), constituem-se aparelhos e dispositivos de planificação, de ordenação, de urbanismo que visam a “dominar” o ecossistema com vista ao desenvolvimento ótimo. Ao nível dos indivíduos se operam, cada vez em maior escala, processo de regulação ambi-ecossistêmicos por alternância entre vida urbana e mergulhos na natureza (férias, feriados, fins-de-semana),

e vê-se, também, paralelamente, que a suburbanização tende a substituir a simples mudança para bairros mais afastados: as cidades-jardins, as casas de campo criarão alternâncias de fraca amplitude, e sobretudo compromissos entre os dois ecossistemas, embora descongestionando os centros metropolitanos. (MORIN, 1999, p.177)

A decisão da CMNP de deixar reservas florestais fazia parte de um conceito que objetivava transformar Cianorte em uma estrutura física atrativa para a reprodução do capital e que imprimisse uma imagem de bem-estar e de qualidade de vida a seus habitantes. “Resultou-se, então, em uma planta com características modernas, em que o traçado geométrico e zoneamento foram articulados de modo preciso, preservando áreas de mata nativa destinadas à implantação de parques urbanos – cinturão verde”. (VASCONCELOS, et.alii, 2008: 4)

Conforme DEAN (1996), a Companhia – antecipando o Código Florestal Brasileiro – exigia que os compradores de seus lotes mantivessem 10% de suas áreas com cobertura florestal. No entanto, não existem evidências de que a Companhia impusesse tal cláusula contratual. Os proprietários brasileiros sucessores criaram três reservas florestais sob a direção de um silvicultor experiente, mas elas representavam meros 17 km², nada além de sementeiras de árvores para embelezamento das vilas. Em 1975 e 1981, a Companhia queimou e desmatou duas enormes faixas não vendidas – as últimas de bom tamanho em seu poder, totalizando 140 km² – para plantar pasto e cana-de-açúcar. Os próprios compradores não tardaram a subdividir suas propriedades em parcelas medindo em média menos de dez hectares cada uma. Muitos desses minifúndios logo ficaram desarborizados. A passagem para a pequena propriedade alterava e acelerava drasticamente a estratégia de derrubada da floresta.

Ainda no Paraná, segundo LIMA & CAPOBIANCO (1997), da Fundação SOS Mata Atlântica, duas importantes áreas privadas devem ser destacadas: a Fazenda Monte Alegre em Telêmaco Borba, de propriedade das Indústrias Klabin de Papel e Celulose, na qual se desenvolve um bom manejo florestal certificado pelo FSC – *Forest Stewardship Council*¹¹; e a Fazenda Melhoramentos, pertencente à CMNP, cujo tamanho do remanescente florestal localizado entre Tuneiras do Oeste e Cianorte é representativo¹². Especialmente por estar situado em uma região que já perdeu quase a

¹¹ Conselho de Manejo Florestal, uma organização não-governamental integrada por 310 filiados de 44 países.

¹² A área foi transformada em Unidade de Conservação Federal, denominada Reserva Biológica das Perobas, gerida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

totalidade da cobertura florestal e por ser o último grande remanescente e refúgio de Mata Atlântica Semidecidual no Estado do Paraná.

A área verde que sobrou dentro do município de Cianorte passou a ser conhecida como “Cinturão Verde de Cianorte”, com uma biodiversidade extraordinária, enriquecida por suas incontáveis espécies endêmicas. Das sete espécies consideradas extintas em tempos recentes, todas se encontravam distribuídas na Mata Atlântica.

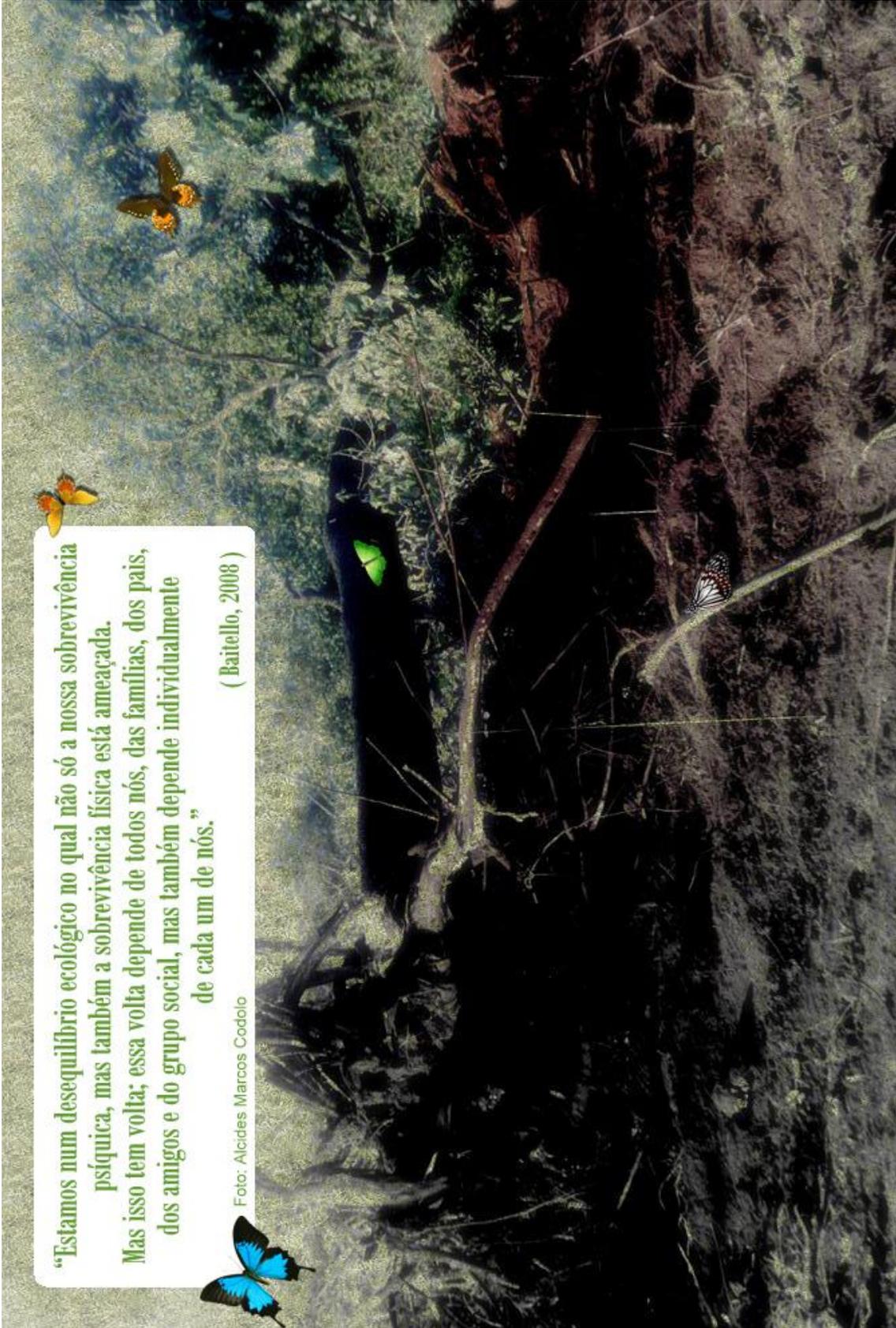
O Ministério do Meio Ambiente e a Fundação SOS Mata Atlântica¹³ publicaram em 2000 os resultados do *workshop* “Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos”, em que o município de Cianorte está incluído em uma das “manchas” situadas em meio a áreas agrícolas, sendo considerado como insuficientemente conhecido, mas de provável importância biológica. Essa informação demonstra a necessidade de preservar o que resta de área nativa na região, sob o risco de colocar por terra um patrimônio natural que sequer possa ser mensurado (se é que é possível mensurar tal valor), em virtude de não conhecer o que nele esta(va) abrigado.

¹³ BRASIL. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA, 2000.

“Estamos num desequilíbrio ecológico no qual não só a nossa sobrevivência psíquica, mas também a sobrevivência física está ameaçada. Mas isso tem volta; essa volta depende de todos nós, das famílias, dos pais, dos amigos e do grupo social, mas também depende individualmente de cada um de nós.”

(Baitello, 2008)

Foto: Alcides Marcos Codolo



O Century Park vende ao usuário a ideia de que o conjunto habitacional integra-se à natureza, quando de fato a mata foi completamente devastada para dar lugar ao empreendimento. Não é a mata que cerca o condomínio. Na verdade o condomínio invadiu um espaço para ser ambientado.





(...) Isso tinha que ver com a crença que foi desenvolvida lentamente no período das luzes: de que o ser humano tem um poder extraordinário e que ele se diferenciava com relação a todos os outros seres e objetos da natureza e que ele, portanto, pode dominar e controlar a natureza.

Nem vou desenvolver aqui o quanto os fatos mostraram como isso foi um grande equívoco, bárbaro.

Depois desse equívoco ter sido praticado, o que se pode apenas fazer é corrigir o problema e continuar pensando dessa mesma maneira.

(Pinheiro, 2009)

2 A IMAGEM QUE SE PRETENDIA SER: Cinturão ampliado e preservado – o uso e abuso da mídia impressa na tentativa de uma hipnose coletiva

No dia 25 de março de 1999, o jornal *Tribuna de Cianorte* anunciou na capa de uma única edição: “Cianorte ganha Parque Cinturão Verde doado pela iniciativa privada” e “Cinturão Verde será enfim do município” (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 1). A primeira diz respeito à manchete principal, que chama o leitor para a reportagem na página 3. A manchete seguinte convida o leitor para matéria especial na página 6. Ainda na coluna intitulada *Informe Tribuna de Cianorte*, assinada por Paulo A. Tertulino, o olho é denominado “Dia Histórico”, nos seguintes termos:

Hoje será, sem dúvida, dia histórico para Cianorte. Será assinada a escritura pública de transferência da Companhia para a Prefeitura da reserva permanente denominada Cinturão Verde. A comunidade deve participar do ato solene, a partir das 15 horas na Avenida Minas Gerais. (INFORME TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 6)

A informação sugere que haverá apenas uma transferência, sem citar o teor da troca, e faz uso do termo “reserva permanente” de modo equivocado, pois, segundo a normatização ambiental, o termo empregado pelo autor, na verdade, deveria ser RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural. E RPPN, como o próprio termo ensina, diz respeito a uma das categorias de Unidades de Conservação do Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação (SNUC) de uso sustentável, de posse privada e livre do pagamento de ITR – Imposto Territorial Rural. Todavia, o proprietário não se abstém do dever de manter as características naturais da área: qualquer instalação a ser realizada deve ser submetida previamente ao EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, além de apresentar um plano de manejo e outras restrições de uso caracterizadas pela SNUC.

Tendo como fonte a Agência Estadual sediada em Curitiba, a manchete da página 3 ocupa praticamente metade da página do jornal. O lide mostra basicamente que os moradores da cidade “ganham” o Parque Cinturão Verde, “uma área de preservação de 282,3 mil hectares doados ao município pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná depois de quatro anos de negociações intermediadas pelo Governo do Estado”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 3)

Sem que se realize um falso ou precipitado julgamento, há que se frisar que a área de preservação a ser “doada” ao município se refere a 282,3 hectares, e não a 282,3

mil hectares, como inicia a matéria. Os dados não foram repetidos ao longo do texto. Portanto, é possível considerar a possibilidade de um erro de digitação/informação.

O restante da matéria informa sobre o horário, local e autoridades presentes no ato de criação do parque. Explica que o mesmo contorna grande parte do município e é formado por mata nativa; que a prefeitura já está trabalhando no plano de manejo para execução de obras de melhorias, infraestrutura e fiscalização. Naquela época, o então prefeito Flávio Vieira comemorava: “Finalmente o Cinturão Verde passa a ser um patrimônio do município, que será beneficiado com a proteção da floresta e com o desenvolvimento de projetos científicos e de educação ambiental”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 3)

Mais adiante, o release informa: “Além de doar a área do parque, a Cia. Melhoramentos assumiu com o Governo do Estado o compromisso de manter 251 hectares de reserva natural. Como contrapartida, a empresa recebeu autorização para lotear 231 hectares, 148 na área urbana e o restante na área rural de Cianorte”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 3)

Ocorre que esses 251 hectares dizem respeito não simplesmente a uma reserva natural, mas, sim, a uma reserva legal protegida pelo Código Florestal Brasileiro e, conseqüentemente, imune de corte, independentemente de qualquer “acordo”. Em seguida, é mencionada uma contrapartida, a favor da empresa. Assim, o leitor passa a ser informado que a “doação” está condicionada a uma “troca” que autorizaria a Cia. Melhoramentos a lotear 231 hectares: 148 na área urbana e o restante em área rural. Mas antes mesmo que o leitor possa levantar questionamentos, surge a seguinte informação: “as áreas foram vistoriadas por técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), que concluíram que os loteamentos não causarão danos ambientais”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 3)

O release que chama a atenção do leitor para uma doação também menciona um loteamento, para em seguida afirmar que este não provocará quaisquer danos ambientais. Não menciona o termo “desmatamento”, mas salienta:

Os locais não possuem reservas de mata nativa, sendo cobertos **apenas**¹⁴ por capoeiras formadas por espécies como o capixingui, a taquara e o samambaião reconhecidas como espécies pioneiras. Ainda de acordo com o relatório dos técnicos, a fauna existente é composta basicamente por pequenos roedores, que poderão migrar para áreas de proteção ambiental vizinhas aos loteamentos. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 3)

¹⁴ Grifo da autora.

Nessa perspectiva, o leitor é condicionado a imaginar que existe, sim, uma área importante a ser preservada e outra que pode ser loteada sem maiores problemas, já que a fauna ali existente pode deslocar-se para as áreas próximas. Ignoram, assim, as demais formas de vida. Vende-se a imagem de que a troca não incidirá em qualquer dano, até porque as plantas predominantes são rasteiras e corriqueiras; e os animais ali existentes são pequenos roedores que poderão migrar para as áreas próximas, como se tais processos, migratórios e imigratórios não fossem causar nenhuma interferências na estrutura ecossistêmica e no comportamento animal, além de problemas relacionados à fragmentação e ao uso do habitat. Ao frisar que a fauna é composta basicamente por pequenos roedores, é descartada a presença de répteis, aves, insetos e outras classes de animais que compõem toda uma biota comum a qualquer ecossistema; seja em uma árvore, seja na totalidade de 231 hectares.

Como uma garantia de reforço junto ao leitor de que todo o Acordo do Cinturão Verde está amparado pela lei, o parágrafo seguinte informa que “o processo de negociação para a doação do terreno e a liberação dos loteamentos teve o acompanhamento do promotor Joelson Luiz Pereira, do Ministério Público”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 3). É importante salientar que não houve manifestação contrária da promotoria por conta dessa informação, como ocorreria futuramente.

O mesmo texto ainda abre espaço para a fala do então chefe do IAP de Umuarama, João Toninato, que afirma: “As negociações obedeceram ao propósito de não desmatar áreas essenciais para o meio ambiente” (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 3). Mas, afinal, quais são os critérios utilizados para definir a importância de uma área, em detrimento de outra - ainda mais em se tratando de um ambiente único, como dito no Capítulo I, que carece de estudos?

Se não existisse qualquer outro material de jornal impresso que comprovasse todo o percurso do episódio do Cinturão Verde, (visto que na época a internet não oferecia o potencial de socialização informativa de hoje, que poderia se tornar em fonte de pesquisa e documentação do caso) ou qualquer outra prova documental do caso, somente esse release seria motivo de amplas dissertações em muitas áreas do conhecimento. A começar pelo fato de o texto afirmar que os loteamentos não causarão danos ambientais. Essa frase coloca em xeque a inteligência de qualquer pessoa que tenha o mínimo conhecimento sobre o impacto que o homem provoca como animal que

coloniza e faz de suas colônias locais transitórios e finitos, posicionando-se como aquele ao redor do qual a Terra orbita.

Mesmo não se tratando de mata primária - o que, de certo modo, contradiz o texto inicial que define o Cinturão Verde de Cianorte como ampla área de mata nativa que cerca a cidade -, o fato de ali haver espécies consideradas pioneiras já é uma denúncia de que anteriormente havia mata nativa no local e que o terreno está em fase de preparação para receber novas espécies.

O mesmo texto ainda reserva um momento para o “jogo do contente” da personagem Pollyanna¹⁵, de tão surreal que é afirmar que apenas pequenos roedores habitam esses locais. Dessa forma, tenta-se vender a ilusão de que os animais sairão felizes e saltitantes para ocuparem espaços que não eram seus; como se, nesse contexto, já não fosse possível se deparar com a questão da demarcação territorial típica à maioria dos animais, bem como com a capacidade de carga que cada localidade obedece, de acordo com os parâmetros biológicos e ecológicos.

O release é finalizado com a informação de que as soluções implantadas no Paraná pela equipe de desenvolvimento econômico foram destaques de uma reportagem de página inteira no jornal japonês Kobe Shinbum. São citados os temas pautados pelo jornal, mas não são mencionadas quaisquer informações sobre a data da publicação, a cidade, a tiragem e os responsáveis pela elaboração do informativo.

Mesmo com o *release* publicado na íntegra, o jornal reserva mais uma página inteira para tratar do assunto, dessa vez em toda a contracapa. Nela, vê-se a manchete: “Cinturão Verde será enfim do município – Depois de cinco anos de negociações, Companhia passará área de preservação para o município em ato público, hoje”. A matéria é ilustrada com uma foto principal da vista aérea de um trecho de casas ladeadas pela mata, com a seguinte legenda: “Aspecto do majestoso Cinturão Verde”. Ainda há uma foto citando a visita do então secretário de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, e sua equipe, além de uma segunda ilustração – “Pista de caminhada na Avenida Minas Gerais contorna parte do Cinturão Verde” –, e uma foto de um exemplar adulto de uma peroba rosa, (*A. polyneuron*). (cf. TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 6)

O lide repete as informações do *release* publicado na página 3, finalizando que o documento a ser assinado tem como anuentes concordantes o IAP e a Apromac – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte.

¹⁵ Personagem de Eleanor H. Porter, surgida em 1913. Era uma menina que tinha como filosofia de vida manter atitudes positivas ante todas as circunstâncias. Daí o "jogo do contente", ensinado a ela pelo pai.

Nos próximos parágrafos, há uma retrospectiva das etapas que culminaram no Acordo. Segundo a matéria, foram realizadas reuniões ao longo de cinco anos entre representantes da Companhia, Prefeitura, IAP e Apromac. Tais encontros teriam sido guardados em arquivo de recortes de jornais, fotos e documentos, de domínio da Apromac. “A imensa área verde que permeia em Cianorte [sic] e em todas as cidades colonizadas pela Companhia Norte do Paraná deve-se à permanente preocupação da colonizadora em preservar, principalmente os mananciais”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 6)

Com essa afirmação contida na matéria, tem-se a impressão de que não houve interesse comercial na prorrogação da derrubada da mata, mas exclusivamente a preocupação com a manutenção dos riachos que serpenteavam a mata. Em seguida, há a inserção de depoimento do engenheiro florestal Eleutério Langowski, então assessor de planejamento do IAP e que, segundo a matéria, trabalha no órgão desde 1984, quando ainda se chamava Instituto de Terras e Cartografia - ITCF. Frisou-se que a Companhia teve o cuidado de, ao vender lotes rurais, fazer constar nas escrituras a obrigatoriedade de o comprador manter 20% de reserva: “Graças a isso, Cianorte, por exemplo, pode usufruir do Cinturão Verde”, declara o engenheiro¹⁶ (idem).

O parágrafo diz respeito à consideração que o então secretário de Estado do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, designaria à “grandiosidade da área verde da cidade”. A matéria informa ainda que a peroba “se transformou em árvore símbolo do Município pela Lei Municipal 1024/87, de 1987”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 1999: 6). Ressalta-se aí a peroba sem seu nome científico, na voz passiva, seguida de uma redundância - citando duas vezes o ano de promulgação da lei.

No box intitulado “Área de preservação é de 330 hectares”, é relatada a versão de Eleutério Langowski sobre o processo de negociação para a celebração do Acordo. Segundo ele, o então prefeito Flávio Vieira, assim que tomou posse, foi ao IAP em uma de suas viagens à capital paranaense, demonstrando interesse em dinamizar o projeto do Cinturão Verde quando soube que as negociações estavam em andamento. A primeira ação prática ocorreu em 1997, quando a Companhia cedeu a Cianorte o Parque Mandhuy, com cerca de 20 hectares, denominado de “Módulo I do Cinturão Verde”, que ganharia mais 80 hectares em consequência do Acordo.

¹⁶ Importante frisar que Langowski, na época, além de ocupar cargo de confiança no Governo Estadual, era sócio fundador da Apromac, ocupando, então, o cargo de presidente.

O chamado Módulo Mandhuy, diferentemente do que informa a matéria, não se tratava de um parque, mas de uma das áreas pertencentes à Companhia. O local, hoje situado na Av. Piauí, no bairro cianortense Vila Operária, está nas imediações daquilo que um dia foi conhecido como “erosão da Mãe Biela”, a maior vossoroca da América Latina, uma cratera resultante da erosão provocada no arenito caiuí. O solo arenoso característico da área era um alvo fácil. Nas memórias dos colonizadores ou dos viajantes que por lá passavam, é comum a citação dos transtornos causados pela vossoroca, tida com uma das maiores em área urbana brasileira. (CIOFFI, et alii, 1995)

Mãe Biela era uma velha senhora que tinha seu barraco instalado no local. Uma espécie de mãe-de-santo, na época conhecida por todos na cidade. A região tem, em suas barrancas, uma série de formações erosivas e acabou sendo transformada em depósito de lixo pelas empresas de confecções e por moradores que ali “desovavam” os mais diversos detritos. Porém, o acelerado crescimento da vegetação rasteira na maioria das vezes ocultava, debaixo do “tapete verde”, o lixo ali depositado. Materiais, em sua grande maioria, recicláveis.

Em anos anteriores, foi realizado o plantio de espécies nativas no local, com estudantes da rede pública. Porém, elas jamais se desenvolveram. No Parque, foi realizada a construção daquilo que seria um centro de educação ambiental, inclusive inaugurado com a presença do governador da época, Jaime Lerner. Contudo, logo em seguida o espaço foi transformado em sede da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Foram promovidas campanhas amplamente divulgadas pelos veículos de comunicação, relativas ao recolhimento de lixo do local, com a presença do prefeito Flávio Vieira e de estudantes, todos com sacos de lixo em punho. O fato é que a efetiva limpeza do espaço necessitaria mesmo de alguns caminhões de coleta para recolher até mesmo geladeiras e móveis velhos ali jogados. Mais tarde, a área seria cercada. No entorno, foi construída uma pista para caminhada.

Isso significa que a área do Parque - doada pela CMNP, vale lembrar -, não interessava para fins de loteamento, em virtude de suas características físicas.

É perceptível, assim, a tentativa de se construir um cenário em que a sociedade e a natureza tão-somente ganham, e nada perdem.

2.1 A imagem que já denunciava uma realidade acobertada: o Cinturão abocanhado pelo Century Park – uma cópia do *American way of life* no que restou da mata subtropical.

Century Park: Via Atlanta, Via Los Angeles, ruas Flórida, Olímpic, Alabama, Louisiana, Pensilvânia, Mississippi, Montana, Indiana, Geórgia, São Francisco, Nevada. O que esses nomes poderiam refletir em um primeiro momento? Infinitas imagens. Mas, a mais provável está ligada ao fato de serem endereços abasileirados, inspirados em algumas regiões dos Estados Unidos. Como se não bastasse a nomenclatura empregada, a situação vai além: trata-se de exemplo de transgressão às normas ambientais e mesmo ao que se passa abaixo da linha do Equador – mais especificamente à geografia, ao clima tropical, à cultura brasileira como um todo.

Assim, o Century Park se refere a um empreendimento imobiliário encravado em 1995 no Cinturão Verde de Cianorte, anunciado como uma oportunidade de trazer os Estados Unidos da América ao Noroeste paranaense, mais exatamente a Cianorte. O “estilo americano de viver” é anunciado como um sonho possível, ao alcance de quem tenha “cacife” financeiro para fazer parte do grupo privilegiado de um condomínio residencial fechado, de “alto padrão”¹⁷, junto à natureza - como se o jeito de se viver nos Estados Unidos fosse um exemplo a ser seguido, negligenciando todo o contexto histórico, geográfico e ambiental, dentre outros, nessa região paranaense ou de qualquer outra localidade que seja subjugada em detrimento de outro modelo exógeno.

O estereótipo do Century Park se choca com a proposta da mestiçagem cultural que, segundo PINHEIRO (2007), implica uma operação tradutória, que foi levada em última consequência na obra barroca e pode ocorrer tanto com um utensílio de cozinha como em uma grande catedral, passando pelas obras de arte e pela convivência humana. Mas como essas configurações mestiças em mosaico móveis são extremamente complexas, elas colocam em crise quem está dentro delas.

A América Latina assusta porque ela é muito complexa. Em uma grande cidade da Europa o turista fica sossegado porque a conhece de cor mesmo sem ter ido para ela. Já em cidades da América Latina este mesmo turista se sente sacolejado e projetado para elementos que estão em coligação que vieram dos índios, mouriscos, judeus, italianos e que formam uma espécie de caos urbano. (PINHEIRO, 2007: 1)

¹⁷ A autora coloca o termo “alto padrão” entre aspas, pois poderia ser tema de uma outra discussão. Porém, neste caso, refere-se estritamente à questão financeira, desconsiderando outros conceitos do que seria alto ou baixo padrão.

O loteamento denominado Century Park foi aprovado pelo Decreto Municipal nº 131/92, de 8 de dezembro de 1992, como loteamento comum. Porém, em 2005 a Lei Municipal nº 2.584 o transformaria em “Loteamento Fechado *Century Park*”, permitindo a concessão de uso das vias públicas, praças e espaços livres aos proprietários de imóveis do mesmo¹⁸.

Os trâmites que viabilizaram a autorização para que José Noé Martelli, proprietário da Imobiliária e Construtora Martelli¹⁹, recortasse uma fatia do Cinturão Verde para a construção de seu empreendimento, poderiam ser fruto de uma grande investida de pesquisa. Mas o fato é que, quando a primeira propaganda do citado empreendimento foi ao ar no canal local – uma TV a cabo denominada TV Cinturão Verde de Cianorte, no final dos anos de 1990 -, uma frase chamava a atenção. Os *offs* do comercial convidavam: “Venha viver em meio à natureza”, encerrando de forma contundente com o discurso: “Venha para o Century Park, um estilo americano de morar”. Tratava-se da propaganda daquilo que o Google Maps²⁰, anos depois, intitularia de “Martelli Complex”. Nas figuras 2 e 3, é possível ter uma dimensão do impacto do empreendimento na área verde e do disparate que envolve a situação:

¹⁸ A Lei nº 2.067/2000 que dispõe sobre a criação do Parque do Cinturão Verde e dá outras providências estabelece em seu artigo 2º: II – Lote “Reserva Florestal” do Loteamento “Century Park”, desta cidade e Comarca de Cianorte, com área total de 8,645808 hectares, iguais a 3,5726 alqueires paulistas, ou ainda 86.458,08 m², conforme matrícula nº 10.144 do CRI –1º Ofício da Comarca de Cianorte, que constitui o módulo Uruçora, do Parque Cinturão Verde, criado pela Lei Municipal nº 1.625/95, de 31 de janeiro de 1995.

¹⁹ Um empreendimento de um dos pioneiros da cidade, transformado em uma das principais referências da construção civil cianortense.

²⁰ As fotos foram retiradas do citado mecanismo de busca online.



Figura 2: Foto aérea parcial de Cianorte, com destaque para o condomínio fechado Century Park.
 Fonte: Google Maps, acessado em, 25 mar. de 2010. Disponível em <<http://maps.google.com.br/>>.

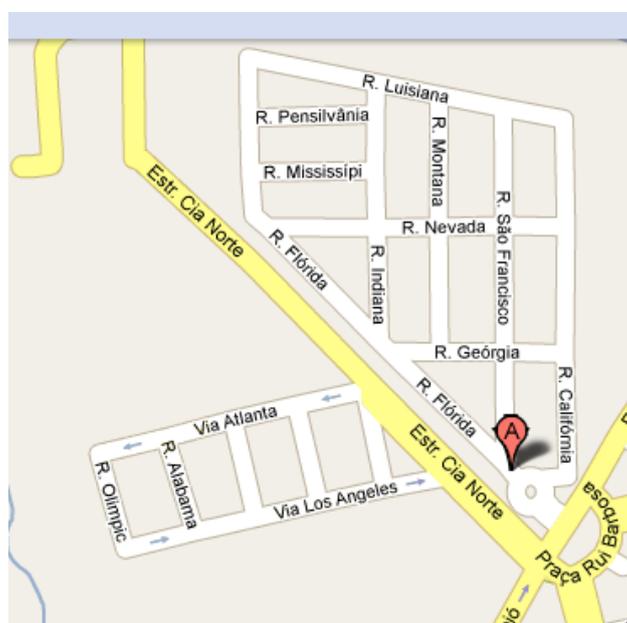


Figura 3: Mapa do condomínio Century Park, com a denominação de suas ruas.
 Fonte: Google Maps, acessado em, 25 mar. de 2010. Disponível em <<http://maps.google.com.br/>>.

Pelo lado de dentro dos muros, as ruas simulam atmosfera estadunidense, como se quem ali residisse insistisse em não olhar para o entorno e deparar-se com a Estrada Cianorte, a Praça Rui Barbosa, a Rua Maceió – logradouros típicos -, e assim por diante.

Mas a incorporação do outro ou a negação do ser (ou estar) brasileiro, paranaense e cianortense não se centra somente na ofuscação dos nomes nativos. O “estilo americano” anunciado na propaganda também é incorporado na arquitetura das residências, como no exemplo assinado pelo arquiteto Vinícius Nicolletti (Figura 4) e nos detalhes exteriores, promovidos pela empresa Claris (Figura 5)²¹.



Figura 4: Fachada de residência assinada por Vinícius Nicolletti.
Fonte: Divulgação.



Figura 5: Acabamento em vidro da empresa Claris.
Fonte: Divulgação.

O grande paradoxo entre o estilo do Century Park e o cenário habitual de Cianorte é o fato de ela ser uma destas típicas cidades do interior que, nas últimas três décadas, tem experimentado o gosto pelo desenvolvimento de suas atividades industriais. Com amplo marketing promovido por seus administradores, o município

²¹ Em seu site, a empresa informa que no Paraná a JB Casa e Conforto foi a responsável pela entrada das marcas da construtora Constral e da Ophicina Arquitetura no Century Park. O condomínio de casas recebeu quadros fixos, persianas motorizadas, janelas de correr e portas-giro da Claris.

ganhou fama nacional e internacional como “Capital do Vestuário”. A ideia de batizá-la assim surgiu no início dos anos de 1990, quando o então prefeito Edno Guimarães (reeleito nos mandatos de 2005-2008 e 2009-2012) espalhou placas pelo Brasil afora com a nova marca da cidade. A ideia foi absorvida depois que o carro-chefe da economia da região até os anos de 1980, ou seja, a cafeicultura, entrou em decadência, o que obrigou Cianorte a investir em outro segmento econômico.

Em 2003 foram pesquisadas 3.638 indústrias em todo o Estado, e Cianorte apareceu como a oitava agência do IBGE em volume de pesquisa industrial. Ao considerarmos que em Curitiba há três agências, podemos dizer que Cianorte é a sexta cidade do Estado e a quinta do interior em atividade industrial. (SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, 2009: 1)

A mesma secretaria aponta que há destaque também para a indústria da construção civil, com empreendimentos vultosos despontando em todos os bairros da cidade. A estratégia do formato de condomínio fechado poderia ser apenas reflexo de uma tentativa de defesa com relação à violência urbana. Porém, a concepção do mesmo – desde o momento em que foi derrubada a mata nativa para que fosse construído – e a posterior propaganda convidando o interessado a morar junto à natureza (agora completamente asséptica) gera margens para outras interpretações, da mesma maneira que apregoar o modo americano como um estilo a ser copiado soa um tanto inaudível quando levado em consideração o ambiente em que o mesmo está inserido. Com um breve passar de olhos nas figuras 4 e 5, que ilustram duas residências, é possível verificar o uso intensivo de vidro em uma edificação. Estivesse em um ambiente com temperaturas mais baixas, o mesmo seria até recomendado, haja vista a necessidade de se reter o calor. Porém, como explica Lombardo (2005)²², o uso do vidro em larga escala na face externa das construções as transformam em verdadeiras estufas, onde o calor produzido pelos raios solares fica retido. Para evitar esse desconforto, lança-se mão do sistema de ar condicionado que equilibra a temperatura interna, mas provoca outros problemas: além do consumo de energia, a má conservação de seus dutos estimula a proliferação de fungos, bactérias e ácaros, que pode infectar quem frequenta esses locais. Não há uma receita arquitetônica única para um clima específico. “A possibilidade de utilização de materiais nas edificações atuais é ampla, desde que conhecidas as características térmicas desses produtos e sua adequação à região”

²² Magda Adelaide Lombardo, geógrafa do campus da Unesp de Rio Claro, que, desde o final da década de 1970 estuda as ilhas de calor na maior cidade brasileira.

(LOMBARDO, 2005: 1). No entanto, a mesma autora adverte que o vidro, apesar de ser necessário para o conforto luminoso, deve ter sua área de aplicação muito bem planejada, para que não seja a causa de aumento do calor e do gasto de energia.

Talvez seja importante lembrar que a média das temperaturas em Cianorte nos meses mais quentes é superior a 22°C. A dos meses mais frios é inferior a 18°C (cf. ATLAS DO ESTADO DO PARANÁ: 1987).

De acordo com PINHEIRO (2009)²³, todo conhecimento se transforma a partir da capacidade neurossensorial de cada um e os objetos da cultura. Isso funciona como um sistema de retroalimentação, que retorna para ser elaborado como novas formas de conhecimento e desemboca na cultura continuamente. Isto é, refere-se ao conhecimento situado, que ocorre por meio de uma necessária relação não só da mente, como também do corpo para com as coisas. Um problema recorrente é a pessoa acreditar ser possível ficar muito culta estando fechada dentro de casa. Essa imagem de uma atitude erudita e superior ao que acontece na rua é praticada razoavelmente na academia. “A pessoa quase se sente assim um pouco orgulhosa em dizer que não tem nada a ver com o bairro ou a cidade”, exemplifica PINHEIRO (2009), ao ressaltar que essa é uma atitude que deve ser revista. Em primeiro lugar, porque o bairro e a cidade são lugares interessantes do “perigo” – não o perigo contemporâneo da violência.

A rua é um lugar de risco de conviver excessiva e extraordinariamente com uma multidão de outros. Toda sociedade que contém uma grande pluralidade cultural, como as das cidades da América Latina, têm reserva energética ou são um reservatório de eletricidade muito grande, o que coloca em risco todos os prognósticos que a gente possa fazer a respeito do sucesso de nosso eu. A rua é risco e é anonimato. Lá, você tem que, separado da domesticidade familiar, elaborar modos de diálogos com a multidão de outros. Aprender a conversar com todos os tipos de pessoas, se e que isso se aprende, e perceber que você aprende possivelmente muito mais do que com professores em sala ou com o pai em casa. Esta é uma desterritorialização necessária, que normalmente a família, infelizmente, tenta impedir. As famílias, em geral, são um grande empecilho para este diálogo com os outros todos. Isso se acentuou demais na América Latina por causa do aumento desesperador da heterogeneidade. O que a ciência clássica fez foi controlar as heterogeneidades; é isso que quero falar desde o começo. De que modo poderíamos depurá-las, fazer de conta que elas não existem, ou que as que sobram sejam consideradas desprezíveis, desconsideradas? Todo o trabalho da ciência clássica foi criar invariantes modelos arquetípicos do conhecimento que se transformassem em noções dominantes que não pudessem ser facilmente contempladas. O pensamento clássico tem estas noções é um pensamento por etapa sucessiva, dirigindo-se do baixo ao alto.

²³ Falas de PINHEIRO, José Amalio de Branco. Aulas ministradas durante o segundo semestre de 2009, às quintas-feiras, das 14h às 17h, na disciplina de “Teorias da Comunicação: teorias culturalistas da comunicação”, do Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

Deste modo, passou-se a se conferir uma importância muito grande à coesão interna das coisas e não à sua relação com o externo. Esta é outra condição da ciência clássica a sua desnecessidade de relação com o lado de fora, entre o interno e externo. O extratexto passou a ser desinteressante. (PINHEIRO, 2009)

Nativo de Cianorte, Jotabê (João Batista Medeiros, crítico cultural do jornal O Estado de São Paulo) reserva uma postagem em seu blog sobre o tema, ao referir-se ao “Rio Fantasmilha” que se abriga no mesmo Cinturão Verde:

O problema é que as cópias dos sistemas sociais da burguesia eclodem de maneira perversa nos interiores brasileiros. E o Fantasmilha foi sendo engolido por novos condomínios residenciais fechados e casarões murados, decalques de Alphaville²⁴ num lugar em que nada disso seria necessário. Conforme vamos perdendo a infância de vista, a gente corre desesperada para recuperar a pipa que o cerol cortou. Lembro perfeitamente de quando eu voltava do Fantasmilha, depois de uma heróica tarde de vagabundagem, e ficava quebrando coquinho com pedra no canteiro da avenida, e devorando vorazmente a pequena noz branca que ficava no seu interior. O que significa aprendizado, e o que significa desperdício? (MEDEIROS, 2007: 1)

SOUZA et alii (2000) fazem considerações sobre a região que abriga o Fantasmilha e o citado condomínio:

Foram visitadas várias partes do “cinturão verde”, tendo-se notado alguns problemas de conservação, tais como áreas fortemente erodidas, rasgadas por profundas voçorocas, servindo de depósito de entulho e lixo urbano, inclusive um riacho, conhecido como Ribeirão Fantasmilha, que recebe depósitos líquidos poluentes, tornando a água colorida, com tonalidade azul esverdeada. Num dos pontos desse “cinturão” notou-se uma ruptura provocada pela instalação de um condomínio horizontal com residências de alto padrão. (SOUZA et alii, 2000: 1)

Morar em um condomínio estilizado não impedirá que essas pessoas falem com o sotaque característico do Noroeste paranaense (como dizem, no modo popular, puxando o “r”), negando suas raízes caipiras e as influências dos bandeirantes paulistas.

Ao traçar um paralelo entre o tema e alguns tópicos das aulas de PINHEIRO (2009), torna-se interessante destacar que o conhecimento clássico se dirigiu a um lugar que tem a ver com a noção da terminologia conceitual, que deve ser refeita. Essa, aliás, é uma tarefa que exige grande trabalho. O mesmo autor argumenta que esse pensar limitado tem uma capacidade de impregnação de tal modo, que “fica colado como uma espécie de esparadrapo no cerebelo da pessoa”. Assim, ela não consegue se livrar de uma terminologia decadente, gasta, que é justamente uma terminologia conceitual

²⁴ Outra referência de nome e cunho em Inglês.

proveniente da ciência ou do conhecimento clássico. Evidentemente, perde-se muito tempo com isso.

Ainda de acordo as falas de PINHEIRO (2009), essa situação é algo importante a se pensar, exatamente quando se questiona sobre o tempo perdido com determinadas coisas. Isso tem a ver com o fato de que parte da sociedade latino-americana, especialmente aquela que teve o poder dirigente (ou seja, a academia, profissionais liberais, a mídia), acreditou sempre que a ciência clássica era algo que a América Latina deveria adotar e seguir. Se não tivesse alcançado estes “valores”, ela estaria mal de tal modo que ficaria vinculada a uma espécie de sentimento de culpa e até de punição por não ter acompanhado o que se chama de “evolução do conhecimento clássico”. E por que falar sobre isso? Porque é um tema vivo ainda hoje.

Quando se aborda a construção do citado condomínio, visivelmente em lugar rasgado dentro de uma mata que faz parte de um dos últimos remanescentes brasileiros de Mata Atlântica, é possível fazer um vínculo com a insistência no pensamento clássico, do homem como ser onipotente domador da natureza, ainda subjugada.

Este conhecimento com a evolução e desenvolvimento, que começou na metade do século XIX com várias figuras como Bacon e outros, começou a estabelecer a necessidade de divulgar o conhecimento que fosse geral, quantitativo e totalizante no universo. Isso tinha a ver com a crença que foi desenvolvida lentamente no período das Luzes: de que o ser humano tem um poder extraordinário e que ele se diferencia com relação a todos os outros seres e objetos da natureza. Portanto, ele pode dominar e controlar a natureza. Nem vou desenvolver aqui o quanto os fatos mostraram como isso foi um grande equívoco, algo bárbaro. Depois de esse equívoco ter sido praticado, o que se pode apenas fazer é corrigir o problema e continuar pensando dessa mesma maneira. (PINHEIRO, 2009)

Infelizmente, esse modelo equivocado ainda reflete no cenário atual. Principalmente se levada em conta a existência de cópias de um estereótipo falido, o dos EUA, que tem no mecanismo do consumo a principal ferramenta para o não enferrujamento das engrenagens que impulsionam a economia. Vide o exemplo do impasse criado por aquele país por conta da insistência em não assinar o Protocolo de Kyoto em 1997 – que propunha a redução da produção de CO² em “defesa” da economia americana. Uma situação que somente em 2009 ganhou o tom de promessa durante conferência sobre mudança climática entre os dias 7 e 11 de dezembro, em Copenhague, mas, sem nenhuma, medida efetiva ou concretização de legislação rígida para o setor interno.

Uma vez mais PINHEIRO (2009) faz uma retrospectiva sobre lugares do mundo considerados centrais e a maneira errônea como determinadas civilizações tentam e/ou sobrepõem-se a outras em virtude do discurso das ciências clássicas. Para o citado autor, mais grave do que a ideia do homem dominando e controlando a natureza, é que os lugares do mundo considerados como centro que desenvolveram esses conhecimentos passaram a ser tidos como lugares que apreenderam de maneira mais interessante “os modos de se usar o cérebro”. Na realidade, vale frisar que sob essa perspectiva existe uma terminologia conceitual que tem a ver com palavras como centralidade, homogeneidade e totalidade, todas empregadas como termos que pareceriam não poder ser contestados. (PINHEIRO, 2009)

Conforme a linha de raciocínio do autor referenciado acima, é notória a existência de uma bibliografia clássica da ciência nas áreas de linguística, antropologia, filosofia, etc., que teria estabelecido um sistema classificatório capaz de comprovar o poder e a superioridade das civilizações que desenvolveram as ciências tradicionais. Tudo isso ligado a essa pretensa capacidade de, por um lado, elevar o homem por meio do conhecimento objetivo por sobre todas as outras coisas do universo; por outro, classificar a humanidade conforme os seus graus de elevação na direção de um saber mais substancial, um predicado da coesão que teria a capacidade de se transformar em um conhecimento unitário.

Quem não pertencia a esse tipo de conhecimento foi considerado como o lugar da desagregação, da degeneração, do atraso, do desvio, do erro. Tal pensamento ainda está presente nos intelectuais e em nós. Basta ligar a televisão e ver o que falam os entrevistados, os comentaristas políticos e esportivos, os professores, os pais ou os interlocutores em um conversa informal de padaria. Ainda vigora, para uma parte da sociedade, a noção de crescimento contínuo e progressivo na direção de formas que teriam maior inteireza.

Ainda conforme PINHEIRO (2009), todo o desenvolvimento da astrofísica e da biologia mostraram que este ideal da ciência clássica caiu por terra. A primeira delas, a astrofísica, comprovou, mediante estudos de vários autores que o mundo galáctico e o bionatural são formados por estruturas bipartivas e caóticas, nas quais o marginal e o erro são componentes fundamentais para o sistema. Ainda de acordo com PINHEIRO (2009), as estruturas de modo linear, de baixa complexidade, são pobres do ponto de vista de sua complexidade. Em contrapartida, as menores, desagregadas, referem-se às estruturas sociais mais ricas, conforme as últimas descobertas das ciências não clássicas.

Porém, passou-se muito tempo e essas sociedades se sufocaram em uma espécie de incapacidade para se reconhecerem, como vários pesquisadores explicam. O citado autor exemplifica a questão:

Como no caso de um mulato que perde a vida por não reconhecer quem ele é. Então, para esconder que é mulato (poderia ser qualquer outro exemplo), a pessoa adota práticas artificiais, adota outros sotaques que lhe sejam mais bem-vindos, relaciona-se com pessoas que esconderiam sua caboclice. Mas você conversa com ela e percebe que em tudo que ela faz existe esta fragorosa ilegitimidade que a impede de pensar a relação com o entorno. Com o ambiente. Ambiente quer dizer “relação com”. Não é um fenômeno incomum e a pessoa desenvolve estratégias extremamente complexas de dissimulação para não aparecer na sociedade como ela é. E, evidentemente, causa danos irreversíveis do ponto de vista físico e mental. Vai namorar, vai se casar, os filhos vão ter que aguentá-la escondendo a caboclice. Evidentemente que ela vai acabar frequentando toda semana um psicanalista... E por que os consultórios estão cheios? Porque as pessoas querem ser o que não são. Esta inautenticidade que aparece em cada um, felizmente não aparece em todos. A pessoa do lado não quer ser caboclo, mas a outra quer. Claro, este é um quadro didático. As configurações são múltiplas e complexas. Na verdade as coisas não se dão desta maneira. Isso tem a ver com um quadro intelectual extraordinariamente problemático, porque o ensino descuidou da tarefa de reconhecer o que o continente é. Como, por exemplo, já a partir do currículo você impede a pessoa de saber quais são as circunstâncias de conhecimento que existem no lugar onde nasceu. Diversos autores desenvolvem isso, como Boa Aventura de Souza Santos, Morin, Martin Barbeiro, que tem a ver com a seguinte questão: só há conhecimento situado. Você só pode praticar o conhecimento situado. Se você vive em um continente mulato, caboclo, cafuzo, mestiço... Se você não gosta de ser, você vai ter que resolver este problema. Isso pode ter consequências trágicas do ponto de vista psicanalítico. Aliás, não sei se a psicanálise pode resolver isso, porque um caboclo não pode ser psicanalisado do mesmo modo que um francês de Paris. Isso é um problema para ser resolvido. Há uma relação entre conhecimento e cultura. O livro *O método quatro*, de Morin, desenvolve isso. (PINHEIRO, 2009)

O mesmo autor diz que não se trata de não se poder assimilar conhecimento de fora da cultura. É fundamental a leitura de autores diversos. O que não se pode é generalizar a aplicação aos objetos de qualquer cultura o conhecimento assimilado de modo internacional, que necessita passar pelo crivo, pela “peneira” da situação epistemológica que não se explica de maneira geral e homogênea. “E a relação entre conhecimento e cultura como mostram vários autores se dá em um continuo vai-e-vem, onde não há determinante e determinado”. (PINHEIRO, 2009)

Reconhecer a si próprio é um desafio que exige coragem para aceitar situações reais que nem sempre são desejadas. Aceitar o próprio “eu” é o primeiro passo para ter o olhar externo como elemento que explora o diferente e não que simplesmente o evita, construindo fortalezas (ou “condomínios”) de proteção.

A construção do citado condomínio é exemplo de uma grande aberração. Em primeiro lugar, o mesmo só nasceu porque uma grande área de mata nativa foi derrubada, fazendo da mensagem publicitária que o anuncia algo ilusório. O Century Park vende ao usuário a ideia de que o conjunto habitacional integra-se à natureza, quando, de fato, a mata foi completamente devastada para dar lugar ao empreendimento. Não é a mata que vem a cercar o condomínio. Na realidade, o condomínio invadiu um espaço para ser ambientado. O condomínio devora a mata!

Ao entronizar o *American way of life*, quem ali mora parece acreditar que não mais faz parte do cenário real no qual está inserido, e também é como se esse *modus vivendi* fosse uma “carta na manga” para quem tem poder aquisitivo para estar em Cianorte, porém, levando um padrão americano de vida. E o que é pior: é como se esse fosse o modelo ideal. O ideário americano engole os traços da cultura local.

A denominação das ruas surge como algo inosso, pois promove uma completa desconexão com os elementos do entorno. Ao olhar para fora, depara-se com a Estrada Imbituva, vocábulo indígena que significa cipóal, “lugar de muito imbé”, ou com a Estrada dos Amores, que dispensa uma explicação lexical e certamente causa mais interesse do que os nomes de referência estadunidense.

A própria estrutura física do empreendimento, com mansões estilizadas, jardins limpos, casas distantes uma das outras contrasta significativamente com a cultura latina, de efervescência, de proximidade, de toque, com beijos e abraços. As ilustrações 1 e 2 impõem um clima frio, que se assemelha aos ambientes hospitalares e de repartições públicas, que contrastam com o jeito brasileiro de ser.

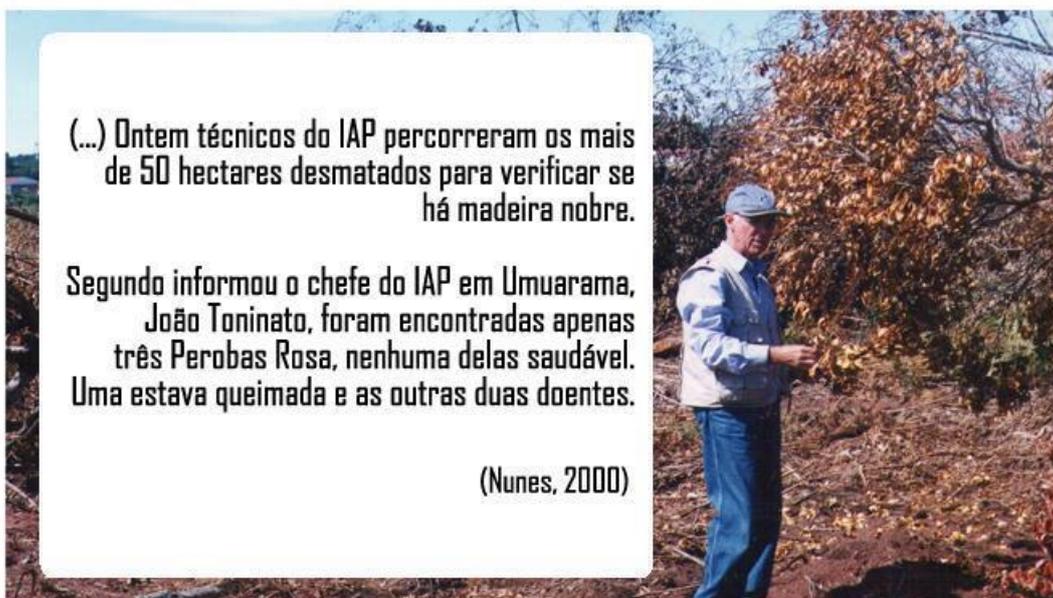
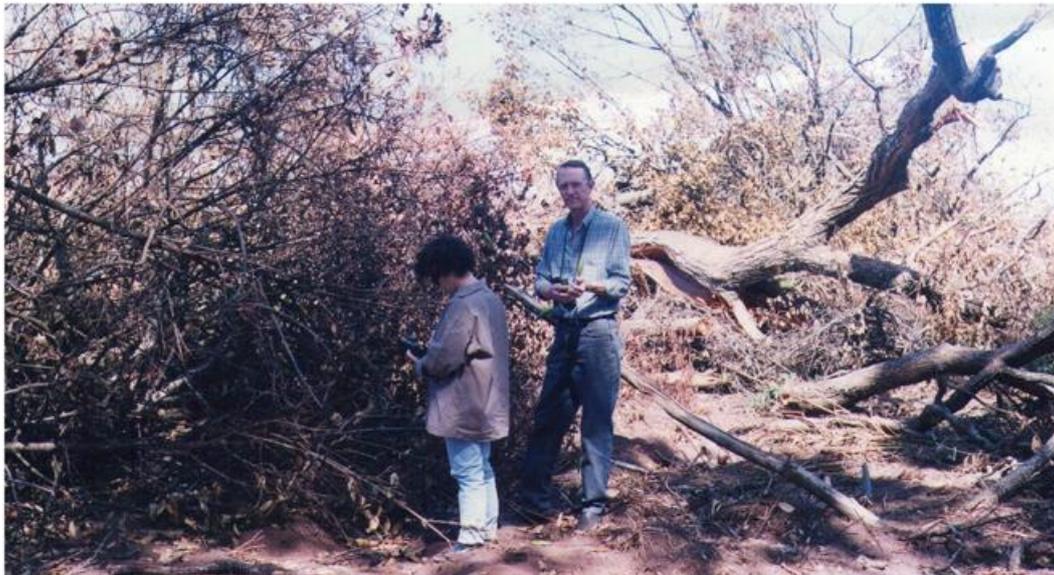
Essa breve leitura demonstra ainda o costumeiro posicionamento em situação de atraso quando a pretensão é se adiantar. Um paradoxo, pois o Century Park poderia ser um condomínio fechado, sim. Mas não necessariamente, em meio a uma floresta. Ele poderia ser um condomínio com adaptações que valorizassem tal ambiente. Um espaço habitacional que não negasse as raízes. Que mesmo cercado à questionável segurança dos muros altos, cercas elétricas e vigias, permanecesse conectado com o ir e vir da multidão dos “outros” que compõem os quase 70 mil moradores de Cianorte.



**“As negociações obedeceram ao propósito de não
desmatar áreas essenciais para o meio ambiente.”**

Fotos: Alcides Marcos Codolo

(Toninato apud Tribuna de Cianorte, 1999)



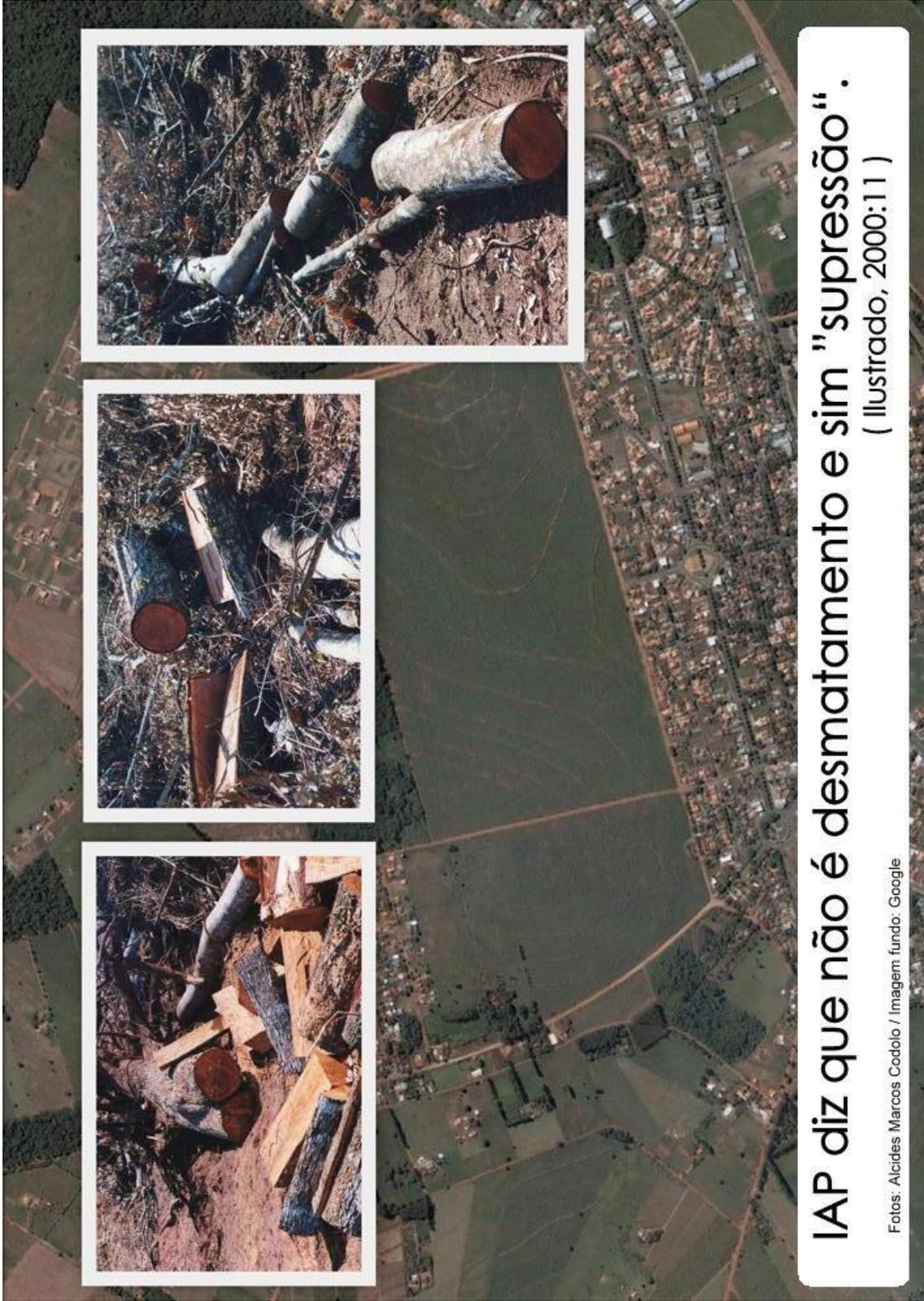
(...) Ontem técnicos do IAP percorreram os mais de 50 hectares desmatados para verificar se há madeira nobre.

Segundo informou o chefe do IAP em Umuarama, João Toninato, foram encontradas apenas três Perobas Rosa, nenhuma delas saudável. Uma estava queimada e as outras duas doentes.

(Nunes, 2000)



Fotos: Alcides Marcos Codolo



IAP diz que não é desmatamento e sim "supressão".
(Ilustrado, 2000:11)

Fotos: Alcides Marcos Codolo / Imagem fundo: Google



“Mais de 4 mil estudantes cianortenses lutam pelo Cinturão Verde”

Fotos: Alcides Marcos Codolo

3 O ACORDO DO CINTURÃO VERDE E A COBERTURA MIDIÁTICA: sob as luzes dos holofotes – as (in)comunicações cruzadas através dos prismas das mídias locais, regionais e estaduais

Ao analisar o episódio aqui denominado “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte” por meio das matérias de jornais recorrentes ao período, direta e indiretamente fala-se de imagens que se formam a partir dos textos, dos discursos objetivos ou subentendidos, além, evidentemente, das imagens propriamente ditas. Intermitentemente a isso tudo, ao final, o que resta é mesmo a tentativa de “vender” uma imagem que não corresponde à realidade. A concepção da mensagem que tentam passar é uma imagem. E como ela será moldada é algo que depende do nível de cultura, contexto, crítica e percepção individual. Estes ingredientes irão sentenciar a magnitude do ato iconofágico.

MONDZAIN (2009: 20) questiona o poder atribuído a uma imagem.

Pode a imagem matar, pode uma imagem levar a matar? É possível atribuir-lhe uma realidade tal que possamos dizê-la culpada ou responsável pelos crimes e delitos que, enquanto objecto, ela não pode ter cometido? De que acto é uma imagem capaz? Objecto sem corpo, sem mão, sem vontade, pode ela agir como a magia de uma influência? Ouvir histórias de lobos ajuda-nos a dar forma aos medos e aos fantasmas indizíveis que povoam os nossos pesadelos, ou seja, superá-los?

A própria autora afirma que não pretende responder a tais questionamentos, mas lançar luzes às reflexões a respeito. E ao refletir sobre o Acordo objeto desta dissertação, é possível afirmar, graças às matérias analisadas, que a mídia é capaz de condenar ou vitimizar, abrir vozes contrárias ou em defesa, vender imagens reais ou distorcidas. Não importa o objeto. O que se leva em consideração é a linha editorial do veículo. E isso fica mais evidente na imprensa interiorana, normalmente caracterizada por jornais de situação, oposição ou meio-termo. Estabelecido o veículo oficial de divulgação da prefeitura, os demais, se não recebem alguma verba pública, normalmente se posicionam na linha de ataque. Esse jogo se reflete necessariamente na linha editorial do veículo que, em síntese, falará muito bem ou muito mal da administração a qual está (des)vinculado. Foi o que aconteceu, nitidamente, no episódio aqui narrado.

RUCHT (2002) lembra que é papel legítimo de jornalistas e cientistas sociais compactar constelações complexas em designações sintetizadoras; e diz não ser surpresa

quando os cientistas sociais – dependendo de sua perspectiva específica – servem as sociedades ocidentais contemporâneas com “etiquetamentos” sempre novos:

Seja a “sociedade pós-industrial” (Daniel Bell), a “sociedade programada” (Alain Touraine), a “sociedade organizada” (Charles Perrow) ou a “sociedade de risco” (Patrick Lagadec). À longa lista de tais designações juntou-se agora a de “sociedade de movimento”, originada no texto de uma conferência apresentada em 1992, posteriormente publicado (Neidhardt e Rucht 1993), depois que já se havia falado de uma “democracia de demonstrações” (Etzioni 1970) e de uma “sociedade do protesto” (Pross 1992). Sidney Tarrow (1994) acolheu o conceito sociedade de movimento. Recentemente ele inclusive foi acolhido num título de livro (Meyer e Tarrow 1998), embora sem maiores detalhamentos. (RUCHT, 2002: 1)

Além disso, a função clássica dos movimentos sociais, atualmente, não implica mais a efetivação de grandes inovações institucionais como catálogos de direitos fundamentais, separação de poderes, direito universal e igualitário ao voto, estado de bem-estar social, abertura das profissões e da política para as mulheres, etc. A função dos mesmos se ampara, essencialmente, na permanente interferência na política. “Em termos de conteúdo, os movimentos atuais dificilmente abraçam algo que já não tenha sido pensado antes ou que, de alguma maneira, não tenha já alcançado as agendas dos partidos estabelecidos”. (RUCHT, 2002: 19)

No caso específico do Cinturão Verde de Cianorte, quando a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Paraná visita a área e anuncia que deverá pedir um levantamento de todas as áreas verdes pertencentes à CMNP e transformá-las em Áreas de Proteção Ambiental – APAs, percebe-se a nítida cooptação e o agendamento do tema na esfera política. Porém, não é possível informar se de fato tal medida foi levada adiante ou se não se tratava apenas de uma proposta aventada por conta do tema estar presente na mídia.

É nesse contexto que RUCHT (2002) faz uma importante observação, mencionando as estratégias utilizadas pelos movimentos sociais para repercutir seus propósitos e o verdadeiro emaranhado de opções que precisam ser definidas como uma espécie de estratégia de guerrilha, visto que apenas protestar não é o suficiente. Assim, fundamental é fazer com que esse protesto seja extravasado nas mídias, de modo geral. Para o autor, os próprios movimentos se afastaram de grandes utopias e do grande projeto social. Tal como seus observadores, eles se tornaram especialistas para poder acompanhar a empresa política apegada a especializações. Diz-se, assim, que o conjunto da sociedade se deparou com um leque infinito de *issues* (questões) políticas. Desse

modo, uns se empenham por esclarecimento sobre a temática da aids; outros se posicionam contrários à produção de lixo, em vez de queimá-lo; e há também quem, por exemplo, lute contra a circuncisão de meninas na África.

Nós até podemos achar que tudo isto faz sentido, mas nós dificilmente poderemos acompanhar tudo isto simultaneamente, quanto menos participar em tudo ativamente. Como os telespectadores nós nos agitamos por entre a abundância de temas. Além dos conteúdos, também as formas são oferecidas como um menu. O que faremos: bloquear uma estrada juntamente com outros ou criar uma *homepage* de uma organização de protestos no nosso computador doméstico? E mesmo quando nos sentimos atraídos por um agrupamento bem específico, digamos por exemplo o Greenpeace: vamos limitar a participação ao cheque mensal ou preferimos vender adesivos na banquinha de um grupo local de apoio? O que nos fascina: o emprego como dirigente de campanhas no escritório central em Hamburgo, anunciado no semanário *Zeit*, ou esperamos poder singrar em barcos de borracha como arrojados *stuntmen* e/ou subir em torres de refrigeração, para depois assistirmos no “Jornal Nacional”? As imagens dramáticas do confronto enganam. Elas revelam mais sobre os mecanismos de seleção dos meios de comunicação do que sobre o cotidiano dos movimentos. Lá onde antes predominavam fossos profundos, agora predominam na ordem do dia o diálogo e a cooperação. Como podemos ter acesso a verbas da União Européia destinadas a um amplo programa para o fomento às mulheres? A base chegará se a diretoria assinar um contrato de patrocínio ecológico com a empresa X? Vale a pena participar de um projeto de mediação acerca da modificação genética de plantas resistentes a herbicidas? Será legítimo retirar uma denúncia administrativa em troca de uma oferta de vários milhões de Euros, para aplicar estes recursos na proteção da natureza? Conseguiremos dar em até três dias um parecer sobre o questionário da Comissão de Investigação? Será que virão mais jornalistas à entrevista coletiva se nós lhes oferecermos um lanchinho? São perguntas deste tipo que ocupam organizações de movimentos atualmente. Em meio ao dia-a-dia da organização e da mobilização fica difícil dar uma paradinha para lançar um olhar sobre o todo. E aqueles, como o recém falecido Rudolph Bahro, que quiseram manter a visão do todo, alienaram-se de toda *práxis* voltada para a intervenção política imediata, porque em seu afã quase religioso as coisas concretas pareciam-lhes tão somente “serviços de limpeza no Titanic”. (RUCHT, 2002: 24-25)

É perceptível que a mobilização ocorrida em Cianorte se deu em virtude de um foco específico, com instituições variadas – como associações de moradores, sindicatos e escolas - e profissionais liberais unidos por um objetivo comum. Logo mais, quando o caso rumou para um desfecho, esses atores sociais saíram de cena. Mas vale frisar que foi toda essa mobilização social, utilizando estratégias midiáticas, que possibilitou outro desfecho para o caso do Cinturão Verde de Cianorte. O grupo “Amigos do Cinturão Verde” forneceu material significativo para que a mídia permanecesse abastecida de releases, imagens fotográficas e informações diversas. Materiais que influenciaram significativamente a manutenção do tema na pauta cotidiana, ao longo do episódio.

CHIAVENATO (1988) ressalta que a história do povo brasileiro é de lutas e também de derrotas – fruto de brutal repressão –, mas jamais de passividade, já que o povo é sujeito e não objeto da história. Não por outro motivo, organiza-se e luta. O poder, defendendo seus privilégios de classe, reage e esmaga os anseios populares de liberdade, tomando depois o cuidado de suprimir da historiografia oficial a presença do povo. Assim, a gente anônima – ou seja, os pobres, os índios, negros, trabalhadores – é esquecida. Convém, pois, ignorá-la: suas lutas são uma ameaça aos detentores do poder. Assim, as glórias de heróis e pacificadores ficam mesmo para os grandes repressores. Em suma: a história é escrita por um lado, o dos vencedores; e quando estes são vencidos, não é mérito registrá-la.

3.1 A fase do pré-Acordo (1998 a 1999)

Sob o título “Prefeito participa de reuniões em Curitiba” o jornal Folha de Cianorte faz uma breve abordagem a respeito da estadia do então prefeito Flávio Vieira na capital, acompanhado de um assessor. Ambos visitaram vários órgãos públicos em abril de 1998. Nessa ocasião, teria acontecido o contato inicial para a formulação do Acordo futuro.

Na tarde de terça-feira, Flávio e o secretário Dinael foram atendidos no Iap pelo diretor Razera, chefe de Gabinete Bolisenha e Dr. Tadeu – diretor jurídico do Iap -, que receberam a proposta da Prefeitura de Cianorte e da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, para a criação do cinturão verde de Cianorte. O engenheiro florestal Eleutério Langowsky também esteve presente. (FOLHA DE CIANORTE, 1998: 3)

Ironicamente, a matéria é relatada pelo jornal que logo mais faria grande oposição ao Acordo. É perceptível no texto a frase “criação do Cinturão Verde”, mas não se trata apenas de oficializar uma área, já que ela sempre existiu e o nome já era de conhecimento da população. O adequado seria usar o termo “demarcação”; e seria essa ação, ainda ocultada, que iria desencadear o desmate de grande parte da mata.

Passado exatamente um ano, em maio de 1999, a jornalista Moreira da Folha de Londrina/Paraná, assinava texto do jornal sediado em Londrina com o seguinte título: “Loteamento é ameaça para área verde”. O lide da matéria informa que a área de mata nativa que cerca a cidade está sendo negociada e pode ser desmatada e loteada. Essa informação inicial sintetizará o resultado final do Acordo.

No parágrafo seguinte, o texto diz que quase metade do Cinturão Verde está devastada, que o IAP – Instituto Ambiental Paranaense – ainda está fazendo um levantamento, mas a estimativa é de que quase 300 hectares – de um total de 600 – já estejam perdidos.

Depredadas por moradores de bairros próximos e por sucessivas queimadas, estas áreas exigem altos investimentos e muito tempo para recuperação. Dona da reserva, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) propôs à prefeitura e ao IAP a liberação das áreas degradadas para loteamento. Em troca, a empresa doaria ao município os 330 hectares de mata que estão melhor conservados. Como parte do acordo, a companhia também quer autorização para desmatar áreas em lotes rurais, onde a reserva legal ultrapassa os 20% exigidos pela lei. Se os pedidos da Melhoramentos forem atendidos, pelo menos 500 de aproximadamente 1.200 hectares de florestas que a companhia tem nas áreas urbana e rural vão desaparecer. O diretor administrativo da CMNP, Maurício de Souza, informou que a companhia apresentou um protocolo de intenções ao município e à Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Segundo Souza, na avaliação da companhia a área devastada a ser loteada alcançaria de 150 a 200 hectares. O restante do Cinturão Verde será repassado ao município com a condição de que seja efetivamente preservado. Segundo Souza, a companhia não tem condições de cuidar da reserva. “Com a doação, o município passará a receber o ICMS ecológico e terá recursos para aplicar na preservação”, ressaltou. (MOREIRA *apud* FOLHA DE LONDRINA/PARANÁ, 1999: 3)

A matéria não informa a fonte, mas, ao ressaltar que a recuperação das áreas exige altos investimentos e a demora é longa, é possível interpretar de outro modo: não compensa, financeiramente, investir na recuperação da mata. Um confronto com a legislação brasileira em que se lê: “Art. 1º - As Unidades de Conservação – Ucs, contendo ecossistemas florestais, mesmo quando atingidas pela ação do fogo, devem sempre continuar a ser mantidas, com vistas à sua recuperação natural através dos processos da sucessão ecológica”²⁵. Nesse sentido, poderia ser alegado que a área é privada e que, portanto, o Cinturão não estaria respaldado pela lei em questão. No entanto, a “carona” na legislação de UCs é apenas uma leitura que não se restringe à ideia de que não compensa recuperar determinada área.

As informações surgem de modo desencontrado. Afinal, antes de realizar uma avaliação efetiva sobre a real situação da área, o IAP, que é o órgão que deveria prezar pela conservação da área, já condena metade dela. Informação essa que contradiz com a

²⁵ CONAMA. Resolução nº 011, de 14 de dezembro de 1988, O Conselho Nacional do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8º da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, e o Artigo 7º do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, resolve (...). Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.semarnh.df.gov.br/sites/300/379/00001333.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

própria CMNP, pois seu diretor administrativo avalia em no máximo 200 hectares o trecho devastado. Conforme a matéria, o IAP calcula em 300 hectares de área “perdida”.

“Devastados”, “perdidos”. Esses termos sinalizam para uma grande omissão por parte da CMNP, detentora legal da área e pelo IAP. A figura da CMNP mais uma vez surge como a instituição protetora da área porque, além de propor um “protocolo de intenções” que, dentre outros, exige a autorização para a derrubada da mata, a mesma empresa condiciona a execução do Acordo ao compromisso de a prefeitura cuidar do que sobrar da mata. Repete-se em 1999 o papel do período da colonização, em que a empresa representa assumir o posto que cabe ao Estado constituído de direito, em virtude de sua ineficiência. “Mesmo sendo uma espécie de colônia particular, o empreendimento conduzido por Lovat no norte do Paraná muitas vezes assumia um papel que cabia ao Estado”, destaca REGO (2009: 71). De acordo com o referido autor, por conta da precariedade estatal, a administração pública acabava por incentivar a colonização privada, pois, no final do processo, haveria um retorno desse investimento.

Assim, com a “atitude amistosa do governo”, foi o investidor privado britânico quem se posicionou no norte paranaense como o agente responsável e capaz de promover transformações: plantar cidades, criar sistema viário, assentar colonos, implantar abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica e rede de esgoto. (REGO, 2009: 71)

E agora, em meados do século XXI, paradoxalmente, a CMNP representa querer “proteger” a mata que ela própria derruba. A medida simplista em indicar o ICMS Ecológico – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço, como fonte de recurso para manter as áreas que não forem desmatadas, resume-se ao que é tido no dito popular como “descobrir um santo para cobrir o outro”. Ou seja, preserva-se uma área em troca do sacrifício de outra. Essa condição imposta desvirtua o real sentido do ICMS Ecológico:

Criado pioneiramente no Paraná, em 1991, foi adotado também em nove Estados brasileiros e está em debate ou com anteprojetos de Lei em tramitação nas respectivas casas legislativas em sete outros estados. Trata da utilização de uma possibilidade aberta pelo artigo 158 da Constituição Federal brasileira que permite aos Estados definir em legislação específica, parte dos critérios para o repasse de recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, que os municípios têm direito. Neste caso a denominação ICMS Ecológico faz jus na utilização de critérios que focam temas ambientais. Nascido sob o argumento da compensação financeira aos municípios que possuíam restrição do uso do solo em seus territórios para o desenvolvimento de atividades econômicas clássicas, o ICMS Ecológico tinha tudo para se transformar numa ferramenta estéril, acrílica, uma espécie

de “chancelador” puro e simples para o repasse dos recursos, mas felizmente foi, e está sendo possível transformá-lo em muito mais do que isto. O ICMS Ecológico tem representado um instrumento de compensação, mas acima de tudo “incentivo” e em alguns casos, como “contribuição” complementar à conservação ambiental. Incentivo porque tem, por força da metodologia adotada, especialmente no Paraná, estimulado os municípios que não possuem unidades de conservação a criar ou defender a criação destas, ou ainda aqueles municípios que já possuem unidades de conservação em seu território, que tomem parte de iniciativas relacionadas à regularização fundiária, planejamento, implementação e manutenção das unidades de conservação. (LOUREIRO, 2008: 1)

A matéria entra em sua fase final destacando que o prefeito Flávio Vieira (PPB) diz que o município aceita a proposta da CMNP, mas está **apenas**²⁶ intermediando politicamente o processo. “Caberá à Secretaria do Meio Ambiente determinar quais as áreas que estão sendo devastadas e autorizar ou não a ocupação” (MOREIRA, 1999: 3). Nota-se ênfase no termo “devastada” e eufemismo em “ocupação”. A seguir, a matéria já utiliza o termo “acordo”, ao dizer que o prefeito acredita que este será vantajoso para o município:

(...) [Cianorte] ganhará 330 hectares de mata, poderá receber ICMS Ecológico e desenvolver projetos de proteção. Hoje Cianorte recebe pouco mais de R\$600,00 pelo Parque Municipal do Mandhuí, 20 hectares do cinturão doados há três anos depois que o secretário do Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, negociou pessoalmente com diretores da CMNP. Vieira calcula que a nova **doação**²⁷ renderia mais de CR\$ 17 mil por mês. Se o cinturão virar parque municipal a prefeitura pretende cercar a mata, colocar guardas para coibir depredações, investir em projetos turísticos e em educação ambiental. (idem)

O texto é finalizado dando voz à Apromac – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte -, que é tida como a única ONG ambientalista de Cianorte, que prevê que o Acordo irá gerar muita polêmica e crítica. Uma prospecção totalmente acertada, como em breve poderia ser notado. “A entidade não aprova a negociação, mas não vê outra alternativa. ‘Se cada parte não ceder um pouco, o Cinturão vai desaparecer aos poucos’, sustentou o presidente da Apromac, Eleutério Langowski, engenheiro florestal do IAP”. (MOREIRA, 1999: 1)

Se a Apromac não aprovasse a negociação, como explicar que no futuro (vide Tribuna de Cianorte, de 25 de março de 2000) a mesma seria anuente concordante, juntamente com o IAP? Se é clara a evidência de que haverá vozes destoantes, entende-

²⁶ O grifo é da autora, visando a chamar atenção para o modo como a representação política neste contexto parece ter papel irrelevante, quando de fato seu papel é fundamental.

²⁷ Novamente o grifo é da autora, para que se atente que o que foi tratado como acordo agora se transforma em doação.

se que existe um motivo e que isso significa que não se trata simplesmente de colocar abaixo uma área que não tenha significado ambiental. A fala de Langowski se choca com a do próprio IAP.

De acordo com Langowski, há 20 anos tenta-se encontrar soluções para conter a devastação da reserva. Mas sem resultados. Para o mesmo, “este acordo não é o ideal, mas é o possível. O município jamais conseguirá dinheiro para comprar o cinturão e recuperar as áreas destruídas. A companhia tem interesses comerciais e não vai abrir mão de uma área tão extensa e valorizada sem receber nada em troca”. (MOREIRA, 1999: 3)

O município vai ficar com o “filé mignon” do cinturão e terá meios para pôr em prática ações conservacionistas. Técnicos do IAP de Umuarama estão vistoriando as áreas de reserva que a Melhoramentos quer desmatar. Depois de analisar o parecer dos técnicos, a cúpula da Secretaria do Meio Ambiente e do IAP decidirá se autoriza o desmate. Se a proposta da companhia não for aceita integralmente, IAP e prefeitura terão de promover novas negociações com os diretores para tentar chegar a um consenso. (idem)

Dez anos após a publicação da citada matéria da Folha de Londrina, para fins de elaboração desta dissertação foi realizada uma entrevista com Langowski²⁸ sobre alguns pontos principais a respeito do Acordo. Indagado sobre a declaração de que imaginava que o tema geraria polêmica, o mesmo afirmou que quando a matéria foi publicada, o Acordo ainda não havia sido assinado e estava na fase em que o IAP analisava as áreas a serem desmatadas. Dentre elas, existiam as áreas rurais da CMNP (os lotes conhecidos como “ilhas verdes”), os quais seriam desmatados, deixando a Reserva Legal e as Áreas de Preservação Permanente.

E ainda, dentro do Cinturão Verde, existia uma área em especial que eu tinha certeza que iria gerar polêmica devido ao seu bom grau de conservação, mas que até então não havia sido possível excluir do acordo, pois a CMNP estava irredutível em não ceder aquela área (era a área da Av. Maranhão, saída para Umuarama). Após as análises, o IAP foi irredutível em excluir as áreas rurais do acordo pretendido ficando restrito o acordo à área do Cinturão Verde. Quando começou o desmate, na área que vai para o Cianortinho e em outras áreas, houve a repercussão e polêmica. Notadamente, na área do Cianortinho havia uma pequena mancha florestal com árvores maiores, o que conferia uma tipologia superior, sendo que foi a área que causou mais repercussão. Mas era uma pequena parte perante o todo. Teve ainda o caso de uma peroba que foi cortada na área em frente à Cheina, porém aquela árvore já estava comprometida e não era de grande porte, mas rendeu boas imagens na TV, chamada pelos objetores do acordo. A repercussão contrária ao acordo teve como comandante mor o Deputado Edno Guimarães, opositor ao então

²⁸ Entrevista concedida à autora desta dissertação em 26 de maio de 2010 via e-mail.

prefeito Flávio Vieira que havia conseguido o acordo. O jornal FOLHA DE CIANORTE tinha como proprietário oculto o mesmo Deputado. O organizador das passeatas dos estudantes era o Professor Pedro Aguilera, também chefe do Núcleo da Educação e parente do mesmo Deputado. E a força contrária ao acordo, agindo de natureza política, teve a curiosa participação, muito competente por sinal da jornalista Aida Franco, ex-funcionária da APROMAC. (LANGOWSKI, 2010)²⁹

Passados quase 30 dias após a publicação da matéria citada anteriormente, em 27 de junho de 1999 um artigo de página inteira intitulado “A fivela do Cinturão” traça um paralelo entre a situação de desmatamento nas florestas tropicais que, segundo uma ONG, situava o Brasil em segundo lugar no *ranking* de desmatamento no mundo, com o Noroeste do Paraná. O autor, o engenheiro agrônomo Frederico Fonseca da Silva, defende que diante do cenário devastador – que atinge desde a Amazônia até Cianorte – o Cinturão Verde deveria ser tratado como um santuário e não como capoeira, bosque ou reserva. “A necessidade de se ter o verde que resistiu a essa fome voraz de um desmatamento desenfreado merece ser um local sagrado. Sagrado como mata, sagrado como preservação de um ambiente, sagrado para a fauna e flora, sagrado como a vida”. (SILVA, 1999: 5)

Após breve contextualização sobre o tema, o autor denuncia que verificou pessoalmente a retirada de madeira nobre e considerada em extinção das matas que compõem o Cinturão³⁰. Diz ainda que, juntamente com um colega de profissão, informou aos órgãos competentes a situação encontrada. Até então, porém, ninguém havia assumido a responsabilidade devida. O autor ainda salienta que nenhum veículo de comunicação local deu importância ao fato.

Infelizmente, também, nenhum jornal local abordou o problema ou pelo menos questionou o porquê dessa derrubada seletiva de madeiras nobres dentro de uma área divulgada como reserva, pertencente a um

²⁹ Da mesma maneira que Langowski afirma que o segmento contrário ao Acordo tinha apenas cunho político, ao longo do texto essa afirmação será confrontada diante das evidências de que partidos políticos tiraram proveito do caso, mas que o grupo denominado “Amigos do Cinturão” – formado por cinco profissionais autônomos, sem vínculos partidários, residentes em Cianorte – articulou-se com o fim único de evitar a derrubada das matas, principalmente pelo fato de que não havia informação sobre qual a extensão da área seria atingida. Quando Langowski cita a “curiosa” participação da autora, o mesmo deve estar fazendo referência às divergências políticas da mesma em relação a Edno Guimarães, já que no ano de 1992 o mesmo exigiu sua demissão no jornal Tribuna de Cianorte (veículo de divulgação oficial do município naquele período), em virtude da denúncia que a mesma fez sobre a mortandade de cães em câmara de gás, com repercussão estadual, autorizada pelo mesmo – quando então prefeito de Cianorte. A participação da mesma na Apromac ocorreu no período de 02/01/1998 a 27/09/1999, ocupando o cargo de Diretora Executiva, quando veio a ser demitida sem justa causa, por conta de divergência ideológica com a diretoria.

³⁰ Importante lembrar que esta é uma denúncia isolada do grande Acordo. Até então, não havia sido feito nenhum anúncio sobre a “doação” a ser feita pela CMNP e a autorização para desmate.

CINTURÃO VERDE. Se fez necessária a vinda de um jornal “de fora”, levantar os tristes fatos reais e publicar a matéria em edição para o todo o estado, sobre a derrubada dessas árvores nobres e extinção. Dessa forma, gostaria de publicamente, parabenizar a jornalista Vânia Moreira, da **Folha do Paraná**³¹, por sua reportagem a respeito e, principalmente, pelo elevado nível com que a mesma tratou do assunto, na matéria intitulada “Loteamento é ameaça para área verde”, página 03, edição de 30 de maio. (SILVA, 1999: 5)

O autor argumenta ser inadmissível que, no final do século XX, ainda se insista em derrubar o pouco de árvores que resistiu aos machados, foices, motosserras e tratores de esteiras. Diz então que formulará questões de interesse público para que um dia “não se caia no erro histórico de termos ‘passado ao largo’ do problema ou, simplesmente, ‘termos lavado as mãos’ como um cidadão chamado Pilatos assim o fez” (idem).

O autor pergunta se as áreas citadas fazem parte de uma reserva legal e patrimônio da cidade. Porque se assim o forem, nos dias anteriores o que se presenciou foi uma invasão de área pública de preservação permanente³². Do contrário, se a área fosse da iniciativa privada: **“a derrubada dessas árvores, com retirada dessa madeira nobre, mesmo sendo legal do ponto de vista jurídico, é, no mínimo imoral”**³³ (SILVA, 1999: 5). Ainda no mesmo artigo, o autor argumenta que o que restou de interesse econômico na mata não deveria ser vilipendiado, mas preservado para restauração, recuperação e conservação do que ainda estava de pé. “A preservação tem que ser ampla, total e irrestrita. Porque um dia se explorou apenas o palmito. Hoje foi apenas a peroba-rosa. Amanhã poderá ser a retirada apenas de aroeira. E assim por diante, até não restar mais nada que justifique a sua limpeza para a construção de mais um loteamento habitacional”. (SILVA, 1999: 5)

O engenheiro agrônomo menciona a retirada de árvores consideradas mortas e ou secas e pergunta qual o interesse da Companhia nesse procedimento. Lembra que, nos EUA ou Europa, quando uma árvore tomba, ela é mantida no local para manter o ciclo natural de decomposição. Quando muito, os órgãos responsáveis as retiram para compor ou renovar acervo de árvores com fins didáticos e ou pedagógicos. Mas com

³¹ O autor faz referência à Folha de Londrina/Folha do Paraná.

³² Para saber mais sobre Área de Preservação Permanente – APP, ver o Código Florestal Brasileiro de 1965 e as modificações ocorridas em 2001.

³³ O grifo é do autor. Em contato pessoal, o autor esclareceu que o local citado como área roubada de perobas-rosa sadias foi na projeção da rua São Luiz, lateral do Colégio Estadual, zona 2. Interessante que tal ação por parte da Companhia visava exclusivamente a criar condições que justificassem a retirada da “capoeira” para concluir a implantação da Rua São Luiz, que fora projetada dentro de um “plano diretor” feito no passado - como referência de que toda a floresta, em tempo oportuno, iria sumir.

indignação o autor revela que não foi essa a ação constatada. **“A VERDADE É QUE A COMPANHIA RETIROU A QUANTIDADE QUE QUIS DE ÁRVORES VIVAS INTEIRAS E SADIAS, COM USO DE MOTOSSERRAS E TRATORES TERCEIRIZADOS”**. (SILVA, 1999: 5)³⁴

Prestes a terminar o artigo, o autor menciona uma matéria publicada anteriormente, a qual não faz parte do material desta análise, divulgada pela Folha de Cianorte, no dia 13 de junho do corrente ano.

Corretíssima está a chamada da **FOLHA DE CIANORTE**, de 13 de junho, quando diz na página 23: Eleutério diz que IAP autorizou retirada de árvores **“mortas”** da mata que circunda Cianorte. O TERMO *MORTAS* ESTÁ ENTRE ASPAS PORQUE COMO AFIRMEI, AS ÁRVORES RETIRADAS ESTAVAM EM PLENO VIGOR ECONÔMICO. Estranhamente o IAP (Instituto Ambiental do Paraná) autorizou a retirada dessas madeiras e não acompanhou nem a sua retirada, muito menos o seu manejo dentro do CINTURÃO VERDE. **A VERDADE É QUE DIARIAMENTE POR UM PERÍODO DE UMA SEMANA CHEIA SAÍRAM CAMINHÕES (NO PLURAL) DE PEROBAS-ROSA DA RESERVA VERDE DE CIANORTE. Quem perdeu com isso, todos nós já sabemos. Por mais uma vez a população fica órfã de algo que, publicamente, lhe pertence. Quem ganhou com a retirada, beneficiamento e venda de toda essa madeira de lei, em extinção, precisa ser melhor esclarecido. TUDO ISSO ESTÁ SENDO DITO ANTES QUE TODO ESSE CINTURÃO VERDE, DE TANTO SE TIRAR UM POUQUINHO A CADA VEZ, RESTE APENAS A FIVELA DE CONCRETO JÁ EXISTENTE DA CIDADE.** (Idem)

3.2 Segunda quinzena de março de 2000: a assinatura do Acordo – quase uma lua-de-mel

A abordagem do artigo de Silva (1999) denuncia um ato ocorrido nove meses antes da manchete do jornal Tribuna de Cianorte³⁵ - em 25 de março de 2000 -, que viria a celebrar com ênfase: “Cianorte ganha Parque Cinturão Verde doado pela iniciativa privada”. E ainda, com outro título da mesma edição: “Cinturão Verde será enfim do município”. Na verdade, um anúncio prematuro de um acordo que seria abortado por pressão da sociedade e cobertura midiática. Uma manchete que vai de encontro ao que outro jornal, O Estado do Paraná, sediado em Curitiba e com abrangência estadual,

³⁴ As citações foram transcritas conforme as originais, em caixa alta e negritada, certamente como modo de chamar a atenção para a gravidade do ato praticado pela CMNP.

³⁵ As matérias citadas estão em 2.1, momento em que foram generosamente analisadas em virtude da aberração que as mesmas significam diante do desdobramento do Acordo.

anunciaria no mesmo dia: “Cianorte perde 40% do Cinturão Verde”.³⁶ Afinal, o que realmente se ganha? O que de real é perdido? Se o fato é o mesmo, por que o conteúdo informativo é completamente díspar? O caminho que sinaliza para alguma resposta poderia estar no que se refere à linha editorial que norteia cada veículo. Um mês depois, o jornal rival destacaria em toda a sua capa, com amplas fotos: “Em Cianorte, árvores ao chão marcam 500 anos de Brasil – Prefeito Flávio Vieira, Apromac, IAP, Ministério Público e Cia. assinam acordo para derrubada do ‘Cinturão Verde’” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 23).

Para compreender melhor de que modo uma posição ideológica (linha editorial) influencia na condição de um fato (notícia), nossa pesquisa se apoia em LAGE (1981) ao dar o exemplo de um veículo mundialmente conhecido, a revista *Time*, destacando a maneira como ela conduz sua reunião de pauta, com um objetivo final:

As matérias são então programadas, não apenas quanto aos fatos a serem apurados, mas, principalmente, quanto à linha de orientação do texto: a política da revista é reunir volume de informação muito maior do que aquele que será publicado exatamente para permitir seleção de fatos que deem apoio à linha editorial (escolhem-se e ampliam-se os que as sustentam: desprezam-se ou minimizam-se os que a contrariam). A linha editorial da *Time* reflete o *establishment* americano. (...) Dificilmente a orientação traçada com base nessa linha editorial será alterada no processo de produção. (LAGE, 1981: 30)

A partir desse pressuposto, é possível compreender porque a mesma informação é noticiada de formas ambíguas. Não importa se é um veículo de expressão internacional ou de um jornal incrustado no interior do Noroeste do Paraná: ambos atingem, com suas respectivas proporções, uma população que fica refém dos interesses de uma minoria (leia-se “detentores oficiais ou não dos veículos de comunicação”).

O jornal *Tribuna de Cianorte* é o veículo oficial de divulgação do município durante o período aqui estudado. O jornal *O Estado do Paraná* tem sua sucursal na região, Umuarama, e a sede na capital. A *Folha de Cianorte* é de oposição e tem apoio de Edno Guimarães, ex-prefeito que, no período relacionado, atuava como deputado estadual. Em 2010, ele voltaria a ocupar o cargo de prefeito, tendo seu irmão na suplência de seu cargo de deputado estadual e o filho na presidência da Câmara dos Vereadores de Cianorte.

³⁶ O jornal *Tribuna de Cianorte* era o veículo de divulgação oficial do município. O tempo todo ela irá defender nas entrelinhas ou abertamente o Acordo. O jornal *O Estado do Paraná*, por ser um veículo distante fisicamente da cidade e dos amarres políticos, demonstra certa imparcialidade ao noticiar o tema. Ambos são do dia 25/03/2000.

Na matéria “Cianorte perde 40% do Cinturão Verde” em destaque, ressalta-se que “Estado e município autorizam hoje o desmate de área no perímetro urbano” (NUNES, 2000: 15); ao contrário do anúncio festivo da matéria citada anteriormente, que convém trazer mais uma vez à tona: “Os moradores de Cianorte ganham hoje o Parque Cinturão Verde, uma área de preservação de 282,3 hectares. (...) A solenidade de criação do parque (...)”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 3)

A matéria de NUNES (2000) informa que Hitoshi Nakamura e Flávio Vieira – secretário estadual do Meio Ambiente e prefeito de Cianorte, respectivamente, estariam promovendo solenidade para autorizar a CMNP a desmatar mais de 40% da mata nativa localizada no perímetro urbano, chamada de Cinturão Verde. Essa porcentagem seria equivalente a 148 hectares de reserva, transformadas em pequenos loteamentos para construção de casas. Outros 83 hectares de mata no interior do município³⁷ também seriam desmatados. O restante, 251 hectares, a Melhoramentos teria que preservar.

O texto explica que para, obter a licença junto ao IAP, PMC e Apromac³⁸, a CMNP se comprometeu a doar os 330 hectares que restaram da mata para o município transformá-los em parque.

Segundo declarações do chefe do IAP, João Toninato, “as negociações obedeceram a um único propósito: o não desmatamento das áreas consideradas essenciais para a preservação do meio ambiente”. Ele informou também que as áreas onde o desmate foi autorizado, foram vistoriadas por técnicos do instituto. Toninato afirma que a área a ser transformada em loteamento está coberta apenas por vegetação rasteira. “Será um descapoeiramento e não um desmatamento”, disse. Segundo informações do IAP, a Promotoria de Justiça também participou das vistorias e tudo foi comprovado. (NUNES, 2000: 15)

Ao mencionar que a Promotoria de Justiça também participou das vistorias e comprovou que as áreas a serem loteadas estavam cobertas apenas por vegetação rasteira, há que se fazer alguns questionamentos: qual o conceito de vegetação rasteira? Em qual embasamento técnico a Promotoria se respaldou para aquiescer com essa empreitada, que configuraria exemplo de uma medida que não deve ser colocada em prática?

Essas dúvidas por ora levantadas deveriam ter sido investigadas pelo jornalista. E é nesse contexto que se aplica o argumento de VILLAR & TOSI (2001: 1):

³⁷ Localizados na zona rural de Cianorte.

³⁸ Houve um engano na informação porque não compete à ONG conceder licença. Talvez apenas um aval simbólico.

Neste final de século 20, há notícias diárias sobre questões ambientais na imprensa brasileira. Mas, em geral, são fatos desconexos, sem o sentido amplo do ambientalismo, sem uma interpretação capaz de ligar o fato às causas que o geraram: uma crise civilizatória e um modelo de desenvolvimento excludente, do ponto de vista social, e predador, do ponto de vista da natureza.

Quando o chefe do IAP diz que se trata “apenas” de vegetação rasteira, qualquer pessoa que detenha o conhecimento mínimo sobre biologia poderia argumentar que essa justificativa não se sustenta. Também é muito claro que avaliar uma área para detectar sua relevância ambiental não consiste em um passeio pela mesma, mas, no mínimo, na emissão de um laudo técnico assinado por pesquisadores que já estejam debruçados sobre o tema e não apenas com conhecimentos superficiais.

Sob uma ótica menos superficial, FELIPE (2006: 105) salienta:

Os padrões tradicionais de fundamentação das propostas éticas, que procuraram ao longo de nossa tradição milenar orientar as ações humanas para que resultem em benefício geral, têm fracassado sempre que se busca neles uma orientação para guiar decisões e ações que podem afetar interesses de seres vivos não-humanos.

A autora explica que, do ponto de vista moral tradicional, todas as espécies vivas existiriam apenas para servirem à forma de vida humana e, por causa dessa ideia, viu-se o eminente fracasso da filosofia moral tradicional. Afinal, ela não impõe restrição alguma à forma de vida humana digna do privilégio de se apropriar das demais espécies vivas. Ainda segundo FELIPE (2006: 106), esse erro da filosofia moral tradicional tornou-se mais evidente do que nunca nas três décadas mais recentes da história humana.

Temos, hoje, por conta da tradição moral milenar da qual somos signatários, herdeira das religiões, das ciências e das filosofias mais influentes ao redor do planeta, um trilema moral. Se há valor na vida de um determinado ser, provavelmente esse valor está presente na de outros, por exemplo, na dos minerais, vegetais e animais, não apenas na vida dos seres da espécie *Homo sapiens*. Se esse valor é constitutivo da vida, ele não depende, então, do modo de vida humano, pois este não é o mesmo para todos os indivíduos da nossa espécie. Dizer que há valor, na vida, remete-nos à ideia do valor da vida mesma. Esta apresenta-se em espécies e formas diversas. Se o valor é da vida, a configuração biológica e a aparência exterior do ser vivo não devem contar, nem para mais nem para menos, como moeda de troca, para o acesso a esse bem chamado respeito pela vida. **A aparência exterior, ou a configuração biológica de um organismo vivo não devem contar moralmente, porque o valor da vida não pode depender de algo que constitui o aspecto do corpo vivo, pois este só aparece por causa da vida mesma. O corpo não é a causa da vida. Ele é a configuração específica na qual a vida mesma se expressa. Se o valor moral é um valor invariável, e**

se a vida determina esse valor, a vida, seja na configuração vegetal, animal não-humana, ou humana, tem, pois, valor moral. Se, por outro lado, a ética deve servir para preservar o que tem valor nos seres que podem ser afetados por nossos atos, não há como defender critérios discriminadores para preservar o mesmo valor, somente porque a aparência ou forma de expressão na qual a vida se manifesta não é padronizada por nenhum dos critérios que elegemos, tradicionalmente, como definidores do valor da vida mesma, na forma humana de sua expressão.³⁹

A matéria do jornal O Estado do Paraná é encerrada com informação histórica:

O Cinturão Verde está localizado ao redor da cidade de Cianorte. São aproximadamente 600 hectares de mata. Na reserva há entre outras plantas, a Peroba-Rosa, considerada como árvore símbolo do município. **No começo dos anos 90 os moradores chegaram a enviar um abaixo-assinado ao governo estadual pedindo apoio para preservar a mata**⁴⁰. (NUNES, 2000:15)

O abaixo-assinado que o jornalista menciona foi resultado de um trabalho realizado no Colégio Estadual de Cianorte, durante a Feira de Ciências e Artes – Feciart, em 1989. Na época, esta autora e um grupo de colegas de sala fizeram um amplo trabalho sobre a questão ambiental. Com incentivo do engenheiro florestal Eleutério Langowski, foi dedicada especial atenção ao Cinturão Verde de Cianorte. Na ocasião, foi realizada uma maquete da cidade – com destaque para a mata – e explicado aos visitantes da Feira o processo de loteamento e venda das áreas por parte da CMNP e a necessidade de o Governo Estadual tomar para si a responsabilidade de adquirir o espaço, garantindo sua permanência. A equipe denominada “Aliados da Vida” organizou um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas e o entregou – em mãos – ao então governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias que, além desse cargo, em outras participações na gestão pública, também se revezou em cargos de deputado estadual, federal e senador. Todavia, não houve nenhuma sinalização com relação ao pedido, mesmo que negativa - conforme o passar dos anos deixou implícito.

No parágrafo final, a matéria informa sobre as providências do município quanto à área “doada”:

O prefeito informou que a administração municipal está trabalhando no plano de manejo e zoneamento do parque. “A intenção é definir as atividades e

³⁹ O grifo é para demonstrar como o pensamento de Sônia Felipe joga por terra as declarações que justificam a derrubada da mata. As formas de vida ali encontradas não foram levadas em consideração; foram simplesmente subjugadas por conta de critérios estritamente econômicos.

⁴⁰ Grifo desta autora.

obras de melhoramento a serem efetuadas e regular o uso do parque que **sobrou**”⁴¹, afirmou. (NUNES, 2000: 15)

Contrapondo-se à denúncia alarmada em O Estado do Paraná do dia anterior (matéria acima citada), o jornal Tribuna de Cianorte traz o seguinte título: “Mutirão embeleza pista de caminhada”. O texto menciona o trabalho realizado por um grupo de 20 soldados do tiro de guerra, que fez um mutirão de limpeza nas laterais da pista de caminhada e pintou o meio fio. Cita ainda a quantidade de pessoas que frequenta a pista de caminhada e a academia de ginástica ao ar livre na avenida Minas Gerais. Animado com o sucesso da nova atração, o prefeito diz que deve levar a pista até o câmpus da UEM. Ainda é mencionado o uso das pistas do Parque Mandhuy e da Praça Olímpica. Com relação ao Acordo do Cinturão, o texto é finalizado salientando que “desde ontem a responsabilidade de preservação do Parque Florestal Cinturão Verde ficou a cargo da Prefeitura e do IAP”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 6)

“Cinturão verde é parque municipal”. Com este título em 28 de março, a matéria da Folha de Londrina relembra que, no sábado anterior (dia 25), havia sido realizada cerimônia em que participaram o Secretário de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura; o prefeito cianortense Flávio Vieira (PFL); e o diretor da CMNP, Gastão de Souza Mesquita. No evento, foi assinada a escritura de doação de 330 hectares de matas nativas que circundam a cidade.

A CMNP doou a área “nobre” do cinturão ao município em troca de autorização para desmatar e lotear outros 148 hectares que estão devastados, correspondentes a 35% da área total. Também poderá desmatar 83 hectares de matas da zona rural do município. A área doada foi transformada em parque ecológico municipal, o Parque Cinturão Verde. Ano passado, a prefeitura construiu uma pista de caminhada margeando o bosque. Outras melhorias serão feitas agora, como cercas de isolamento, contratação de vigias e outros projetos de preservação. (MOREIRA, 2000: 3)

A informação de que “a prefeitura construiu uma pista de caminhada margeando o bosque” não deixa claro que a área é entrecortada por vários módulos, já que não se trata de uma área contínua - grande parte do Cinturão foi loteada ao longo dos anos e abocanhada pela cidade. Portanto, não fica especificado ao leitor que a citada pista de caminhada faz parte, apenas, de um trajeto da avenida Minas Gerais. Por outro lado, vale lembrar que a pista foi construída no final de 1999. Trata-se de construção de obra pública em propriedade privada, afinal, a mesma ainda pertencia “legalmente” à CMNP.

⁴¹ Grifo próprio.

De acordo com a matéria jornalística, o secretário estadual de meio ambiente:

considerou o acordo criticado por alguns ambientalistas como uma solução inteligente para conter a devastação da mata. “Se continuasse como estava, a mata inteira poderia desaparecer. Agora o município terá condições de preservar esta área e aproveitá-la como centro de lazer para toda a comunidade”. (MOREIRA, 2000: 3)

Quando um secretário de Estado argumenta que é melhor um acordo do que perder tudo, tal discurso mostra a insegurança da Secretaria de Estado do Meio Ambiente com relação à eficácia de seu órgão fiscalizador, o IAP. Ora, havia todo um arsenal jurídico que coibiria a destruição da área verde, já que esta, sendo particular, seria tutelada pela CMNP. Em tese, a CMNP não tem recursos para cuidar da área, mas isso não a isenta da obrigação de manter as matas em pé. E se de fato a empresa não tem capacidade para gerir o local e manter sua conservação – e mesmo assim não a entrega ao município. Se o que interessa à empresa é o loteamento, a fala do secretário comprova como o Governo facilmente se torna agente passivo, conivente com o discurso de que é melhor assegurar uma parte (330 hectares) do que o Estado, com todo o seu escopo jurídico e econômico, lutar em defesa do todo (330 hectares “doados”, mais 231 autorizados para desmatamento).

Há 20 anos, Cianorte tentava resolver o problema do cinturão que estava sendo devastado pela ocupação urbana. Quase a metade dos 600 hectares foi destruída por queimadas e invasões⁴². O município não investia na preservação da mata por ser propriedade particular e não tinha recursos suficientes para comprar a área. A CMNP também não queria abrir mão de um patrimônio valioso sem receber nada em troca. “A saída foi propor um acordo, no qual ambas as partes cederam um pouco” disse o prefeito Flávio Vieira. (MOREIRA, 2000, p.03)

O termo “devastação urbana” é dúbio: pode significar tanto os problemas urbanos sendo deslocados mata adentro (como a deposição do lixo, por exemplo), quanto o loteamento na zona rural promovido pela CMNP, que, aos poucos, foi esartejando a mata. A matéria é finalizada mencionando que, com a “doação” e criação do Parque Municipal, a Prefeitura passa a receber ICMS Ecológico pela

⁴² É importante salientar que não há invasões no sentido de pessoas construir moradias nos domínios do Cinturão. Até porque se trata de uma área privada e a empresa não permitiria tal atitude. Portanto, o termo “invasão” poderia ser mais bem avaliado e trocado por “depredações”, mas não o suficiente para justificar a derrubada da mata. O grande problema apontado por leigos é a questão do fogo frequente. Mas, ao longo da análise, será possível perceber, por meio de laudo técnico de professores doutores da UEM, que outras questões assombravam o Cinturão.

preservação da área e pode buscar também outras verbas e doações. O prefeito também informa que vai criar uma lei vinculando a aplicação da verba do ICMS Ecológico exclusivamente no local. “Contamos com o apoio da Câmara para aprovar esta lei e evitar que administrações futuras desviem as verbas para outros fins”, disse Flávio VIEIRA (idem). A mesma matéria também traz o seguinte texto: “Políticos e lideranças da região acompanharam a solenidade de assinatura da doação e lançamento do parque realizada na saída para o Distrito de Vidigal. Depois da solenidade, Nakamura ajudou estudantes a plantar mudas de Peroba-Rosa [sic] no parque”. (MOREIRA, 2000: 3)

3.3 Primeira quinzena de abril de 2000: Acordo assinado, inicia-se a discórdia

O título aqui proposto é, de certa forma, incoerente, pois, anteriormente à assinatura, não houve alternativa para a sociedade ou as instituições civis manifestarem seus pontos de vista. O que houve durante o processo de formalização do Acordo foi uma grande anuência pelas partes envolvidas: a Prefeitura Municipal de Cianorte, o Instituto Ambiental do Paraná, a Apromac, a Câmara Municipal de Cianorte, o Ministério Público e a principal interessada: a CMNP. O primeiro parlamentar a aparecer na mídia denunciando o Acordo foi o rival político do então prefeito Flávio Vieira (PFL): o deputado estadual Edno Guimarães (PSL). Uma nota publicada no jornal O Estado do Paraná em 4 de abril 2000 sob o título “Atentado” informa:

O deputado Edno Guimarães (foto), do PSL, denunciou ontem da tribuna da Assembléia Legislativa um grave atentado ao meio ambiente que está sendo praticado pela Prefeitura de Cianorte, em conluio com o Instituto Ambiental do Paraná. Segundo o parlamentar, uma área de 240 mil hectares de mata virgem, localizada no perímetro urbano da cidade, estaria sendo loteada, com a derrubada de centenas de Perobas-Rosa. (O ESTADO DO PARANÁ, 2000: 8)

O termo “conluio” evidencia uma clara oposição. Na verdade, não se trata de 240 mil hectares sendo desmatados, mas 240 hectares, sem a casa do milhar. Não se sabe qual a origem e/ou intenção. Porém, pode-se pensar que tenha sido mesmo erro de expressão, pois o equívoco em colocar a unidade de milhar antes dos hectares foi erro recorrente também em *release* da Agência Estadual, como foi citado em capítulo anterior. Naquele tópico, foi dito que a comunidade estaria recebendo “uma área de preservação de 282,3 mil hectares doada ao Município pela Cia. Melhoramentos Norte

do Paraná, depois de quatro anos de negociações intermediadas pelo Governo do Estado”.

Uma nota do colunista Bellini, na Tribuna do Povo em 4 de abril de 2000, diz: “A coisa tá [sic] feia em Cianorte. A justiça disse ‘não’ para o acordo do IAP, Prefeitura e Cia. de [sic] Melhoramentos”. Há que se frisar que até aquele momento não havia impedimento da Justiça e o desmatamento continuava ininterruptamente. O fato anunciado ocorreria, realmente apenas no dia 27 de abril.

Conforme a matéria “Lei vai disciplinar uso do ICM Ecológico”, publicada na Tribuna de Cianorte de 11 de abril do mesmo ano (p.12), a Câmara dos Vereadores receberia um projeto de lei para controlar a aplicação dos recursos originários do ICMS Ecológico oriundo do Cinturão Verde. De acordo com o prefeito Flávio Vieira, “**esse foi o compromisso que assumimos com a Companhia**⁴³. O ICM Ecológico será aplicado exclusivamente na manutenção e obras de melhoria da Reserva Florestal” (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 12)

A declaração do prefeito Flávio Vieira demonstra mais uma vez como as instituições públicas se curvam diante da CMNP. A exemplo do ocorrido na construção do projeto urbanístico de Maringá, a influência do gerente da Melhoramentos é evidente e prontamente atendida. A imposição de suas vontades está no histórico da CMNP e na aceitação das mesmas, numa espécie de subserviência governamental. A passagem abaixo comprova essa tendência quando é citado o posicionamento imperativo de um representante da CMNP no período da fundação de Maringá:

Da mesma forma, a influência desse dirigente da empresa transparece na fala do ex-prefeito João Paulino Vieira Filho (1960-1964 e 1977-1982) quando afirma que, Nyeffeler “como gerente da Melhoramentos, foi o mesmo que um prefeito. Ele exigiu o cumprimento do projeto original, manteve a zona 2, a zona 5, a zona 4, a sua área industrial, quer dizer, não vendia se não fosse cumprido o que a companhia queria. (RODRIGUES, 2004: 36)

O texto jornalístico diz que o anúncio da remessa do projeto para o Legislativo foi realizado em encontro no dia anterior em reunião entre o prefeito Flávio Vieira, membros do Conselho da Comunidade e o promotor público Joelson Luís Pereira, do Meio Ambiente, que afirmou que o Acordo com a CMNP satisfizes as partes envolvidas: **“Inclusive estivemos visitando as áreas a serem descapoeiradas e constatamos sua degradação. Tomamos todo o cuidado para evitar que a comunidade tivesse**

⁴³ O grifo chama a atenção para o fato de que a CMNP dita as regras do jogo tanto no findar do século XX quanto no início do século XXI.

prejuízo”⁴⁴ (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4). A matéria trata ainda da responsabilidade que o município terá em cumprir um plano de manejo a ser definido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) e pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP)⁴⁵.

Em vários pontos do Cinturão Verde serão colocadas cercas para evitar a depredação. Também serão contratados fiscais ambientais que farão o trabalho de patrulhamento. Para o engenheiro florestal Eleutério Langovski, assessor de Planejamento do IAP e que acompanhou todo o processo que resultou na transferência da reserva para o município, a primeira grande iniciativa de preservação já foi tomada. “A construção da pista de caminhada na Avenida Minas Gerais e no Parque Mandhuy, chama a comunidade a usufruir e ao mesmo tempo a ajudar na preservação”. Outro fator positivo, segundo ele, são as novas construções que estão surgindo ao longo do Cinturão Verde. “Elas vão acabar com o aspecto de abandono da área. O movimento de pessoas vai inibir a presença de vândalos”, acredita. (idem)

Sob o título “Flávio recebe proposta para reestruturar COMMA”, a matéria aborda a reestruturação do Conselho Municipal do Meio Ambiente. De fato, trata-se de uma alteração na legislação, afinal, efetivamente o mesmo nunca fora convocado. A proposta foi entregue pelo presidente do Conselho da Comunidade. A matéria não menciona em momento algum o Cinturão Verde, mas é bem provável que toda essa movimentação teve início em decorrência do parque municipal recentemente oficializado. “Como sempre tenho feito, antes vou chamar o Deolindo (Antônio Novo, presidente do Legislativo) para discutirmos e chegarmos numa posição de consenso”, reiterou o prefeito. Ao final do mês, Deolindo Novo negaria a fala de Flávio Vieira: o vereador diria que a elaboração do Acordo do Cinturão Verde foi à revelia da Câmara.⁴⁶

3.4 Segunda quinzena de abril de 2000: mobilização popular e protestos dão novo rumo ao Acordo

O Umuarama Ilustrado publica, em 20 de abril: “‘Desmatamento é imoral’, diz Edno Guimarães”. Uma grande árvore tombada, com raízes envoltas ainda por terra, ilustra a chamada de capa: “Pode até ser legal, mas não é moral” (UMUARAMA ILUSTRADO, 2000: 11). O material jornalístico é completado com o texto: “O

⁴⁴ O grifo é para destacar a certeza da fala do promotor sobre algo questionável, uma afirmação que mais tarde provar-se-ia infeliz e desastrosa diante da negação em seu pronunciamento na Tribuna da Câmara Municipal de 24 de abril.

⁴⁵ Esses órgãos não definem planos de manejo. A elaboração do mesmo é realizada por equipe multidisciplinar.

⁴⁶ Tal negação está registrada na edição de 26 de abril de 2000 do jornal Gazeta do Povo, de Curitiba.

‘Cinturão Verde’ é uma faixa de mata que praticamente ‘cerca’ Cianorte. A área pertencia à Companhia Melhoramentos Norte do Paraná e foi doada para o município, que deverá transformá-la em área de preservação ambiental”. (idem)

A matéria informa que pelo menos três pontos do Cinturão Verde estavam sendo desmatados por aqueles dias. “Em um deles, em frente ao Shopping Nabhan, deverá ser implantado um loteamento. O desmatamento foi autorizado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Os trabalhos de derrubada começaram na última semana, quando tratores de esteiras trabalharam na área”. (UMUARAMA ILUSTRADO, 2000: 11)

O texto ainda traz informações distorcidas sobre a questão do desmate. É possível observar os fatores “interesse” e “rivalidade política”, motivos principais da denúncia:

De acordo com o deputado Edno Guimarães, a prefeitura antecipou a autorização para o desmatamento, já que o projeto que transforma a reserva em área de preservação ambiental, ainda não foi aprovado – o projeto deverá ser aprovado até o dia 30 deste mês, caso contrário, o município perderá os recursos do ICMS ecológico. Dessa forma, de acordo com o deputado, poderia ser transformado em área de preservação, apenas as matas restantes. “O município deve ser autuado por isso. O prejuízo, o impacto ambiental provocado por esse desmatamento é monstruoso”, revolta-se o deputado. “Teria que prender o prefeito (Flávio Vieira – PFL) por isso. Uma atitude dessa é caso de polícia, continua. “Numa época que se comemora os 500 anos do Brasil e que se briga, como brigaram os ambientalistas por causa dos aterros das pontes do Porto Camargo, que impediram a passagem de pequenos animais, se desmata uma área como essa”. Na próxima semana, o deputado Edno Guimarães fará um pronunciamento na Assembléia Legislativa criticando o desmatamento do “Cinturão Verde”, em Cianorte. (UMUARAMA ILUSTRADO, 2000: 11)

O fato é que os condutores do Acordo, para obterem a preservação de uma área, autorizaram o desmate de outras, uma delas localizada em frente ao Shopping Nabhan, na entrada de Cianorte. Tão logo foi assinada a escritura pública de “doação” em que a CMNP cede uma parte de sua área, automaticamente a mesma se sentiu no direito de derrubar a mata. Ressalta-se que a oficialização do Acordo ocorreu no dia 25 de março, um sábado. A primeira nota (catalogada) na mídia em relação ao desmatamento surgiu no dia 4 de Abril. Até então, as matérias veiculadas ressaltavam apenas a doação e destacavam que as áreas desmatadas eram de capoeira. Esse intervalo de tempo foi de apenas oito dias. Se considerado o período para que o desmatamento chamasse a atenção de alguém, o deputado Edno Guimarães se inteirasse sobre o caso e o denunciasse no dia 3 de abril na Assembleia Legislativa, é possível intuir que a CMNP atuou da maneira mais rápida possível na derrubada da mata. Talvez até mesmo

prevendo que haveria reações por parte da sociedade e que era importante derrubar o máximo na menor quantidade de tempo, em virtude da possibilidade eminente do cancelamento do Acordo – o que de fato aconteceria.

A matéria é ilustrada com duas fotos – uma com parte da mata que ainda não foi derrubada e outra de um grande tronco no chão – e apresenta o box:

IAP diz que não é desmatamento e sim “supressão” – De acordo com o chefe do escritório regional do Instituto Ambiental do Paraná, em Umuarama, João Toninato, “não se trata de um desmatamento e sim de uma “supressão”, já que a área em questão é formada apenas por capoeira e não tem madeiras nobres”. Toninato também informou que a “supressão” só foi autorizada depois de estudos feitos por uma Câmara Técnica, composta por integrantes da Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (Apromac), Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e IAP. Segundo Toninato, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, proprietária da área, solicitou autorização para derrubar 640 hectares da mata há cinco anos. As áreas a serem desmatadas estavam localizadas na área urbana e na área rural do município. “O IAP não concordou e autorizou primeiramente apenas [sic] o desmatamento de 400 hectares”, informou Toninato. “Novo estudo foi feito e a área ser desmatada foi fixada em 240 hectares, sendo 160 na zona rural e 80 na zona urbana”, completou o chefe do IAP. Em contrapartida, segundo Toninato, como forma de compensação, a Companhia Melhoramentos doou para o município 330 hectares de mata composta por espécies nobres, como a peroba, que serão transformados em Parque Municipal. Toninato informou também que o prefeito de Cianorte, Flávio Vieira (PFL), se comprometeu em reverter todos os recursos arrecadados com o ICMS Ecológico, em melhoria e conservação da área. Pelo telefone, Flávio Vieira confirmou a informação. (UMUARAMA ILUSTRADO, 2000: 11)

Quando João Toninato, chefe do escritório regional do IAP, detalha a proposta inicial da CMNP, percebe-se o jogo clássico de qualquer negociação. Exige-se uma extensão muito maior (no caso 640 hectares) para se chegar a um acordo que satisfaça a todos (desmatar a metade). Quando a empresa solicita a derrubada de todo o Cinturão, cai por terra qualquer discurso preservacionista que ela venha a proclamar. Como também o sentido de fazer qualquer exigência que se configure posteriormente ao Acordo⁴⁷. Também é possível perceber que se na área “doada” há espécies como a peroba-rosa, é possível imaginar que as áreas autorizadas para desmate também abriguem espécies similares, pois se trata da continuidade do mesmo bioma, recortado apenas pela intervenção das construções. A adoção do termo “supressão” é apenas um eufemismo diante da repercussão que o episódio começa a ganhar. Salientar que as áreas foram vistoriadas por uma câmara técnica não significa que os componentes

⁴⁷ A nota de rodapé 39 é referente a este tópico, quando o prefeito Flávio Viera fala da exigência da Companhia no que se refere à aplicação do ICMS Ecológico na preservação do Cinturão Verde. Para uma empresa que solicita derrubar 600 hectares de mata, não cabe a conjugação do verbo “proteger”.

tinham suporte técnico profissional necessário para uma avaliação que não fosse comprometida com os interesses na aprovação de um acordo em que toda a citada câmara técnica era signatária.

O olho da matéria “Começa desmate no ‘Cinturão Verde’” de O Estado do Paraná anuncia: “Apesar do IAP afirmar que trata-se [sic] somente de vegetação rasteira, há árvores nativas”. Ao lado, uma foto mostra uma árvore adulta tombada no chão. Duas fotos, uma aérea do bosque da Matriz e outra do local em que iniciou o desmatamento, completam a matéria⁴⁸.

Cianorte (Sucursal de Umuarama) – As máquinas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná iniciaram nesta semana o desmate de 231 hectares de mata nativa no município de Cianorte. A área desmatada vai ser transformada em loteamentos. O projeto foi aprovado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Promotoria de Justiça, Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte e Prefeitura. Para obter a autorização a Cia. Melhoramentos se comprometeu em transferir ao município 330 hectares da mata que fazia parte de uma reserva denominada de “Cinturão Verde”. Segundo informações da Prefeitura, a empresa queria desmatar 688,70 hectares. “Nos últimos anos fomos avançando nas negociações e agora, **graças ao excelente relacionamento que temos com os diretores da Companhia Melhoramentos**⁴⁹, conseguimos fechar a questão em duzentos e trinta e um hectares”, disse o prefeito Flávio Vieira ao assinar o acordo com a empresa. O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) informou que concordou com o projeto porque a área reivindicada pela Companhia Melhoramentos está totalmente degradada [sic] e no local há só capoeira. A reportagem de **O Estado** esteve ontem no local e encontrou vários exemplares de madeira nobre como a peroba, por exemplo. (NUNES, 2000: 15)

Quando o prefeito Flávio Vieira afirma que a CMNP desejava lotear 688,70 (e não “somente” 400 hectares, como informou o chefe do IAP, João Toninato, na matéria anterior) e, em contrapartida, o IAP justifica que concordou com o projeto “porque a área reivindicada pela Companhia Melhoramentos está totalmente degradada”, percebe-se que mesmo tentando uma padronização dos discursos o resultado é contraditório. O texto é finalizado mencionando as medidas que integram o Acordo e alertando para as consequências danosas ao ambiente da cidade vizinha, São Tomé.

Dos 231 hectares que estão sendo desmatados, 148 estão localizados no perímetro urbano e 83 ficam em uma reserva na zona rural. A Melhoramentos se comprometeu em não destruir outros 251 hectares da reserva na zona rural. O desmatamento também poderá trazer consequências

⁴⁸ Na foto consta uma placa com os seguintes dizeres: “Este terreno pertence à CMNP cedido em comodato para uso exclusivo do Shopping Nabhan”.

⁴⁹ Uma espécie de Síndrome de Estocolmo acomete os testemunhos em torno da CMNP, pois mesmo sequestrando o que resta de Cinturão Verde, ela faz com que os negociadores a coloquem em um pedestal que não lhe pertence.

ao rio São Tomé, cujo manancial fica no Cinturão Verde. O córrego que já enfrenta problemas com a poluição, corta vários municípios e forma a “prainha” de São Tomé, um dos atrativos turísticos do município. **Parque** – A área de 330 hectares transferida ao município pela Melhoramentos foi transformada em Parque Municipal. A Prefeitura informou que está elaborando o plano de manejo e promete preservar a área com apoio do IAP e a associações de defesa ambiental. (NUNES, 2000: 15)

Na Folha de Cianorte de 23 de abril, encontra-se a manchete: “Em Cianorte, árvores ao chão marcam 500 anos de Brasil – Prefeito Flávio Vieira, Apromac, Iap, Ministério Público e Cia. assinam acordo para derrubada do ‘Cinturão Verde’. Leia matéria nas páginas 19 a 23”. A capa do tabloide é toda tomada por fotos da área em questão. Na página 19, o jornal abre uma retranca sob o título “Destruição” e explica em letras negritadas:

Nas páginas 20, 21,22 e 23 a Folha publica matéria questionando o acordo firmado entre Prefeitura Municipal de Cianorte, APROMAC, IAP, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Ministério Público, com respeito ao desmatamento que vem sendo promovido nos últimos dias no ‘Cinturão Verde’. Para abrir a discussão, a Folha recorreu aos seus arquivos para lembrar da matéria escrita por Frederico Fonseca da Silva, na época articulista deste tablóide que escrevia sempre aos domingos na coluna ‘Ponto de Vista’. O motivo do artigo foi devido a retirada de peroba do ‘Cinturão Verde’, árvore símbolo do município, de acordo com Lei Municipal. A Folha publica na íntegra o artigo, dado sua importância. A Folha reservou-se no direito de cortar apenas o primeiro parágrafo do artigo e fazer uma pequena observação logo na primeira linha. No entanto, o corte não compromete o raciocínio do autor e nem sua validade. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19)

Em outra matéria, na página 21, “Outros 500 – Em Cianorte, árvores ao chão marcam 500 anos de Brasil – Acordo às escuras pretende preservar mata. Porém primeiro passo é derrubada de área nativa”, a ilustração fica a cargo da foto de uma árvore derrubada e outra das máquinas utilizadas para liquidar a mata. O jornal conta detalhes do caso e encerra afirmando: “Porém, somente agora, com a voracidade dos tratores, esteiras e outras máquinas de porte que estraçalham em minutos árvores gigantescas, é que a população de Cianorte solta sua voz de manifesto”.

Na página 20, o texto “Fato Estranho – A ONG que é governo”:

O fato que mais causa estranheza no acordo que viabiliza o Parque do Cinturão Verde, e por outro lado, condena parte das matas que cercavam Cianorte, é o envolvimento da APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte. Por se tratar de uma ONG – Organização Não Governamental, a APROMAC deveria representar a sociedade, questionar todos os pontos do acordo e ser a porta-voz da sociedade. Mas acontece o contrário, e a tal ONG age como um braço armado do Governo do Paraná e principalmente do IAP. Mais uma vez a FOLHA DE CIANORTE não

conseguiu contato com quaisquer de seus membros. Visitou seu site na internet e descobriu que sua diretoria trata dos funcionários locais do IAP. O presidente, licenciado na época do acordo, tem cargo de confiança no Governo do Paraná, Eleutério Langovisk. O presidente em exercício é Hélio Sato, o único que não é empregado oficial do Estado. O tesoureiro é o chefe do escritório local e técnico em contabilidade, Makio Sato. O secretário também é funcionário do IAP, o técnico florestal Aldemir Gasola. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 20)

O texto – que apresenta a foto das raízes de uma árvore derrubada – traça um perfil da Apromac, vinculando sua diretoria com o próprio IAP. Além disso, menciona o desconhecimento do estatuto da entidade e ressalta que, até pouco tempo, a Apromac dividia sala com o escritório local do IAP. “Também tem quase 15 funcionários que trabalham no viveiro de mudas municipal, conveniado com prefeitura de Cianorte e IAP” (idem). A matéria aponta ainda uma lista de bens da ONG e salienta que, no site oficial, não há qualquer menção sobre o “Acordo do Cinturão Verde”. Tem-se aí um fato curioso, já que em todas as reportagens de jornais a ONG é citada no Acordo.

Em “Fauna ameaçada – Animais fogem desesperados do interior da mata”, aborda-se o início do desmatamento das áreas próximas ao Shopping Nabhan e a fuga de pequenos animais de dentro da mata. É citado depoimento em *off* de uma pessoa que disse ter tentado contato com entidades responsáveis para denunciar o que estava acontecendo com a fauna local, sem êxito. Em seguida, o artigo trata de outro ponto do desmatamento: “O local onde a mata está sendo derrubada dará lugar ao loteamento denominado de ‘Jardim Universitário’, que está sendo comercializado por uma conhecida imobiliária cianortense com planos para os interessados em pagar a vista ou a prazo” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 23). Moradores argumentam sobre a derrubada da mata e os problemas ocasionados para a fauna.

“Moramos aqui há anos e nos acostumamos a olhar a mata. Minha irmã costumava inclusive dar frutas para alguns pássaros no final da tarde e agora eles nem aparecem mais”, diz inconformado um morador vizinho daquilo que um dia foi mata. Sua mulher falou que na semana que passou, quando as câmeras de uma rede de televisão começaram a filmar as árvores em queda, imediatamente os trabalhos foram interrompidos e os maquinistas recusaram-se a dar entrevistas. (...) Segundo os moradores, é difícil compreender os motivos de abrir um novo loteamento, sendo que existem tantas datas⁵⁰ a venda na cidade, praticamente encalhadas, devido a seus altos valores. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 23)

⁵⁰ Regionalismo. No vocabulário local, o termo “datas” é sinônimo de “lotes”.

No texto “Impacto desconhecido – Faltou mais estudo para aprovação de acordo”, fala-se sobre a ausência do EIA - Estudo de Impacto Ambiental e do RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, documentação jurídica e técnica imprescindível de acordo com a Resolução Conama 001/1986, antes de qualquer ação de desmatamento. Fotos das áreas desmatadas ilustram as matérias na Folha de Cianorte, página 21.

Ainda na edição de 23 de abril de 2000, o jornal Folha de Cianorte reserva a página 22 para dar destaque a imagens de espaços recém devastados e no primeiro semestre de 1999, quando a Companhia extraiu toras de peroba-rosa de dentro do Cinturão, arrastando-as com trator. Na mesma página, com o título “Cianorte na mídia”, o jornal diz:

Cianorte, conhecida nacionalmente como a “Capital do Vestuário”, tem sido lembrada nestes últimos dias pelos meios de comunicação social, como UMUARAMA ILUSTRADO, FOLHA DO PARANÁ/LONDRINA, O ESTADO DO PARANÁ, TELEVISÃO TIBAGI E TV CULTURA. Mas o que estes veículos de comunicação têm divulgado? **ELES TÊM COLOCADO CIANORTE COMO UMA CIDADE QUE DESMATA O POUCO QUE TEM... É A IMAGEM DA CIDADE, NEGATIVA EM TODO O ESTADO, E COM CERTEZA, AMANHÃ SERÁ EM TODO O BRASIL E NO MUNDO.**

A Folha de Cianorte demonstra que realmente “comprou a briga” do caso Cinturão Verde. A página 23, por exemplo, é toda dedicada à “Nota de Repúdio” assinada pela Associação de Moradores da Sagrada Família; Seis Conjuntos; Pedro Moreira; Ilha Bela; Zona Quatro; APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná – Núcleo Regional de Cianorte e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cianorte. O jornal anuncia que a pessoa física ou jurídica que desejar assinar o manifesto pode procurar a redação do jornal.

Nós, moradores e familiares residentes em Cianorte, vimos pelo presente expressar nosso manifesto e repúdio em relação ao vergonhoso desmatamento realizado nos últimos dias, nas proximidades do Câmpus da UEM, em parte da área então conhecida como Cinturão Verde. Desmatamento este efetuado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em comum acordo com a **Prefeitura Municipal de Cianorte, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, IAP – Instituto Ambiental do Paraná, Promotoria Pública e APROMAC – Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte.** Nossa indignação consiste no fato do acordo efetuado ter nos sido apenas comunicado após sua aprovação, nos fazendo crer que a mata a ser derrubada tratava apenas daquilo que se denomina capoeira. Ocorre que, como podemos perceber, a mata que vem sendo colocada abaixo, de modo intensamente rápido, trata-se de abrigo para a fauna local, com árvores adultas, muitas delas tratando inclusive de perobas e outras de singular importância. Solicitamos às autoridades competentes que

assinaram o citado acordo, entre elas a **Promotoria Pública e Câmara de Vereadores de Cianorte**, que sejam cessadas imediatamente tais atividades de desmatamento, a fim de que todos os presidentes das associações de moradores, bem como demais entidades de relevante representatividade de nossa sociedade possam pela primeira vez reunir-se para que sejam discutidas e trazidas a público o acordo que efetiva o Parque Municipal do Cinturão Verde, mas que coloca por terra uma grande extensão de áreas verdes, que por sinal, ninguém sabe ao certo quais são, com exceção daqueles que assinam o referido acordo. Sem mais para o momento, clamando para que a voz de nossas famílias receba a atenção merecida. Atenciosamente, em nome de todos os associados. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 23)

Neste momento da análise, o fato novo passa a ser as manifestações da sociedade contrária ao desmatamento. Como muitos dados do caso serão constantemente repetidos – invariavelmente serão realizadas suítes do episódio – optou-se por enfatizar somente informações que ainda não foram mencionados pela mídia. Desse modo, evita-se a redundância de informações e centra-se naquelas que irão alinhavar a história do Acordo. Essa estratégia facilita a leitura, mas não compromete o trabalho. Isso porque, ensejando alguma dúvida, as matérias estão dispostas na íntegra para as eventuais e necessárias consultas no suporte de DVD, compondo os anexos.

Em “Cianorte tenta barrar derrubada de mata” (matéria publicada pela Folha de Londrina/Folha do Paraná, em 25 de abril), uma linha fina diz que “moradores pretendem recorrer à Justiça para impedir que área seja loteada; empresa proprietária é respaldada por acordo” (MOREIRA, 2000: 2). O texto em si informa que associações de moradores e sindicatos de Cianorte devem entrar com ação judicial para suspender o desmatamento do Cinturão Verde.

Representantes das entidades e moradores alegam que desconheciam que o acordo previa o desmate de parte do cinturão. “A comunidade não foi consultada e só ficou sabendo do desmate quando as máquinas começaram a trabalhar”, disse ontem o presidente da Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos, José Ferreira Rocha. A associação reúne cerca de 10 mil moradores de seis bairros próximos à mata. “O povo se revoltou ao ver as máquinas derrubando as árvores e ameaça fazer um grande protesto”, disse Rocha. (MOREIRA, 2000: 2)

Segundo a matéria, o município vai receber R\$ 30 mil mensais em ICMS Ecológico. O texto abriga novamente a fala do chefe do escritório regional do IAP em Umuarama, João Toninato: “as áreas desmatadas já foram destruídas por incêndio e exigiriam muito dinheiro e tempo para se recompor. ‘A maioria é só capoeira’, justificou. Ele sustenta que acordo foi vantajoso (...)” (MOREIRA, 2000: 2). Em seguida, lê-se:

Entretanto, os moradores não aceitam o desmate, mesmo que as áreas estejam degradadas. ‘Em vez de lutar para conservar, vão acabar de destruir o que restou’, critica o presidente da APP – Sindicato, Leonir Borges. Segundo Borges, as entidades estão tentando encontrar uma brecha jurídica para barrar o desmatamento. ‘Uma alternativa é questionar a legalidade da Apromac, que aceitou o acordo sem consultar os associados’.

Com o subtítulo “Para promotor, não há outra solução”, a reportagem diz que o promotor Joelson Luis Pereira, que acompanhou as negociações e deu parecer favorável, considera o Acordo legal.

‘Ninguém queria o desmate [sic]⁵¹, mas não havia outra solução’, argumenta. Segundo Pereira, a Companhia Melhoramentos tem o direito de propriedade e tem reserva legal superior aos 20% exigidos por lei. ‘Para proibir o uso, o município teria de desapropriar e indenizar, o que exigiria muito dinheiro’, afirma. Para o promotor, questionar a legalidade da Apromac não será suficiente para anular a decisão porque a entidade não é parte no acordo. Apenas foi consultada como entidade representante da comunidade ambientalista. (MOREIRA, 2000: 2)

Vale destacar que, no momento em que o promotor afirma que não havia solução, o mesmo faz coro quando deveria ser a voz destoante no orquestramento do Acordo. O promotor argumenta que a Apromac não é parte na iniciativa e, portanto, não tem cabedal legal para possibilitar algum questionamento jurídico.

É importante lembrar nesse contexto, com CAPPELLI (2009), o papel do Ministério Público em defesa do meio ambiente e os instrumentos legais de uso dessa instância que representa(ria) a sociedade como um todo, e não uma partícula da mesma.

O Ministério Público, órgão de Estado que constitucionalmente tem dentre suas funções institucionais a tutela do meio ambiente, é responsável pela maioria esmagadora das iniciativas judiciais e extrajudiciais civis de proteção ambiental, além de deter o monopólio da ação penal pública. Os principais instrumentos utilizados pelo Ministério Público para a recuperação de áreas degradadas têm sido o termo de compromisso de ajustamento e a ação civil pública. (...) Já a ação civil pública é o principal instrumento judicial utilizado para a prevenção e recuperação de danos efetivos ou potenciais ao meio ambiente ou, ainda, para a remoção de ilícito. Assim como no compromisso de ajustamento, a ação civil pública pode impor ao réu a condenação em obrigações de fazer, não-fazer, de compensar ou indenizar o dano ambiental, havendo uma hierarquia entre elas, na medida em que se deve preferir a prevenção da ocorrência do dano ou do ilícito à compensação ou indenização, pela simples razão de que a tutela incide sobre bem de uso comum e de titularidade difusa. Dessa maneira, a tutela que se busca visa a manter a higidez ambiental, direito consagrado constitucionalmente a todos. O ressarcimento, ainda que seja através da compensação *in natura ex situ* não

⁵¹ Ao longo das reportagens, ficou claro que a intenção da CMNP era desmatar os mais de 600 hectares. Logo, dizer que ninguém queria o desmatamento é excluir a intenção da CMNP a principal envolvida no Acordo.

representa a melhor solução e somente poderá ser buscada, de forma subsidiária, na eventualidade de dano total ou parcialmente irreversível (CAPPELLI, 2009: 1)

No caso do Cinturão Verde, invertendo a lógica processual de quando a autora menciona que “a recuperação de áreas de preservação permanente e a efetivação da reserva legal ocupam lugar de destaque no dia-a-dia da atuação do Ministério Público, tanto Federal, quanto dos Estados” (idem), foi a sociedade que agiu no lugar daquele que a representaria pela iniciativa da “Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos”, que utilizou o instrumento da Ação Civil Pública para impedir a contínua derrubada da mata. Sem fazer o “dever de casa”, o poder judiciário tomou uma aula de cidadania.

Em 26 de abril, a Tribuna de Cianorte traz o título “Cinturão Verde” na coluna “Nos bastidores da Câmara”. O texto, ilustrado por uma foto com o promotor Joelson Luiz Pereira ocupando a Tribuna da Câmara Municipal e assistido pelos vereadores, mostra o cenário que começa a se revelar em torno do Acordo do Cinturão Verde, com indagações até então ignoradas:

Tumultuada é a palavra mais certa para descrever a reunião da Câmara dos Vereadores na segunda-feira. As opiniões sobre o destino do meio ambiente de Cianorte foram a pauta do dia. O que mais se discutiu foi sobre a legalidade do acordo feito entre a prefeitura e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Estavam presentes na reunião, e foram convidados a usarem a tribuna da Câmara para suas explicações o engenheiro [sic]⁵² do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) Umuarama, João Toninato, o promotor representando a Promotoria Pública, Joelson Luiz Pereira, representantes da Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (APROMAC). Na platéia lotada, encontravam-se ambientalistas, alunos, adolescentes e pessoas interessadas com o destino do “Cinturão Verde”. O pronunciamento do promotor foi o mais completo, as informações até então desconstruídas foram esclarecidas. Segundo ele, a comunidade de Cianorte pecou e muito por não possuir um “Conselho do Meio Ambiente” que estivesse estruturado e ativo para que pudesse – principalmente nessa importante decisão – que é a conquista de uma área de Preservação Permanente, aprovar ou não o projeto. Os 330 ha. que a população de Cianorte ganhou da CMNP são bem-vindos, porém a forma rápida e impactante, encontrada pela empresa para o desmatamento dos 240 ha. restantes do acordo – dos quais, 160 só na área urbana – chocou os ambientalistas de plantão. O promotor disse ainda que 16 entidades, entre elas a Associação de Bairros, de Classe, Sindicatos e Clubes de Serviços deveriam ter sido consultados, para a tomada de posição para este projeto. “Uma sociedade organizada” como comentou, seria ideal. “Tantos problemas, teriam sido evitados e todos só teriam a ganhar”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 8)

⁵² Na realidade, a formação específica do mesmo, naquele período, era técnica.

Lembrar que a comunidade pecou por não ter um Conselho de Meio Ambiente é buscar culpados no momento em que a sociedade pressiona aqueles que tomaram uma decisão errônea, subestimando-a. Dizer que assim a comunidade poderia aprovar ou não a conquista de uma área mais uma vez acoberta o “algo em troca” solicitado pela Companhia. Afinal, se fosse apenas para dizer “sim” a um ganho ambiental sem que houvesse perda significativa, não haveria porque consultar a comunidade.

Justificar que a origem do problema foi a forma impactante que a CMNP adotou para desmatar o que lhe foi dado em troca – e não o ato do desmatamento – soa incoerente. Afinal, não importasse o método, a questão era que o objetivo da empresa sempre foi lotear a área, algo que todos os que acompanharam o Acordo – inclusive a Promotora – sabiam. Portanto, a grande questão não foi a técnica adotada, mas as entrelinhas do tratado assinado; não foram os meios adotados, mas os fins aos quais levavam o Acordo.

Não se pode afirmar que o problema foi a ausência de organização social: a questão fundamental foi o grave erro de não deixar que a mesma emitisse opinião. Organizada ela estava, mas não se apresentava aglutinada sob uma personalidade jurídica como o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o que também não omite a necessidade e importância do mesmo. Tão organizada estava a sociedade naquele momento que ela conseguiria realizar um abaixo-assinado com entidades de classe e uma manifestação em praça pública de repercussão estadual. Mais do que isso: abriria uma ação civil pública para embargar o dano ambiental que havia sido deliberadamente aprovado.

A matéria se encerra salientando que o chefe do IAP regional levou mapas e documentos e citou exemplo de áreas vizinhas beneficiadas pelo ICMS Ecológico. “No final da seção, as opiniões ainda estavam divididas. O que se sabe de concreto é que a Câmara de Vereadores tem prazo até o dia 30 deste mês para aprovar o projeto, caso contrário o ICM ecológico não será creditado este ano para o município” (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 8). Importante frisar que se em um momento a moeda de troca era parte do Cinturão para executar o Acordo, com ele selado passa a ser o ICMS o principal argumento para dar prosseguimento ao que foi inicialmente planejado.

“Moradores de Cianorte tentam impedir o desmatamento do tal Cinturão Verde. Coisa preta” foi a nota na coluna de Wanderlei Bellini, no jornal A Tribuna do Povo, também em 26 de abril. Na mesma data, com o título “Desmatamento desencadeia

protestos em Cianorte”, o jornal Gazeta do Povo chama a atenção para o caso. A linha fina acrescenta: “Ação estaria amparada em acordo entre empresa local e prefeitura”.

(...) As entidades e vereadores, inclusive o presidente da Câmara, Deolindo Antonio Novo (PSL) reclamam que a Prefeitura realizou um acordo com a empresa à revelia da Câmara Municipal e da comunidade, permitindo o “desmatamento desenfreado” de uma área que pode chegar a mais de 237 hectares. Ontem, as máquinas contratadas pela empresa permaneciam derrubando árvores, despertando reações de indignação entre moradores da vizinhança. Ontem, os operários trabalhavam numa área nas proximidades do câmpus local da Universidade Estadual de Maringá (UEM). “É uma área onde a Companhia pretende construir um loteamento voltado a estudantes universitários”, diz o vice-presidente da Câmara Bongiorno (PMDB). O prefeito Flávio Vieira (PFL) nega que as áreas desmatadas sejam de interesse de preservação. Por telefone, ele disse ontem à Gazeta do Povo que o acordo fechado com a companhia é o que garantiu a posse pela prefeitura das áreas que realmente têm caráter de preservação. “De outra forma o município não poderia assumir definitivamente a posse da área e abrir o parque”. Na segunda-feira, a Câmara Municipal recebeu um projeto de lei do Executivo propondo a criação do Parque do Cinturão Verde, uma área de 289 hectares que foi cedida pela Companhia de Terras (CMNP) ao Município através de um acordo fechado com a aprovação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Promotoria do Meio Ambiente. (GAZETA DO POVO, 2000: 09)

A matéria versa ainda sobre a participação da Promotoria como parte que aprovou o Acordo, fato este que confronta com a fala do promotor responsável, Joelson Luiz Pereira, que na tribuna da Câmara dos Vereadores (conforme matéria anterior) criticou a falta de um Conselho de Meio Ambiente presente nessa decisão. Em box intitulado “Prefeito não reconhece lei” informa-se:

A mata centenária que contorna Cianorte está protegida por uma lei de 1985. O prefeito Flávio Vieira (PFL) contesta. “Nenhuma legislação previu o domínio do município sobre o local. Parte das áreas reclamadas já estavam semidestruídas.” O educador ambiental Alcides Marcos Codolo teme que 30% de uma área de mais de 237,6 hectares já tenha sido destruída. Na sessão de ontem da Câmara, o projeto que cria o Parque Cinturão Verde foi retirado de pauta para maiores estudos. “Não fomos consultados sobre o assunto”, diz o presidente da Câmara, Deolindo Novo. (GAZETA DO POVO, 2000: 9)

Muito improvável que os representantes da Câmara Municipal não tenham participado da solenidade de “doação” do Parque do Cinturão Verde – amplamente anunciada – na tarde de 25 de março daquele ano. Não ser consultado sobre um assunto não exime o Legislativo de sua responsabilidade. Ao contrário, deveria ser esse o fator preponderante de questionamentos a serem levantados paralelamente à divulgação na mídia do Acordo.

A Folha de Cianorte, em 27 de abril, traz a manchete: “Desmatamento continua”, com fotos de estudantes dos colégios Igléa e Primo Manfrinato, que

participaram de uma aula para distinguir capoeira e vegetação, ministrada pelo engenheiro agrônomo Frederico, nas proximidades de parte da mata que foi mantida em meio à outra derrubada, no Cianortinho.

O local se refere a uma região de mata nas proximidades do câmpus da UEM, que não foi derrubada por fazer parte da reserva legal. Dez anos após o episódio, encontra-se nas proximidades uma placa com os dizeres “Área de Recuperação Ambiental – Parque Cinturão Verde” e uma pequena seta. A placa pode gerar interpretações dúbias, dando a entender que o local desmatado agora é alvo de recuperação ou que há um esforço para a recuperação de outra área;



Figura 6: No lado superior esquerdo da placa, parte da área em que a mata foi derrubada.
Fonte: Antonio Carlos Franco de Lima - Arquivo Pessoal (2010).

As chamadas da capa da citada edição em 27 de abril de 2000 dão o teor das matérias que seguirão.

“Não somos ambientalistas de meia tigela”, afirma presidente da APROMAC. Depoimento de advogado deixa APROMAC em ‘maus lençóis’, mostra o desinteresse da ONG em convidar a sociedade para fazer parte do grupo de elite e provoca paralisação de sessão da Câmara Municipal dos Vereadores. Pág. 03; IAP, APROMAC e Ministério Público participam de sessão na Câmara. Pág. 04; ALGUMAS PERGUNTAS QUE NINGUÉM RESPONDE. Pág. 05; Por unanimidade, Assembleia Legislativa dá voto de repúdio ao desmatamento. Pág. 05; *Folha de Cianorte* responde TV Cinturão Verde. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 1)

A seguir, a excelente charge do cianortense Vercy retrata a atmosfera política em torno da polêmica que o “Acordo do Cinturão Verde” instaurou tão logo as matas começaram a ser derrubadas.

De natureza intertextual, dissertativa, lúdica e humorística, a charge cumpre invariavelmente a função de “editorial gráfico”. Pelo humor, a charge ganha ares de transgressão. Umberto Eco chega a afirmar que o humor mina os limites da lei. Estamos convencidos de que a charge pretende não somente dissertar sobre um determinado assunto, mas levar o seu receptor ao convencimento, objetivando inclusive uma mudança de consciência e atitude. A charge se converte, por influência da instituição que a produz e dissemina, num verdadeiro discurso de convencimento. (MIANI, 2005: 5)

CIANORTE, 27 DE ABRIL DE 2000

FOLHA DE CIANORTE

GERAL



Figura 7: Entre os personagens, representantes da Secretaria de Meio Ambiente, Apromac e IAP.

Fonte: Folha de Cianorte, abril de 2000.

O texto do jornal Folha de Cianorte se inicia com uma nota de esclarecimento, informando que todas as matérias relativas ao Cinturão Verde foram baseadas nos pronunciamentos realizados durante sessão na Câmara Municipal, na Tribuna da Casa de Leis, em 24 de abril.

Com o título “Não somos ambientalistas de meia tigela, afirma presidente da APROMAC”, a matéria aponta como linha fina que o “depoimento de advogado deixa APROMAC em maus lençóis, mostra o desinteresse da ONG em convidar a sociedade para fazer parte do grupo de elite e provoca paralisação de sessão da Câmara Municipal dos Vereadores”.

(...) os três funcionários do IAP, que com ele fecham a diretoria da APROMAC, não a vinculam ou amarram com o Estado [sic]. “Não somos ambientalistas de meia tigela, que discute [sic] duas árvores e perde o resto”, alfinetou o advogado. Hélio não reclamou do teor da matéria publicada pela *FOLHA DE CIANORTE* em sua última edição, no domingo, 23 de abril. Também não se preocupou em convidar a platéia para associar-se à APROMAC. Foi mais longe e provocou a paralisação parcial da reunião, por cinco minutos, por desentender-se verbalmente com o vice-presidente da Casa de Leis, vereador Claudemir Romero Bongiorno. (...) O representante da APROMAC defendeu que o restante do Cinturão Verde deve destinar-se a pessoas mais pobres que não têm condições de frequentar áreas de lazer pagas. Mas, infelizmente, não fez nenhuma referência sobre a necessidade de evitar a total intervenção humana junto às áreas onde residem plantas como orquídeas, bromélias, macacos, cobras gambás e pássaros variados. (*FOLHA DE CIANORTE*, 2000, p.03)

Quando o representante de uma ONG ambientalista usa o discurso numérico, representa defender o velho e ultrapassado dito popular “melhor um pássaro na mão do que dois voando”. Não: melhor todos voando do que qualquer outro na mão. Essa visão de considerar a natureza como valor de troca – em que não se considera a riqueza e importância de um ser vivo como espécie única – configura o discurso de todos os que apoiaram o Acordo. Não se percebe no rol dos signatários do termo assinado um momento de pausa para lembrar que estavam tratando dos interesses não somente de humanos, não somente da comunidade do entorno, não somente do que é conveniente aos “mais pobres”. Até porque, com esse discurso, imagina-se que se todos tivessem condições financeiras de frequentar áreas pagas, não haveria motivo para preservar o Cinturão Verde de Cianorte. Quanto à estrutura da ONG, nota-se ao longo do episódio que se tratava de uma entidade, fundada por integrantes do IAP. E o significado desse vínculo reflete-se no momento em que termos do Acordo – como a derrubada da mata – vêm à tona e a sociedade reage. Ela não estava representada pela ONG. Na realidade, se

assim estivesse, não haveria tamanha mobilização popular. Nesse contexto, pode-se afirmar que a fala do advogado que se refere aos que não compactuam com sua postura de “ambientalistas de meia tigela” é exemplo do que se concebe como “egoísmo de grupo”.

A reciprocidade nascida da estratégia conciliatória restringe o escopo da proteção moral aos contratantes ou negociadores, reais ou potenciais, quando os grupos mais favorecidos não precisam de cooperação dos menos favorecidos, ou pelo menos daqueles que não tem nada a oferecer. O egoísmo de grupo é um problema porque todos os seres humanos e animais não-humanos mais fracos, aqueles que não podem nem retaliar nem colaborar, estariam *a priori*, fora da comunidade moral, ao menos nos casos em que os benefícios, para os mais favorecidos, são menores do que os benefícios que se poderiam obter com a sua simples exclusão, ou mesmo, dominação. O egoísmo de grupo impede a reconciliação entre prudência individual e moralidade social nestes casos, e também entre os fracos e fortes, mas é inteiramente racional. (BONELLA, 2007: 9)

Ainda na mesma edição do jornal Folha de Cianorte encontra-se o título “IAP, APROMAC e Ministério Público participam de sessão na Câmara”. O texto descreve o cenário que tomou conta da sessão da Câmara no dia 24 de abril e cita que, em primeira instância, foi aprovado o projeto que efetivaria a criação do Parque Municipal do Cinturão Verde de Cianorte. Porém, somente depois de a mídia noticiar amplamente a devastação que estava ocorrendo em virtude do Acordo é que os vereadores se ativeram ao teor da matéria. O texto diz que todos os vereadores solicitaram explicações ao Ministério Público, IAP e Apromac, lembrando que faltou a CMNP. Além disso, menciona que o vereador Antônio Marques colocou em xeque a autonomia dos presidentes das associações de moradores que assinaram o manifesto de repúdio pela derrubada da mata, solicitando melhor avaliação da questão. A matéria também afirma que o vereador de sobrenome Padial parabenizou o Acordo e Brazoloto se interessou pelo ICMS Ecológico.

Djalma brigou com o presidente Deolindo Novo, que devido ao adiantado da hora, já que havia solicitado que os vereadores usassem a palavra para questionar e não para emitir opiniões. Irritado, Djalma concluiu que este é o preço que devemos pagar pelo progresso e saiu irritado, pois seus elogios aos responsáveis pelo projeto foram cortados, de modo menos abrupto, claro, como vem sendo tombadas nossas árvores. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 4)

Na sequência, o texto é apresentado:

Se não fosse trágica... O silêncio foi total e nenhum dos vereadores sabia dizer qual área será preservada e qual condenada à destruição completa. A pergunta feita pelo vereador “Bonjorno”, e a resposta inexistente provou a insignificância da Câmara e os votos nela depositada, para aqueles que formularam o projeto de criação do Parque Municipal do Cinturão Verde. Na verdade, os representantes do Legislativo foram tratados como atores coadjuvantes, necessários apenas para avaliar o acordo que se não foi muito “às claras”, foi muito mal iluminado. A Câmara foi convidada apenas para assinar o referido acordo, pois caso isso não acontecesse até o próximo dia 30, o famoso ICMS Ecológico não chega ao Município. ICMS que tem um valor confuso e que tem seu valor diminuído antes mesmo de acontecer. Valores que chegariam a 30 mil reais, já estão em queda, beirando os 15 ou 20 mil reais... e mais alguns questionamentos, os valores caem para 7 ou 5 mil reais. Para o vereador “Bonjorno” o último final de semana foi terrível e nunca passou tanto vexame, sentindo-se incompetente por não possuir explicações cabíveis à população que lhe parava na rua ou ligava em sua residência para tentar entender a derrubada. “Sempre respeitamos o IAP, a APROMAC e a Prefeitura. Estamos aqui por causa dos votos que recebemos. Mas não tivemos o mesmo respeito. Liguei para o escritório do IAP em Umuarama e falaram que a área onde tem perobas centenárias era só capoeira”, desabafou. O citado vereador foi o único que deixou claro sua completa indignação com o atual contexto. Uma situação onde um valor indefinido do ICMS Ecológico e as ameaças de incêndios “misteriosos” querem fazer crer que esta é a melhor saída pra uma história, que pelo falo de ter anos de negociações, não poderia ter seu resultado apenas (mal) anunciado, e não inteiramente discutido. (idem)

Outra página dedicada ao assunto, ainda na mesma edição da Folha de Cianorte, se intitula “Algumas perguntas que ninguém responde”. Dentre outros fatores, questiona o real valor a ser obtido pelo ICMS Ecológico; o responsável em gerir essa verba; o motivo que faz com que o prefeito Flávio Vieira não tenha ainda convocado o Conselho Municipal do Meio Ambiente; como um vereador parabeniza o desmate sendo que ele não sabe onde acontecerá; o fato de nenhum órgão mensurar em termos financeiros o valor das áreas-alvo de desmate para que seja ventilada a proposta de compra da área; os motivos pelos quais os ambientalistas de “tigela inteira” não se preocuparem em dar um destino menos cruel às vidas que se encontram nas matas derrubadas; o fato de no dia da inauguração do referido parque distribuírem camisetas, em vez de panfletos com o mapa das áreas devastadas e aquelas que seriam preservadas, a partir do Acordo; as justificativas para que não consultassem os “ambientalistas de meia tigela”; e o fato de os representantes das instituições que assinaram o Acordo não terem mostrado com slides ou transparências, na sessão da Câmara, os pontos das áreas a serem desmatadas e aquelas preservadas. Encerra questionando onde sobre o paradeiro dos sócios da Apromac.

Promotor diz que “FATO NOVO” pode dar novos rumos ao acordo que está revoltando a população, afirmou ainda, não estar ali para se defender nem dar

explicações. Parabenizou a FOLHA DE CIANORTE por revelar sua preocupação com a questão ambiental, mas alertou pelo fato da reportagem ter criticado a forma como o acordo foi realizado, dizendo que o mesmo ter sido “assinado às escuras”. O promotor mencionou a anuência da APROMAC ao referido acordo. Citou as negociações realizadas desde 85 e revelou ter sido convidado a tomar conhecimento das negociações em 99. “A decisão tomada não foi a melhor decisão, mas a melhor declarou⁵³... Explicou que “para criar o Parque, o Município teria que indenizar a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que por sua vez acionaria judicialmente o Município, pleiteando seu valor”. Sobre a forma como foi conduzido o acordo, Joelson disse acreditar não ser uma justificativa para questionamentos, pois “não tinha como alguém desconhecer o acordo” salientou o promotor. Ele defendeu a reativação do Conselho do Meio Ambiente. Mencionou a visita realizada em todas as áreas a serem desmatadas. Citou que uma das falhas foi a ausência de Audiências Públicas, onde a população seria realmente ouvida e teria direito de opinar. Joelson acrescentou que seu manifesto em prol do acordo foi verbal, e salientou que “UM FATO NOVO” pode dar também um novo rumo a toda a situação. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 4).

Quando o promotor afirma que “não tinha como alguém desconhecer o acordo” e por outro lado salienta que uma das falhas foi a ausência de audiências públicas, demonstra-se minimamente um ruído comunicacional: pode ter havido informação, mas não uma efetiva comunicação.

BAPTISTA (2006: 10) faz uma consideração em relação ao que significa uma audiência pública e pondera sobre o resultado efetivo que ela possibilita, se realmente abre-se uma brecha democrática ou apenas um simulacro.

A audiência pública permite a inserção do cidadão no sistema do Direito Administrativo, atuando como partícipe e como controlador dos atos da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito. Caracteriza-se, em síntese, pelo debate público e pessoal entre a Administração e os cidadãos ou entidades representativas da sociedade civil, relativamente a temas de relevante interesse público e social, sendo certo que, neste aspecto, tem como principais traços a oralidade e o debate efetivo entre os envolvidos. Em geral, a função da audiência pública é a troca de informações entre a administração e os cidadãos, constituindo-se em um ato através do qual a administração afere as repercussões perante a sociedade dos empreendimentos e decisões que pretende adotar. É o momento mediante o qual se consensualiza os rumos da coletividade envolvida nos projetos de interesse público. Sugestões e críticas são realizadas em conjunto, o que permite a prevenção de equívocos e a garantia do sucesso do empreendimento ou da certeza da decisão a ser tomada pela administração, conforme o caso. A audiência pública, no Direito Administrativo, funciona, pois, como instrumento de democratização e legitimação do discurso da Administração Pública, a partir da participação efetiva dos cidadãos.

⁵³ Houve um erro no texto e este deixou a frase incompleta.

O por assim dizer “fogo cruzado” que os veículos locais promoveram com relação à troca de acusações em torno do Cinturão Verde de Cianorte foi capturado nessa mesma edição em análise, diante do texto que segue:

Da: Direção da Folha de Cianorte

Para: Direção da TV Cinturão Verde⁵⁴

Os apresentadores do noticiário “Tudo em Debate”, da TV Cinturão Verde, chamou [sic] durante esta semana a *FOLHA DE CIANORTE*, de “jornalzinho”. Pois bem! Só que os apresentadores esqueceram de dizer que esse “jornalzinho” conseguiu chamar a atenção de toda a imprensa estadual. Nesta semana *FOLHA DE LONDRINA/PARANÁ*; *GAZETA DO POVO*; *ESTADO DO PARANÁ*; *UMUARAMA ILUSTRADO*; *TV TIBAGI* e *TV GLOBO* estiveram em Cianorte, constataram os fatos e ratificaram o que a *FOLHA DE CIANORTE* denunciou em sua última edição. Mas não desanimem “colegas” de imprensa, se vocês capricharem, quem sabe um dia, alguma reportagem desta televisão chamará a atenção. Lembrando que a notícia veiculada neste tablóide não é enganosa, é VERDADEIRA, tanto que jornais de grande circulação e TVs estão veiculando aquilo que vocês estão endossando: DESMATAMENTO IMORAL! (*FOLHA DE CIANORTE*, 2000: 4)

Um box intitulado “Assembleia aprova voto de repúdio por unanimidade” informa que no dia anterior, 26, a Assembleia Legislativa do Paraná votou por unanimidade em repúdio ao desmatamento.

O voto de repúdio ao Prefeito Municipal de Cianorte, senhor Flávio Vieira; ao Secretário de Estado do Meio Ambiente, senhor Hitoshi Nakamura e ao Diretor Presidente do IAP, senhor José Antonio Andreguetto foi apresentado pelo deputado estadual Edno Guimarães. Extra oficial, a **Folha** foi informada que uma comissão de deputados e ambientalistas deverá ser formada ainda nesta semana para visitar a cidade para constatar se o desmate é irregular ou não. Os deputados estaduais puderam comprovar a veracidade dos fatos através das notícias veiculadas em jornais de circulação estadual e de reportagens feitas pela TV Tibagi e TV Globo, e principalmente dos exemplares da última edição da Folha de Cianorte enviados àquela Casa de Leis. (*FOLHA DE CIANORTE*, 2000: 5)

Não há objetivamente o que comentar com relação a esse tópico, afinal fica explícito o caráter político que o caso também ganha nos bastidores. No fim do texto, há uma chamada para a matéria que se segue e que irá finalizar a edição: “Estudantes visitam local de desmatamento”. Trata-se da visita de alunos do Colégio Estadual Iglea Grollmann e do Colégio Estadual Primo Manfrinato, que, acompanhados por professores e pela direção dos estabelecimentos de ensino, viram uma das áreas desmatadas (nas proximidades do câmpus da UEM). Participaram da visita o vereador

⁵⁴ Trata-se de uma TV a cabo, sediada em Cianorte. No programa *Tudo em Debate*, o assunto foi abordado e a emissora saiu em defesa do Acordo.

Faustino Celestino; o presidente da APP-Sindicato, Leonir Borges; o chefe do Núcleo de Educação, Pedro Aguilera; e o engenheiro agrônomo Frederico Fonseca da Silva “que falou aos estudantes sobre a importância da preservação da mata e também da necessidade de os estudantes se organizarem junto com seus professores e familiares para lutarem para frear o crime ambiental que está sendo promovido no município de Cianorte” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 13). A matéria apresenta três fotos: uma com os estudantes de mãos dadas no entorno da mata ainda mantida em pé; outra dos mesmos assistindo à palestra na escola, antes da saída de campo; e uma terceira de alunos caminhando sobre a área desmatada.

Os estudantes tiveram a oportunidade de verem com seus próprios olhos que o local onde está sendo promovido o desmatamento não se trata apenas de capoeira, conforme tem sido argumentado pelos órgãos que firmaram o acordo. Era perceptível os olhares de repúdio dos estudantes que certamente deverão se organizar e cobrar atitudes das autoridades competentes para que o desmatamento seja cessado o quanto antes. Muitos estudantes se sentiram enganados, a maioria deles se recordaram [sic] que nas comemorações da Semana do Meio Ambiente, são convocados a plantarem centenas de árvores. “Plantamos 200 e eles arrancam mil”, disseram. “Promover esse desmatamento e falar que isso é capoeira, é no mínimo chamar a população de otária, desabafaram (idem).

Na Gazeta do Povo em 27 de abril constava: “Comunidade tenta impedir desmatamento”. Com o olho da matéria destacando que “área de 240 ha de vegetação dará lugar a loteamento”, o leitor é informado que, no dia anterior, a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos entrou com uma medida cautelar pedindo ao juiz titular da Comarca, Willian Pussi, a suspensão imediata do desmate de áreas de mata nativa.

Também na manhã de ontem, um grupo de 300 estudantes fizeram uma manifestação abraçando uma parte da área que pertence à companhia, na região do Cianortinho, e que também está sujeita à devastação. Amanhã será feita uma nova manifestação. O chefe do escritório do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em Umuarama, João Toninato, negou ontem que o órgão tenha autorizado, no acordo fechado com a empresa, Prefeitura e Ministério Público, o desmate de qualquer área que contenha “árvores centenárias”. “Mas é exatamente isso que está acontecendo”, diz o diretor da APP – Sindicato em Cianorte e educador ambiental, Leonir Borges. (HORNER, 2000: 15)

No dia seguinte, 28 de abril, a Folha de Londrina publicou o seguinte: “Desmate gera protesto de moradores em Cianorte”. A matéria informa que estava agendado para aquele dia um protesto nas áreas do Cinturão Verde desmatado pela CMNP. “A companhia doou 330 hectares, a parte mais conservada do cinturão, em troca de

autorização para desmatar e lotear 148 hectares, cerca de 30% da área total” (MOREIRA, 2000: 6). O IAP ainda sustenta a tese de que as áreas desmatadas já sofreram várias queimadas, abrigando somente capoeira. “Segundo presidentes de associações de moradores, ‘o povo não foi consultado sobre o acordo e não sabia que haveria desmatamentos’”. (idem)

O escritório regional do IAP em Cianorte deve realizar uma audiência pública, semana que vem, com a presença do promotor Joelson Pereira, para tentar esclarecer as vantagens do acordo feito com a CMNP e as dificuldades que havia para conservar a mata de 660 hectares. Pereira também aprovou o acordo e acredita que não havia outra solução. O município alega que necessita de muito dinheiro para conservar a reserva. O protesto está marcado para 11 horas. (MOREIRA, 2000: 6)

Ainda na mesma data, véspera de realização da manifestação popular em Cianorte, o IAP – por meio do então presidente José Antonio Andreguetto – anunciou a suspensão do corte da mata. A notícia divulgada pelo Estado do Paraná – “IAP suspende corte de mata em Cianorte” – salientava que “apesar da suspensão, professores, alunos e associações de bairros prometem realizar um grande protesto hoje, a partir das 10h na praça da Igreja Matriz” (NUNES, 2000: 17). A notícia ressalta que há 15 dias o Cinturão vinha sendo desmatado pela CMNP, citando os termos do Acordo.

Baseados no laudo técnico elaborado pelo IAP, a associação de Defesa do Meio Ambiente e a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente não encontraram ilegalidades no acordo. Após o embargo do desmate feito pelo IAP, a Justiça de Cianorte também se manifestou através de liminar ratificando a decisão proibitiva. As cinco máquinas contratadas pela Melhoramentos para executar o serviço ficaram paradas ontem à tarde. (Nunes, 2000: 6)

Também em 28 de abril, o jornal Gazeta do Povo anunciou: “Juiz manda parar corte de matas”.

A Justiça Comum de Cianorte (75 km de Maringá) concedeu liminar ontem à tarde determinando que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) interrompa imediatamente as operações de desmate de áreas verdes no entorno da cidade que fazem parte do Cinturão Verde do município. A decisão favorável não mudou os planos de protesto dos diretores de colégios e grupos ambientalistas da cidade. Os grupos comunitários de 6 associações de moradores, diretores de colégios e dois sindicatos confirmaram para hoje, às 10 horas, em frente à Igreja Matriz, uma manifestação que vinha sendo planejada há dias contra as ações de desmatamento. (HORNBERGER, 2000: 11)

O dia 29 merece uma análise especial. Nessa ocasião os jornais Folha de Londrina/Folha do Paraná; O Estado do Paraná e Gazeta do Povo – os principais de circulação estadual – cobriram a manifestação popular realizada nas ruas de Cianorte contra o desmatamento do Cinturão Verde, dando destaque a ela. O mesmo ocorreria também com a Folha de Cianorte, mas a publicação se deu no dia 30, visto que sua periodicidade é bissetimanal. Em contrapartida, o jornal Tribuna de Cianorte, deu como manchete principal o seguinte título: “Vereadores aprovam por unanimidade a lei que cria o ‘Parque Cinturão Verde’”.

Os 11 vereadores reunidos em sessão extraordinária na Câmara Municipal, na quinta-feira à noite, foram unânimes em aprovar a lei 008/2000, que cria a Área de Proteção Permanente (APP) no município. Aprovada em primeiro turno no dia 17 desse mês, a segunda votação foi dentro do prazo legal, estipulado pela Secretaria do Meio Ambiente. Ausentes da sessão, apenas o Dr. Negrão e a vereadora Santana Buzzo. A lei que cria definitivamente a preservação da área cedida pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná de 330 ha., permitirá ao município de Cianorte receber os royalties do ICMS Ecológico, que o governo federal⁵⁵ [sic] distribui aos municípios que detêm áreas com essa do “Cinturão Verde”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 1-4)

O texto acima é a chamada de capa, mas também o lide da matéria interna. Na sequência, é mencionado sobre os agentes que assinaram o Acordo, acrescentando:

Há duas semanas as máquinas da Companhia começaram as atividades na área negociada (240 ha). O fato chamou a atenção da população. Os órgãos de imprensa tomaram conhecimento do fato, divulgaram. A repercussão da notícia causou polêmica e indagações de todas as partes. Voto de repúdio na Câmara dos Deputados, manifestações e passeatas marcaram a semana. **Liminar** – Uma liminar, concedida na quinta-feira pelo Juiz Juliano Albino Manica, de Cianorte, atendendo solicitação da Associação de Moradores dos Seis Conjuntos, paralisou os trabalhos, até que estudos de impacto sejam realizados e **maiores detalhes de projetos que a CMNP tenha para com essas áreas venha a conhecimento público.** (idem)

Não há detalhes que a Companhia necessita vir a público elucidar. O que ela pretende com a área é claro: desmatar todas o espaço para exploração imobiliária⁵⁶ A matéria finaliza mencionando a passeata que os alunos fizeram no dia anterior,

⁵⁵ O correto seria “Governo Estadual”.

⁵⁶ Grifo da autora. Rever “Justiça suspende desmate em Cianorte” (Folha de Londrina/Folha do Paraná – 29/04/2000).

culminando em visita a uma das áreas⁵⁷. O mesmo jornal abriu espaço para a manifestação – “Estudantes participam de passeata” – mas com outra abordagem.

Como é muito comum em jornais do interior, o que seria uma chamada de capa na verdade é a transposição do lide. Seja pela pressa ou falta de criatividade, o fato é que após ler a chamada e percorrer a matéria principal, o leitor pode naturalmente descartar o primeiro parágrafo, pois se trata de repetição. No caso específico da notícia da passeata, a Tribuna não fez diferente. Porém, na página interna o jornal, como forma de chamar a atenção, negritou parte do texto (como foi transcrito abaixo):

Estudantes participam de passeata – Na manhã de ontem centenas de estudantes de diversos estabelecimentos da rede estadual de ensino participaram de passeata (**vários alunos ouvidos pela reportagem não sabiam o que estava acontecendo. Alguns pais telefonaram para a redação dizendo que os alunos foram obrigados a participar da manifestação**) em protesto contra a derrubada da vegetação em áreas que foram repassadas à Companhia Melhoramento do Norte do Paraná, em troca da oficialização do Cinturão Verde. Às 10h, os escolares, acompanhados de professores, não assistiram às últimas aulas e foram até a Praça João XXIII, proximidades da Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima, onde o trânsito foi interrompido devido ao grande número de alunos. Vale lembrar que a área que está derrubada não pertence ao Cinturão Verde e foi repassada à CMNP em troca de áreas nativas para oficialização da área de preservação ambiental símbolo de Cianorte⁵⁸. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 1-4)

É perfeitamente visível a intenção de noticiar a passeata, mas, de modo a desqualificá-la. Em um primeiro momento, por citar que os alunos não sabiam o que estava acontecendo e, em seguida, ao anunciar que pais preocupados ligavam para a redação para denunciar que os alunos foram obrigados a participar da manifestação. Seria, então, caso de acionar o Conselho Tutelar, e não a redação de um jornal.

O grifo no último trecho referenciado é da autora, para destacar um desserviço do jornal com informações erradas, propositalmente ou não. O correto seria dizer que as áreas que estão sendo alvo de desmatamento são parte da mata conhecida como Cinturão Verde, que é de domínio legal da CMNP. Mediante um acordo endossado pela Prefeitura de Cianorte, IAP, Apromac e Promotoria de Meio Ambiente, a empresa doou uma parte para o município oficializar o Parque Municipal do Cinturão Verde. Em contrapartida, foi autorizada a desmatar o restante para loteamento.

⁵⁷ A passeata de fato ocorreu apenas nas ruas centrais, iniciando em frente à Igreja Matriz e terminando em frente à Prefeitura. Seria inviável uma visita em massa às áreas desmatadas, até mesmo por conta da distância das escolas em relação às regiões desmatadas.

⁵⁸ Grifo da autora.

Também no dia 29 a Folha de Londrina noticiou: “Justiça suspende desmate em Cianorte”. Com linha fina salientando que “pedido de liminar foi feito por associação de moradores; loteadora alega que os 20% de reserva legal estão preservados”, a matéria apresenta uma foto dos alunos formando uma corrente humana nas proximidades da mata e informa: “juiz substituto de Cianorte, Juliano Albino Mânica, concedeu no final da tarde de anteontem, liminar suspendendo o desmatamento do Cinturão Verde”. O texto, que repete informações aqui já narradas, destaca:

Moradores se revoltaram contra o acordo, quando as máquinas começaram a derrubar a mata. Presidentes de associações de moradores alegaram não saber que haveria o desmate e reclamaram de a comunidade não ter sido consultada⁵⁹. Na ação, o presidente da associação, José Ferreira Rocha, alega que as matas são patrimônio público e pede anulação do acordo. Ontem cerca de dois mil alunos e professores de Cianorte, Indianópolis e São Tomé percorreram as principais ruas da cidade e se concentraram em uma das áreas desmatadas formando um cinturão em torno da mata. O IAP e a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (Apromac) farão semana que vem uma audiência pública para tentar esclarecer a população que as matas derrubadas já estão muito degradadas e que não há recursos pra comprar as áreas da CMNP e recuperá-las. “Há 20 anos tentamos encontrar uma solução para o cinturão que vinha sendo destruído gradativamente. Agora o município ganhou a área mais conservada e vai poder angariar verbas para cuidar dela”, argumenta o presidente licenciado da APROMAC, Eleutério Langowski. Ambientalistas e moradores criticam a APROMAC por ter aceitado o acordo. O engenheiro agrônomo Alcides Codolo, diz que a associação tem⁶⁰ legitimidade para representar a comunidade porque cinco dos membros da diretoria são funcionários do IAP, incluindo o presidente licenciado. O diretor da CMNP em Jussara (124 km a nordeste de Umuarama), Maurício de Souza, informou ontem que a empresa vai tentar derrubar no Tribunal de Justiça a liminar que proibiu o desmate. **“A companhia tem área de reserva legal superior aos 20% exigidos por lei e não pode abrir mão de explorar o restante”**⁶¹. Segundo Souza, a empresa doou ao município 330 hectares, **“o que não tinha obrigação nenhuma de fazer”**. (MOREIRA, 2000: 3)

A fala do diretor da CMNP é rara nas reportagens. Nesse momento, representa ser sua primeira manifestação pública, seja pela inexistência da procura por parte dos jornalistas ou mesmo pelo distanciamento proposital da polêmica que se criou em torno do caso, a fim de preservar a imagem institucional. O grifo nas frases é para ressaltar que a visão mercantilista da Companhia nunca se alterou. Quando o diretor afirma que não tinha obrigação alguma de doar os 330 hectares, deixa claro o que já foi ressaltado anteriormente: que a intenção da CMNP sempre foi eliminar com tudo que a impedisse

⁵⁹ O que realmente não aconteceu em virtude da ausência de audiências públicas, como salientou o promotor Joelson Luis Pereira durante sua fala na Câmara Municipal em 27/04/2000.

⁶⁰ A citada fonte quer dizer que a Associação não tem legitimidade.

⁶¹ Grifos da autora.

de executar seus loteamentos. Na entrada do século XXI o conceito de “cidade jardim” soa ultrapassado.

Howard ofereceu uma solução holística para o desafio de construir novos assentamentos urbanos e jamais previu que seus sucessores escolheriam e tomariam apenas aqueles elementos que mais os agradassem, em particular aspectos formais. Com efeito, o que se viu foi uma aplicação seletiva de certos aspectos da Cidade Jardim, enquanto outros fatores foram esquecidos. (...) Estas cidades estariam separadas por cinturões verdes de modo que permaneceriam atreladas ao campo. Assim poderiam somar as vantagens da área urbana e da zona rural. Além disso, valendo-se de baixa densidade populacional e de farta área verde, teriam qualidade ambiental capaz de dirimir muitos dos problemas urbanos e sociais que afetavam a sociedade vitoriana tardia. (REGO, 2009: 158)

Na matéria “Estudantes protestam em Cianorte”, publicada em O Estado do Paraná, em 29 de abril, constam no lide informações já divulgadas sobre a manifestação realizada em Cianorte, segundo a matéria com mais de dois mil alunos.

(...) Ontem técnicos do IAP percorreram os mais de 50 hectares desmatados para verificar se há madeira nobre. Segundo informou o chefe do IAP em Umuarama, João Toninato, foram encontradas apenas três Perobas-Rosa [sic], nenhuma delas saudável. Uma estava queimada e outras duas doentes. O laudo técnico do IAP apontou a existência de apenas vegetação rasteira nos 148 hectares. Nos próximos dias os técnicos do órgão se reunirão com os moradores e lideranças políticas para explicar as vantagens do acordo firmado com a Companhia⁶². (NUNES, 2000: 21)

Na editoria *Paraná*, no tópico “A imagem”, o jornal Gazeta do Povo destaca a foto da manifestação realizada em Cianorte:

Manifesto ecológico – Mais de 2,5 mil estudantes de colégios estaduais e particulares, professores e moradores de bairros promoveram ontem uma passeata pelas ruas de Cianorte (80 km de Maringá) em protesto contra o desmate de matas consideradas de preservação nas imediações da cidade. Uma liminar concedida anteontem pela Justiça Comum de Cianorte já tinha suspenso a operação de desmatamento promovida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) em trechos do Cinturão Verde, que contornam a cidade. (GAZETA DO POVO, 2000: 8)

Se por um aspecto o jornal local Tribuna de Cianorte utilizou suas páginas para minimizar a manifestação, a Folha de Cianorte fez do acontecimento sua matéria principal em 30 de abril: “Estudantes vão às ruas contra desmatamento”; destacando ainda: “Parque Manduy [sic] é reduto do lixo”. “Isso tudo a poucos metros da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 1-21)

⁶² O grifo é para destacar o absurdo das informações, que dispensam comentários e falam por si só.

Diferentemente do que vem sendo propagado por aqueles que defendem o desmatamento de mata nativa, milhares de estudantes foram às ruas na manhã de sexta-feira, sabendo os motivos pelos quais ali estavam que era protestar contra o desmatamento que ocorre em mata nativa, e não “apenas capoeira”. Os defensores da derrubada da mata nativa, inclusive integrantes de alguns veículos de comunicação, têm distorcido os fatos e colocado que trata-se [sic] apenas de um grupo que tem interesses políticos, dando conotação, inclusive, que estas pessoas são contra o Cinturão Verde. Na realidade a posição tem sido muito clara em defesa da preservação do maior número possível de área verde, e quem articula o movimento tem uma grande história em prol da defesa ambiental e nenhum interesse eleitoral. Sobre a polêmica do desmatamento de mata nativa, leia nas páginas 15 a 19. (idem)

O que seria uma chamada de capa tende para um editorial e, mais uma vez, reflete as tensões e acusações trocadas entre os dois veículos – Tribuna de Cianorte e Folha de Cianorte – bem como os grupos que se dividem entre os que defendem o Acordo e os que pedem sua anulação.

A página 3 retrata mais uma charge do desenhista Vercy, que faz alusão às falas proferidas na sessão da Câmara por representantes da Apromac e IAP.

CIANORTE, 30 DE ABRIL DE 2000

3

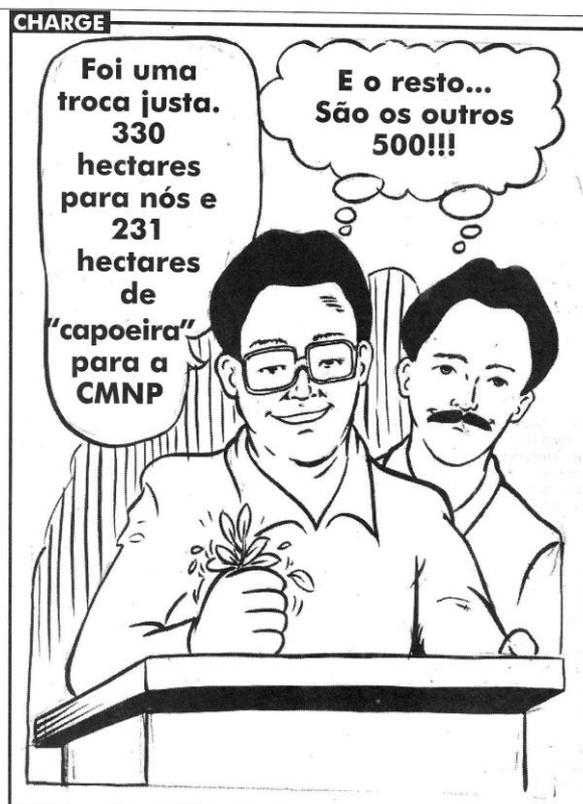


Figura 8: Charge da Folha de Cianorte faz trocadilho com falas proferidas durante sessão da Câmara.
Fonte: Folha de Cianorte.

Sob o título “Mais de 4 mil estudantes cianortenses lutam pelo Cinturão Verde” e linha fina destacando que “Acordo envolvendo Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, Prefeitura Municipal de Cianorte, IAP e APROMAC para derrubada de mata nativa leva estudantes às ruas para protestarem”, outra matéria apresenta duas fotos da concentração dos estudantes nas proximidades da Igreja Matriz. “Manifesto realizado anteontem envolveu mais de quatro mil estudantes e professores das redes pública, estadual e privada, avalizando e aumentando o ‘poder de voz’ da comunidade cianortense que é contrária ao acordo de desmatamento em mata nativa”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 15)

O texto menciona que os coordenadores do movimento, ao darem início às manifestações e prosseguimentos, falaram aos manifestantes. O professor e presidente da APP – Sindicato dos Professores em Educação Pública do Paraná – Núcleo de Cianorte, Leonir Borges, falou sobre o Acordo e a forma como foi concebido. O chefe do Núcleo Regional da Educação, Pedro Aguilera, pronunciou-se a respeito da importância do tema ambiental e a forma como o Ministério da Educação e Cultura - MEC tratava o tema como de vital importância. O educador ambiental, Alcides Marcos Codolo, engenheiro agrônomo e diretor do Jornal Animal que trata somente de assuntos ambientais, questionou a representatividade da comunidade, visto que a ONG envolvida nos trâmites do Acordo é composta por apenas quatro pessoas, três delas do Governo, ou seja, do IAP. (cf. FOLHA DE CIANORTE, 2000: 15)

A matéria ainda ressalta:

O representante da Associação de bairros dos Seis Conjuntos, o Presidente Vieira, falou da necessidade de saber antes do acordo ser estabelecido, e não depois que tudo já estava definido. “Apenas nos comunicaram que a CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná estaria doando ao Município 330 hectares para a área do Parque Manduy [sic], mas não comentou que 231 hectares seriam liberados para o desmatamento”. Ficou muito inconformado com o acordo, e se prontificou a fazer tudo que fosse necessário para que as matas fossem preservadas inclusive, já fez seu manifesto com a nota de repúdio veiculada na FOLHA DE CIANORTE, foi a sua Associação que moveu a liminar *in nominata* solicitando a paralisação da derrubada para uma revisão do acordo. Liminar esta que foi acatada pelo Juiz Substituto da Vara Cível da Comarca, Dr. Juliano Albino Manica. O manifesto foi levado às ruas pelo engenheiro agrônomo Frederico Fonseca, que ainda não está contente somente com a paralisação do desmatamento para supostos esclarecimentos dados pelo “grupo de elite do acordo”. Ele, também reivindicou que os estudantes ali presentes ajudassem a requerer uma possível indenização e/ou reflorestamento da área desmatada até o presente momento. Os estudantes agiram de forma pacífica e ordenamento pelas ruas da Cidade e foram guiados pelo então engenheiro agrônomo falando notas de protestos dirigidas aos envolvidos no acordo. A passeata teve saída em frente a Igreja Matriz passando pela Prefeitura e terminando na Praça Moraes de Barros. Em frente

à Prefeitura, estudantes mostraram a indignação com faixa e cartazes de protestos. Além de manifestos a maioria dos colégios está coletando assinaturas que serão enviadas às autoridades responsáveis. Segundo o estudante do Colégio Estadual de Cianorte, Jânio Fernando Marques, a iniciativa foi dada por uma das turmas do colégio. “Nós estudantes, estamos de certa forma surpresos diante deste desmatamento, pois aprendemos sobre a necessidade de preservar nossas matas, e estas entidades, que formam um grupo fechado, decidem por contra própria tal vergonha para nossa cidade”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 15)

A página seguinte informa: “Protesto destacou ‘Defesa do Meio Ambiente’ e teve concentração em frente à Prefeitura – Prefeito diz que vai insistir em acordo com CMNP e alega que cuidados ambientais estão sendo tomados”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 16)

Dentre outras informações já repassadas em matérias anteriores, o texto diz:

Portando faixas com a reivindicação de “Defesa do Meio Ambiente”, os manifestantes, orientados por diretores de colégios estaduais e lideranças de bairro, iniciaram o protesto em frente à Igreja Matriz, seguiram em direção à Prefeitura Municipal, onde ocorreu uma concentração. (...) Segundo a chefia do IAP em Umuarama, estudos técnicos comprovaram que a área estava degradada e não teria condições de recuperação. Calcula-se que a CMNP já conseguiu desmatar 100 hectares de matas, em cinco dias de trabalho. Um dos ambientalistas que apóiam o protesto, o engenheiro agrônomo Frederico Fonseca da Silva, diz que a empresa está derrubando inclusive a cobertura vegetal junto a nascente do córrego São Tomé, nas imediações do câmpus da Universidade Estadual de Maringá (UEM). “Isso pode prejudicar o assoreamento do riacho ou mesmo a extinção do curso d’água, diz. “Isso é enganoso”, rebate o prefeito Flávio Vieira. “O IAP exigiu a manutenção da vegetação em torno das minas que formam este córrego”, afirma o prefeito. Vieira diz que o Município vai insistir no acordo que prevê o desmate. A Câmara de Vereadores de Cianorte aprovou quinta-feira o projeto que cria o Parque Cinturão Verde na cidade, na área de 288 hectares doada pela CMNP como parte do acordo de permuta com as áreas que estão sendo derrubadas. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 16)

É importante lembrar que o fato de haver minas nas proximidades das áreas de desmate já incorre em um cuidado especial. A presença das mesmas, por si só, justificaria a manutenção da capoeira. Três fotos ilustram a passeata, com os alunos portando cartazes com dizeres como: “O Cinturão agora será *Exterminadores do Futuro Parte I*”; “Prolongue sua vida. Preserve a Natureza!”; “A família Itacelina une-se em favor da Ecologia” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 16)



Estudantes protestaram com faixas e cartazes. Na foto, os cartazes dizem: "Prolongue sua vida preserve a Natureza!!!" e "A família Itacolim une-se em favor da Ecologia".

Figura 09: Alunas durante manifestação pública contra desmatamento no Cinturão Verde de Cianorte.

Fonte: Folha de Cianorte.

No artigo denominado “A árvore da serra: anjos e a cidade”, de autoria de Frederico Fonseca Silva, na coluna “Ponto de Vista”, fala-se sobre a tendência de valorizar as pessoas somente depois que elas morrem e traça-se um paralelo entre uma das poesias de Augusto dos Anjos com a situação vivenciada em Cianorte. O autor cita o poema “A árvore da serra”⁶³ :

- As árvores, meu filho, não têm alma!
 E esta árvore me serve de empecilho...
 É preciso cortá-la, pois, meu filho,
 Para que eu tenha uma velhice calma!
 - Meu pai, por que sua ira não me acalma?!
 Deus pôs almas nos cedros... no junquilha...
 Esta árvore, meu pai, possui minha 'alma...
 - Disse – e ajoelhou-se, numa rogativa:
 “Não mate a árvore, PAI, para que eu viva!”
 E quando a árvore, olhando a pátria serra,
 Caiu aos golpes do machado bronco,
 O moço triste se abraçou ao tronco
 E nunca mais se levantou da terra!

O autor prossegue o artigo dizendo que muitas pessoas, por motivos diversos, lhe perguntaram se Augusto dos Anjos estava na cidade quando escreveu o texto. “Não,

⁶³ Optou-se por transcrever graficamente a poesia, tal qual no original, para quebrar a linearidade da escrita.

não estava. Aliás, a cidade de Cianorte nem sequer existia em projeto e toda essa área não tinha sido explorada por uma empresa de capital inglês com pensamento e mentalidade colonialista do século XIX” (SILVA, 2000: 17). Silva explica que se trata de uma metáfora, um diálogo evolutivo entre duas gerações - a do pensamento retrógrado e a da delicada situação do período contemporâneo.

É todo o conflito de interesse entre o capitalismo explorador e nocivo reinante no final do século 19 versus a urgente necessidade de sobrevivência do século presente. Esse PAI, aqui representado pela figura do rude e grosseiro, não deve ser visto como a pessoa do genitor, digno de todo o respeito e admiração. Esse PAI ao qual se refere o poema, deve ser analisado em uma forma mais ampla. E, inserir nele ou nele se fazer representar, todos os que ainda mantêm o pensamento retrógrado da devastação como sinônimo de progresso. Pode ser visto de vários ângulos. Analisado e também lido no sentido inverso – IAP – sem comentários⁶⁴. (idem)

Com sagacidade, o autor usa o poema para despertar a atenção para um problema em andamento. Em seguida explica o que imagina estar acontecendo em Cianorte.

(...) *replay* fora de moda, caduco e desatualizado, do que vivera várias outras cidades do Brasil e do mundo com relação a um desmatamento nocivo, estúpido e hoje considerado criminoso, em outras épocas. Cianorte tem a obrigação de analisar os lamentáveis exemplos anteriormente vividos e experiências mal sucedidas de desmatamentos e derrubadas de árvores, matas e florestas nativas, para não deixar ocorrer aqui as conseqüências desastrosas desses outros lugares. (SILVA, 2000: 17)

O autor relembra das lutas ocorridas nos mais variados cantos do globo, mencionando que a nova ordem mundial é defender o que escapou do pensamento expansionista, que crescer era necessariamente destruir. SILVA (2000) reafirma que Cianorte não pode persistir no erro de andar na contramão da história; que a mentalidade de que quanto maior a população de uma cidade, mais desenvolvida ela seria, também está defasada. Isso porque o padrão e a qualidade de vida estão conectados não com a quantidade populacional, mas com os maiores índices de áreas verdes e de lazer, pureza e qualidade do ar e mananciais de água, saneamento básico, médicos e hospitais estruturados, nutrição da população, dentre outros.

Cianorte encontra-se no momento em seu entroncamento de destino. Que decisão tomar: seguir o exemplo de Cubatão como referência (que detinha o título da cidade mais poluída do mundo – até que esforços foram

⁶⁴ *Ipsis litteris.*

desenvolvidos para se replantar tudo o que um dia se desmatou) ou optar por ser excelência em elevado nível e ter uma das maiores relações de verde vivo por habitante. Luto pela preservação de todo o verde porque vivi quase toda a minha vida nas caatingas secas do sertão nordestino, os famosos semiáridos. Depois vivi no deserto árido do Oriente Médio. Não sou cianortense de nascimento, talvez de coração. Mas duas filhas minhas nasceram aqui. E não quero ver esse fantástico e maravilhoso paraíso ser transformado em terras desérticas, insólitas e inóspitas. Por fim, gostaria de parafrasear o gênio Augusto dos Anjos e poder dizer: **“ESSAS ÁRVORES – IAP – POSSUEM AS NOSSAS ALMAS”**. (idem)

Outro destaque da mesma edição da Folha de Cianorte em 30 de abril. Título: “Liminar paralisa desmatamento”, seguido da *linha fina*: “Entre as argumentações contidas na ação, impetrada pela Associação de Moradores dos Seis Conjuntos, é questionado o envolvimento de entidades governamentais e principalmente não-governamentais”. O texto apresenta a foto de José Ferreira Rocha, presidente da Associação, durante a assinatura da “Nota de Repúdio” contra o desmatamento. Outra foto mostra estudantes ladeando a mata, durante aula/saída de campo (já citada anteriormente). A página termina com um box citando a ação cautelar.

Liminar concedida pelo Juiz Juliano Albino Manica, na quinta-feira, paralisou o desmatamento que vinha sendo realizado na área de terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A, nas proximidades do Câmpus da Universidade Estadual de Maringá. O pedido de liminar foi concedido devido a uma “Ação Cautelar Inominada com Pedido de Liminar”, impetrada pela Associação de Moradores dos Seis Conjuntos que representa cerca de 10 mil pessoas. Entre as argumentações contidas na ação, a Associação questiona o envolvimento de entidades governamentais e principalmente não governamentais, neste caso a APROMAC (Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte). “Esta negociação entre as requeridas (Companhia e Município de Cianorte) foram precedidas, segundo consta, de autorizações de entidades governamentais (IAP, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Ministério Público) e não governamental (APROMAC) quer TERIAM o DEVER LEGAL e MORAL de salvaguardar o patrimônio da humanidade. De acordo com o que consta na ação o requerente “quer acreditar que as autorizações do Ministério Público, APROMAC, IAP e Secretaria Estadual do Meio Ambiente foram conseguidas mediante falaciosos argumentos, pois as áreas em que estão ocorrendo os desmatamentos não se tratam de meras “capoeiras”, conforme noticiado, mas sim reservas naturais que congregam árvores nobres (...)”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 17)

A matéria do jornal ainda abriga parte do texto do documento jurídico, que retrata a importância da questão ambiental para a mídia de todos os cantos do planeta:

O requerente ainda argumenta o *“espanto e perplexidade a autorização do Poder Público e demais entidades para a devassa do cinturão verde, justamente num momento em que toda a imprensa mundial se volta e se revolta com todo e qualquer espécie de devastação, que abarca por*

consequinte, toda a sorte de animais que nela habitam”. Quanto à argumentação do local do desmate que havia somente capoeira, por parte daqueles que concederam a autorização, a Ação Cautelar questiona: “A mata já não era mais matas, mas sim um “capoeiral”? Se esta for a resposta, então a autorização servirá de precedente para que outros devastadores iniciem a devastação clandestina, quiçá até por meio de fogo ‘acidental’ visando a transformação em ‘capoeira’ para então obterem também a malograda autorização, justamente porque a mata já não será mais mata”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 17)

No box, sob o título “Ação Cautelar questiona ONG”, são abordados alguns aspectos da peça jurídica em que a Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos questiona a Apromac:

Outro fato bastante ‘curioso’ é que o antigo presidente da APROMAC (frise: Organização Não-Governamental), Sr. Eleutério Langowski, exercia concomitantemente o cargo de Presidente desta ONG e cargo de Conselheiro do Ministério da Agricultura do Paraná, uma entidade essencialmente governamental, e que licenciou-se [sic] ‘coincidentalmente’ na época da ‘negociação’. Indaga-se, pois, a representatividade que esta ONG possui para não só calar, mas para terrivelmente consentir que um fato escabroso como tal desmatamento. Causa sim, perplexidade e é altamente vergonhoso que uma associação que se intitula ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DE CIANORTE (e que ocupa espaços físicos pertencentes ao Governo Municipal, Estadual e Federal a título de comodato) dê guarida a um desmatamento desta natureza. Deveria ela, por questão até de ordem moral, PROTEGER O MEIO AMBIENTE DE CIANORTE ao invés de contribuir para com sua degradação. E sequer tente justificar tal posicionamento mediante o argumento de que o desmatamento trará benefícios ao município sob o ponto de vista financeiro, pois é justamente em função do interesse econômico que o meio ambiente enfrenta hoje a fúria desenfreada de fenômenos naturais que com vagar estão lançando em nosso planeta a catástrofes imensuráveis”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 17)

O texto que segue – “Nada em debate, tudo em concordância! *É o ponto de desequilíbrio...*” – apresenta o título como forma de trocadilho a programa televisivo da época, na TV Cinturão Verde, chamado “Tudo em Debate”. Um de seus *slogans* dizia: “Tudo em debate, é o ponto de equilíbrio”.

A Folha de Cianorte faz provocação ao modo como pessoas vinculadas ao prefeito Flávio Vieira tentam protegê-lo das críticas em virtude do Acordo do Cinturão Verde, mas acabam deixando-o ainda mais exposto. Também narra como o termo “capoeira” deixou de ser utilizado diante da visibilidade e polêmica do caso na mídia. A matéria apresenta fotos de alunos nas proximidades da área desmatada e outra parte mantida em pé, nas proximidades da UEM. Além disso, mostra uma foto da placa que anuncia o novo empreendimento imobiliário denominado “Jardim Universitário”. O texto é iniciado com fala do apresentador do programa ao prefeito Flávio Vieira:

“Prefeito, eu sei que nós estamos debaixo aí de uma polêmica tremenda, com essa coisa do desmatamento do Cinturão Verde. As cartas estão chegando aqui aos montes, aqui... Você pode participar do nosso programa pelo fone 629-6052. Faça sua pergunta ao prefeito. Daqui a pouco, o prefeito estará falando sobre o desmatamento do Cinturão Verde” – Reginaldo Godoy, odontólogo, dado apresentador de televisão, ao afirmar ao vivo pela TV Cinturão Verde, durante programa Ponto de Equilíbrio (27/04) que o Cinturão Verde é alvo de desmatamento. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19)

Dando continuidade à briga já consagrada entre veículos locais, o jornal Folha de Cianorte manda seu recado ao dizer que o prefeito está mal assessorado e que, diante da repercussão do caso, as palavras começam a ganhar outro significado. “O que era ‘capoeira’, que segundo o dicionário *Aurélio* significa ‘terreno em que o mato foi roçado e/ou queimado para cultivo da terra ou outro fim e ainda que nasceu da derrubada de matas virgens’ só então transformou-se em mata em estado de regeneração” (idem). Com relação à fala de um assessor no programa citado, o jornal salienta:

“Se existe algo irregular, é por culpa dos órgãos governamentais”, afirmou Saulo Biazzi, advogado, dado a comentarista de televisão, ao dizer ao vivo pela TV Cinturão Verde, durante o programa Tudo em Debate (27/04) que o Cinturão Verde realmente sofreu desmatamento e não descapoeiramento. “Houve desmatamento lá? Houve, isso é inegável. Eu quero que as pessoas que estão incomodadas e estão de certa forma tentando atingir o prefeito Flávio Vieira, provem que o prefeito autorizou o desmate e a derrubada de pelo ao menos uma árvore do Cinturão Verde de Cianorte. No momento em que esta matéria, este documento vir a nossas mãos. Eu me calo e me penitencio e vou engajar no posicionamento de todos. Quem jogar a responsabilidade do desmatamento nas costas do prefeito é covardia”. O leitor pergunta: “E então, cadê mesmo os pais do desmate do Cinturão Verde???” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19)

Quando o advogado desafia alguém a provar que o prefeito autorizou o desmate e a derrubada de uma árvore sequer, ele realmente está correto. Afinal, a alçada pertence ao IAP/SEMA – por meio da interpretação e leitura jurídica, dirigida para uma única via. Mas na prática, ao assinar o Acordo efetivou-se uma troca em que cada lado cedeu uma parte. E todos sabiam que a CMNP não tinha senão outra ideia do que “limpar” as áreas, como fora no período da colonização. Ou alguém imaginaria que a mesma fez o Acordo para abrigar as matas restantes em uma redoma de vidro? E há que se lembrar que o município foi parte integrante da negociação e nada foi feito à revelia – nesse caso à figura do prefeito Flávio Vieira.

Na página subsequente, lê-se “Parque Manduy é reduto de lixo – No Manduy a erosão só não é maior por conta do lixo. Isso tudo a poucos metros da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19). O que é apresentado na página 20, ainda citando a edição de 30 de abril, caracteriza-se no aspecto da fotorreportagem: apresenta foto ampla, atingindo cerca de ¼ da página com destaque a uma placa deteriorada com os dizeres “Proibido jogar lixo nesta área. Suj. a multa. Lei 854/84”. Ao fundo, o lixo espalhado. Uma outra foto também menciona a quantidade de sacos plásticos e lembra que, além de poluir, significa dinheiro não aproveitado com a reciclagem. Há ainda uma grande quantidade de pneus abandonados e outros detritos mostrados em duas outras fotos.

O texto usa uma fala do advogado cianortense Saulo Biazzzi, na TV Cinturão Verde, para denunciar o abandono do local e dizer que se ali vertessem diamantes, iriam solicitar uma parte para comprar os 231 hectares dos remanescentes e mata nativa que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná começou a desmatar. “Se eu começar a dizer que ali no famoso buraco da Mãe Biela tá merejando [sic] pedrinhas de diamante, vem jornal do mundo inteiro. E depois vão chegar à conclusão de que é mentira. Mas vem. Porque esse é o grande problema da mídia. Você consegue mobilizar a mídia do mundo todo” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 20). O apresentador cita a mobilização social ocorrida em torno do Cinturão Verde como um problema midiático. Em sua concepção, a mídia provoca um alarde desnecessário.

A matéria denuncia que o Centro de Educação Ambiental localizado no Parque Mandhuy⁶⁵ abriga a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, e que, mesmo assim, o local se encontra tomado pelo lixo. O texto também revela que, aos finais de semana, o local, que deveria ser palco para desenvolvimento de atividades de educação ambiental, transforma-se em recinto para churrascadas. Por fim, abre espaço para a fala de uma moradora, que denuncia:

“São moradores de outras localidades que depositam lixo neste local, inclusive a própria Prefeitura tem jogado lixo da creche, que são restos de verduras, frutas também lixo industrial, com saquinhos com restos de leite que apodrecem causando mau cheiro e dando condições a doenças”, reclama a moradora da Av. Manduy, Ioni S. Bossi. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 21)

⁶⁵ A grafia oficial do nome do parque é Mandhuy. Porém, muitas vezes, os jornais o apresentarão de modos diferenciados

A matéria termina questionando a competência do município, que não consegue cuidar de um pequeno parque e diz, ao referir-se ao dinheiro do ICMS Ecológico, estimado em R\$ 300 mil ao ano: “Dinheiro não é tudo. De nada adianta ter 300 mil reais por ano, sendo que não há interesse, preocupação, compromisso pelo meio ambiente”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 21)

Na página 22, ao encerrar a edição nº 641, duas fotos tomam conta do tabloide, estampando o lixo espalhado com uma frase postada no meio das fotos: “Largo da liberdade... A vergonha continua...”. Tratava-se da denúncia de uma área com matas e minas d’água, tomada por erosão e deposição de diversos tipos de resíduos.

A repercussão do caso na mídia estadual permanece e começa a ganhar mais espaço, como na edição do jornal O Estado do Paraná, que dedicou página inteira para o assunto com o título: “Desmate do Cinturão causa polêmica – Foi só as máquinas começarem a derrubar a mata que a oposição se manifestou” (NUNES, 2000: 8). As legendas retratam o conteúdo das fotos: “As máquinas avançam rapidamente sobre a mata”; “Alunos plantam mudas de árvores na área preservada”; “Cia. Melhoramentos já prepara o loteamento da área”; “Em poucos dias mais de 20 alqueires de mata já foram destruídos”; “Edno Guimarães sempre foi contra o desmatamento”; “Vieira: decisão gera polêmica em ano eleitoral”; “Joelson diz que os laudos técnicos aprovam o acordo”. (NUNES, 2000: 8)

De fato, foi a partir da utilização das máquinas que a população começou a manifestar contrariedade ao Acordo, isso porque, até determinado momento, a notícia que havia no ar era de que a cidade ganhava uma área verde. Quando muito, falava-se que uma área de capoeira, sem relevância ambiental, seria utilizada para loteamento. O termo “oposição” lembra muito mais uma articulação estritamente com interesses políticos. Realmente houve toda uma movimentação de alguns interessados políticos. Como lembrou o prefeito Flávio Vieira, tratava-se de ano eleitoral. Porém, não é possível desmerecer a gravidade das denúncias e também o fato de que nem todos os que se manifestavam contrários à derrubada faziam parte de um grupo de oposição ao prefeito da cidade. Talvez ao projeto político que em certo momento optou pelo citado Acordo. Essa questão é inferida ao analisar, por exemplo, a forma como a sociedade foi subestimada e a tentativa de usar a mídia para convencer a população de uma tese - não haveria desmatamento, mas descapoeiramento - enquanto o resultado era acompanhado em tempo real, com árvores de grande porte sendo derrubadas. Foram locadas máquinas pesadas para a realização da tarefa.

O desmatamento de 148 hectares no perímetro urbano de Cianorte, iniciado há quinze dias pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tornou-se assunto polêmico e está dividindo opiniões na cidade. A elaboração do acordo entre a Prefeitura, Instituto Ambiental do Paraná e Companhia Melhoramentos foi *tranqüila*, mas bastou o início da *sinfonia* de máquinas no meio da mata para os opositores colocarem o *bloco na rua* e conseguirem parar o desmatamento. Quem aprovou o acordo diz que foi uma vitória: os contrários dizem que é um retrocesso. Cerca de 30% da reserva foi eliminada. Antes do desmate, Cianorte contava com uma mata de quase 600 hectares ao redor da cidade. (NUNES, 2000: 9)

O texto prossegue mencionando os termos do Acordo e a dimensão das áreas a serem preservadas e desmatadas. Diz que ao transformar os 330 hectares em Parque Municipal, o município vai pleitear dinheiro do ICMS Ecológico, calculado em torno de R\$ 25 mil.

Segundo informações da administração municipal, a Melhoramentos queria desmatar toda a área verde para construção de loteamentos. Por isso, o prefeito Flávio Vieira diz que foi um avanço ganhar a escritura definitiva referente aos 330 hectares. A autorização para o desmate foi assinada pelo prefeito com base em lei que lhe outorga este poder. Laudo técnico elaborado por funcionários do Instituto Ambiental do Paraná atesta que a mata eliminada está em área degradada. O acordo também tem o aval da Associação de Defesa⁶⁶ do Meio Ambiente de Cianorte (APROMAC) presidida pelo funcionário do IAP, Eleutério Langovisk. Mais de 30% dos 148 hectares permanecerão indefinidos. Conforme informou o prefeito Flávio Vieira, a Cia. Melhoramentos reivindicava a área desde o final dos anos oitenta e os prefeitos anteriores não tiveram coragem de concluir o assunto. Um dos opositores ao desmate é o deputado estadual Edno Guimarães, adversário político do prefeito. Guimarães apresentou Moção de Repúdio na Assembléia Legislativa contra o prefeito, o IAP e Secretaria Estadual de Meio Ambiente. O presidente da Câmara de Vereadores, Deolindo Antônio Novo não foi consultado sobre o desmatamento, por isso, vai responsabilizar o IAP por passar por cima do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cianorte. “Nós estávamos esperando ser consultados sobre o assunto, **mas na calada da noite as máquinas iniciaram o desmate, pegando todos nós de surpresa**”⁶⁷, disse. (NUNES, 2000: 9)

A mesma reportagem informa sobre a metragem envolvida na troca: 148 hectares em área urbana, mais 83 na zona rural, que a CMNP poderia desmatar.

Desta mata, outros 251 hectares deverão ser preservados. Para colonizar as regiões Norte e Noroeste do Paraná a Melhoramentos ganhou a terra do Estado em 1926. Cálculos extraoficiais da Câmara dos Vereadores indicam

⁶⁶ O correto é Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte.

⁶⁷ Grifo desta autora. A informação de que as máquinas começaram a atuar na calada da noite é procedente, além de que o desmatamento começou do interior da mata para o lado externo, provavelmente com finalidade de despertar o menos possível a atenção, visto que quando isso acontecesse, o trabalho de desmate já teria sido concretizada, não podendo haver maiores impedimentos.

que, somente nos loteamentos urbanos, a Melhoramentos vai faturar aproximadamente R\$ 20 milhões líquidos nos próximos cinco anos. (NUNES, 2000: 9)

Interessante observar que diante de todo o conteúdo analisado, este é o primeiro momento em que são citados dados concretos sobre valores envolvendo as áreas. Normalmente, fala-se apenas que se tratam de altos valores, sem que sejam expressados em cifras, possibilitando ao “cidadão comum” uma noção das quantias estimadas.

Com o título “Sem parecer do promotor”, um texto separado por duas linhas nas margens superior contempla o novo posicionamento do promotor:

O promotor de Justiça da Comarca de Cianorte, Joelson Luiz Pereira diz que o acordo para o desmatamento no Cinturão verde está baseado em estudos técnicos, por este motivo o Ministério Público não emitiu parecer. Pereira afirma ter participado de algumas reuniões sobre o assunto em final do ano passado. “A autorização é legal, mas se houver qualquer fato novo que denuncie irregularidade, a promotoria vai agir”, afirmou. O promotor já reuniu-se [sic] com vereadores e líderes de associações de moradores para discutir o assunto. (NUNES, 2000: 9)

Não se pode afirmar se o fato novo a que se refere o promotor seria no aspecto legal, questionando a legitimidade do Acordo em virtude de alguma prerrogativa jurídica ou em virtude de algo prático e real: a derrubada de árvores! Nativas, centenárias, ameaçadas de extinção, símbolo de Cianorte, representativas de banco genético. Enfim, árvores.

Quando a comunidade cianortense revela seu protesto por meio da “Nota de Repúdio” divulgada no jornal Folha de Cianorte – independente da guerra deflagrada entre os veículos locais – e mais tarde, quando os estudantes vão às ruas para manifestarem seu desagrado com os rumos do Acordo, torna-se importante fazer um paralelo com o que Henry Pross citado por BAITELLO (1999) denominou de “mídia primária”.

Harry Pross, em seu pioneiro e surpreendente livro de 1972 *Medienforschung* (Investigação da Mídia) classifica o corpo como a primeira mídia do homem, como “mídia primária”, aquela que funde “em uma [única] pessoa conhecimentos especiais”. Esta pessoa torna-se então a mídia. É essa a comunicação que ocorre no flerte, na articulação e na leitura dos gestos e da mímica facial, no movimento e deslocamento no espaço dos estudantes, sindicalistas, movimentos populares e pequenos produtores da agricultura que vão às ruas em passeata, demonstrando com o próprio corpo seu descontentamento. (BAITELLO, 1999: 2)

De acordo com o mesmo autor, as demais mídias (a secundária e a terciária) são sinônimos da complexificação do sistema comunicativo de uma sociedade em decorrência – e ao mesmo tempo pressuposto da complexificação – da própria sociedade.

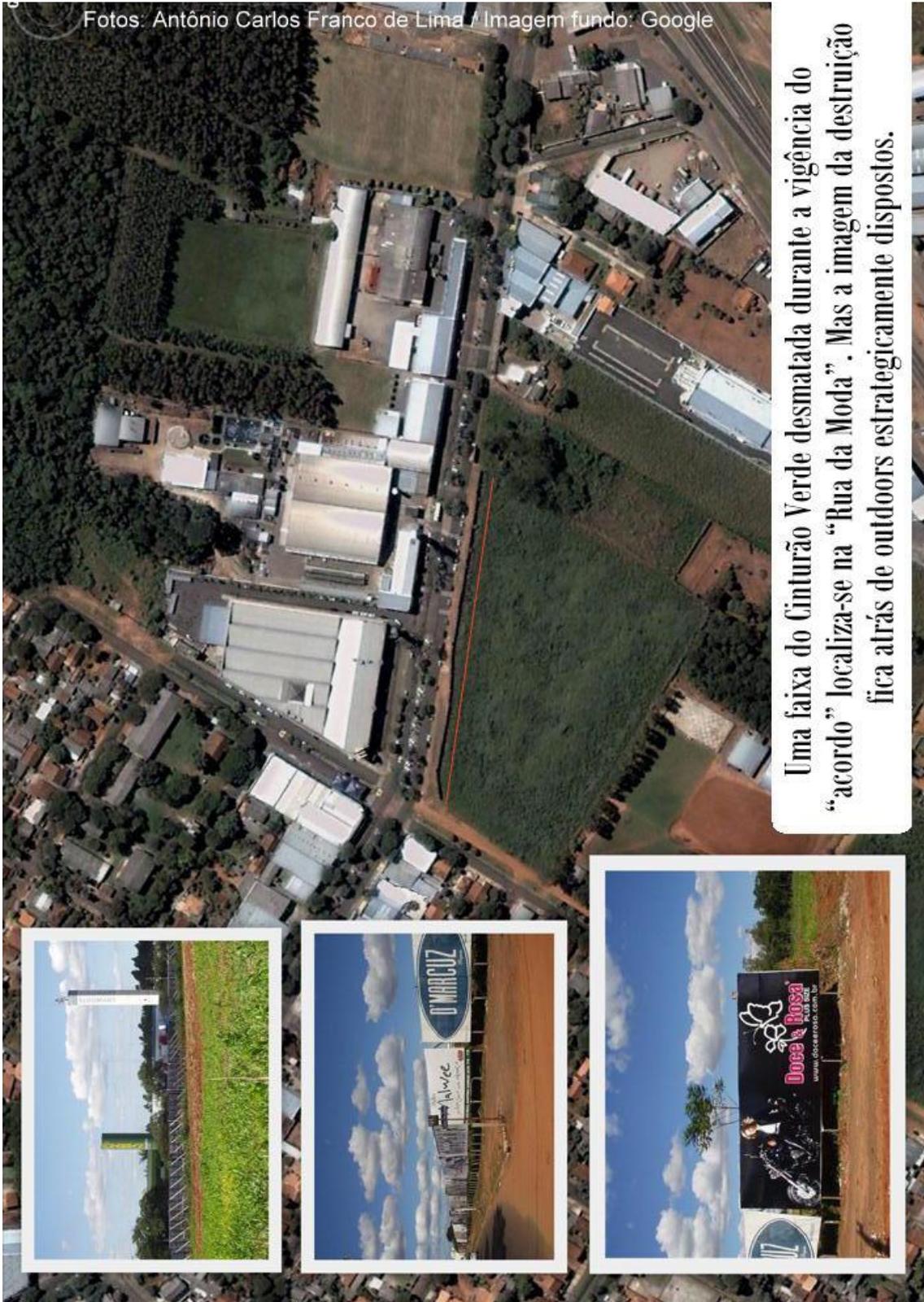
A “mídia secundária” requer um transportador extracorpóreo para a mensagem, vale dizer, precisa de um aparato que aumente o raio de ação temporal ou espacial do corpo que diz algo, que transmite uma mensagem ou que deixa suas marcas para que outro corpo, em outro espaço ou em outro tempo, receba os sinais. Já a “mídia terciária” requer não apenas um aparato para quem emite, mas também um aparato para quem recebe uma mensagem. Para que se possa alcançar alguém e enviar uma mensagem é preciso que os dois lados possuam os respectivos aparelhos: telefone, rádio, fax, disco, vídeo, televisão, correio eletrônico são os exemplos evidentes (BAITELLO, 1999: 3)

“Quem conseguiria imaginar que um banqueiro ou um grande industrial o fizesse de forma semelhante?”, questiona BAITELLO (1999) em relação à mídia primária ao ressaltar:

Corpos jovens em multidões caminham juntos em espaço público, braços erguidos demonstrando discordância e protesto, e conduzem a mudanças nos destinos da história. Corpos dilacerados estampados na imprensa e veiculados pela televisão contam histórias de violência e terror, de sangue e morte, reavivam no dia a dia as memórias e as narrativas trágicas de tempos de destruição. Corpos esqueléticos, projetos de cadáveres, são retratos e relatos vivos de tempos de fome e miséria, retratos do desequilíbrio que o planeta não consegue administrar. O que todos estes e ainda muitos outros corpos têm em comum em sua imensa diversidade de aparência? Não resta dúvida que não são apenas corpos, mas também meios de comunicação, aquilo que hoje se chama “mídia”. (BAITELLO, 1999: 2)

Seja pelas reportagens que ganharam repercussão estadual, as implicações políticas motivadas com o caso ou a manifestação programada para acontecer em praça pública, o fato é que o Governo Estadual, no dia anterior à manifestação, cancelou a liberação de desmate. Essa medida seria consolidada também por decisão judicial. Quando essas deliberações ocorreram, a manifestação ainda não havia acontecido, mas já estava programada e noticiada pela mídia. Há que se considerar, deste modo, a importância que a mesma representou anterior e posteriormente à sua efetivação, visto o número significativo de participantes e sua repercussão. Depara-se, então, com um rico universo de textos de cultura que auxiliam na luta dos segmentos sociais opositores ao Acordo, que libera a derrubada da mata. BAITELLO (1999) salienta que, obviamente, a palavra “texto” não se restringe unicamente ao universo das palavras e da escrita verbal,

mas se estende para todo e qualquer código da comunicação humana, pois, da mesma maneira que há textos olfativos, há textos hápticos, visuais, performáticos, gustativos, auditivos e, logicamente os que combinam muitas linguagens e códigos.

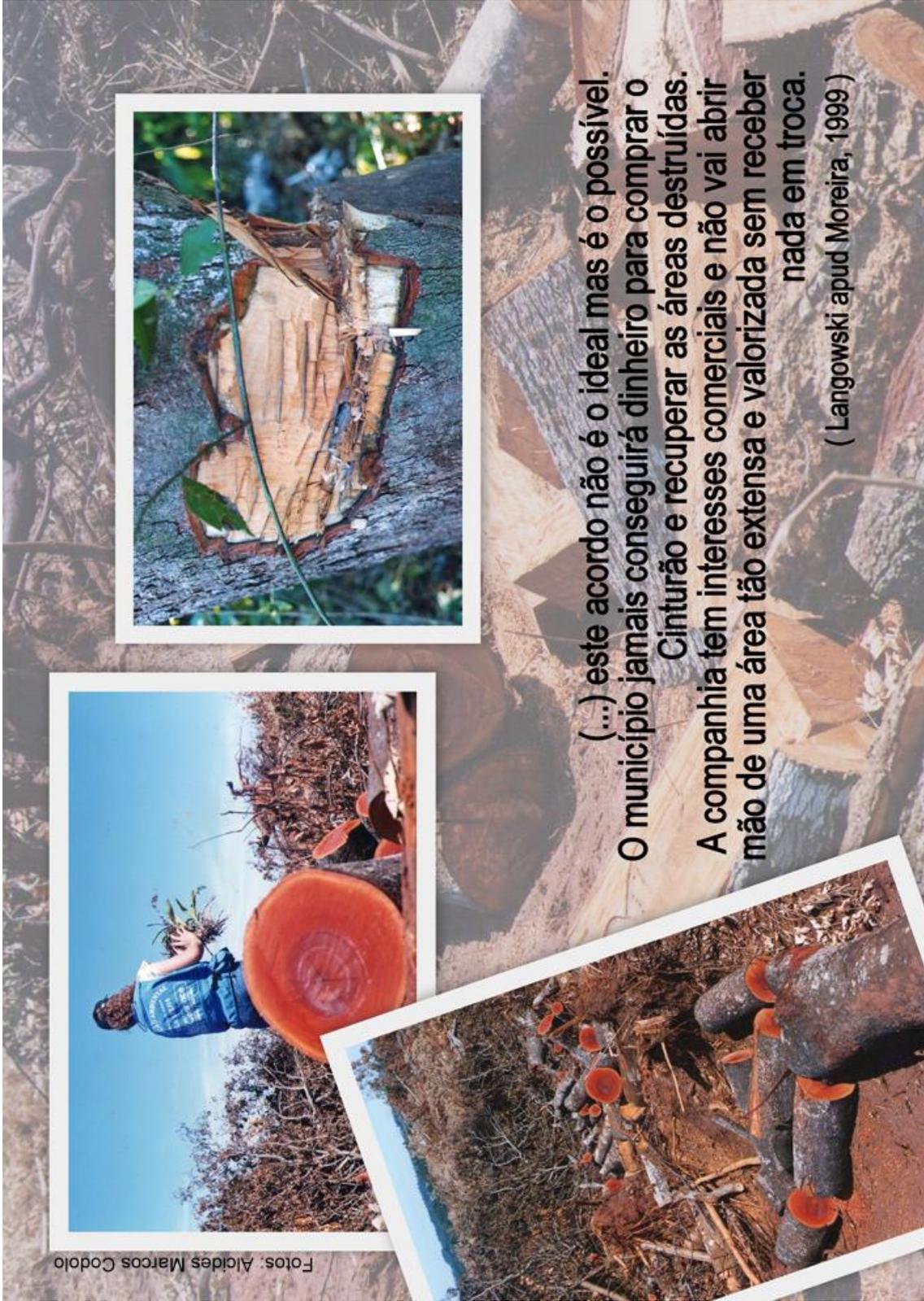


**“Não somos ambientalistas
de meia tigela
que discute duas árvores
e perde o resto”**

Hélio Sato - Folha de Cianorte
27.04.2000

Fotos: Aida Franco de Lima





Fotos: Alcides Marcos Codolo

**(...) este acordo não é o ideal mas é o possível.
 O município jamais conseguirá dinheiro para comprar o
 Cinturão e recuperar as áreas destruídas.
 A companhia tem interesses comerciais e não vai abrir
 mão de uma área tão extensa e valorizada sem receber
 nada em troca.**

(Langowski apud Moreira, 1999)

Cinturão verde é parque municipal

Cinturão Verde será enfim do Município

Cinturão Verde: Quem é o vilão da história?

...assim que o acordo foi firmado com o IAP/Prefeitura, máquinas pesadas da CMNP interligadas com correntões, devastaram o que encontraram pela frente...

ILUSTRADO

Regional

Umuarama, quinta-feira, 20 de abril de 2000 - 11

CIANORTE

Para deputado, desmatamento é imoral

Cianorte, 23 de Abril de 2000

Edição 639

website: www.folhadecianorte.com.br

R\$ 1.00

Em Cianorte, árvores ao chão marcam 500 anos de Brasil

DESMATAMENTO

“Não somos ambientalistas de meia tigela” afirma presidente da APROMAC”

CIANORTE

Acordo autorizou desmate para loteamento de área no município

Comunidade tenta impedir desmatamento

Desmate gera protesto de moradores em Cianorte

Vânia Moreira
De Umuarama

ram várias vezes e só resta c
poeira. Segundo presidentes
associações de moradores

CIDADES

CIANORTE

Juiz manda parar corte de matas

Documento técnico esclarece acordo sobre criação do “Cinturão Verde”

Será divulgado um relatório sobre o acordo firmado entre a Prefeitura de Cianorte e a Cia Melhoramentos Norte do Paraná

Secretário admite rever desmatamento

UEM elabora laudo sobre desmatamento

Documento elaborado por professores do Departamento de Biologia comprova destruição em Cianorte

4 DOCUMENTOS TÉCNICOS PAUTAM OS DEBATES E A MÍDIA - UM DUELO DE DISCURSOS

4.1 Primeira quinzena de maio de 2000 – professores doutores da UEM elaboram laudo

O jornal *Optei!*, *house organ* do Partido dos Trabalhadores de Cianorte, traz em edição de abril e maio de 2000 como matéria de capa “Cinturão Verde: Quem é o vilão da história? – Assim que o acordo foi firmado com o IAP/Prefeitura, máquinas pesadas da CMNP interligadas com correntões devastaram o que encontraram pela frente”. Na capa, duas fotos se interpõem com os dizeres *Natureza x Civilização*, com imagem antiga do início da formação da cidade e outra de vista aérea, atual.

Muito se falou sobre o meio ambiente nos últimos acontecimentos em Cianorte. Abril de 2000, será lembrado sempre como o mês e ano em que a cidade ganhou, - oficial e legalmente – uma Área de Preservação Permanente em troca de outra, considerada degradada. A importância do assunto, extrapolou o município e chamou a atenção da mídia nacional. O envolvimento de vários segmentos da sociedade transformaram [sic] um ato que seria bem-vindo em qualquer região do planeta – a oficialização de Área de Preservação Permanente (APP) – em algo que merece ser pesquisado, sob o prisma honesto e transparente com que o **Partido dos Trabalhadores** sempre costuma abordar esses temas. Principalmente quando se trata do futuro de seus habitantes, que tem planos para si e para seus descendentes. (OPTEI!, 2000: 3)

Sob a retranca “De olho...”, o título informa: “Helicóptero da Globo sobrevoa Cianorte”. O jornal ainda diz que, no dia 7 de maio de 2000, um helicóptero da empresa sobrevoou a Capital do Vestuário para um suposto dossiê a ser usado no programa Globo Repórter, fato que não se configurou. Uma foto aérea com a legenda “Reserva Florestal de mata nativa do Rio Ligeiro, propriedade da CMNP” ilustra a matéria.

Nas páginas 4 e 5, o *Optei!* destaca a manchete de capa, repetindo a chamada no lugar do lide. Depois, no segundo parágrafo, menciona:

(...) os *royalties* que o município deve arrecadar, cerca de R\$30 mil, repassados pelo governo estadual, são significativos para uma melhor preservação dos 330,098 hectares “herdados” da Companhia. Importante área, equivalente a quase 137 alqueires paulistas. Em troca, a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) recebeu autorização para lotear uma área total de 241 hectares, 148 dos quais na zona urbana da cidade. (OPTEI!, 2000: 4-5)

O texto prossegue com um misto de opinião e informação:

Sem prévio aviso, assim que o acordo foi firmado com o IAP/Prefeitura, máquinas pesadas interligadas com correntões devastaram o que encontram pela frente. Os pequenos animais silvestres que ainda restavam, na maioria ‘insignificantes’ roedores, algumas ‘indesejáveis e repelentes’ cascavéis, e ‘nenhum macaquinho’ (segundo técnicos do IAP) foram pegos de surpresa, sem chances de sobreviver ao ataque. (idem)

A matéria contextualiza o cenário do ano 2000 com o despertar da consciência ecológica, principalmente entre os jovens e menciona como o desmatamento causou choque na sociedade. Enfatiza que a devastação está lá para quem quiser ver. As fotos aéreas feitas após os desmatamentos mostram a enorme área que a Cia. Melhoramentos pretende lotear, ao mesmo tempo em que se visualiza uma belíssima área verde com matas nativas, abrigo seguro para a vida selvagem. Como em um perfeito corte cirúrgico, certas áreas dividem o verde com o marrom das terras vermelhas do Paraná. O IAP, com anuência da única entidade não governamental ambientalista de Cianorte, a Apromac, vistoriara essas áreas dando sinal verde como sendo degradadas. Todos sabiam. Vereadores e autoridades estiveram presentes no acordo que a Cia. Melhoramentos propusera. Menos o povo. O que não se imaginava que iria acontecer era que todo o restante daquelas matas passaria por um processo de descapoeiramento. Todos viram que não foi bem assim. Gritos e protestos surgiram de todas as partes. O próprio secretário do Meio Ambiente do Paraná, Hitoshi Nakamura, quando assinou relatório apresentado como sendo real, confessou sua precipitação em aprovar sem consultar ou exigir estudos mais profundos, mandando paralisar o desmate. Ao mesmo tempo, uma entidade de moradores dos Seis Conjuntos apresentava liminar no Ministério Público de Cianorte. (OPTEI!, 2000: 4-5)

O texto explica, erroneamente, que há “dois órgãos federais” para questões relacionadas a desmatamento. O correto é que se tratam de pré-requisitos necessários baseados em estudos para que seja concedida autorização de implementações de atividades que coloquem em risco o Meio Ambiente. Por isso, os nomes EIA - Estudo de Impacto Ambiental - e RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, para Licenciamento Ambiental. O Optei! diz também que são técnicos e biólogos os responsáveis pela elaboração dos mesmos, a fim de avaliar impactos ambientais. Prossegue falando que o jornal não é dono da verdade e que o julgamento do que foi certo e errado em relação ao episódio cabe ao leitor. Porém, lembra que logicamente há interesses políticos e

econômicos envolvidos e que é de conhecimento da comunidade a rivalidade política entre duas facções existentes na cidade.

A primeira não deixaria de pegar esse ‘gancho ecológico’ para atacar seu arqui-inimigo. E o segundo defende com ‘unhas e dentes’ os benefícios óbvios da criação de uma APP na cidade. Houve precipitação por parte do executivo e do legislativo, ao aprovarem uma lei de tamanha importância ambiental? - leitor decide. Outra curiosidade importante é o fato de que a instituição ambientalista de Cianorte – Apromac – que possui em seu quadro de sócios apenas a sua diretoria, ou seja o presidente em afastamento – por ser funcionário do IAP – Eleotério [sic] Langowski, e mais três diretores. A entidade começou a aparecer na cidade em 1987. Se antes dessa data não se fazia nada para a preservação do chamado ‘Cinturão Verde’, de lá para cá, pouco ou quase nada também se fez para a conservação do meio ambiente na cidade. Lembram-se do escândalo das lavanderias? Só quando a imprensa começou a denunciar o longo período de despejo de produtos poluentes em córregos e mananciais, que o IAP passou a agir, exigindo que as empresas se adequassem em outras áreas, construindo lagoas de decantação. O próprio promotor de justiça, que acompanhou a proposta da Cia. Melhoramentos lamentou, em pronunciamento na Câmara dos Vereadores a falta de uma organização oficial ambientalista formada por todos os segmentos da sociedade. Um *Conselho do Meio Ambiente em Cianorte*. (OPTEI!, 2000: 4-5)

O jornal finaliza a matéria mencionando que, ao ser questionado sobre planos para as áreas que a CMNP deveria lotear, o prefeito Flávio Vieira foi categórico ao afirmar que “a prefeitura comprou da Cia. Melhoramentos uma área de três alqueires nas proximidades do conjunto habitacional Ovídio Franzonni para a construção de 200 casas populares. Nada a ver com as outras áreas que a Companhia está [na ocasião da entrevista] desmatando” (idem). Ao final, o tabloide deixa questionamentos que o mesmo disse terem sido feitos pelos defensores e amigos da natureza. Nesse momento, em virtude do amplo material analisado, é possível responder os questionamentos realizados:

“*A CMNP tem projetos prontos e imediatos, para as áreas desmatadas?*”. O projeto é desmatar tudo e dispor dos requisitos mínimos para que as áreas sejam loteadas – como asfalto, galeria de esgoto, iluminação, rede de água e energia – e vendê-las aos interessados que tenham os recursos financeiros necessários.

“*A população carente dos sem teto de Cianorte terá acesso a elas?*”. A resposta é não, porque a CMNP é uma empresa estritamente comercial e não tem projeto de responsabilidade social, beneficente ou filantrópico para auxiliar a população de baixa ou sem renda da cidade.

“Existe alguma possibilidade de nova migração de pessoas provenientes de outros locais, querendo morar ou investir na cidade?”. Essa questão demanda uma pesquisa muito bem elaborada por órgãos competentes.

O jornal termina a matéria dizendo que essas e outras perguntas serão deixadas para o leitor responder com calma, sem deixar-se levar por atos políticos ou emocionais. “Quem é o grande vilão da história? Se é que houve... Você decide” (OPTEI!, 2000: 4-5)

Por mais que o veículo tente se mostrar imparcial, fica clara sua posição contrária ao Acordo. Ao finalizar o texto dizendo que determinadas questões levantadas cabem ao leitor decidir, o veículo não cumpre sua função, que é buscar respostas e trazê-las à tona. As perguntas levantadas não dependem apenas de pontos de vista, mas necessitam de respostas dadas por especialistas de cada área. Se o veículo não se preocupa ou não tem condições de exercer essa busca por respostas, pior é a condição do leitor comum. A leitura de uma matéria informativa deve, sim, provocar indagações ao leitor. Porém, não pode se justificar que, na ânsia de evitar a parcialidade, perguntas fundamentais fiquem sem respostas.

Um artigo assinado por Salvador Peres, advogado, historiador e secretário do PT, intitulado “O Cinturão Verde de Cianorte”, traz a opinião do autor em relação a problemas com a queima de lixo acumulado no perímetro do Cinturão Verde, levantando sugestões práticas para impedir que o mesmo seja usado para a deposição e lixo.

1- Melhorar o sistema de coleta e lixo, pois o povo paga por isso; 2- coletar também o lixo, ‘restos de jardins, galhos e folhas de árvores’; 3 – colocar nos lugares de despejo do lixo pela população caçambas, que depois poderiam ser retirados pela prefeitura; 4 – fazer um serviço de ajardinamento em volta de todo o cinturão verde, pois tendo gramas e plantas cuidadas, duvido que a alguém tivesse ousadia de sujá-lo. Só está acontecendo de o povo jogar lixo porque está sujo, abandonado e sendo um convite para que aquilo aconteça. (PERES, 2000: 9)

O autor cita exemplos para justificar que as pessoas se aproveitam de espaços que já têm resíduo para depositarem outros, lembrando que a manutenção dos canteiros centrais reflete tal situação: basta uma chuva com vento que deixe folhas secas de palmeiras pelo chão para que os moradores depositem ali também os restos da jardinagem. PERES (2000) também sugere que o lixo orgânico, proveniente das podas, seja triturado e transformado em adubo. Finaliza conclamando a comunidade a

dispensar mais atenção ao Cinturão Verde. “Vamos voltar ao assunto principal, O CINTURÃO VERDE, que é nosso e que não poderá ser vendido nem ficar abandonado. Vamos fazer como os ‘SEM-TERRA’, vamos fazer a ‘OCUPAÇÃO JÁ’, vamos tomar posse do que é nosso”. (PERES, 2000: 9)

Interpreta-se que o autor conclame a ocupação no sentido de alertar a população para que o Cinturão não seja abandonado.

4.2 Cinturão Verde de Cianorte – Esclarecimentos para o bem da verdade. Uma cartilha à parte

No momento em que se instaurou a grande polêmica na cidade em virtude do Acordo, com veículos locais digladiando entre si e com a mídia estadual repercutindo o assunto semanalmente, o jornal Tribuna de Cianorte anuncia o lançamento de um “Documento técnico (que) esclarece o acordo sobre a criação do *Cinturão Verde*”. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 1-2). Na chamada de capa, que apresenta uma foto aérea de parte do Cinturão Verde e a cidade ao fundo, o jornal informa:

O documento denominado “Cinturão Verde de Cianorte – Esclarecimentos para o bem da verdade” estará sendo dirigido [sic] a toda a população. Este trabalho, segundo o responsável pela sua composição, Eleutério Langowski, traz um ‘raio X’ do acordo e ainda expõe toda a história, narrando os acontecimentos. A Tribuna de Cianorte teve acesso às informações contidas no documento na tarde de ontem. A Cia. Melhoramentos doou ao município uma área de 330,098 hectares, ou seja, 136,36 alqueires paulistas, recebendo em troca a autorização para lotear uma área de 231 hectares, sendo 148 na área urbana e 83 na área rural (idem).

Característica típica dos jornais de interior, como já foi mencionado, o lide da matéria é a própria chamada da capa. O restante da matéria interna, intitulada da mesma maneira, apresenta outra foto aérea com visão da mata e a cidade ao fundo, e diz que, no interior do relatório, estão várias informações, dentre elas o fato de que, além da doação da área do Cinturão Verde, a Melhoramentos assumiu o compromisso de manter 251 hectares localizados na zona rural como área de reserva natural. “No início, a Cia. Melhoramentos pleiteava uma área de 688,70 hectares em troca da área do Cinturão Verde. Em breve o documento será encaminhado a toda a sociedade cianortense” (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 1-2). Duas notas naquela mesma edição na coluna *Sobre Tudo*, de Wanderlei Bellini (p. 2), destacavam: “As matas de Cianorte estão dando manchetes importantes para a cidade. Toda a imprensa tem dado cobertura ao fato”; e: “Porém, este tipo de notícia não pega bem, afinal desmatar é palavra que dá arrepio” (idem).

O material gráfico, em formato de cartilha em papel couchê, colorido, 44 páginas (em anexo) apresenta vários tópicos que permitem uma retrospectiva da história, que envolve as primeiras articulações para a preservação do Cinturão Verde. Este material tem como autores: a Prefeitura Municipal de Cianorte, a Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte e o Instituto Ambiental do Paraná.

A cartilha abre com os tópicos: *Um pouco de História* – relatando sobre a fundação de Cianorte; *O abastecimento de água em Cianorte* – relacionando a preservação de fontes de água com a manutenção de área verde por parte da CMNP no período da fundação; *O desmate da Gleba* – mencionando como estas áreas de proteção, junto às reservas aquíferas, foram desmatadas ao longo dos anos. Neste tópico, o texto menciona ainda a abertura de um escritório do antigo ITC, atual IAP. No item *O surgimento da APROMAC*, fala-se na formação da ONG. O projeto do Parque do Cinturão Verde de Cianorte, diz respeito à concepção da proposta para transformação de áreas verdes da CMNP em um parque.

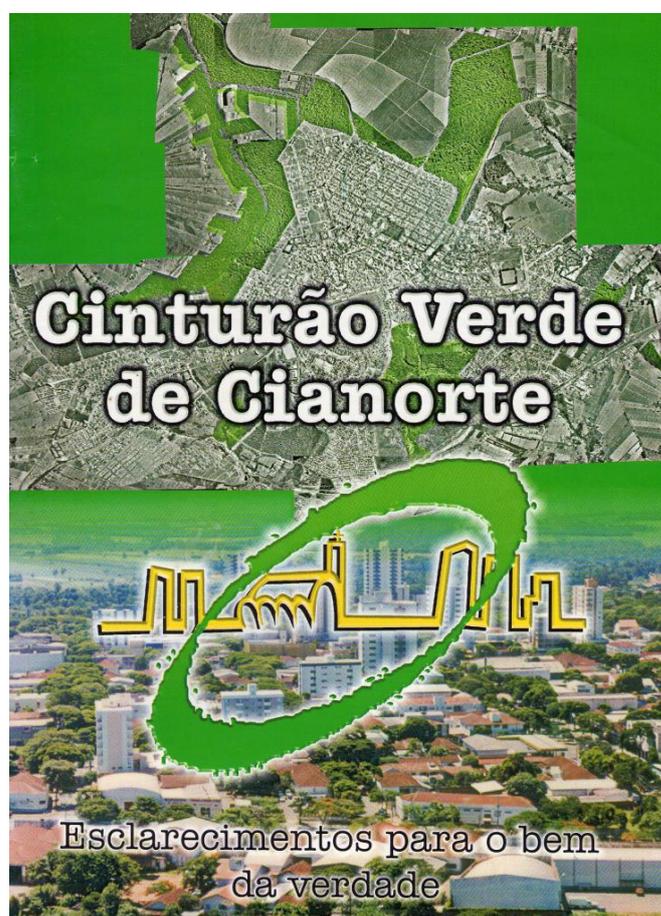


Figura 10: Capa da Cartilha de Esclarecimento.
Fonte: Prefeitura Municipal de Cianorte, Apromac e IAP.

O projeto do Parque do Cinturão Verde previa Biblioteca Ambiental, Museu, Orquidário e outros equipamentos científico-culturais, além da preservação de aproximadamente 600 hectares de floresta primitiva, das quais aproximadamente 50% pertencentes à CMNP e outros 50% pertencentes a inúmeros proprietários rurais, cujas propriedades eram localizadas nas margens dos cursos d'água denominados Córrego Uruçora, Ribeirão São Tomé e Córrego Imbituvo. Um fato a ser registrado é que, após o lançamento do Projeto do Parque do Cinturão Verde de Cianorte, a CMNP recebeu uma

cópia do mapa básico e, desde então, suspendeu a comercialização dos lotes que faziam parte da proposta da APROMAC. Para a delimitação da área do projeto do Parque, a APROMAC, juntamente com o ITCF, trabalharam [sic] no sentido de escolher as áreas mais representativas ecologicamente, tendo-se em vista alguns pressupostos: Eram as menos degradadas (portanto, as mais preservadas); apresentavam melhores condições de abrigar a fauna existente; possuíam cursos d'água; paisagisticamente eram as melhores áreas; Eram as mais importantes para a proteção do solo contra a erosão. Com o transcorrer do tempo, o projeto não evoluiu por falta de apoio político das autoridades municipais e do Governo Estadual e Federal. A APROMAC, sem forças para agir, foi praticamente desativada durante alguns anos. Neste período (início dos anos 90), o ITCF local foi desmontado, funcionários transferidos, enfim, situação instável que perdurou por quase meia década. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 5)

O texto da cartilha prossegue, explicando como se deu a negociação do Acordo com a CMNP para a “doação” do Cinturão Verde de Cianorte. Ele diz que vencidos os interesses políticos que impunham dificuldades a um acerto final, foram retomados “os diálogos entre IAP, Apromac, Prefeitura e CMNP sobre o destino do Cinturão Verde de Cianorte”. (idem).

O texto menciona as áreas que mais causavam interesse por parte dos prefeitos para fins de loteamentos. E, de fato, foram estas primeiramente desmatadas:

Sempre houve interesse político de todos os prefeitos, sem exceção, para o desmate de alguns lotes do Cinturão Verde, notadamente do caso do Câmpus da UEM, do Shopping Nabhan, do lote em frente a Cheina, dos lotes onde hoje encontram-se conjuntos do projeto Mutirão. Enfim, os prefeitos sempre tiveram um bom motivo para acabar com o Cinturão Verde de Cianorte. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 5)

Aborda-se ainda que, com a retomada das negociações no ano de 1993, surpreendentemente a CMNP aceitou a solicitação de doação ao município do módulo denominado Mandhuy, com aproximadamente 20 hectares. Este seria formalizado, então, como parte do Parque do Cinturão Verde de Cianorte.

Dois anos depois, haveria um interesse mútuo dos governos municipal e estadual em fechar uma proposta final que atendesse aos interesses dos envolvidos.

Uma vez que não se teria valores financeiros para a indenização da área à CMNP, a sugestão era que a CMNP poderia desmatar algumas áreas não incluídas no Projeto básico do Cinturão Verde de Cianorte. Tendo-se como base um mapa com a localização de todos os lotes da CMNP ainda não vendidos que apresentavam cobertura florestal, passou-se a computá-los como passíveis de desmate, mantendo-se sempre o mínimo de Reserva Florestal Legal. (idem, p. 6)

Ainda com informações embasadas na cartilha, a proposta ficou estagnada por anos e, somente com a posse de Flávio Vieira, a mesma foi retomada. Após a oficialização da entrega da proposta, diante de representantes da Sema, IAP, Prefeitura de Cianorte, CMNP e Apromac, ela passou a ser analisada pela diretoria do IAP. O texto prossegue, mencionando os trâmites para que as etapas necessárias para prosseguimento e posterior finalização do Acordo ocorressem. Na sequência, no tópico que menciona a análise da proposta, ressalta-se que fora constituída uma câmara técnica formada por três engenheiros de outras regiões do Estado. A tabela abaixo revela os termos da proposta original.

PROPOSTA ORIGINAL	HECTARES	%
ÁREA TOTAL ENVOLVIDA	1.270,080	100
ÁREA A SER DOADA PARA CINTURÃO VERDE	330,098	26
ÁREA A SER AVERBADA COMO RESERVA FLORESTAL LEGAL PELA CMNP	251,275	20
ÁREA A SER DESMATADA	688,70	54

Tabela 1: Proposta inicial em números.
Fonte: PMC, APROMAC, IAP, 2000: 7.

A proposta inicial envolvia terras não só ao redor da cidade, mas todos os outros lotes de propriedade da CMNP localizadas no município de Cianorte. O IAP, através da Câmara Técnica, passou a analisar detidamente todas as áreas envolvidas, emitindo um parecer onde negava a possibilidade na maioria das áreas pretendidas para desmate pela CMNP. Nesta altura, o acordo já seria abortado se não fosse um evento novo que permitiu sua renegociação e sua continuidade. O Decreto Estadual 387/99 que instituiu o SISLEG, permitia que o proprietário de florestas excedentes as utilizasse para compensar Reservas Florestais Legais de outros imóveis carentes de cobertura, de sua propriedade ou de terceiros, auferindo desta forma uma compensação pela floresta existente. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 7)

Diante dessa possibilidade, a CMNP interessou-se em aceitar uma nova proposta, que seria a versão definitiva do Acordo.

PROPOSTA FINAL	HECTARES	%
ÁREA TOTAL ENVOLVIDA	1.270,0800	100
ÁREAS RETIRADAS DO ACORDO ⁶⁸	729,9500	57
ÁREAS MANTIDAS NO ACORDO	542,1300	43

Tabela 2: Proposta com áreas retiradas do Acordo.

⁶⁸ As áreas retiradas do acordo poderão ser preservadas com os dispositivos do Sisleg, compensando Reservas Florestais de outros lotes carentes de reserva mínima, podendo então ser considerados preservados. (cf. PMC, APROMAC, IAP, 2000: 7)

Fonte: PMC, APROMAC, IAP, 2000: 7.

PROPOSTA FINAL	HECTARES	%
ÁREA TOTAL DO ACORDO	542,1300	100
ÁREA A SER DOADA PARA CINTURÃO VERDE	282,3714	52
ÁREA A SER LIBERADA PARA DESMATE	231,0346	43
ÁREA A SER PRESERVADA COMO RESERVA LEGAL ⁶⁹	28,7240	5

Tabela 3: Proposta final.

Fonte: PMC, APROMAC, IAP, 2000: 8.

O texto explicativo da cartilha, prestes a encerrar, menciona como foi a decisão final:

Selecionadas as áreas passíveis para desmate, todas podendo ser consideradas praticamente uma vegetação secundária do tipo capoeira (daí o termo usado descapoeiramento), com exceção de algumas pequenas porções que apresentavam árvores maiores. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 8)

Com relação à suspensão do desmatamento, diz:

Muito natural, o impacto visual do desmate gerou alguns protestos, e principalmente uma grande repercussão na mídia. Reconhecendo uma falha o IAP que não explicou para a população de forma clara e transparente os termos do acordo, da autorização e da doação da área do Parque, o presidente do IAP solicitou à CMNP a paralisação do desmate até o completo esclarecimento do assunto junto à população. Também alguns representantes de associações de moradores entraram na justiça, tendo o MM Juiz acatado em medida cautelar a suspensão do desmate realizado. Visando esclarecer aos interessados, opinião pública, imprensa e população em geral, preparamos estes documento ilustrativo e histórico, na esperança de que os mal entendidos não prevaleçam. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 9)

Após a série de informações técnicas, o material traça uma retrospectiva sobre a formalização do projeto do Parque do Cinturão Verde em Cianorte pela Apromac em 1987. Além disso, menciona os incêndios florestais que devastavam anualmente as matas e questiona: “Onde estavam OS DEFENSORES DO CINTURÃO VERDE QUE AGORA ORGANIZAM PASSEATAS?” (idem: 11). Cita ainda notícias publicadas por jornais impressos e menciona os problemas que acometiam o Cinturão, como, por exemplo, a deposição de lixo e entulho nas matas:

⁶⁹ O percentual mínimo de RFL exigível foi cumprido nos lotes do Cinturão Verde, tudo dentro do que permite o Decreto 387/99 que criou o Sisleg.

(...) Com a mata cheia de lixo e entulhos, proliferam-se roedores e insetos, que atraem cobras. Os moradores ateiam fogo na mata para afugentar as cobras. Assim o ciclo de destruição não tem fim. Por isto é importante a efetivação do Cinturão Verde de uma forma definitiva, através da criação do Parque. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 13)

Na mesma cartilha também são abordadas as atividades de educação ambiental; os processos de negociação; a construção do Centro de Educação Ambiental no módulo Mandhuy; o termo de autorização para protocolo de intenções, a fim de criar o Cinturão Verde de Cianorte; a inauguração do Parque Mandhuy e da pista de caminhada disponível aos moradores. Anexado ao texto, é apresentado um mapa demonstrando áreas que, no período de 1984 a 1990, foram transformadas em reserva legal. “Durante esta fase os fiscais do IAP sofreram ameaças e perseguições políticas” (idem: 21).

O texto abre espaço para citar as áreas protegidas mediante o Acordo, e esse é o momento mais significativo para a análise deste tópico. Uma figura localizada na página 22 sinaliza as áreas que, por meio do Acordo, foram repassadas pela CMNP ao município. “(...) Nelas, estão as melhores e mais representativas porções das florestas existentes ao redor de Cianorte” (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 22). Nas páginas seguintes, de 23 a 33, mais de 20 ilustrações exacerbam as áreas preservadas. A fonte usada para escrever sobre as fotos o termo “preservado” sugere uma autenticação do Acordo.

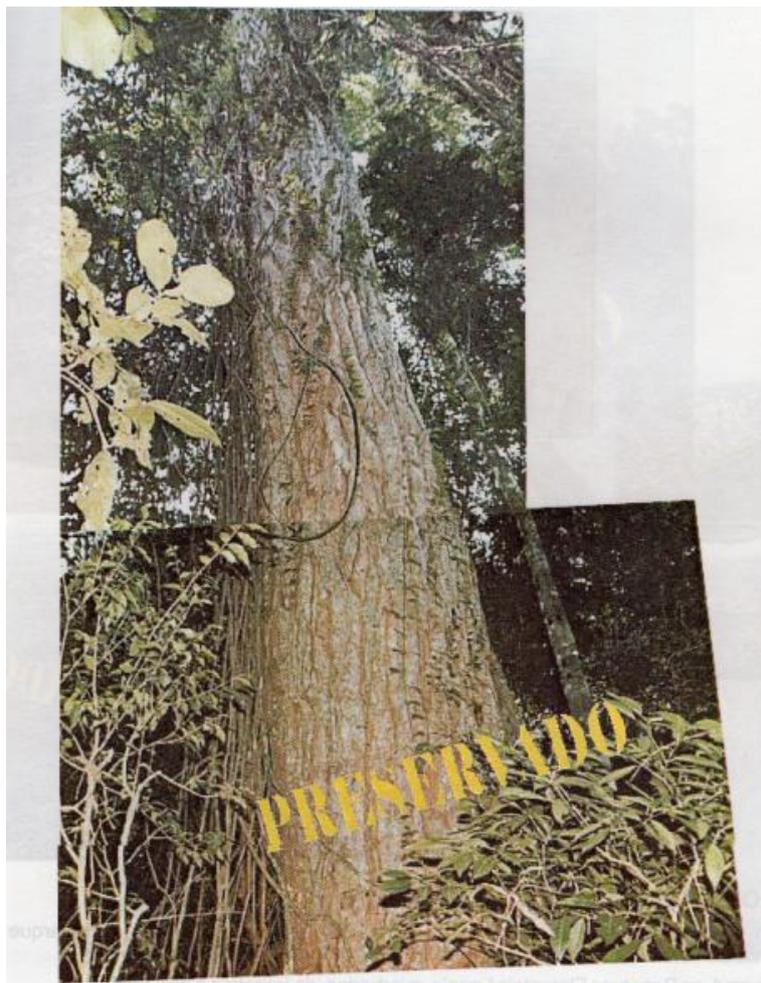


Figura 11: Reprodução de página da Cartilha.
 Fonte: PMC, APROMAC, IAP, 2000: 23.

A cartilha, que se apresenta com o caráter de *house organ* das entidades que assinam como coautoras, reserva espaço nas páginas 34 e 36 para abordar as áreas autorizadas para desmate. A página 34 é ilustrada com uma foto de parte da área desmatada, nas proximidades do câmpus da UEM. A imagem não permite ao leitor ter uma dimensão da área desmatada e do valor ambiental que a mesma abarcava. Ao contrário, a imagem sugere um tom de insignificância diante da exuberância das demais apresentadas como integrantes das regiões preservadas. O texto que acompanha as fotos também desvia o foco e sugere uma conotação diferente da realidade, desvalorizando o teor ambiental das áreas autorizadas para desmate. Exemplo é a legenda da figura 12, transcrita a seguir.

Em primeiro plano, a área já desmatada, ao fundo a floresta preservada como Reserva Florestal Legal. No destaque, a aparência de um das áreas liberadas para corte, vendo-se a presença de vegetação sucessional constituída de gramíneas, samambaias, capixingui (espécie pioneira), com alguns

exemplares remanescentes de árvores, danificados, secos e raras árvores em boas condições. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 34)

Tal contexto sugere uma ponte com a definição de MONDZAIN (2001) sobre dois conceitos básicos em relação à influência que uma imagem pode exercer. Em um primeiro momento, tem-se um processo de fusão entre sujeito e corpo, uma identificação imediata do espectador com a imagem, motivada pela falta de reflexão. Em um segundo instante, ocorre o oposto: há um processo em que o sujeito assume uma posição distanciada e enxerga as imagens sob a mediação de um discurso crítico.

A maneira como o conteúdo é apresentado amarra-se com o que MONDZAIN (2001) explicita no que vem a ser o primeiro instante de influência da imagem. Principalmente pelo fato de que, na cartilha, as áreas preservadas ganham ênfase, enquanto que aquelas autorizadas para desmate são menosprezadas.

Porém, uma leitura mais atenta permite ao leitor perceber que, se determinada área foi desmatada e uma faixa contínua que compunha tal mata foi transformada em reserva florestal legal, isso significa que ambas perfaziam um mesmo bioma e, logicamente, seriam passíveis de relevância ambiental.



Figura 12: As fotos não condizem com a dimensão do impacto ambiental causado.
Fonte: PMC, APROMAC, IAP, 2000: 34.

Outras ilustrações, na página 36, tentam convencer o leitor de que demais áreas a serem desmatadas eram formadas por vegetação também menos importante.

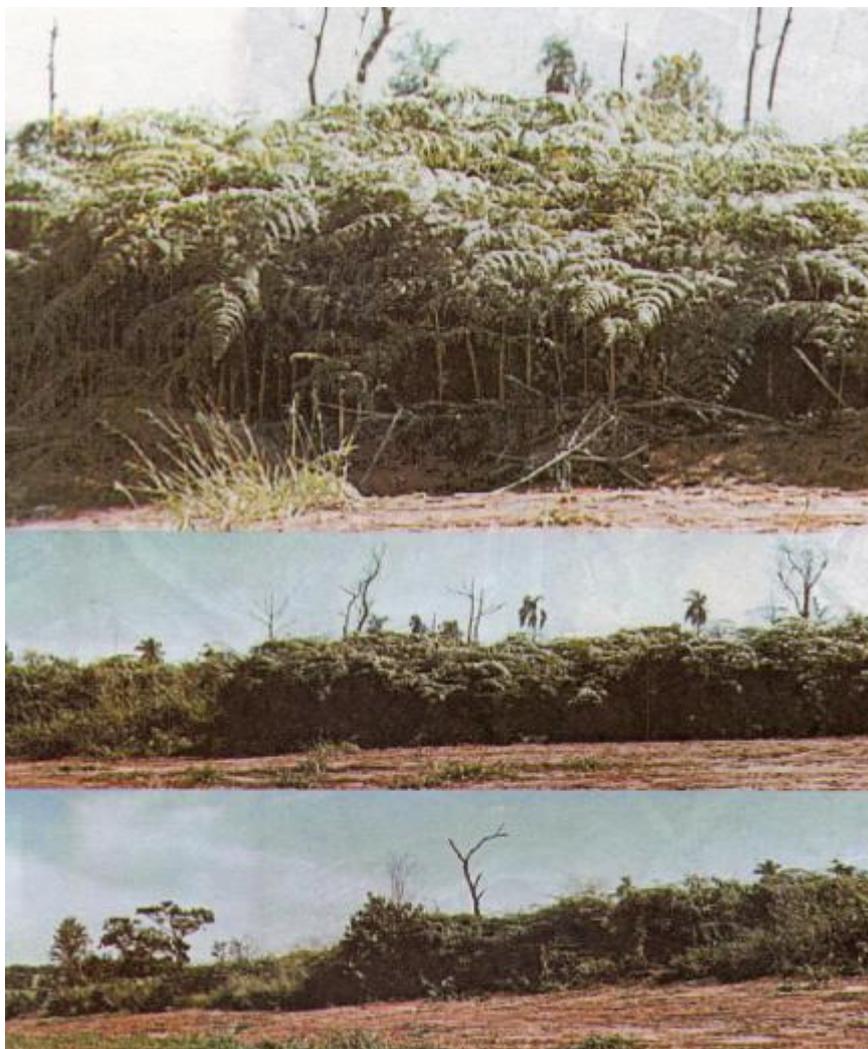


Figura 13: Áreas tomadas por samambaião, que não representam as demais que foram desmatadas.

Fonte: PMC, APROMAC, IAP, 2000.

A CMNP recebeu autorização do IAP para o desmate de área com as acima. Na realidade, a maior parte da área autorizada para desmate era constituída de samambaias e capixingui. As árvores de maior porte que existiam estavam quase totalmente mortas e secas pela ação do fogo e dos moradores que clandestinamente fazem a retirada da madeira. Apenas algumas manchas apresentavam ou apresentam baixa concentração de árvores de maior porte, mas praticamente todas danificadas pelo fogo. (PMC, APROMAC, IAP, 2000: 36)

A imagem e a legenda se completam, fato que não incitaria questionamentos por parte de quem não estava a par da real situação. Um retrato equivocado que em breve seria traçado por uma perspectiva oposta, com base em laudo técnico elaborado por

professores do departamento de Biologia da UEM. As figuras seguintes (14 e 15), devidamente rubricadas por seus autores, são reproduções fiéis de página do citado relatório técnico. O mesmo não contém imagem, porém, as informações soam tão impactantes como se ali estivesse exposta uma foto panorâmica, exibindo detalhes do que a citada cartilha omite e nega.

TABELA 1- Relação das espécies vasculares listadas para áreas desflorestadas e de remanescentes limitrofes a elas, no “cinturão verde” de Cianorte (PR) e ordenadas por ordem alfabética de famílias (**Desfl.**= área desflorestada e **Reman.**= remanescente).

Familia/gênero/espécie	nome vulgar	Desfl.	Reman.
01- Anacardiaceae			
<i>Astronium graveolens</i> Jacq.	Guarítá	x	x
02- Apocynaceae			
<i>Aspidosperma polyneuron</i> M. Arg.	Peroba-rosa	x	x
<i>Tabernaemontana catharinensis</i> A. DC.	Leiteiro	x	
Indeterminada		x	
03- Aquifoliaceae			
<i>Ilex paraguariensis</i> St. Hil.	Erva-mate	x	
04- Arecaceae			
<i>Syagrus rhomanzoffiana</i> (Cham.) Glassm.	Gerivá	x	x
05- Bambusaceae			
Indeterminada	Taquara		x
06- Bignoniaceae			
<i>Jacaranda</i> sp	Caroba		x
07- Boraginaceae			
<i>Cordia trichotoma</i> (Vell.) Arrab. Ex Steud.	Louro-pardo		x
08- Bromeliaceae			
Indeterminadas	Epifita	x	
- Burseraceae			
<i>Cotinum heptaphyllum</i> (Aubl.) March.	Almecegueira	x	x
10- Caesalpiniaceae			
<i>Bauhinia</i> sp	Pata-de-vaca		x
<i>Copaifera langsdorfii</i> Desf.	Copaíba	x	x
<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	Canafístula		x
11- Cecropiaceae			
<i>Cecropia pachystachya</i> Tréc.	Embaúba		x
12- Clusiaceae			
<i>Catophyllum brasiliensis</i> Camb.	Guanandi-amarelo	x	x
13- Dilleniaceae			
<i>Davilla</i> cf. <i>rugosa</i> Poir.	Cipó-d'água	x	x
14- Euphorbiaceae			
<i>Alchornea glandulosa</i> Poepp. & Emg.	Boleiro	x	x
<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) M. Arg.	Boleiro	x	x
<i>Croton floribundus</i> Spreng.	Capixingui	x	x
15- Fabaceae			
<i>Dalbergia frutescens</i> (Vell.) Britton	Jacarandá-rosa		x
<i>Lonchocarpus</i> sp	Rabo-de-bugio	x	x
<i>Poecilanthe parviflora</i> Benth.	Coração-de-negro	x	x
<i>Pterocarpus</i> sp		x	x
<i>Sweetia fruticosa</i> Spreng.	Sucupira		x
Indeterminada			x

continua

Figura 14: Relação das espécies encontradas em áreas desflorestadas e remanescentes do Cinturão Verde de Cianorte – Parte 1.

continuação da tabela 1

16- Flacourtiaceae				
<i>Casearia lasyophylla</i> Eichler	cambroé	x		
17- Lauraceae				
<i>Nectandra cuspidata</i> Nees	Canela	x		
<i>Nectandra</i> cf. <i>lanceolata</i> Nees & Mart. ex Ness.	Canela-amarela	x		
	Canela-fedida	x		
<i>Ocotea corymbosa</i> (Meissn.) Mez.	Canelão-amarelo	x		
<i>Ocotea velutina</i> (Nees) Rohwer				
18- Meliaceae				
<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	Canjarana	x	x	
<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Cedro	x	x	
19- Mimosaceae				
<i>Anadenanthera peregrina</i> (L.) Speg.	Angico	x	x	
<i>Inga</i> sp	Ingá	x	x	
20- Myrtaceae				
<i>Campomanesia xanthocarpa</i> Berg.	guabiroba	x	x	
Indeterminada 1				x
Indeterminada 2				x
Indeterminada 3				x
Indeterminada 4				x
21- Orchidaceae				
Indeterminadas	Orquídea	x		
22- Piperaceae				
<i>Peperomia</i> sp		x		
23- Polypodiaceae				
<i>Microgramma</i> sp		x		
<i>Pteridium aquilinum</i> (L.) Kuhn.	Samambaia-açu	x	x	
24- Rubiaceae				
<i>Psychotria</i> sp		x	x	
25- Sapindaceae				
<i>Matayba</i> sp				x
26- Trigoniaceae				
<i>Trigonia nivea</i> Cam.				x
27- Vochysiaceae				
<i>Vochysia</i> cf. <i>tucanorum</i> Mart.	cinzeira	x	x	
28- Indeterminada		x	x	

Maringá, 18 maio de 2000.

Profa. Dra. Maria Conceição de Souza

Prof. Dr. Valdovino Damasio dos Santos

Prof. Dr. Ismar Sebastião Moscheta

Kazue Kawakita Kita (bióloga/auxílio nas identificações)

Figura 15: Relação das espécies encontradas em áreas desflorestadas e remanescentes do Cinturão Verde de Cianorte – Parte 2.

A cartilha se encerra com uma ilustração demarcando as áreas liberadas para desmate e outro tópico citando as benesses da CMNP nos municípios que concentram áreas verdes de sua propriedade, como São Manoel do Paraná e Cianorte. O impresso ainda apresenta o projeto e Lei 2.067/2000 que criam o Parque Cinturão Verde, datada de 28 de abril de 2000.

Dez anos após o episódio, LANGOWSKI⁷⁰ (2010), fundador da Apromac e principal mentor da cartilha, faz uma retrospectiva sobre atuação da Apromac. De acordo com o mesmo, em 1985 a ONG foi criada com a finalidade de lutar e mobilizar a sociedade em defesa do Cinturão Verde. Tendo conseguido relativo sucesso com a paralisação das vendas de lotes pela CMNP em áreas onde a Apromac entendia ser interessante a existência do parque e não tendo conseguido respaldo do Governo do Estado, nem tampouco do Governo Federal, a Apromac partiu para outras atividades ambientais, ficando, durante alguns períodos da sua existência, em estágio de hibernação. Os diálogos com a CMNP não prosperaram, como era esperado, até que houve mudança de mentalidade em virtude da troca do corpo diretivo da empresa.

A proposta de uma negociação surgiu na antessala do Prefeito – gestão Jorge Moreira da Silva. Na época, eu estava trabalhando em Curitiba, na Diretoria de Desenvolvimento Florestal e ocupava o cargo de presidente da APROMAC. Sugeri ao procurador da CMNP que houvesse uma negociação entre a APROMAC, PREFEITURA e IAP, para o destino das áreas de florestas da CMNP que estavam sendo degradadas continuamente. O procurador da CMNP informou que a CMNP estava aberta à negociação e que a APROMAC poderia encaminhar uma proposta inicial. A partir daí, começaram infundáveis reuniões, pois a APROMAC queria preservar tudo, queria que a CMNP doasse tudo para o Município enquanto que a CMNP queria desmatar a maior parte da área para doar outra parte. Então foi um jogo pesado que perdurou praticamente cinco anos até a concretização do acordo. Ao final da gestão do prefeito Jorge Moreira, a negociação estava paralisada por falta de interesse dos prefeitos de plantão, quando surge o novo prefeito Flávio Vieira que em visita à Curitiba, foi conversar comigo. Informei a ele sobre o andamento de uma negociação já existente e ele resolveu retomar as negociações. Como o prefeito Flávio Vieira tinha bom diálogo com a CMNP, tudo foi evoluindo até que finalmente a proposta foi finalizada. Tínhamos então, dos dez dedos da mão, conseguido a doação de seis dedos. Não estávamos satisfeitos, mas já era um avanço. O acordo passaria então para a esfera do IAP, a quem caberia autorizar o desmatamento como contrapartida para a doação, ou vice-versa – aceitar a doação como contrapartida para o desmatamento. Após exaustiva análise, o IAP vetou grande parte do desmatamento pretendido pela CMNP e então havíamos conseguido praticamente nove dos 10 dedos da mão. A APROMAC, que participou de toda a negociação, assinou o acordo da doação da área como anuente, ou seja, estava de acordo. Logicamente, minha condição de Presidente da APROMAC e a proximidade com a Diretoria do IAP de então, viabilizou o grau de confiança para a finalização do acordo, que acabou

⁷⁰ Entrevista concedida via email à autora da pesquisa em 26 de maio de 2010.

ganhando a autorização especial do Governador Jaime Lerner. Lembro que o Deputado Estadual Edno Guimarães que participou no palanque com o Governador quando este assinou a autorização para o acordo, depois virou casaca e passou a criticar o acordo, já que o mesmo auferia dividendos políticos para o seu concorrente político, prefeito Flávio Vieira, que por sinal, foi reeleito, naquele mesmo ano.

Indagado sobre o que a ONG esperava do Acordo e sobre o nível de satisfação com a situação alcançada, LANGOWSKI (2010) diz que o maior objetivo da Apromac era transferir a floresta do Cinturão Verde da esfera privada para a pública. De acordo com o mesmo, enquanto a floresta pertencia à CMNP, o poder público nada investia nela (proteção, recuperação) porque não detinha sua posse. Por outro lado, a CMNP também não investia porque, como empresa privada, não auferia nenhum lucro. Assim, a floresta do Cinturão Verde sempre foi uma “terra de ninguém”. E, caso a CMNP alienasse os lotes para terceiros, a área estaria hoje totalmente cercada ou desmatada, com prováveis mansões em seus interiores, enquanto a população ficaria alijada de seus benefícios indiretos.

Nem tão pouco as receitas do ICMS Ecológico poderiam ser captadas, o que representa algo em torno de R\$1 milhão por ano, que bem ou mal podem ser investidos na proteção e recuperação da área. Todas as pistas de caminhada, tão utilizadas pela população, foram construídas com o dinheiro do ICMS Ecológico gerado pelo próprio parque Cinturão Verde. Neste sentido, a APROMAC (seus membros) pode afirmar que o grau de satisfação é total. Porém, o mesmo não dá para dizer sobre a forma com que os recursos vêm sendo gerenciados, pois a equipe da Prefeitura que cuida do meio ambiente é muito pouco profissional. (LANGOWSKI, 2010)

Questionado a respeito de um “plano B” em relação ao Acordo, o entrevistado foi categórico em afirmar que não havia nenhum. “Certos tipos de negociação tornam-se processos de avanços em etapas. Como eu disse, primeiro conseguimos seis dedos dos dez. Depois, avançamos para conseguirmos nove dedos. Por pouco, alcançaríamos os dez dedos, mas aí, seria utopia” (idem).

4.3 A questão ambiental transforma-se em fato político

O tema do Cinturão Verde migra de editoria na Gazeta do Povo e na edição de 3 de maio, ganha status de *Política*, no caderno “Paraná”. A matéria com o título “Deputados investigam desmatamento” informa que havia uma disputa entre a Assembleia Legislativa e a Secretaria de Meio Ambiente, pois os deputados que há

muito tempo estavam descontentes com o secretário Hitoshi Nakamura aproveitavam a permissão dada para derrubada de mata nativa e atacaram o secretário no plenário. Ela ainda cita que o deputado Edno Guimarães (PSL), da base governista, tinha ido na semana anterior denunciar o caso na Tribuna da Assembléia Legislativa. Diz que o líder do governo na Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PTB), convidou o secretário a dar esclarecimentos aos deputados. O mesmo visitou e conversou com membros da Comissão de Ecologia. O texto diz ainda que outro deputado, Neivo Beraldin (PSDB), sugeriu a formação de uma comissão especial para investigar o caso do Cinturão Verde e outros semelhantes que vinham acontecendo no Paraná. Na época, havia sido aprovado um requerimento solicitando informações sobre o episódio à Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Enquanto isso, Nakamura dizia não acreditar que havia um movimento querendo derrubá-lo, pois sempre atendia com cortesia os deputados. Além disso, o secretário argumentava que não houve irregularidade no caso de Cianorte e, “assim que recebeu denúncias de desmatamento na região, pediu que a situação fosse verificada pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP)”. (BARCELLOS; GALINDO, 2000: 15)

O assunto é encerrado com outro título: “Companhia insiste no desmate”. Na verdade, trata-se de uma suíte do caso, recontando todos os principais momentos, enfatizando que a gerência administrativa da CMNP informou que o departamento jurídico da empresa, em São Paulo, estava recorrendo à Justiça para derrubar a liminar que havia suspenso o desmate das áreas. O texto diz ainda que “o desmate gerou protesto e reações de repúdio de entidades ambientalistas, associações de moradores, Igreja e vereadores de oposição” (HORNER, 2000: 15).

O Jornal de Londrina, afiliado ao grupo Gazeta do Povo, anunciaria em 5 de junho de 2000 que “o IAP desautorizou a Prefeitura a incluir o Instituto como coautor da cartilha”. (idem). A Folha de Cianorte, na edição de 8 de junho de 2000, também repercutiria o assunto com o mesmo teor, com o título: “Prefeitura e IAP não estão se entendendo”.

Uma chamada de capa na edição 642 do jornal Folha de Cianorte (em 4 de maio) intitulada “A imprensa calada não traz a mata de volta!!!” frisa:

Enquanto uma TV local, juntamente com jornais e rádio também da cidade, insiste em dizer que a derrubada de parte do Cinturão Verde é coisa da oposição, a natureza padece. Não fosse uma liminar acatada pelo Poder Judiciário, o poder de tratores e outras máquinas pesadas continuariam ressoando mata adentro. Adentro sim, vale frisar, pois uma das “estratégias”

usadas para calar a voz da população foi tombar a mata de dentro para fora. Assim, imaginavam que o transeunte menos atento não perceberia que, tal qual um câncer, as máquinas devoravam a vegetação vorazmente! (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 1)

Na página interna, o texto continua falando que a cena narrada ocorre nas proximidades do câmpus da UEM no Cianortinho.

Representa que as matas estavam ali como inimigas. Que precisavam ser exterminadas antes que o exército rival chegasse. Exército feito pela voz da população. Que não conhece normas jurídicas, não sabe de onde vem ou para onde irão o ICMS Ecológico, que falou mais alto que as árvores que agora estão tombadas... Pessoas que não ostentam nenhum diploma, que não assinam seus nomes com assinaturas com o adjetivo de “doutor”, como muitos gostam de apresentar-se... Mas são estas mesmas pessoas que falam por aqueles animais, que de tão pequenos não fizeram diferença no momento em que as assinaturas que criaram o Parque Municipal do Cinturão Verde, decretaram o extermínio de suas moradias. Tirivas⁷¹, tucanos, porcos espinhos, gambás, cobras... O nome científico??? De que adianta, se nesse momento eles não estão mais lá, para comprovar que um dia estiveram? O costume de acordar e dormir com o cheiro da relva se já era privilégio de poucos, agora é de uma “elite”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000:13)

O texto prossegue fazendo sérias críticas à posição da imprensa local porque, mesmo diante da repercussão estadual sobre o caso, insistia em não pautá-lo; ou conduzindo a linha das matérias no sentido de amenizar o dano ambiental gerado em virtude do caso e também as manifestações contrárias a tal decisão.

A imprensa que fecha os olhos para o pensamento da população, argumentando que tudo é manobra política, deveria ir ao local para abrir seus gravadores para a voz dos moradores. Moradores humildes que têm até medo de perderem o emprego se seus nomes saírem nos meios de comunicação, mas que até se arriscam, diante da revolta de ver a mata morta, seca... A televisão devia mostrar as imagens que nem todos irão ver, pois as áreas destruídas estão “acobertadas”, tanto pela forma como foi exterminada e também devido à distância em que estão. Pobre imprensa desvairada, que omite os fatos e tenta distribuir culpas... Todos querem o Parque do Cinturão Verde, todos querem 300 mil livres por ano, mas o que não é aceitável é promover um desmate em nome do progresso, de novos loteamentos. A população não foi consultada em nenhuma das etapas e agora querem iludir, dizendo que uma “Audiência Pública” esclarecerá tudo... Um verdadeiro “Comunicado Público”, pois se não fosse a manifestação da FOLHA DE CIANORTE e a IMPRENSA REGIONAL e ESTADUAL a mata tombaria SILENCIOSAMENTE!!! O grupo que está articulando toda esta movimentação está seguro de si. Não quer ficar aparecendo o tempo todo nos jornais, como muitos já fazem... O mesmo grupo trabalha nos bastidores sem as luzes de holofotes. Pois sabem que, independentemente de qualquer decisão futura, valeu o trabalho de abrir canais para a voz da população, que só é lembrada no momento do voto!!! **Parabéns figuras anônimas, que não precisam de votos ou eleitores, que na verdade pagam com o dinheiro do próprio bolso, para tentar proteger aquilo que INSTITUIÇÕES**

⁷¹ Pássaros conhecidos também como “perequitos brasileiros”.

GOVERNAMENTAIS E DITAS NÃO GOVERNAMENTAIS, insistem em eliminar. (idem)

A Tribuna de Cianorte, em 7 de maio, trouxe a manchete “Cianorte ganha novo loteamento”. O informe em estilo de propaganda anuncia o lançamento oficial do Jardim Universidade, localizado nas proximidades da UEM, e diz que serão colocados à venda, na primeira etapa, 260 terrenos – num total de 760 lotes com metragens de 360 a 760 metros.⁷²

No jornal O Estado do Paraná, na edição de 7 maio, uma nota na *Coluna Noroeste*, de Osmar Nunes, denominada “Apoio ao cinturão verde” diz:

(...) o deputado federal Osmar Serráglio (PMDB) divulgou nota em apoio ao movimento popular que impediu o desmatamento do Cinturão Verde de Cianorte. Na opinião do parlamentar, a mata faz parte de uma reserva legal que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná já deveria ter doado ao município. (NUNES, 2000: 11)

Além das informações usuais sobre a área em disputa, o texto finaliza dizendo que “lideranças comunitárias locais contrárias ao desmate se uniram e conseguiram bloquear o desmatamento, na justiça”. (NUNES, 2000: 11)

Na edição da mesma data do jornal Folha de Cianorte há uma chamada de capa denominada Ecologia, com foto do vereador Faustino Celestino. O texto informa que o legislador sugere a preservação ecológica da reserva florestal situada entre a avenida Volta Redonda e os fundos do Parque Industrial. A matéria interna, na página 17, diz: “Vereador sugere preservação de reserva ecológica”. Ela repete o lide, justificando que “trata-se de uma reserva que concentra muitas árvores centenárias e é um pedido da população”. A solicitação é referente a uma das áreas que seria alvo de desmate, localizada nas proximidades do Rio Coruja⁷³.

Ainda na mesma edição, “Em defesa do Sr. Prefeito” é o título na coluna *Ponto de Vista*, assinada pelo engenheiro agrônomo Frederico Fonseca da Silva. O autor rememora sua chegada na cidade, em 1996, e fala sobre sua percepção positiva em relação ao caráter do prefeito Flávio Vieira, ponderando a respeito de sua participação

⁷² O texto se refere ao Jardim Universidade que, de acordo com Eleutério LANGOWSKI (2010), em entrevista por email, nada tem a ver com o acordo do Cinturão Verde. O espaço estava localizado dentro de lote rural desmatado há pelo menos 15 anos, que manteve sua reserva legal de 20%. Ele diz que a construtora “resolveu colocar uma placa de propaganda bem em frente ao desmate, o que gerou confusão, tendo muita gente achado que todo o Cinturão Verde seria desmatado”.

⁷³ Na ocasião, foi realizada uma visita com o juiz às áreas alvos de desmate, salientando o impacto ambiental provocado em virtude de tratar-se de um terreno inclinado, além de ser manancial e mostrar-se como abrigo para diversas espécies arbóreas e, bem provavelmente, pequenos animais.

na condução do “Acordo do Cinturão Verde”. O mesmo articulista faz uma retrospectiva sobre os numerosos danos ocorridos durante o episódio com o Cinturão Verde e a atuação da CMNP em seus domínios, questionando se todo esse contexto de destruição poderia ter levado o prefeito a tomar uma atitude que outros administradores não tomariam. Por fim, diz que a ação de Flávio Vieira pode ter sido a mais honrosa ao consentir o posicionamento do prefeito em oficializar a criação do Cinturão Verde. Todavia, frisa que, nesse ponto, sua postura particular é diferenciada, já que sua bandeira é pela preservação do todo e não teria cedido uma parte sequer para o desmate.

O que me deixa bastante irritado é o que alguns maus intencionados tentam fazer, fomentar e especular uma possível briga política nessa luta que não mais eu, mas sim um grupo de profissionais assumimos pela preservação do todo que restou. Não faço parte de nenhum partido político, não sou filiado a nenhum deles, e não carrego faixa ou boné com sigla partidária. A nossa briga – pois agora me incluo num grupo técnico –, a nossa postura e os nossos argumentos são fundamentados única e exclusivamente nos aspectos técnicos de preservação. (...) Não somos inocentes e sabemos da existência de um grupo político adversário que muito irá utilizar essa bandeira da preservação total das matas como forma de explorar, principalmente nesse ano político, a administração do Sr. Flávio Vieira (particularmente tenho minhas dúvidas se esse grupo estivesse no poder teria feito pelo menos o que ora já se fez). (SILVA, 2000: 5)

O autor destaca que, por dois momentos, esteve no gabinete do prefeito para levar seu parecer técnico sobre o tema, e diz que, na tentativa de o colocarem como adversário de Vieira, quem age dessa maneira não sabe que o “resultado de nossa luta trará um benefício maior para toda a comunidade de Cianorte e não para o grupo que a defende” (idem). SILVA (2000) também alega que tudo o que diz se justifica por saber de um incidente ocorrido com o prefeito durante as festividades de 1º de maio – um fato isolado que não reflete a postura do grupo que articula o movimento. Salienta a necessidade de respeitar a figura de Flávio Vieira como cidadão, em virtude dos ensinamentos bíblicos que o autor aprendeu. Lembra, ainda, que durante a marcha que reuniu mais de quatro mil alunos, foi solicitada uma postura acadêmica e respeito ao prefeito.

Assim encerro a minha matéria: Sr. Prefeito Flávio Vieira, convém nesse momento ousar! Caso o senhor queira ir mais adiante, lutar para preservar uma área maior, para benefício de Cianorte, queira contar com o nosso apoio, e de um número cada dia mais crescente de adeptos dessa proposta. O senhor não estará sozinho nesta empreitada. (SILVA, 2000: 5)

O jornal Tribuna de Cianorte, em 9 de maio, destaca na coluna *Frases*: “‘Achamos a melhor coisa do mundo’, do casal Antônio e Luzimar Donda, sobre a derrubada de um trecho de mato feita pela CMNP” (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 2). Na edição seguinte, em 10 de maio, o destaque foi “Prefeito se reúne com estudantes”, com chamada para o *Caderno 2*.

O prefeito Flávio Vieira recebeu em seu gabinete uma comissão formada por 10 alunos secundaristas do Colégio Estadual Cianorte, na noite de anteontem. Os alunos solicitaram a audiência no sentido de procurar esclarecimentos sobre o acordo firmado entre a Cia. Melhoramentos, onde o município recebeu a doação de área florestal onde estará criando condições para preservação permanente e outros assuntos. Uma das preocupações dos secundaristas era o problema que ocasionaria na nascente do Rio São Tomé; segundo o prefeito Flávio Vieira, a cabeceira do rio está protegida, a mata em volta do riacho também está dentro da área que foi doada para a Prefeitura, assim como toda a extensão que começa antes da nascente do córrego até a Avenida São Paulo, onde começa a Pista de Caminhada. Ainda a Prefeitura recebeu a doação de cerca de 40 hectares no Parque Manduhy, isto além dos 20 hectares que antes havia recebido devido ao “fundo de vale” (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 1).

A capa e a página interna são ilustradas por duas fotos do prefeito reunido com os alunos. O texto continua, mencionando que outro questionamento se deu em relação à aprovação de loteamento nas proximidades da nascente do rio São Tomé e à maneira como seria realizado o escoamento das águas pluviais. A explicação gira em torno do argumento de que a empresa responsável pelo loteamento iria implantar toda a infraestrutura e da obra, sendo necessária a assinatura de um termo de responsabilidade assinalando a construção de um emissário e de uma rede de captação de águas pluviais, além da pavimentação de todas as vias. “Esse emissário será construído em um local bastante distante da nascente do rio, não oferecendo assim nenhum problema ecológico, argumentou Flávio Vieira” (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 15). O texto termina citando o nome dos alunos que estiveram presentes na reunião e menciona um documento que deveria ser lançado e entregue à comunidade.

4.4 Cinturão Verde de Cianorte: doutores da UEM fazem laudo técnico

Assemelhando-se a uma guerra de imagens em que os grupos pró e contra o Acordo lançam suas armas a cada etapa do processo e utilizam amplo espaço em veículos da mídia local para repercutir suas ações, o jornal Folha de Cianorte anuncia, em 14 de maio, com exclusividade em manchete, a participação de grupo de pesquisadores da UEM na elaboração de laudo técnico que divulgaria as dimensões ambientais provocadas pelo desmatamento. O título “Equipe de doutores da UEM prepara laudo técnico sobre a mata derrubada” foi publicado sobre a seguinte chamada:

Nos últimos dias, muito comentou-se [sic] sobre aviões e helicópteros que sobrevoaram as áreas devastadas de parte do Cinturão Verde de Cianorte. Mas o que a **Folha de Cianorte** apurou com exclusividade é que uma equipe de doutores da Universidade Estadual de Maringá (UEM) esteve em Cianorte para verificar “in loco” a derrubada da área verde. Laudo técnico está sendo executado na tentativa de evidenciar o significado das espécies que já foram derrubadas. **Pág. 13.** (FOLHA DE CIANORTE, 2000, p.01)

Ainda na capa, com uma foto dos pesquisadores coletando material ilustrando a manchete, o jornal anuncia as matérias relacionadas ao caso naquela edição, diagramadas nas páginas de 3 a 5 e de 13 a 19. A página 2, espaço majoritariamente dedicado ao editorial, apresenta uma série de manchetes de jornais estaduais a respeito do tema.

“Absurda poesia do absurdo” foi a maneira como esta autora usou para expressar sua indignação com os acontecimentos da época sob a retranca **CINTURÃO VENDESE**, um trocadilho fazendo menção à mata e ao loteamento já realizado e pretendido.

Absurda poesia do absurdo

A mata.
 A morte da mata.
 O nascimento de um loteamento
 Junto da Mãe Natureza, anunciado aos quatro ventos, literalmente...
 Mas que Natureza?
 A natureza humana, talvez?
 A natureza humana que define o que é nobre, e o que é pobre?
 A natureza humana que traduz o progresso como o aumento de habitações???
 A natureza humana que diz que a mata era ruim, pois lá só havia bandido...
 Mas se a mata é culpada pela violência, o vício, e prostituição.
 Como explica a Rocinha ou a Febem???
 Lá não tem mais mata, foi morta...
 Lá não existe Cinturão Verde
 É o cinturão do policial e bandido, de onde pipocam balas perdidas, de onde brota sangue...
 Ah, mas a mata era capoeira....
 A mata era quiçaça e pegava fogo sempre...
 Ou ateavam fogo sempre???
 Ou não investigava-se nunca???
 Ou não prevenia-se jamais???

Mas era lá, onde estava o lagarto, o pássaro, o ouriço, a cobra, até o escorpião!
Tudo agora, uma lenda esquecida, talvez lembrada apenas no jogo do bicho, do carteadado, durante as
caçadas, nas pescarias, na roda de choppe, nas churrascadas, nas tragadas de mais um cigarro, nas
besteiras da internet...
Carne de tatu, já experimentou?
Como um jogo, de árvores e animais marcados um acordo foi traçado.
Criou-se um parque, conquistaram-se verbas...
Para quem? Para onde?
Se era para o bem da população, por que ela não foi ouvida?
Se era para o mal, por que agora ela tem que ser escutada?
E entender, e se calar e dizer sim?!
Se não é para nada... se não foi por mal...
Vamos brincar de CAPOEIRA.
Vamos nos deixar escravizar... não vamos atacar, vamos nos defender....
E supor que é tudo coisa da oposição, dos comunistas soterrados vivos sob o muro de Berlim, dos sem
terras, dos contra, e dos..., dos... ah, deixa pra lá!
Vamos fazer de conta que tudo é brincadeira, que este jogo sujo não aconteceu...
Que nunca tivemos mata, que o tal Cinturão foi mesmo uma ficção...
Que podemos apreciar os telhados de casas e parabólicas, no lugar do verde da floresta...
Que os animais possam refugiar-se nos escapes dos carros e os insetos, bichos peçonhentos não precisam
realmente existir...
Talvez um destes cientistas descubra uma fórmula que produza oxigênio com o tilintar do dinheiro.
**Que algum legislador crie outra cartilha, a do ICMS – Informações de Como não Morrer Solitário,
em meio ao asfalto, à chaminé, ou ao jeito americano de morar...**
E quem sabe alguma lembrança boa também escape, para povoar a mente a quem um dia perguntar o que
foi o tal Cinturão Verde
Não meu filho, não era nada. Era só uma matinha de nada, só uns 680 hectares que atrapalhavam o
progresso...
Deixa a banda de lá.
Ainda tem mata aqui.
Não me mate com estas perguntas!
Bem feito pra eles, quem mandou escolher como vizinho o caminho para o progresso?
A banda de lá aprecia o Faustão, nada na Banheira do Gugu e vai continuar aceitando o queijo do
Ratinho...
Pão, Circo e ICMS, ecológico, sempre!!!
Que mais que você deseja? Além disso, tudo tinha um valor incalculável!!!
Não, as matas não, não era isso que era incalculável...
Psiu! Silêncio!!!
Pega aquela cartilha lá no fundo do baú...

Aida Franco de Lima – Jornalista – Diretora do Animal: Jornal de Educação Ambiental & Ecoturismo

No mesmo jornal, o artigo “Já que é pouco, melhor que acabe – O ‘Cinturão Verde’ em questão”⁷⁴, outro manifesto em defesa do Cinturão em sua integridade, sem Acordo. O autor inicia o texto dizendo que o título se refere ao argumento usado para derrubar o que resta do Cinturão Verde – ou “Fivela Verde”, como havia denominado em artigo anterior o engenheiro agrônomo Frederico da Silva.

O argumento iníquo e predatório usado aqui em Cianorte por aqueles que apregoam ser a devastação ambiental o “preço do progresso”, é a repetição em miniatura daquilo que vem sendo usado como justificativa em escala mundial pelos defensores do modelo do desenvolvimento capitalista industrial nos últimos 150 anos. Argumentos esses que vêm sendo

⁷⁴ De autoria do professor do departamento de Fundamentos da Educação da UEM, Ademir Quintilho Lazarini.

questionados em teoria e na prática, visto que os resultados da degradação ambiental em escala planetária vêm produzindo efeitos catastróficos nas últimas três décadas. (LAZARINI, 2000: 4)

O articulista continua, citando que a adoção desse modelo não leva em conta os principais aspectos sociais e mesmo a destruição ambiental quase sempre irreversível; uma situação comum a qualquer lugar do planeta, inclusive naquele momento, na Capital do Vestuário.

Alegar que a área a ser devastada aqui em Cianorte é um local de “capoeira” é uma inverdade utilizada para respaldar a futura exploração imobiliária naquele setor da cidade. Dizer que a prefeitura receberá uma outra área em troca dessa que está sendo destruída é procurar dar legitimidade superficial ao que em essência é ilegítimo. Pior ainda é a alegação de que a população das áreas próximas apóia tal destruição, pois a “falta de consciência do povo” faz com que ocorra acúmulo de sujeira no local. Levar tal argumento às últimas consequências é incorrer no raciocínio que um paciente em estado patológico precisa morrer e não ser curado. (idem)

O autor também salienta que a educação de qualidade total pregada pelos governantes é uma falácia. Afinal, quando a população aprender a refletir profundamente sobre as questões essenciais, esse criticismo colocará em xeque o modelo vigente. E é diante desse contexto, das barbáries sociais, que é fundamental criar mecanismos que estimulem as atuais e futuras gerações a terem embasamento suficiente para não se curvarem a padrões ultrapassados – mas (ainda) vigentes. “Isso faz com que a nossa responsabilidade de professores, ambientalistas, sindicalistas, etc., seja muito grande, pois precisamos nos unir para questionar o modelo societário, vislumbrando alternativas a essa loucura reinante do *tudo pelo lucro*”, ressalta LAZARINI (2000: 4), ao mencionar as categorias dos que integram o movimento que articula ações contrárias ao Acordo.

Quanto ao argumento de que todos os envolvidos no movimento em defesa do “Cinturão Verde” estão sendo manipulados por um determinado grupo político aqui de Cianorte, é de se notar que as nossas preocupações transcendem a mesquinha de encarar o debate de questões sociais como meio de se conseguir algum cargo público para a realização de benefício privado. Claro que as pessoas que só pensam a vida a partir de seus estreitos interesses privados tendem a querer igualar os outros a si mesmas, mas esse não é o nosso caso, nem o de outras pessoas que se envolvam em questões sociais importantes. Se faltaram questionamentos no passado quando práticas destrutivas como essa foram levadas a cabo, isso se deu exatamente pela falta de enfrentamento concreto contra este tipo de postura. (LAZARINI, 2000: 4)

Por fim, LAZARINI (2000) frisa que o argumento de que havia manipulação política em torno das lideranças contrárias ao Acordo havia sido refutado em rede

estadual e nacional de rádio pelo engenheiro agrônomo Frederico Fonseca, que desafiara os sustentadores da “tese da capoeira” a justificarem suas opiniões em debate público, o que não havia acontecido até o momento. “Além disso, existem vários biólogos da região que gostariam de tomar posição sobre a questão e tecer considerações a respeito da *tese da capoeira*” (LAZARINI, 2000: 4).

Na mesma edição, Frederico Silva assina o texto “Duas formas de se acabar com as florestas – e todos órfãos da mãe natureza”, traçando um paralelo entre a corrente criacionista e a darwiniana e a forma como o homem sempre violentou a natureza em nome da evolução. Complementando sua perspectiva, cita a transamazônica e a região de Cianorte, povoadas, sob o argumento de que era para que grupos estrangeiros não a tomassem de assalto; menciona também a Itaipu que engoliu as cataratas denominadas Sete Quedas. De acordo com SILVA (2000), esses foram mecanismos de estratégias geopolíticas usados como forma de intimidar o inimigo vizinho. “Assim, caso a represa da hidroelétrica ‘se rompa’, estudos mostram que toda região norte/noroeste da Argentina até a cidade de Buenos Aires ‘irá para o espaço’. Diante dessa situação, quem nos incomodará ou nos afrontará alguma vez mais na vida?” (SILVA, 2000: 5). O autor faz uma ponte com o tema do Cinturão Verde e salienta que a primeira forma de matar uma floresta é direta, objetiva.

Marca-se a área que vai ser derrubada e entra-se nela da forma que melhor lhe convier. Dependendo do porte das árvores a serem postas no chão, muitas vezes para nada, e algumas vezes para exploração da área “incomodamente” ocupada por esse verde indesejável, utilizam-se fogo ou tratores de esteiras de grande porte ou uso de correntões, e métodos afins, cujo objetivo é um só: a de destruir em questão de minutos o que a mãe natureza levou séculos para formar. (...) A segunda forma de se destruir uma floresta é matá-la lentamente. Modo esse bastante usado na cidade e região e de efeito degenerador muito pior do que a primeira forma. Isso porque não agride diretamente o meio da área de influência do que se acercam. (SILVA, 2000: 5)

SILVA (2000) lembra que o segundo método foi utilizado um ano antes, quando escreveu o artigo “A fivela do Cinturão Verde”.

Interessante que a justificativa dada à população era de que a Companhia estava entrando na mata apenas para retirada de árvores mortas. Apenas para limpeza da mata. Fomos nós assim que, inconformados, mostramos para a sociedade que a retirada exclusiva de perobas-rosa consistia exclusivamente na exploração econômica dessa árvore, hoje infelizmente já no rol das espécies em extinção, associado à degradação da mata como forma de, no futuro justificar sua derrubada para fins de exploração em lotes urbanos.

Retomando o **processo formiguinha** de destruição lenta do verde, posteriormente volta-se a entrar na mata para “apenas tirar a aroeira, e depois a canafistula, tirar apenas essa, depois apenas aquela espécie”. E assim, quando essa mata não tiver mais nenhuma espécie de valor econômico, inicia-se todo um processo de divulgação na sociedade que essa mata está degradada, que não tem valor nenhum, que o espaço que ela ocupa geraria uma receita maior se nela estivesse um loteamento, etc., etc. A ladainha toda já sabemos! (idem: 5)

O autor finaliza o texto lembrando que todo esse processo induz a população a também não mais respeitar a mata, a usá-la para deposição de lixo. Afinal, se os “peixes grandes” assim o fazem, por que a parcela à margem da sociedade também não pode proceder da mesma forma? SILVA (2000) menciona que não é de se duvidar que a empresa dona do terreno possa contratar alguém para atear fogo no local, lembrando que o fogo criminoso sempre foi testemunhado pela população de Cianorte. Ele ainda diz que, se foram abertos processos para investigar os crimes, estes nunca tiveram resultado. “Por fim, gostaria apenas de dizer que, de tanto se mexer, a mata já não é mais virgem. Mais do que isso, a mãe natureza está ferida. O Criador foi agredido. Que o homem pague pelas suas consequências”. (SILVA, 2000: 5)

O tom das matérias dos jornais ganhou teor técnico. As denúncias que geraram dúvidas sobre a ocorrência ou não de dano ambiental tiveram respaldo científico. Com isso, o grupo que encabeçava o movimento popular agora batizado de “Amigos do Cinturão Verde” fez contato com professores do Nupélia – Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aquicultura da UEM. O propósito era realizar laudo técnico cujo resultado pautaria as novas edições.

Foi tudo uma grande parceria. A Aida Franco ligou para a UEM, sem conhecer ninguém e contactou os professores do NUPÉLIA. Eles falaram que fariam o laudo sem cobrar nada, até porque trabalham em órgão público, mas teríamos que providenciar a logística. O prefeito de São Tomé, Antônio Cabrera, estava preocupado com as consequências no ribeirão que também passa pelo município e achou importante a nossa ideia de convidar professores da UEM para fazerem um laudo. Então ele cedeu o carro oficial do município para ir buscar e levar os professores em Maringá. Eu e a Aida Franco pagamos o almoço para os professores. E percorremos o dia todo com meu carro as áreas desmatadas. Coletaram materiais, fotografaram e, ao final da tarde, foram embora com o porta-malas cheio de amostras para análises. (CODOLO, 2010)⁷⁵

⁷⁵ Alcides Marcos Codolo, engenheiro agrônomo e jornalista, em entrevista cedida a esta autora em 1º de fevereiro de 2010.

Ainda em 14 de maio, a Folha de Cianorte publicou o texto “Equipe de doutores da UEM prepara laudo técnico sobre mata derrubada – Três doutores da Universidade Estadual de Maringá preparam laudo técnico sobre área desmatada, integrante do Cinturão Verde de Cianorte”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 1). A matéria reporta que os professores Maria Conceição de Souza, Valdovino Domázio dos Santos e Ismar Moscheta fizeram uma avaliação das principais áreas desmatadas, locais onde efetuaram a coleta de material.

Após a análise das amostras será apresentado o relatório técnico. A equipe não quis emitir nenhum parecer preliminar a fim de não comprometer a seriedade do trabalho. Porém, a FOLHA DE CIANORTE esteve no local e constatou a presença de árvores nobres, com diâmetro e tamanho elevado. Muitas inclusive já cortadas com o uso de motosserras, outras com folhas ainda verdes, frutos, sementes e flores. Também constatou que onde há as maiores concentrações de árvores de porte elevado está sendo ateadado fogo. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 1)

A mesma edição da Folha de Cianorte anuncia:

Cartilha nega desmate e insiste que 231,03 hectares de mata que faz(ia) parte do Cinturão Verde não tem importância ambiental. Com material de primeira e cheia de terceiras intenções, a cartilha traz em suas 42 páginas as mesmas afirmações daqueles que desejam fazer crer que a única forma de viabilizar o Parque do Cinturão Verde é desmatando outra metade. (idem)

Também são publicadas fotos de áreas de capoeiras e outras com árvores de grande porte com a legenda “Ínfimas áreas de capoeiras serviram de justificativas para... Derrubadas de centenas de árvores” (p.14). O texto faz uma crítica à *Cartilha de Esclarecimento*, que

(...) mostra fotos de uma área próxima do Cianortinho que não foi tombada de modo estratégico. Afinal lá sim estava a famosa capoeira, o “samambaião”, que surge após as queimadas e que tem por função de preparar o solo para as sementes que brotariam, não fosse a intervenção humana. Estrategicamente as fotos querem insinuar que todos os 231,03 hectares “trocados” apresentavam aquela mesma formação. Mostram árvores secas e queimadas. Mas omitem as árvores que há pouco estavam vivas, espalhando suas sementes, servindo de abrigo para a fauna, a flora, e a população humana que morava nas proximidades. As fotos que a cartilha não divulga, as imagens das televisões **externas** como a TV Globo/Rede Paranaense e TV Tibagi/SBT já mostraram. E quem não ligou os canais, que não o local, não leu a FOLHA DE CIANORTE, O ESTADO DO PARANÁ, A GAZETA DO POVO, A FOLHA DE LONDRINA/PARANÁ e o UMUARAMA ILUSTRADO ainda tem poucos dias para ver de perto, no que resta de mata tombada. Poucos dias, pois mais um crime vem sendo cometido covardemente, onde está sendo queimado os restos de árvores enormes [sic]. Os troncos e galhos das árvores agora queimadas, após serem

cortadas com vida, finalmente dão sustentação às afirmações na referida cartilha de que “nota-se [sic] algumas manchas de árvores de maior porte, a maioria danificada ou morta por sucessivos incêndios ocorridos nestas áreas (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 14)

Dando sequência à ênfase no caso Cinturão Verde, o jornal destaca:

Árvores centenárias derrubadas com vida ainda resistem ao fogo criminoso – Fogo criminoso nas áreas em que foram derrubadas árvores e não capoeiras, com mais de 40 m de altura. Para não ficar mais provas de que árvores centenárias foram derrubadas vivas, em pleno período de reprodução, está sendo colocado fogo nos principais pontos de concentração de perobas, jequitibás, cedro, embaúba, óleo de copaíba e outras. (idem: 15)

Na página 16 com a retranscrição *Fábula* e editoria *Cinturão: Vende-se*, o sugestivo título: “Acorda, Alice! Pare de sonhar com a floresta viva – O capítulo II da Lei Florestal Paranaense deixa claro que cabe ao IAP ‘estimular a criação de unidades de combate a incêndios florestais, a nível de [sic] município, propriedades ou empresas’”.

Com foto de meia página de área incendiada, o texto lança críticas à citada cartilha e cobra as responsabilidades legais do IAP com relação a incêndios florestais. O parágrafo final da matéria ajuda a compreender o título:

O que seria o raio X, trata-se na verdade de mais uma lacuna incompleta. Onde predomina-se [sic] o mesmo conto de fadas que nos fizeram crer que a floresta representa perigo. Nesta condução de pensamentos, a Floresta transforma-se em um Lobo Mau, a população é tratada com a ingenuidade de Alice⁷⁶; o fogo e a prostituição tomariam conta da mata é por culpa da Vovozinha e pra botar ordem mesmo na casa somente com a chegada dos Caçadores!!! E como fundo musical... “Vamos, vamos, vamos, vamos quebrar tudo... Vamos quebrar tudo...”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 16)

O texto “Cartilha afirma que desmatamento de área natural também é coisa *natural*” faz uma crítica ao conteúdo da cartilha que diz ser natural a reação da população ao desmatamento, e que o problema teria sido pela falta de divulgação do IAP; que o presidente, José Antonio Andreguetto, teria falado ao vivo pela repetidora da Globo que era necessário apenas tempo para explicar os termos do Acordo. “Com essa afirmação, encontrada na página 09, mais uma vez a população é tratada como fantoche!” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 17). O texto é ilustrado com a capa da *Cartilha de Esclarecimento* e duas fotos das áreas destruídas com as seguintes legendas: “Apesar de terem saído alguns caminhões carregados de árvores recém derrubadas,

⁷⁶ Na verdade, houve uma troca de personagens, pois o correto seria a Chapeuzinho Vermelho.

ainda é comum andar pelo local e deparar-se com dezenas delas” e “O que antes gerava oxigênio, agora está pronta para ser utilizada como lenha”, destaca o mesmo jornal. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 17)

A Folha de Cianorte continua criticando a veiculação da cartilha e faz trocadilho na página 18 com a retranca “Amigos da Onça: desmate de Cinturão e Projeto de deputado Michelleto são presentes de grego para Mãe Natureza”, e ele faz comparação entre a forma como foi realizado o Acordo do Cinturão Verde de Cianorte e a proposta de alteração do Código Florestal, no Congresso, que teria sido usado como moeda de troca pelo Governo para obter votos da bancada ruralista em prol da medida provisória do salário mínimo. A edição 645 em análise, de 14 de maio de 2000, encerra-se com uma foto do falecido ex-prefeito de Cianorte, Jorge Moreira, e uma frase de sua autoria: “Vamos juntos proteger as nossas florestas e os nossos mananciais” (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 17). Também foi veiculada uma frase de seu filho: “O Cinturão Verde ‘era’ como se fosse os braços maternos e paternos de uma mãe e de um pai protegendo seus filhos. Se matar um tatu o cidadão vai preso... esse desmatamento, como fica????”. Por fim, ainda na mesma página consta: “Deputado Serraglio condena desmatamento”. O texto foi produzido pela assessoria do deputado Federal Osmar Serraglio (PMDB), representante da região, que se posiciona contra o desmatamento e transmite total apoio às entidades que defendem a preservação da reserva: “Quem autorizou o desmatamento certamente não atentou para a possibilidade de reação popular”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19)

4.5 Segunda quinzena de maio de 2000: na falta de um laudo, agora dois

Em 16 de maio, o jornal Folha de Londrina informa que “UEM vai avaliar matas de cinturão”. Em matéria do dia seguinte, o jornal O Estado do Paraná destaca que “Biólogos avaliam Cinturão”, e informa que uma equipe da UEM está concluindo o laudo de avaliação do Cinturão.

A equipe do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) responsável pelo primeiro levantamento que citou a área como degradada retornou à área e ratificou o laudo. Agora os ambientalistas tentam provar o contrário. Eles garantem que além das espécies raras da fauna e da flora, há um manancial que ficará sem a mata ciliar com o desmate”. (NUNES, 2000: 13)

O jornal informa ainda sobre as denúncias de incêndio criminoso nas áreas, onde foram encontradas “velas, galões vazios e fósforos. A justiça está recolhendo as justificativas da Prefeitura e Melhoramentos para definir o futuro do Cinturão Verde”. (NUNES, 2000: 13) Também no dia 17, o jornal *Gazeta do Povo* anuncia na editoria *Paraná* que obteve com exclusividade o resultado do laudo elaborado pela UEM: “Laudo é de que houve desmatamento – Doutores em biologia da UEM confirmam destruição da mata nativa em Cianorte”. O jornal afirma que de acordo com o relatório, “árvores emergentes de espécimes nobres como canafístula, cedro, copaíba⁷⁷ e angico, algumas com mais de 25 metros de altura, foram destruídas” (HORNER, 2000: 13). A matéria faz uma retrospectiva do caso e deixa entre aspas termos utilizados pelos que defendiam o Acordo, como “suprimidos” e “supressão”. Na matéria, um dos integrantes do grupo “Amigos do Cinturão Verde”, o engenheiro agrônomo Alcides Marcos Codolo, informa que o grupo deverá “estudar uma forma de ação popular para reverter o Acordo e tentar obter a reposição florestal”. A matéria ainda cita cartilha distribuída pela Prefeitura à população para justificar o desmate, ressaltando que a mesma apresenta em uma de suas páginas: “as únicas árvores de maior porte que existiam estavam quase totalmente mortas e secas pela ação do fogo e dos moradores que clandestinamente fazem retirada de madeira”⁷⁸. (HORNER, 2000: 13)

Os destaques da matéria da *Gazeta do Povo* condizem justamente com o que já havia sido denunciado pelos que se opuseram ao Acordo. Ou seja, havia a presença de árvores nobres nos locais de desmate. O mesmo posicionamento foi defendido pelos articulistas que denunciaram as manobras em torno da ideia de extrair da mata o que mais lhe era rico em termos econômicos. Ainda na mesma edição, o jornal apresenta um box com a retranscrição “Secretariado” e o título “Implicações políticas”, mencionando que, além de repercutir na Assembleia Legislativa, o caso também se reflete no primeiro escalão do Governo Estadual, servindo como mais um motivo para ataques ao secretário estadual de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura. “Ele [o secretário] diz que sempre atende os parlamentares e que não haveria motivo para transformar o caso de Cianorte em um episódio político.” (HORNER, 2000: 13)

O jornal *Folha de Cianorte* veiculado em 18 de maio de 2000 não consegue o “furo” que somente a *Gazeta do Povo* obteve ao anunciar o resultado do laudo da UEM.

⁷⁷ O correto é “copaíba”.

⁷⁸ Culpar os moradores pela destruição da mata beira o “dano moral”, afinal, no artigo “A fivela do cinturão”, de 27 de junho de 1999, o articulista Frederico da Silva denuncia a retirada de madeira nobre pela CMNP.

Com a manchete de capa “Laudo técnico vai dizer se houve desmatamento”, o jornal informa que, naquele dia, 18 de maio, seria divulgado oficialmente o relatório técnico elaborado pelos professores doutores em Biologia da UEM. Quando o jornal utiliza uma foto de uma árvore adulta, tombada, deixando visíveis suas raízes, ele mostra com imagens o resultado de um laudo sobre o qual ainda não se tem o resultado. Afinal, não se sabe a magnitude do dano ambiental, mas, diante de tantas cenas de destruição, o senso comum é notório de que houve impacto. A imagem estampada na capa é chocante por si só. A matéria interna, na página 5, apresenta uma retrospectiva do caso, depoimentos de representantes do grupo “Amigos do Cinturão Verde” e repercute a matéria da Gazeta do Povo, publicada no dia anterior, a respeito da pressão exercida sobre o secretário estadual de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura. De acordo com a publicação, os “Amigos do Cinturão Verde” pedem a punição não somente do secretário, como de todos os envolvidos no Acordo.

Uma matéria de página interna repercute importante questão ambiental vigente na época, que sugeria alteração no Código Florestal proposta pelo deputado que ganhara sobrenome de Moacir “Motosserra” Micheletto. O jornal destaca campanha com os personagens da Turma da Mônica vestidos de preto para chamar a atenção das crianças para o tema. “Turma da Mônica veste-se de luto em defesa do Código Florestal” é o título da matéria. Em um box ainda na mesma página sob o título “Jovens de Cianorte dão o exemplo”, uma foto da passeata realizada no último dia 28 mostra a manifestação popular nas ruas de Cianorte em prol do Cinturão Verde.

O fato é que só não há mais participação da juventude em tais questões porque “velhas raposas” que dizem-se [sic] ambientalistas, assim não o desejam. O exemplo do desenhista Maurício de Sousa já vem acontecendo em Cianorte, desde o momento que [sic] estudantes resolveram assinar um mega Abaixo-Assinado contra o desmate, (in)justificado por conta de um tal ganho ambiental!!! (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 4)

O jornal O Estado do Paraná apresenta, no dia 19, após o “furo” da Gazeta do Povo, a matéria mais completa em relação ao resultado do laudo técnico. Com o título “Laudo técnico condena desmate em Cianorte – Biólogos da UEM confirmam existência de árvores nativas no Cinturão”, o texto diz que o relatório confirma a existência de dezenas de árvores nativas e adultas na reserva. Numa suíte sobre o caso, deixando entre aspas a participação de uma associação de “defesa” do meio ambiente no Acordo, informa-se:

No levantamento feito pelos biólogos da UEM foram localizadas árvores com até 20 metros de altura, espécies como angico, canela, cedro, copaíba e guaritá. Eles também listaram 28 variedades de árvores localizadas na área já desmatada e no restante por onde os tratores poderão passar, entre elas a árvore símbolo da cidade, a peroba-rosa. “A presença de folhagens, flores e frutos, nas árvores arrancadas, indicam o vigor que possuíam no momento do corte”, relata o novo laudo. “Uma vez que este impacto já ocorreu, sugerimos a recuperação florestal da área degradada”, consta do relatório que leva a assinaturas dos professores Valdovino Damásio dos Santos, Ismar Sebastião Moscheta e Maria Conceição de Souza. (...) Apesar dos protestos da comunidade e dos dados técnicos descobertos pelos novos laudos, a Prefeitura e a Companhia Melhoramentos tentam anular a decisão judicial que proibiu o desmate”. (NUNES, 2000: 15)

No dia 21, a Folha de Cianorte novamente pauta o assunto. “Laudo comprova que desmatamento causou dano ambiental”, informa a capa do impresso, passados quatro dias de a Gazeta do Povo ter anunciado o mesmo com exclusividade. A chamada de capa, ilustrada por uma árvore tombada e cortada, é índice para as matérias internas das páginas 16 a 20. Em seu artigo semanal, intitulado “A todos que se omitem”, SILVA (2010) lembra as denúncias levantadas pela Folha de Cianorte em relação ao desmatamento imoral e criminoso promovido pela CMNP, “mancomunada” com outras entidades. O autor cita as partes envolvidas e continua:

Além de um aval verbal do Promotor local que, segundo a minha inocência, deve ter sido usado e enganado pelo grupo arquitetante em prol do desmatamento, assim como foi enganada a TV Tibagi/SBT quando esteve na cidade para registrar, inicialmente, a área de capoeira – a ser limpa (...). O autor diz que de todas as matérias divulgadas pela Folha de Cianorte, “uma das que mais me chamou a atenção foi com relação à omissão da imprensa em retratar, analisar e comentar transparentemente uma determinada notícia, com o título: A IMPRENSA CALADA NÃO TRAZ A MATA DE VOLTA!!! Publicada em 04 desse mês de maio. (SILVA, 2000: 2)

O trecho que diz respeito à equipe da TV Tibagi (afiliada paranaense do SBT) menciona matéria produzida e veiculada posteriormente, que mostrou apenas áreas degradadas, não enfocando outras de valor ambiental que também seriam desmatadas. O autor diz que há muito a imprensa, como um todo:

(...) deixou de ser um veículo transparente em levar a notícia de forma imparcial para o leitor. Sabe-se que, por questão de acordos e contratos que certamente no seu núcleo envolve sempre a questão financeira, benesses do poder e troca de favores, ficam esses veículos “impedidos” de noticiar tal fato qual ele seja. Desta forma, cria-se a imprensa sem o direito de imprensa. Oficializa-se a imprensa amordaçada e com área de atuação limitada. Fundamenta-se, mesmo que de forma não oficial, a tão temida censura à imprensa, além do corte na sua dita liberdade de pensamento e expressão. Assim, por que se preocupar se a lei de imprensa entrará na próxima pauta do

Congresso para ser votada ou não quando, nas suas bases, de fato isso, já é uma realidade? Pobre imprensa, cuja mordaca calma as vozes e, simultaneamente, algemas prendem as mãos dos repórteres, número cada vez menor de profissionais ainda bem intencionados em divulgar a verdade. A cada dia diminui o número de veículos independentes de notícias. Aqueles que não têm o “rabo preso” com o poder. Como explicar numa única cidade – do porte que é Cianorte – existirem três jornais regulares e apenas um abranger tão profundamente a questão ambiental que tanto inquieta a região e o estado de uma forma em geral? Estariam os outros periódicos comprometidos de tal forma cuja verdade passou a ser ocultada? Ou foi apenas mais um caso de omissão? Um desses jornais que fora silenciado de pronunciar a verdade enfatizou a “romântica” matéria de alunos plantando mudas de árvores e esqueceu de noticiar o crime da destruição. Num outro determinado dia, esse outro jornal apresentou patética matéria de indignação de dois pais de alunos revoltados com a passeata de seus filhos, quando mais de quatro mil alunos protestaram contra as derrubadas criminosas e inconcebíveis que tivemos como pesadelo assistir. Deixa pra lá os demais jornais, pois não sou pago por eles para ser Ombudsman dos mesmos. Porém, o problema não fica aqui. Não foram apenas dois jornais tendenciosos que deixaram de apresentar a verdade. Várias outras entidades se encontram ainda “em cima do muro” esperando “que bicho vai dar”. (SILVA, 2000: 2)

O articulista encerra seu texto questionando a omissão de entidades de classe de Cianorte que não manifestaram nada a respeito do tema. Assim, cita o Crea - Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Estadual, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, as igrejas (que estariam “lavando as mãos”, como fez Pilatos), os Sindicatos dos Trabalhadores (com exceção dos Trabalhadores Rurais e Professores) e os estudantes universitários. **“O imperativo do dia é: DESÇAM JÁ DO MURO ONDE SE ENCONTRAM. POSICIONEM-SE PARA QUE POSSAMOS CONHECER DE QUE LADO ESTÃO. NÃO ACEITAREMOS SOLICITAÇÃO DE EXAME DE PATERNIDADE FUTURO PELO ‘LINDO FILHO’ QUE ESTÁ PARA NASCER”.** (SILVA, 2000: 2)

Com uma foto vertical de meia página dos pesquisadores Maria Conceição de Souza e Valdovino Damásio dos Santos durante coleta, a Folha de Cianorte ainda destaca: “Doutores da UEM consideram ‘lamentável’ o desmate do Cinturão Verde”. O jornal faz autopromoção sobre sua participação em denunciar o Acordo desde o início, diz que divulgou em primeira mão a elaboração do laudo (na edição de 14 de maio) e faz histórico das entidades envolvidas e fatos ocorridos ao longo do período. Lança crítica ao presidente em exercício da Apromac e destaca:

(...) o contabilista Helio Sato rasgou o verbo na Tribuna da Câmara dos Vereadores. Trêmulo e exaltado ganhou fama ao dizer que “não somos ambientalistas de meia tigela que discute [sic] duas árvores e perde o resto”. Com o “Relatório de Avaliação de Desflorestamentos Realizados em Cianorte”, os “ecologistas de meia tigela” provam que não foi apenas uma

árvore tombada, ou que elas estavam mortas ou extremamente comprometidas. Também provam que o “barulho” não foi à toa como muitos insistem em afirmar. Agora não é mais um profissional do ramo imobiliário que define o que é importante em termos ambientais. São três doutores verdadeiros que dedicam suas vidas no estudo botânico que assinam um relatório e afirmam considerar que “do ponto de vista botânico, foi lamentável esse desmatamento sem uma avaliação prévia de sua importância, tendo-se em vista a área de alta diversidade encontrada. A importância das espécies listadas pode ser verificada por consulta à bibliografia pertinente, tanto do ponto de vista madeireiro como do não madeireiro, como por exemplo o uso medicinal”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 16)

Na matéria “Doutores salientam gravidade das erosões, poluição no Cinturão Verde e assoreamento do Coruja”, ainda na mesma edição, a Folha de Cianorte continua destacando trechos do relatório que apontam sérios problemas ambientais nas áreas do Cinturão Verde, “(...) inclusive um riacho, conhecido como Ribeirão Fantasmilha, que recebe depósitos líquidos poluentes, tornando a água azul colorida, com tonalidade azul esverdeada” (idem: 17).

Vale lembrar que tal problema já foi alertado pela jornalista Aida Franco de Lima e o engenheiro Alcides Marcos Codolo, diretores do ANIMAL – Jornal de Educação Ambiental e Ecoturismo, nesta FOLHA DE CIANORTE, em edição passada sob o título “Quem vai pagar pela morte do Fantasmilha”. “A denúncia aconteceu em 1992. Ano passado trouxemos a tona novamente, mas a situação piora a cada dia” reafirma Codolo, ao mencionar o problema no Rio Fantasmilha. (FOLHA DE CIANORTE, 2000, p. 17)

Complementando a página, com base no relatório técnico, o jornal publica: “Cianortinho sofreu tragédia ambiental”. Duas fotos de área erodida e de estudantes ladeando a mata compõem a página, que também elenca uma longa lista de espécies encontradas no local, enfatizando trechos do citado documento:

Essa área desflorestada apresenta continuidade com remanescentes florestais ainda preservados. Muitos dos indivíduos arbóreos arrancados conservavam ainda suas copas com folhagem de tal forma que, apesar de secas, puderam ser identificadas no local ou coletadas e transferidas para os laboratórios de Botânica, do Departamento de Biologia e de Mata Ciliar, do Nupélia, ambos da Universidade Estadual de Maringá. (...) A presença de folhagens, flores e frutos, nas árvores arrancadas, inclusive as de grande porte, indicavam o vigor que possuíam no momento do desflorestamento. (...) Mostra-se com manchas em diferentes estágios de preservação/colonização, sendo que nas bordas limítrofes com as áreas urbanizadas, encontravam-se as áreas de colonização e capoeirões enquanto que, mais para o interior dela, podiam ser observadas manchas de uma floresta madura em condições muito melhores do que se apresenta o remanescente preservado. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 17)

A mesma edição continua esmiuçando o relatório com o título “Equipe da UEM sugere medidas para impedir aumento de desastre ambiental”. O texto, ilustrado com galhada de uma árvore de grande porte, apresenta partes do documento em que os professores relatam a importância da área, a existência do dano ambiental e a necessidade de se aproveitar o momento como “alerta no sentido de evitar perdas futuras e que se disponham [sic] a compensar as perdas atuais...” (idem)

Na penúltima página relativa ao Cinturão, ainda na edição de 21 de maio, a Folha de Cianorte salienta: “Vereadores caíram na ‘arapuca do Cinturão’”. O texto diz que os vereadores apenas votaram uma lei pronta – a de nº 2.067/2000, que cria o Parque Municipal do Cinturão Verde “a toque de caixa” sob o risco de o município não ter o repasse do ICMS Ecológico.

Se os vereadores não votassem a Lei, teriam que assumir o ônus do Município perder o ICMS Ecológico, que ninguém sabe ao certo qual é. Os candidatáveis à reeleição dariam munição aos adversários. Por outro lado, dando seu aval, a Câmara seria mais uma a compactuar com o acordo, mas também caindo na lista negra dos eleitores que defendem a preservação da mata. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19)

O texto continua dizendo que a lei é quase inofensiva, pois ela apenas cita a criação do Parque do Cinturão Verde.

Automaticamente a imprensa local foi tomada pelas notas oficiais, que comemoravam a efetivação do Parque Municipal do Cinturão Verde com o aval da Câmara dos Vereadores. Assim ficou no ar a impressão que nada mais segurariam as máquinas da CMNP, a ganância financeira e o “preço do progresso”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19)

Ainda na mesma página, a Folha de Cianorte alerta que “ICMS fica ‘nas mãos’ de Prefeitura, IAP e APROMAC” ao fazer uma leitura sobre o artigo IV da lei recentemente aprovada – a 2.067/2000 –, que assegura que a administração, supervisão e fiscalização do parque “serão exercidos pela Prefeitura do Município de Cianorte, em conjunto com o Instituto Ambiental do Paraná e Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte”. Outro tópico abordado pela publicação enfatiza: “Lei exclui auxílio a demais redutos ambientais de Cianorte”. Nesse momento, o jornal questiona sobre o futuro de demais áreas como os rios Coruja, Índio, Ligeiro, Catingueiro, dentre outros locais poluídos que não geram recursos e que necessitam de ações e práticas de educação ambiental para a população do entorno. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 19)

O jornal finaliza o assunto, naquela edição, apresentando uma tabela com a relação das espécies encontradas durante a coleta feita pela equipe de especialistas da UEM. Ao lado da tabela, uma árvore adulta, com vida. O jornal usa informações da polêmica cartilha para confrontar com os resultados do laudo técnico. O título foi sugestivo: “Relação de espécies encontradas por doutores da UEM derruba ‘tese da capoeira’”. A Folha de Cianorte apresenta ainda uma nota sobre a Floresta Amazônica, informando que, no início da noite de 17 de maio, a bancada ruralista recuou no Congresso Nacional em relação à proposta de alteração do Código Florestal. Na ocasião, a comissão mista que debatia a medida provisória teria o dobro de integrantes. “A bancada ruralista sofreu uma grande derrota e entendeu que não se pode administrar o Brasil como se administra suas fazendas, chamando capatazes e mandando derrubar árvores”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 20)

Em 23 de maio, o jornal O Diário do Norte do Paraná destaca em sua capa: “UEM faz laudo de área desmatada em Cianorte” e diz na chamada:

Laudo elaborado por professores do Departamento de Biologia da universidade sobre o desmatamento da área verde em torno de Cianorte lamenta a destruição. A área desmatada possuía diversas manchas de vegetação nativa, que constituem “ambientes inestimáveis de preservação da biodiversidade”. Pesquisadores recomendam que é preciso replantar o que foi destruído. (O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, 2000: 1)

Ainda na capa, uma foto dos pesquisadores sobre o tronco cortado para lenha. Na matéria interna (disposta na página 5), “UEM elabora laudo sobre desmatamento”, consta uma foto com o grupo de pesquisadores diante de uma mesa com farto material impresso. A linha fina salienta: “Documento elaborado por professores do Departamento de Biologia comprova destruição em Cianorte” (idem: 5). Após uma retrospectiva sobre o caso em que a matéria narra o início do Acordo, a derrubada da mata, a mobilização popular e a suspensão na Justiça, a matéria continua:

Diante do impasse, a jornalista Aida Franco de Lima, do Jornal Animal, de educação ambiental solicitou o apoio do DBI da UEM. Assim, os professores Maria da Conceição de Souza, Valdovino Damásio dos Santos e Ismar Sebastião Moscheta, foram até a área fazer um levantamento botânico da área de desflorestamento, por meio da coleta de amostras de flores e frutos das áreas derrubadas. (...) Além de reunirem dados “in loco”, trouxeram amostras para o Laboratório de Botânica do Nupélia (Núcleo de Pesquisa em Limnologia, Ictiologia e Aqüicultura), ao qual os três são ligados, e realizaram diversas análises, com o apoio da bióloga Kazue Kawakita Kita. (...) A bióloga disse, ainda, que esta visita ao Cinturão Verde de Cianorte, fez crescer o interesse do Departamento de Biologia na área de preservação da

nossa região. Maria Conceição de Souza disse que é preciso que as pessoas tenham mais interesse em estudar a vegetação e a biodiversidade das áreas de preservação de seus municípios. (O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ, 2000: 5)

O Jornal de Londrina do grupo Gazeta do Povo repercute o assunto em 25 de maio com matéria intitulada “Secretário admite rever desmatamento” e linha fina “Moradores movem ação civil por danos ambientais no cinturão verde”. O texto informa que o secretário estadual de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, admitiu no dia anterior em Umuarama que o IAP estaria revendo os procedimentos que permitiriam a derrubada de uma área de quase 240 hectares.

A Associação de Moradores dos 6 Conjuntos, de Cianorte, entra hoje com uma ação civil pública de responsabilidade no Fórum da cidade por danos causados ao meio ambiente. A acusação se baseia no Artigo 225 da Constituição Federal, Constituição Estadual, resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e Código Florestal Brasileiro. A ação deverá pedir também a “suspeição” do promotor do Meio Ambiente de Cianorte, Joélson Luis Pereira para atuar no caso, por “omissão no caso do desmate e por não ter exercido” seu papel de defensor público” contra os danos ao meio ambiente. (HORNER, 2000: 1)

A matéria também informa sobre uma inspeção judicial *in loco* a ser feita pelo juiz da Comarca de Cianorte, Willian Artur Pussi, que convidou todas as partes envolvidas para a visita. “A Companhia Melhoramentos não conseguiu derrubar a medida judicial que suspendeu os desmates no final de abril. Os desmates permanecem suspensos por determinação do juiz, que acatou, no final de abril, medida cautelar encaminhada pela Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos”. (HORNER, 2000: 1)

“IAP recua e pede ajuda da UEM para elaborar novo laudo técnico” é a manchete da Folha de Cianorte de 25 de maio. A chamada diz que, mediante a portaria 075/2000/IAP/GP, o alto comando do IAP, em Curitiba, assumiu uma nova posição diante do desmatamento autorizado. A portaria convoca para formar uma comissão multidisciplinar e interinstitucional os mesmos professores da UEM que emitiram o laudo anterior. A capa é ilustrada com foto dos pesquisadores da UEM durante coleta de amostras para a realização do primeiro laudo. Na página interna, o texto relembra que a autora foi a responsável pelo convite aos professores da UEM para que realizassem o laudo técnico que menciona o papel da imprensa diante do Acordo:

“Só depois que a imprensa divulgou que os doutores da UEM tinham visitado as áreas desmatadas é que o IAP lembrou de uma instituição estatal de renome mundial”, critica a jornalista Aida Franco de Lima. (...) Para a jornalista, um dos grandes erros do Acordo foi tratar as áreas negociadas

como algo de interesse restrito a um pequeno grupo, “como se a questão ambiental não extrapolasse as fronteiras das instituições e cartas geográficas”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 12)

O box “Chuva de Laudos” mostra detalhe da área desmatada e afirma: “Diante do impasse em descartar o laudo anterior e admitir uma terrível falha, ou acatar integralmente o laudo da UEM e confirmar as denúncias dos ambientalistas, o IAP/SEMA de Curitiba optou pela soma de conhecimentos. Fator este que trará a tona um novo laudo técnico”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 12)

O jornal abre espaço, ainda, para outras duas matérias. “Desmate fugiu ao controle do IAP” (p. 13) centra-se em dizer que o pedido do presidente do IAP feito ao vivo durante um telejornal da repetidora da Rede Globo no dia 27 de abril, para que a CMNP cessasse o desmate, não foi levado em consideração. A empresa só parou o desmatamento por conta da liminar impetrada pela comunidade organizada e acatada pelo juiz Willian Arthur Pussi. Outra matéria, “Relatório da UEM desmente Cartilha” (p. 14) é autoexplicativa, pois cita termos da *Cartilha de Esclarecimento* e os confronta com o laudo técnico elaborado pela UEM. O texto mostra fotos da visita dos professores da UEM nas áreas desmatadas e outras que já haviam sido demarcadas com o mesmo propósito. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 13-14)

“Secretário admite rever desmatamento” é a manchete da Folha de Cianorte em 28 de maio. A foto de capa mostra o advogado da Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos em área desmatada junto a um trator que, no período, efetuava a derrubada. O jornal informa sobre a decisão do secretário estadual de Meio Ambiente, Histoshi Nakamura, em rever o desmatamento (como noticiado anteriormente pelo Jornal de Londrina/Gazeta do Povo na edição de 25 maio). Em “Espaço na Tribuna”, na coluna Ponto de Vista, é narrada pelo articulista a participação do mesmo no uso da tribuna da Assembleia Legislativa para falar em nome do grupo “Amigos do Cinturão Verde” e expor aos parlamentares o episódio em questão. O convite partiu da Comissão Permanente de Meio Ambiente, da Assembleia Legislativa, para fazer uma explanação técnica sobre o tema. Na ocasião, foram distribuídas cópias do relatório da UEM e feito convite para que os deputados fossem “verificar *in loco* o crime ambiental cometido e fizessem suas próprias conclusões” (SILVA, 2000: 5). O autor termina o texto salientando:

Segundo o desembargador Fernando Tourinho Neto, atual presidente do Tribunal Regional Federal da Região Norte, Centro-Oeste e parte do Nordeste, o que está acontecendo nesse caso é o confronto do direito linear (posto das leis) *versus* o direito à vida. Ou seja, o direito à vida extrapola qualquer respaldo legal. As leis são frágeis, flexíveis e mutáveis. O direito à vida é sagrado e imutável (*idem*).

O mês de maio encerra-se com dois títulos de jornais repercutindo o mesmo tema: “Juiz faz vistoria em áreas desmatadas” (Tribuna de Cianorte) e “Juiz visita desmatamento” (O Estado do Paraná). Enquanto O Estado do Paraná realiza uma retrospectiva sobre o caso - desde o início da autorização para o desmate até o embargo judicial – para então encerrar o texto explicando a visita do juiz até as áreas desmatadas, a Tribuna de Cianorte aborda o tema sob outra perspectiva. A matéria menciona a visita nos dois parágrafos iniciais para em seguida narrar os ganhos que Cianorte obteve ao longo do tempo com o desenrolar das negociações.

4.6 Primeira quinzena de junho de 2000 – novo resultado para um velho problema

“Cinturão Verde” é o título da matéria de capa da Folha de Cianorte em 1º de junho, que cita a visita do juiz Willian Arthur Pussi em áreas do Cinturão Verde no dia 29. A foto é da galhada de uma árvore adulta, derrubada. De acordo com o jornal, estiveram presentes na saída de campo representantes do Ministério Público; Núcleo Regional de Educação; Universidade Estadual de Maringá; Escritórios do IAP de Paranaíba, Maringá, Umuarama, Curitiba e Cianorte; Prefeitura de Cianorte; Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; Associação de Moradores e Amigos do Cinturão Verde; equipes de reportagem da TV Tibagi/SBT; TV Imagem/Globo; TV Bandeirantes, Folha de Cianorte e Jornal Animal. A Apromac não esteve presente.

O grupo, formado por mais de 20 pessoas, partiu do fórum de Cianorte às 14 horas encerrando a visita em torno das 17:30 horas. Com passagem pela avenida Minas Gerais, foram visitadas áreas desmatadas próximas ao Shopping Nabhan, trecho previsto para desmate rumo ao trevo que dá acesso a Terra Boa. Em seguida o destino foi a região do Córrego Coruja, nas proximidades do Cianortinho, finalizando-se na estrada que dá acesso a Vidigal, onde todos pararam diante de uma gigantesca peroba. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 15)

Fotos da equipe em visita às áreas desmatadas e naquelas previstas para desmate ilustram a matéria da página 14. Na seqüência, na página 15, a Folha destaca:

“Divergência de idéias esquentando a saída de campo” e “O fogo e a nobreza das árvores”. Esta última, narrando fatos ligados a incêndios visivelmente provocados, inclusive no momento em que o grupo passava por determinados trechos, fator que parecia auxiliar nos argumentos em defesa do desmatamento como uma espécie de sentença: “se estas matas não forem derrubadas e os terrenos não forem limpos, o fogo vai consumir com tudo!!!” (idem). (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 15)

A primeira matéria, por sua vez, menciona detalhes da visita de campo, quando os grupos se desdobravam para mostrar ou omitir do trajeto a ser percorrido as áreas alvos do desmate.

Em dois momentos das visitas foi possível perceber o clima tenso entre o chefe do escritório regional do IAP, de Umuarama, João Toninato e o secretário Municipal de Obras Emanuel Maia de Souza, defensores do acordo e os diretores do ANIMAL – Jornal de Educação Ambiental e Ecoturismo, o engenheiro agrônomo Alcides Marcos Codolo e a jornalista Aida Franco de Lima, que desde o princípio questionaram a “tese da capoeira”. Em dado momento, Codolo argumentou a influência de Toninato, que demonstrava querer mostrar apenas áreas mais degradadas já desmatadas, dando pouca importância aos locais mais significativos e principalmente ao que ainda conserva-se em pé, graças à Ação Cautelar. O juiz Willian não gostou muito da situação e advertiu que não estava sendo conduzido por ninguém. Outra situação foi quando a jornalista Aida Franco de Lima insistiu para que a comitiva fosse até as margens do Rio Coruja, para que todos pudessem ver as conseqüências da erosão e o agravamento da situação, caso a mata próxima àquela localidade seja realmente levada ao fim. Neste momento, o secretário Emanuel tentou inutilmente puxar uma discussão, alegando que não havia problema algum com o desmatamento da referida área, e que a erosão não seria agravada. Na verdade, o que ninguém conseguia esconder era a vergonha de estar diante de um fundo de vale, que deveria ter ao menos 100 metros das margens protegidas, livres do caos que hoje lhes comprometem. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 15)

Fotos de galhadas e do grupo em visita de campo ilustram a página. Também se ressalta que, em dado momento, o citado secretário da prefeitura afirmou que toda a área desmatada do Cianortinho era formada por capoeira.

Imediatamente a professora Conceição, do Departamento de Biologia da UEM, interveio, lembrando que a mesma já esteve em oportunidades anteriores naquele local e constatou que a vegetação estava em vários estágios de formação. Segundo a mesma, falho é dizer que a área nunca tinha sido tocada, da mesma maneira que era errado dizer que tudo não passava de capoeira. (Idem)

Nove anos após o episódio, a Tribuna de Cianorte destaca o trabalho de recuperação ambiental realizado na área que foi alvo de disputa. De acordo com a

notícia, no dia 22 de setembro de 2009 foi encerrado o projeto de plantio de 5 mil árvores no local.

O presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Vítor Hugo Burko, esteve ontem em Cianorte para o encerramento do plantio de 5 mil mudas na área de preservação próxima ao Córrego Coruja. Ele acompanhou o presidente do Instituto Morena Rosa, Marco Franzatto, e o prefeito Edno Guimarães no plantio do último lote de mudas e na inauguração de um portal. O Instituto Morena Rosa realizou, na manhã desta terça-feira (22), um ato público para marcar o encerramento do plantio de 5 mil mudas do Projeto Plantando Vidas, juntamente com o início do trabalho de Educação Ambiental na área de preservação próxima ao córrego Coruja, na Avenida Coruja – que liga o Parque Industrial ao bairro Seis Conjuntos. Na oportunidade, foi inaugurado um portal na área e descerrada a placa comemorativa em homenagem ao Dia da Árvore. O plantio de 800 mudas, que finaliza o ciclo, foi realizado pelos alunos da Associação Beneficente Rainha da Paz. (...) O empresário Marco Franzatto, presidente do Instituto Morena Rosa, ressaltou o trabalho de desenvolvimento humano realizado pela entidade. “Em um ano de trabalho aqui nesta área, é impressionante a recuperação. Este local deve ser usado como centro de referência para que professores trabalhem em campo com alunos sobre o assunto. Nossa meta agora é expandir o projeto Plantando Vidas para outras regiões da cidade, atingindo uma área de 30 mil m² no Parque Cinturão Verde”, explicou. (TRIBUNA DE CIANORTE, 2009)⁷⁹

No dia 3 de junho de 2000, dois jornais repercutem as atividades da Comissão Permanente de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa em relação ao desmate no Cinturão Verde. No jornal O Estado do Paraná, a matéria “Deputados percorrem desmate de Cianorte” informa que quatro deputados visitaram as áreas devastadas no dia anterior e que o presidente da comissão, Quielse Crisóstomo, afirmou que iria “exigir explicações e tomar medidas drásticas para responsabilizar os culpados pela destruição” (NUNES, 2000: 16). A matéria diz ainda que outros dois integrantes da comissão, Algaci Túlio e Divanir Braz Palma, além do deputado Edno Guimarães, também criticaram com veemência o Acordo.

A Companhia Melhoramentos não tem crédito nenhum para pedir um pedaço de mata em troca de outra área”, disse Braz Palma. Ele também disse que a Melhoramentos fez uma boa colonização nesta região, quando pertencia aos lordes ingleses, mas atualmente a empresa está nas mãos de banqueiros que só visam extrair (lucro). “Foi um triste golpe neste pouquinho de reserva nativa”, desabafou. Guimarães aproveitou para denunciar que o desmate era feito de madrugada e começa do meio da mata para as laterais. Até o manancial do córrego São Tomé perdeu parte da vegetação nativa. (idem)

⁷⁹ Tribuna online: <http://www.tribunadecianorte.com.br/cianorte/34-nc/2947-plantio-de-5-mil-mudas-revitaliza-corrego-coruja>

O Jornal de Londrina/Gazeta do Povo com o título “Deputados confirmaram denúncias de retirada sumária das florestas no Cinturão Verde” destaca que de acordo com o presidente da Comissão, Quielse Crisóstomo:

“Se os desmates fossem concretizados conforme o acordo realizado com o estado resultariam em um ganho de até R\$100 milhões para particulares”. O deputado afirma que as negociações da secretaria estadual com a Companhia permitiriam à empresa transformar área de reserva legal na zona urbana de Cianorte em loteamentos, comercializando até 6 mil lotes. (...) “Queremos saber por que a empresa pôde realizar uma devastação que chegou a 80 hectares de mata nativa, num prazo sumário de 8 dias, com 6 tratores esteira trabalhando 24 horas por dia, com consentimento da secretaria estadual”, diz Crisóstomo. Segundo ele, este projeto de desmatamento e doação de outra área deveria receber avaliação mais criteriosa tanto do município quanto do Estado. (HORNER, 2000: 1)

O fechamento da matéria se dá com a informação de que o presidente do IAP – José Antônio Andreguetto – informou que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente nomeou uma comissão especial para “analisar todos os procedimentos relacionados a este episódio. Participam da comissão técnicos do IAP e especialistas da Universidade Estadual de Maringá. ‘Houve um erro do próprio IAP de não ter colocado através de uma reunião pública o que iria acontecer’, admitiu Andreguetto”. (HORNER, 2000: 1)

O jornal Folha de Cianorte, no dia seguinte, reservou parte de sua capa para a chamada “Deputados ficam perplexos com desmatamento em Cianorte”, citando a visita dos deputados. A matéria diz que os deputados foram aconselhados a não visitarem a cidade. A edição ainda reserva páginas para fazer críticas à alteração da Semana do Meio Ambiente comemorada na cidade e ainda às podas irregulares no perímetro urbano. A matéria relativa à visita dos deputados ganha destaque de página inteira, com fotos dos parlamentares sendo entrevistados pelas afiliadas da Rede Globo e Rede Bandeirantes.

O deputado Divanir Braz, membro da Comissão, foi mais longe ao salientar que tal crime ambiental não pode ficar impune. “O que constatamos aqui é um acordo de interesses financeiros; cartórios de imóveis e distribuidores ficam com o lucro e nossos filhos com o prejuízo”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 3)

Na manchete “Deputados querem criar APAS em terras de empresas – UEM confirma devastação de mata nativa em Cianorte”, o Jornal de Londrina/Gazeta do Povo de 5 de junho destacou que deputados da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia

Legislativa vão solicitar levantamento completo das áreas de mata nativa sob domínio da CMPN em todos os municípios paranaenses:

“Queremos identificar as terras com mata nativa que ainda pertencem à Companhia e solicitar a transformação delas em Áreas de Preservação Permanente (APAS)”, afirma o presidente da Comissão, deputado estadual Quielse Crisóstomo (PFL). A comissão quer saber o número total de áreas, dimensões e a situação delas em termos de preservação. A decisão de fazer um levantamento foi motivada pelo “desmate raso” de um total de 80 hectares em quatro áreas do Cinturão Verde de Cianorte compostas por mata nativa em abril. “É de conhecimento público que a Companhia vai lotear estas áreas, que foram arrasadas”, diz. Crisóstomo informou também que a Comissão vai estudar a regulamentação de leis que obriguem os administradores municipais a investir parte dos recursos recebidos do ICMS Ecológico na preservação e fiscalização das reservas legais que justifiquem royalties. (...) “Em outros municípios colonizados pela Companhia existem muitas áreas que podem estar na mesma situação da mata do Cinturão Verde”, avalia. (JORNAL DE LONDRINA/GAZETA DO POVO, 2000: 1)

No dia 8 de junho o jornal Folha de Cianorte apresenta matéria com as mesmas informações intitulada “Deputados querem criar APAS em terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná”. Na mesma edição, na matéria “Cabrera se preocupa com o desmatamento do Cinturão Verde”, é destacada a fala do prefeito de São Tomé, que teria dito:

(...) embora o acordo entre a Prefeitura Municipal de Cianorte e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná seja legal, porém, vendo-se todo o conjunto, é prejudicial à natureza, pois o Rio São Tomé já se encontra bastante assoreado pelo desmatamento desenfreado ocorrido no passado e que a Companhia Melhoramentos recebeu estas áreas de graça para colonizá-la, sendo desnecessário destruir parte destas reservas apenas com fins lucrativos e nada mais justo que passar esta reserva ao município de Cianorte sem este ônus para a natureza com desmatamento deste cem alqueires”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 6)⁸⁰

A repercussão sobre o caso na imprensa continua na segunda metade de junho do mesmo ano, conforme se pode ler a seguir.

⁸⁰ O texto tem problemas gramaticais e de concordância, mas foi transcrito na íntegra.

4.7 Segunda quinzena de junho de 2000 – desligam-se os holofotes da mídia

Prestes a encerrar o último bloco de material de análise, o jornal Folha de Cianorte, de 15 de junho, torna público o resultado do trabalho da Comissão Multidisciplinar e Interinstitucional, encarregada da elaboração de novo laudo técnico relativo às matas que compõem o Cinturão Verde de Cianorte, passíveis ou não de desmate, conforme o Acordo. A equipe é formada pelos professores Maria Conceição de Souza, Valdovino Damásio dos Santos e Ismar Sebastião Moscheta, da UEM; e Heitor Rubens Raymundo, João Batista Campos e Lysias Vellozo da Costa Filho, do IAP.

De tudo que foi exposto a Comissão registra que toda e qualquer ação relacionada à supressão da vegetação ocasiona impactos ambientais, aliás como outras intervenções antrópicas sobre o meio ambiente. É preciso destacar, porém, que a instituição do Parque do Cinturão Verde, representada pela medida compensatória concretizada, significa a perpetuidade desse importante ecossistema para as presentes e futuras gerações. Também destacamos que o IAP esgotou a análise técnica e jurídica sobre o tema, concluindo pela sua viabilidade. (...) a Comissão entende a necessidade de serem revistas as autorizações emitidas, em razão das considerações técnicas declinadas neste relatório sobre os casos. Assim, analisando-se a questão global (supressão de vegetação e medida compensatória), esta Comissão conclui que os impactos negativos existentes e reconhecidos, neste relatório, estão compensados pelos ganhos ambientais com a instituição da Unidade de Conservação e pela preservação de áreas correspondentes às Reservas Florestais Legais. **Com esses registros a Comissão recomenda:** A revisão parcial das autorizações emitidas (...), para que a Comissão se coloca à disposição do IAP para proceder à localização das retificações necessárias; que as áreas a serem excluídas das autorizações na forma supra, passem a integrar a Unidade de Conservação ‘Parque Cinturão Verde’ (inclusive a mata que circunda o Rio Coruja); a imediata realização de reunião/audiência pública visando informar a população de Cianorte sobre os fatos. **A Comissão entende, por fim, que o Município deverá adotar um amplo programa ambiental que contemple o desenvolvimento de projetos de pesquisa que visem à geração de informação acerca da estrutura e do funcionamento dos remanescentes florestais, o desenvolvimento de programas de educação ambiental, turismo ecológico, a construção de laboratórios e herbário, a fiscalização das áreas, etc., visando à integração da população às Unidades de Conservação.** (FOLHA DE CIANORTE, 2000:15)

As duas últimas matérias de 2000 catalogadas referentes ao tema aqui abordado dizem respeito ao dia 2 de julho sob o título “Casa é retirada do parque Mandhuí” (TRIBUNA DE CIANORTE, 2000: 4), que cita um morador de frente à área que faz parte do Cinturão Verde e que construiu uma casa de madeira, plantou alguns pés de café e construiu forno a lenha nos limites do módulo Mandhuy. A construção foi

demolida por meio de um trabalho conjunto entre IAP e Apromac. Uma foto mostra os restos da demolição.

Em 17 de agosto, a Folha de Cianorte faz alarde: “Fogo consome Cinturão Verde”. Uma foto de capa com os bombeiros em ação anuncia que mais um incêndio tomou conta das matas do Cinturão Verde nas mediações da avenida Minas Gerais. Na página interna, o título “Fogo consome mais 30 mil metros do Cinturão Verde”. A linha fina resume o conteúdo do texto, que abordou criticamente o assunto:

O incêndio aconteceu na tarde da última segunda-feira, 14, mobilizando equipe de cinco homens do Corpo de Bombeiros. Populares que estavam no local arregaçaram as mangas para ajudar no combate ao fogo e questionaram onde estão os cuidados com a mata, que mais uma vez é tomada pelas chamas (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 12).

O incêndio demorou duas horas para ser combatido. Além da foto da capa, outras duas ilustram o texto: uma foto com voluntários auxiliando no combate aos focos de incêndio e outra com a fumaça da queimada e prédios vistos ao fundo. O jornal encerra a edição com o seguinte título: “Fogo no Cinturão Verde: a tragédia anunciada”. A linha fina dá a tônica do texto:

Definitivamente, celulares, cavalos e fogo não combinam. Talvez estas pessoas que colocam viseira nos animais, deveriam também afrouxar as suas e perceber que meio ambiente é coisa séria. Que a proteção ambiental acontece também com elementos técnicos e estudos de campo, e não apenas com os “releases” (matérias prontas) plantadas na mídia. (idem: 13)

A matéria é uma crítica aos serviços de brigada florestal e de guarda-parque, implementados pela Apromac em parceria com a Prefeitura, em que vigilantes percorriam as áreas a cavalo e munidos de celulares.

O texto faz também uma retrospectiva sobre o Acordo e informa que, enquanto o caso está tramitando na Justiça, a Prefeitura fez parceria com a Apromac para colocar em prática um serviço de guarda montada para fiscalizar o Cinturão. Diz, ainda, que estão sendo tomadas providências para que as áreas desmatadas não se transformem em combustível para possíveis incêndios que venham a ameaçar as edificações vizinhas: “(...) iniciou-se a tentativa de ‘limpar’ parte das áreas desmatadas para evitar o risco de incêndios que poderiam colocar em risco todas as estruturas localizadas nas proximidades do Shopping Nabhan”. (FOLHA DE CIANORTE, 2000: 13)

Um dos poucos links relativos ao tema encontrados na internet, após uma década do ocorrido, refere-se a uma nota publicada pelo jornal Folha de Londrina em 29 de agosto de 2009⁸¹:

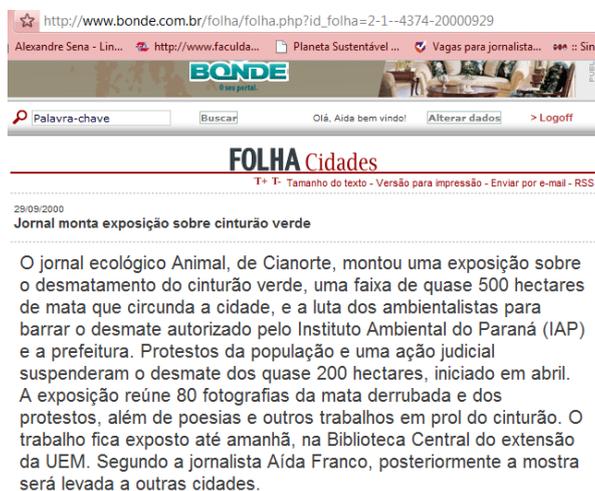


Figura 16: Cópia de tela veiculada em página da internet.
Fonte: Folha Cidades (www.bonde.com.br/folha).

A informação diz respeito a uma exposição fotográfica realizada na Biblioteca Central da UEM, em Maringá. Uma das fotos retratava tronco de madeira originária da mata derrubada e um machado acorrentado. Um livro de assinaturas também estava disponível aos visitantes para manifestarem suas opiniões.

Em 21 de março de 2001, um ano após a divulgação da criação do Parque do Cinturão Verde no jornal Tribuna de Cianorte, a Folha de Londrina/Paraná (em 21 de março de 2001) anuncia em nota que “IAP adia reunião pública”.

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) adiou a reunião pública que seria realizada hoje em Cianorte para esclarecer a população sobre o acordo de desmate no cinturão verde, uma reserva de mata que circunda a cidade. Uma nova data deverá ser marcada dentro de 10 a 15 dias. Com a reunião, o IAP quer suprir a falha de não ter ouvido a comunidade antes de autorizar o desmate de 30% do cinturão, conforme acordo feito entre a Prefeitura e a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). (MOREIRA, 2001: 5)

A matéria “Cinturão Verde mantém a polêmica” – veiculada em O Estado do Paraná de 31 de março de 2001– informa sobre a realização de audiência pública na noite de 29 de março reunindo cerca de 40 lideranças. Diz ainda que está marcada para

⁸¹ Matéria disponível em http://www.bonde.com.br/folha/folha.php?id_folha=2-1--4374-20000929, com acesso em 04/07/2010.

12 de junho de 2000 uma audiência de conciliação. No texto são apresentados depoimentos de lideranças locais reafirmando fala do prefeito Flávio Vieira: “Foi um trabalho de três anos e todos tiveram a oportunidade de participar” (NUNES, 2001: 13). “Os ambientalistas criticaram a forma como o processo foi conduzido, a não realização de audiência pública e o desmate feito à noite. Eles propõem o reflorestamento dos 83 hectares desmatados e a não-autorização de mais desmates na área” (idem).

Uma informação que não foi publicada em jornais da época e que foi obtida em virtude da pesquisa é com relação à metragem da área desmatada. Conforme Langowski (2010), em entrevista via e-mail, durante a vigência do Acordo foram desmatados 200 hectares em um universo autorizado para desmate de 231 hectares. O restante mantido em pé foi transferido para o Cinturão Verde. De acordo com o mesmo, após uma década a Ação Civil Pública movida pela Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos foi finalizada com um acordo no qual a CMNP aceitou repassar mais 20 hectares para o Cinturão Verde. O espaço seria localizado na saída para Umuarama, em trecho entre as avenidas Maranhão e Indústrias, além de seis hectares perto da rodovia junto ao Parque Mandhuy. O acordo judicial correu primeiramente na Justiça Estadual e, em seguida, na Federal, já que o juiz local se declarou incompetente para julgar o caso. “No ano passado, a CMNP estava ultimando a documentação para passar para o município as referidas áreas. Não sei se já foi concretizado, mas o fato é líquido e certo” (LANGOWSKI, 2010).

A última matéria em análise se encontra no boletim informativo OPTEI!, de julho de 2001. Na capa, o jornal estampa uma foto aérea da cidade, parabenizando-a pelo 48º aniversário de emancipação política. Apresenta ainda uma foto do degradado Córrego Guassupe e estampa como manchete: “Cinturão Verde: a visão de uma adolescente”. O texto principal, na página 3, ressalta na linha fina: “Até quando o descaso, a hipocrisia e o egoísmo reinarão?”.

O artigo denuncia uma série de danos ambientais provocados nos arredores de Cianorte, como mananciais e fontes de riachos que nascem e morrem poucos metros abaixo.

Até graxa animal foi detectada em análises realizadas recentemente em mananciais, córregos e rios da região. E o que é pior, muitos adolescentes e crianças, por falta de locais públicos e/ou não terem chances de freqüentarem clubes particulares, usam esses locais para banharem-se durante os dias de verão. Eles próprios, transformando-se em cobaias humanas, expostos a todos

os tipos de doenças, como o cólera, leishmaniose, dengue e outros bichos [sic]. (OPTEI!, 2001: 3)

A estudante Samila Teixeira Alves, 16 anos, aluna do segundo ano do ensino médio do Colégio Drummond, escreve um texto para enfatizar os problemas com as matas ciliares e os córregos de Cianorte, particularmente o Parque Mandhuy e o Córrego Cristalino, localizado nos fundos da empresa Cheina.

Suas águas estão completamente poluídas por gorduras e restos de lavanderias. Apresentam uma coloração arroxeadada, cheiro de produtos químicos e grande quantidade de espuma. (...) Mais para dentro (poucos metros) das matas, a quantidade de lixo é assustadora. Pneus velhos, colchões e pedaços de sofás, plásticos e outras coisas absurdas são deixadas e podem ser vistas e fotografadas. (OPTEI!, 2001: 3)

A jovem continua seu texto mostrando indignação com o descaso da população, que polui o ambiente como se dele não dependesse, e encerra questionando: “Será que vai ser preciso que a poluição e a falta de recursos naturais bata à nossa porta para que possamos abrir os olhos, como já acontece nos grandes centros?” (OPTEI!, 2001: 3).

LANGOWSKI (2010), fundador da Apromac, a ONG que assinou o Acordo como anuente concordante, ao ser indagado sobre a maneira como a mídia cobriu o caso naquela época, responde da seguinte maneira:

Foi totalmente direcionada. O jornal Tribuna de Cianorte, órgão oficial do município, divulgou matéria oriunda de press-release oficial tanto do IAP como da Prefeitura. Outro jornal, controlado pelo Deputado Edno Guimarães, a Folha de Cianorte, implementou feroz campanha contra o acordo, levando a APROMAC à posição de vilã, cobrindo manifestações de estudantes que eram manipulados e levados pelo chefe do núcleo da educação que então era parente do Deputado Edno Guimarães. Na esfera política, o então Deputado Edno Guimarães trouxe deputados para se somarem aos protestos contra a CMNP e Prefeitura, implementando críticas severas na Assembleia Legislativa contra o Secretário Estadual do Meio Ambiente, contra o Andreguetto, presidente do IAP. **Quem acabou pagando o pato mesmo fui eu, que perdi o cargo e encerrei minha carreira dentro do IAP.** Quanto à TV, a Rede Globo se somou às críticas, mostrando as áreas protegidas pelo Acordo como se as mesmas estivessem dentro das áreas a serem desmatadas. Entendo que não houve trabalho sério e investigativo. As pessoas que redigiam ou publicavam matérias contra o Acordo estavam envolvidas passional ou politicamente com o caso. As que publicavam matérias oficiais de press-releases (favoráveis como, seria de se esperar) tinham algum interesse em manter uma política de boas relações com a Prefeitura ou com o Estado, ou estavam distanciadas do assunto e apenas usavam a matéria oficial para completar espaço. **Eu, como principal articulador do Acordo através da Apromac fui, em momento algum, procurado por**

qualquer repórter, jornalista ou meio de imprensa para comentar ou explicar o caso. (LANGOWSKI, 2010)⁸²

BAITELLO (2003) menciona a importância que a mídia representa no viver do homem do século atual e a presença constante no seu cotidiano. De acordo com o autor, “a mídia não apenas adota as imagens calendárias e/ou cronológicas do dia, da noite, da tarde, do período, da jornada e do jornal, da folha e da folhinha, como ritualiza suas aparições, suas formas e seus formatos, acentuando-lhes a função sincronizadora” (BAITELLO, 1999: 104).

O autor prossegue, mencionando a diversas situações em que essa presença transforma-se de fato em um ritual diário:

Abrir um jornal ou apenas percorrer os olhos rapidamente sobre suas manchetes principais, sentar-se diante da televisão e assistir ao noticiário, sentar-se no carro e ouvir os jornais matutinos constituem alguns rituais mais resistentes deste século. Transformam-se os suportes, mudam os canais, as formas e os horários, mas esta comunhão simbólica com o tempo permanece inalterada. (idem)

Se a mídia tem como função a sincronização da sociedade, precisamos ter as questões ambientais, então, como um dos seus despertadores, enquanto há tempo de minimizarmos o impacto de nossa existência em relação às demais formas de vida. Se na dor somos todos iguais, no direito à vida o discurso poderia voltar-se mais à prática.

A sociedade brasileira é muito pouco informada; ela não tem como discutir as questões ambientais. A sensação que eu tenho é de que uma discussão no Brasil, ela acontece em Marte, não tem nada a ver com o concreto. Por exemplo: você está vendo alguma discussão sobre saneamento no Brasil? Quase metade da população não tem [saneamento]. Você está vendo alguma discussão sobre o modelo brasileiro de energia elétrica? Você está vendo uma discussão sobre, em vez de você devastar a Amazônia, fazer da biodiversidade a grande riqueza daquele lugar? Não vai ver nenhuma destas questões concretas e essenciais em discussão. Então, por isso que eu digo: parece que é em Marte. Você discute o PIB, a taxa de crescimento da economia, a taxa de juros... mas onde é isso? Em que lugar? Então, a sociedade precisa se organizar para participar das decisões. (NOVAES, 2002: s.n)

O modelo hollywoodiano apontado por NOVAES (2002) precisa abrir espaço para demandas que vão além da informação como espetáculo. Como bem lembra o autor, a questão ambiental demanda a integração de governantes e sociedade lançando

⁸² Ao longo do episódio, notam-se algumas curtas declarações, mas nenhuma entrevista esclarecedora sob a ótica da Apromac, mas também não há artigos assinados pela instituição. A manifestação mais contundente foi a citada *Cartilha de Esclarecimento*.

mão da comunicação, para que possam discutir, informar e tomar as direções consideradas adequadas para se chegar a alguma solução. Como é perceptível, a comunicação tem papel fundamental, porém, é preciso definir o foco que realmente interessa à coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte” surgiu em virtude da necessidade de dar rumo jurídico ao destino de uma parte das matas que originalmente tomava o cenário local, quando mais tarde iria ter seu interior ocupado pela cidade, ladeando-a para aos poucos ser fatiada em lotes rurais e para fins de loteamento imobiliário. Legalmente, a área pertencia à empresa colonizadora, a CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, que não tinha a intenção de preservar as matas: seu interesse girava única e exclusivamente em torno do ramo imobiliário. Tanto é que a proposta inicial realizada pela empresa envolvia uma área de 1.270.080 hectares em que a mesma pretendia desmatar 688.70 hectares (54%), sobrando 330.098 (26%) de área a ser transferida para o Cinturão Verde de Cianorte e 251.275 hectares (20%) a ser averbada como reserva florestal legal. Uma exigência do Código Florestal. Para se chegar a um denominador comum, foram excluídos 729.9500 (57%) da proposta original. Áreas estas que, de acordo com a legislação vigente no Estado, poderão ser preservadas em substituição às reservas florestais de outros lotes carentes de reserva mínima. A proposta final do Acordo envolveu 542.1300 hectares, sobrando 282.3714 hectares (52%) transferidos ao Cinturão Verde, somados a este mais 28.7240 hectares de Reserva Legal (5%) e 231.0346 (43%) liberados para desmate.

A CMNP tinha legalmente essas terras e havia o interesse em realizar o loteamento. Mas se deparava com o principal impedimento, representado pela legislação ambiental vigente. No entanto, ela nunca foi barreira para frear a destruição da mata, culpa imposta à sociedade que soava benéfica à empresa. Afinal, se a legislação ambiental impunha restrições a loteamento de áreas verdes, o mesmo não ocorreria se tais locais, com o passar do tempo, dessem espaço a vegetação rasteira, lixo, entulhos, dentre outros. A empresa também mantinha o discurso de que já tinha áreas verdes suficientemente preservadas com fins de reserva legal que, supostamente, lhe daria o direito de levar abaixo as matas que compunham o Cinturão. Uma visão errônea, principalmente levando em consideração que, no passado, o sinônimo de progresso era a mata tombada, com sua exploração econômica, quando hoje o valor está na exploração enquanto mata viva.

Após a elaboração do Acordo entre a CMNP, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; a PMC, Prefeitura Municipal de Cianorte; SEMA, Secretaria de Estado do Meio Ambiente mediante o IAP, Instituto Ambiental do Paraná; e a Apromac –

Associação de Proteção ao Meio Ambiente do Paraná, com aval do Ministério Público por meio da Promotoria de Meio Ambiente de Cianorte, a empresa foi autorizada a desmatar 43% de uma área de 542,13 hectares. Em contrapartida, a mesma repassaria 52% do restante ao município, que, juntamente com outros 5% equivalentes à reserva legal, seriam transformados no Parque Municipal do Cinturão Verde de Cianorte. Diante do material analisado, pode-se afirmar que foi feito um acordo de maneira premeditada e intencional, com divulgação focada nos benefícios da doação, minimizando e até omitindo os impactos ambientais ocorridos pelo desmatamento. Trata-se de uma barganha que a mídia não deixa clara. Os autores do Acordo certamente concluíram que alertar a sociedade de que haveria uma área verde preservada, em detrimento do desmatamento de outra área equivalente, incorreria em ver o Acordo rechaçado tanto por questões políticas quanto ambientais. Dessa maneira, percebe-se que a opção foi divulgar à sociedade a parte benéfica do Acordo. Quando a real intenção do documento foi evidenciada, a derrubada da mata já havia sido praticamente concluída sem muito mais ter o que fazer por ela.

Para discorrer sobre o tema, inicia-se com uma comparação a respeito da maneira como o jornalista Randau conduziu seus primeiros trabalhos com a temática ambiental e com a cobertura jornalística sobre o “Acordo do Cinturão Verde” quatro décadas depois. A tecnologia que poderia ser um diferencial competitivo não teve importância da mesma maneira que o material humano, o jornalista, independentemente da postura editorial do veículo. Randau repercutiu suas denúncias no mundo, apesar do fato de que, naquele tempo, a questão ambiental não estava tão saturada. Proporcionalmente a essa hipótese, pode-se afirmar que o tema não tinha a relevância de hoje, o que não significa que seja de fato tratado com a relevância necessária.

É certo que foi notável a ascensão de um jornalismo transgênico nesse episódio, sendo o tema utilizado de forma ofuscada ou exacerbada, de maneira que refletisse no aumento de tiragens.

Essa transgeníase, exacerbção e movimento de ostracismo com relação ao tema, mergulhou a audiência em um ato iconofágico de devorados e devoradores. Alguns devorando mensagens, outros sendo devorados pelas informações e, sem conseguir degluti-las, assimilando-as da maneira mais conveniente, fosse da corrente que afirmava que a presença da mata era um atraso para a cidade ou daquela que se posicionava contra o Acordo. Todos os integrantes foram devorados pela mídia, o que

reflete mais uma vez a influência do capital privado mediante a CMNP, em detrimento da democracia que o Estado deveria representar em benefício da coletividade.

A concepção de que se tratava de uma terra desocupada permitiu à empresa colonizadora imprimir sua marca em uma terra há muito pertencente a quem de direito a conquistou: os povos primitivos, a flora e fauna que aqui estiveram antes que qualquer outro galês.

A utilização de imagens fotográficas em formato de mapas, charges e outros artifícios pelos veículos de comunicação obedeceram ao intuito de convencer o público sobre a veracidade do que era informado, isto é, a veracidade que o veículo quer imprimir. Isso transparece no momento em que o jornal Folha de Cianorte enfatiza cenas de árvores gigantescas, evidenciando tratar-se de um dano ambiental visível, enquanto a cartilha denominada *Cinturão Verde de Cianorte – Esclarecimentos para o bem da verdade* faz uso de imagens que levam a crer que a vegetação que é alvo de desmate não tem qualquer exuberância e, portanto, não justifica sua preservação. Enquanto a Folha de Cianorte tenta evidenciar o dano ambiental, a citada *Cartilha* deseja evidenciar o ganho ambiental. Cada qual, utilizando as imagens e palavras mais convincentes para o seu ponto de vista.

Conclui-se que as partes tinham noção do impacto que o Acordo significava, por isso, não o divulgaram na íntegra. Da mesma forma, a CMNP tinha ciência do que significava a sociedade ter conhecimento de que uma determinada área viria a baixo, tanto que, tão logo foi assinado o Acordo, a empresa tratou de alocar máquinas para trabalharem dia e noite na derrubada da mata. Utilizaram a técnica de desmatar do centro para as extremidades, no intuito de evitar que a população tomasse conta do que estava acontecendo de imediato. Não havia tempo a perder, pois, assim que o desmatamento repercutisse na sociedade e na mídia, corria-se o risco de ser embargado, como assim o foi.

No momento em que se narra o anúncio em praça pública de apenas uma faceta do Acordo, depara-se com a clássica influência do *release* na concepção da pauta, uma atividade benéfica para o assessorado, que tem seu material publicado na íntegra e para a redação, que se depara com um produto acabado, mas altamente prejudicial para sociedade. Isso porque ele enfatiza apenas uma corrente e não explicita ao leitor menos avisado de que se trata de um material que prioriza um ponto de vista, uma publicidade com roupagem de notícia. Essa mesma atmosfera em que reina a rotina do *release* pode ser detectada ao longo de matérias e fotos repetidas por jornais regionais e estaduais,

quando pautados pela Folha de Cianorte. Percebe-se uma transposição de matérias, títulos, fotos e depoimentos em situações pontuais. Como se num momento a imprensa decidisse pela realização de um pool de notícias que facilitasse a divulgação de fatos novos, sem que os jornalistas se deslocassem ao local do caso, em Cianorte.

A abordagem, em relação ao Century Park, demonstra mais uma vez como a aceitação de colonizados ainda é reinante na cultura brasileira; como a concepção do que é de fora ainda soa como mais autêntico do que a mescla daquilo que nasce no burburinho da mistura que compõe a cultura brasileira; como a mídia vende tão bem a ideia de que a concepção exógena supera a endógena.

E se não há mais tema social que não tenha sido abraçado, não é menor o mérito quando se opta, por exemplo, pela preservação de uma fatia maior de área verde de uma cidade do interior do Paraná. E o fruto dessa mobilização elenca-se logo mais. Por outro aspecto, visualiza-se, no episódio, o papel da mídia, principalmente a impressa. De um lado, o jornal de situação Tribuna de Cianorte, que, no primeiro momento, anuncia a conquista do Parque Municipal do Cinturão Verde de Cianorte, minimizando – se não omitindo – que não se trata de uma doação, mas de uma troca: preservava-se uma área por conta da autorização de desmate de outra. E quando o caso começa a ganhar espaço na opinião pública, o citado jornal fecha os olhos para os questionamentos levantados nos demais veículos que cobrem o caso. A Tribuna de Cianorte simplesmente faz com que toda a polêmica que envolve a cidade não aconteça em suas páginas. Quando se torna inevitável – por exemplo, no episódio da passeata realizada com alunos em protesto ao desmatamento –, ela insiste em dizer que a mesma foi obrigatória e que pais de alunos ligavam na redação manifestando contrariedade à passeata. A Tribuna de Cianorte também se preocupa em colher depoimentos que avalizam o desmatamento, entrevistando somente pessoas que se dizem favoráveis ao Acordo (quando muito, umas se dizem contrárias para, em seguida, mudarem suas opiniões, aquiescendo).

Em outra instância, a Folha de Cianorte, jornal de oposição, “deita e rola” com o episódio. O desmatamento surge como “um prato cheio” porque, indiretamente, beneficia o deputado Edno Guimarães, opositor ao prefeito da época, Flávio Vieira. Conforme Langowski lembra ao longo do texto, durante a solenidade de assinatura em praça pública do Acordo do Cinturão Verde, o citado político fazia parte do palanque de autoridades. E, mais tarde, criticaria veementemente o documento, tanto nas páginas da Folha de Cianorte quanto nos demais veículos estaduais e na Assembleia Legislativa. Vale lembrar que, durante a solenidade, também estiveram representadas a Câmara dos

Vereadores e a Promotoria de Meio Ambiente. Essas mesmas entidades também irão negar sua convivência com o Acordo, quando este se torna motivo de contestação. Porém, não há como negar que, mesmo se utilizando politicamente do fato, o jornal Folha de Cianorte auxiliou na divulgação de um episódio que, se dependesse das mídias locais, não teria tido qualquer repercussão. O jornal acertou quando abordou o assunto com fotos de árvores gigantescas que contrapunham com as afirmações de que as áreas eram tão-somente formadas por capoeira. Também trouxe à tona artigos opinativos, dados técnicos e ampla divulgação dos laudos em torno do Acordo. De outro modo, priorizou a opinião dos opositores e, dessa maneira, incorreu no erro do concorrente Tribuna de Cianorte. Ambos os veículos, Folha de Cianorte e Tribuna de Cianorte, foram tendenciosos quando abriram espaço apenas para fontes que se diziam contrárias e favoráveis, respectivamente.

A tensão política gerada pelo Acordo fica clara nas páginas do jornal Folha de Cianorte ao usar suas páginas para responder às acusações de veículos locais, uma atitude que desqualifica a luta pela questão ambiental e abre espaço para as divergências políticas e/ou ideológicas.

Com relação aos demais veículos, é possível afirmar que trataram o tema como qualquer outro assunto que vende notícia. A partir do momento em que não trazia mais informações factuais, o tema foi perdendo espaço até se ofuscar completamente. No entanto, os veículos abriram espaço para as vozes contrárias e favoráveis ao episódio. Não há como negar tal fato. Em contrapartida, houve uma contínua repetição das fontes envolvidas. Nenhum veículo se preocupou em buscar especialistas, como fez Randau há quatro décadas. O único momento em que os especialistas ganham espaço corresponde àquele em que a equipe de doutores da UEM, a convite da autora, divulga o laudo técnico com relação às áreas envolvidas. Nos demais momentos, há uma espécie de comodismo em replicar o fato e apontar um ou outro ponto novo. Não se percebe um *link* do assunto com outros temas similares ou uma pauta que trate do mesmo, com enfoque diferenciado. Talvez, a única exceção seja quando o jornal Gazeta do Povo aborda o tema como fato político, relatando que os deputados pressionavam o governo para que o secretário de Estado de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, fosse exonerado. A participação dos professores doutores da UEM no episódio foi ponto positivo. Afinal, foi a partir da elaboração do primeiro laudo que eles foram convidados pelo Governo do Estado para elaborarem um segundo documento em conjunto com o IAP. Se não fosse a

mobilização, a equipe de especialistas não teria sido ouvida⁸³. O mesmo evento provocou o crescimento do interesse do Departamento de Biologia na área de preservação da região, como foi destacado em matérias do período.

Os artigos opinativos expressos por colaboradores, no jornal Folha de Cianorte e no Optei!, mostram a importância que tem o espaço de opinião do leitor, ao mesmo tempo em que deixa claro como ele não é lembrado, mas desmerecido. Tanto que não há uma manifestação de autores que utilizem o espaço para defenderem o Acordo. Trata-se de uma certa passividade coletiva que impregna aqueles que poderiam usar seus conhecimentos expondo pontos de vista.

Ao finalizar a análise e diante da nova informação de que durante a vigência do Acordo a CMNP havia conseguido desmatar 200 hectares dos 231 permitidos, a primeira sensação foi de frustração. Ou seja, toda a luta da sociedade organizada teria sido em vão. Vieram à mente numerosas indagações sobre o que poderia ter sido feito de diferente para que as máquinas não avançassem da maneira como avançaram. Esse pensamento surgiu em virtude da concepção da autora com a visão de militante, que fez parte do grupo denominado “Amigos do Cinturão”. Porém, ponderando a respeito do tema a partir da concepção de pesquisadora e jornalista, entende-se todo o episódio como um grande momento de aprendizagem e reflexão.

Se o Acordo do Cinturão Verde de Cianorte surgiu a portas fechadas e foi lançado “goela abaixo” à sociedade cianortense, no intuito de que ela assimilasse as regras do jogo sem qualquer questionamento. O que se percebe ao longo do episódio é que o caso tomou um rumo muito diferente daquele traçado originalmente. Tal inferência só foi possível por conta da sociedade organizada, articulada pelo grupo denominado “Amigos do Cinturão”. Se não fosse a intervenção do mesmo, em um primeiro momento não haveria essa dissertação. Também não seriam preservados os 20 hectares que a CMNP não teve tempo hábil para desmatar e que foram anexados ao Parque do Cinturão Verde de Cianorte. É importante lembrar que fazem parte desses 20 hectares justamente trechos de matas limítrofes às avenidas Maranhão e Das Indústrias, além de seis hectares perto da Rodovia, junto ao Parque Mandhuy.

Se for realizada uma retrospectiva no material utilizado é possível afirmar que a “briga” para a preservação dessa área está narrada nas páginas do jornal Folha de

⁸³ Em email datado de 26 de março de 2009, o professor Valdovino Damásio dos Santos afirmou: “Realmente aquele evento foi marcante e costumo citá-lo em minhas aulas de Ecologia”.

Cianorte⁸⁴ quando da visita do juiz Willian Artur Pussi às áreas desmatadas e demais áreas que estavam autorizadas para desmate. Por essa perspectiva, o grupo “Amigos do Cinturão” provocou um ganho ambiental que o Acordo não conseguia assegurar, fato reiterado ao longo do texto. A CMNP estava irredutível em ceder essas áreas.

E se, por um aspecto, a CMNP conseguia mais uma vez conduzir as regras do jogo, por ocasião da intervenção da comunidade nos trâmites do Acordo, a empresa necessitou curvar-se ao clamor socioambiental. Acostumada, como sempre esteve, a colonizar no sentido estrito da palavra, desta feita foi colônia das regras da Justiça. A destreza em derrubar logo a mata, a fim de se prevenir uma eventual mudança de rumos, lhe garantiu realmente o direito de ficar com a fatia desmatada. Mas a CMNP, tão afoita, teve que esperar uma década para realmente ocupar essas áreas. Isso soa, de certa maneira, como uma jurisprudência para que outras empresas sedentas por “acordos velados” sejam mais claras com a sociedade ou minimizem sua ânsia em desmatar somente visando ao lucro particular. Talvez, essa briga judicial que levou uma década para ser definida mostre que desmatar menos não seja um negócio tão ruim como ainda representa ser a visão estreita da CMNP.

A discussão provocada na sociedade, por mais que hoje ela não se encontre refletida no universo da internet e tenha sido esquecida, ignorada ou omitida pelos que recontam a história do Cinturão Verde, foi válida. Comprova-se que a sociedade se encontra de certo modo articulada, a exemplo das associações de moradores – no caso a Associação de Moradores dos Seis Conjuntos, que representava, na ocasião, um universo de 10 mil pessoas – mas não o suficiente para as questões que exigem mobilização popular.

Na ocasião, por mais que se diga que se tratou de uma estratégia política, não há como negar que o tema repercutiu no conjunto da sociedade que se viu discutindo o interesse da coletividade. Fato importante de se destacar é que o grupo denominado “Amigos do Cinturão” não constituía um entidade jurídica, mas, por abrigar posicionamentos convergentes de profissionais liberais, atuou de maneira significativa. Essa atuação sobrepôs até mesmo o papel exercido pela Apromac, que teve sua imagem maculada diante da anuência em relação a um Acordo que gerou indagações e questionamentos com relação a seu real papel de defesa do interesse coletivo/ambiental.

⁸⁴ Ver Folha de Cianorte, de 1 de junho de 2000, quando cita: “Outra situação foi quando a jornalista Aida Franco de Lima insistiu para que a comitiva fosse até as margens do Rio Coruja, para que todos pudessem ver as consequências da erosão e o agravamento da situação, caso a mata próxima àquela localidade seja realmente levada ao fim”.

O fato de ser fundada e formada por integrantes do órgão governamental também impôs limites a seu caráter “não governamental”. Posteriormente, parte dos integrantes do grupo “Amigos do Cinturão” formaria o Instituto Água Viva, justamente por perceberem a necessidade de terem a figura jurídica de uma ONG em situações que necessitem de intervenção como essa, promovida no episódio ora destacado.

Bem provável que, se fossem entrevistados alunos que participaram da mobilização popular levada às ruas de Cianorte, muitos se lembrarão, pois foi um dos raros manifestos realizados na cidade. Atualmente, os adolescentes da época estão ingressando ou mesmo saindo dos bancos universitários e mereceriam ser ouvidos em relação ao passado.

Com relação ao segmento político, ele agiu como sempre é de se esperar: os espaços midiáticos foram aproveitados, no intuito de apregoar seus slogans de moralidade e chavões pré-eleitorais a público para negar ou reafirmar seus pontos de vista. Mas é evidente que, ao menos, a classe política não poderia alegar que foi surpreendida, pois uma negociação desse porte, tão logo fosse anunciada, demandaria o uso de poderes legais para, no mínimo, solicitar explicações. Não foi dessa maneira que os agentes políticos agiram, esperando as manchetes dos jornais para justificarem suas posições no mínimo “ingênuas”.

Sugere-se aos interessados no tema a realização de uma busca das imagens e materiais informativos realizados pelas emissoras de TV que cobriram o episódio. As imagens em movimento certamente poderiam transformar-se em mais um objeto de pesquisa.

Outra perspectiva interessante seria o levantamento de informações pelas vias judiciais, tomando por base o processo que emoldura o caso, a saber, que completou dez anos e certamente é formado por amplo conteúdo, importante de ser revelado à sociedade.

Da mesma maneira que o tema desapareceu da mídia, uma parcela da sociedade que acompanhou de perto o episódio ficou órfã de informações que possibilitam uma visão atual do desfecho do caso. Como foi salientando, a intenção dessa dissertação foi reavivar informações do passado e provocar um novo olhar para o que restou do Cinturão Verde de Cianorte.

Mídia e meio ambiente são questões imperativas. As sociedades devoram a informação, da mesma forma que estão devorando o universo que as abriga: a Terra. Nunca se produziu tanta informação, nunca o ambiente foi tão agredido. Enquanto

encerram-se essas linhas, o pior desastre ambiental da história dos EUA, um vazamento de petróleo no Golfo do México, provocado pela British Petroleum⁸⁵, estava prestes a completar quatro meses de vazamento. E, muito provavelmente, uma série de outras catástrofes ocorrem simultaneamente no globo. Ao mesmo tempo, a mídia se digladiava em busca da manchete que vai gerar mais audiência. E o “cidadão comum” talvez ainda esteja se lamentando porque o seu país, com exceção da Espanha, não ganhou a Copa do Mundo, sem se dar conta que o mundo está sendo engolido.

Importante lembrar que o episódio do “Cinturão Verde de Cianorte” reflete um contexto comum no cenário brasileiro. Esse caso se repete tanto nas pequenas cidades quanto nas metrópoles, quando a questão ambiental se torna empecilho para o avanço da especulação imobiliária. Do mesmo modo que é comum que as deliberações ocorram sem que a comunidade seja, de fato, consultada e/ou informada.

Um aspecto relevante do mesmo é que houve uma reviravolta no episódio. Inicialmente, foi apresentado à população apenas o aspecto benéfico do Acordo: a doação de uma área verde, por parte da CMNP ao município. Em seguida, por meio das matérias na mídia, foi revelada outra cláusula da negociação. É possível afirmar que foi um processo de retroalimentação quando os grupos oponentes e defensores do Acordo pautaram a mídia. E diante da repercussão, esses tiveram que desenvolver estratégias de ação para continuarem sendo pautados. Toda essa movimentação gerou delineações distintas daquelas anteriormente previstas. O episódio também foi paradigmático do ponto de vista do processo de participação na definição de políticas públicas ambientais.

⁸⁵ O desastre ambiental teve início no dia 20 de abril de 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

BAITELLO JR., Norval. **A era da iconofagia: ensaios de comunicação e cultura**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

_____. Entrevista Antennaweb: Norval Baitello Junior. In: **Antennaweb**: Revista Digital do IBModa. n. 3, 2008. Disponível em <<http://www.antennaweb.com.br/edicao3/entrevista/index.htm>>. Acesso em 1 jun. 2009.

_____. **O animal que parou os relógios. Ensaios sobre comunicação, cultura e mídia**. São Paulo: Annablume, 1999.

BAITELLO JR., Norval et. alii. **Símbolos vivem mais que os homens**. São Paulo: Annablume, 2006.

BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. **Oralidade no Direito Administrativo: licenciamento ambiental e audiência pública**. 2006. Disponível em: <<http://www.mundojuridico.adv.br>>. Acesso em: 11 abr. de 2010.

BARCELLOS, Zanei; GALINDO, Rogerio. Deputados investigam desmatamento. In: **Gazeta do Povo**: Paraná. 3 mai. 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BELLINI, Wanderlei. A coisa tá feia... In: **Tribuna do Povo**. 4 abr. 2000.

_____. Moradores de Cianorte tentam impedir o desmatamento do tal Cinturão Verde. Coisa preta... In: **Tribuna do Povo**. 26 abr. 2000.

BELTING, Hans. Imagem, mídia, corpo: uma nova abordagem à iconologia. In: **Ghrebh** – Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia [online]. São Paulo, n. 8. mai-out/ 2006.

BONDE/FOLHA DE LONDRINA . Jornal monta exposição sobre o Cinturão Verde. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/folha/folha.php?id_folha=2-1--4374-20000929>. Acesso em: 4 jul. 2010.

BONELLA, Alcino Eduardo. Racionalidade, egoísmo, benevolência. In: **Ethic@**. Florianópolis, ago 2007, v.6, n.4. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/ethic@/et611art2.pdf>> Acesso em: 1 mar. 2010.

BONI, Paulo César; SATO, Larissa Ayumi. A mídia fotografia como estratégia publicitária da Companhia de Terras Norte do Paraná. In: BONI, Paulo César (Org.). **Certidões de Nascimento da História: o surgimento de municípios no eixo Londrina - Maringá**. Londrina: Planográfica, 2009.

BRASIL. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA, 2000.

CANDIA, Vanessa. **Ambientalismo sem extremismo**. Canal da Imprensa. Disponível em: <<http://www.canaldaimprensa.com.br/canalant/especial/quarent7/especial47.htm>> Acesso em: 20 abr. 2010

CAPPELLI, Sílvia. **Reflexões sobre o papel do Ministério Público frente à mudança climática**: considerações sobre a recuperação das áreas de preservação permanente e de reserva legal. Disponível em: <<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/reflexoes-sobre-o-papel-do-ministerio-publico-frente-a-mudanca-climatica/>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

CARVALHO, Ely Bergo de; NODARI, Eunice Sueli. A civilização e a barbárie nos jornais: o imaginário do “verde” em cidades de fronteira agrícola no Paraná (1954/2000). In: **Revista de História e Estudos Culturais** [online]. ano 5, vol.5 n.2, abr/jun. 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro**: do “Descobrimento” a Canudos. São Paulo: Moderna, 1988.

CIANORTE. Decreto Municipal nº 131/92, de 08 de dezembro de 1992, que denomina o loteamento comum o complexo Century Park e dá outras providências. **Câmara de Cianorte**. Disponível em: <<http://www.camaracianorte.pr.gov.br/lei.php?envia=true&id=625>>. Acesso em: 1 nov.09.

CIANORTE. Lei Municipal nº 2.584 /05, de 22 de setembro de 2005, que altera a classificação do loteamento denominado "Century Park", aprovado pelo Decreto Municipal nº 131/92, de 08 de dezembro de 1992, como loteamento comum, para Loteamento Fechado "Century Park", autoriza o Poder Executivo efetuar a concessão de uso das vias públicas, praças e espaços livres aos proprietários de imóveis do referido loteamento, e dá outras providências. **Câmara de Cianorte**. Disponível em: <<http://www.camaracianorte.pr.gov.br/lei.php?envia=true&id=625>>. Acesso em 01 nov. 2009.

CIANORTE. **Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo**. Disponível em: <http://www.cianorte.pr.gov.br/cianorte_comercio.php+a+industria+da+confecção+em+cianorte> Acesso em: 21 abr. 2010.

CIOFFI, Helena et.alii. **Cianorte**: sua história contada pelos pioneiros. Maringá: Ideal, 1995.

CLARIS. News. In: **Informativo Claris Bem Viver**. 2008. Disponível em: <<http://www.clarisportasejanelas.com.br/news/fevereiro/indexFevereiro.htm>> Acesso em: 21 abr. 2010

CONAMA. Resolução nº 011, de 14 de dezembro de 1988, O Conselho Nacional do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8º da Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, e o Artigo 7º do Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983,

resolve (...). Brasília – DF. Disponível em: <<http://www.semarh.df.gov.br/sites/300/379/00001333.pdf>> . Acesso em: 1 jun. 2009.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIÁRIO DE MARINGÁ, O. **UEM elabora laudo sobre desmatamento**. 23 mai. 2000.

_____. **UEM faz laudo de área desmatada em Cianorte**. 23 mai. 2000.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ESTADO DO PARANÁ, O. **Atentado**. 4 abr. 2000.

FELIPE, S. T. Da Considerabilidade Moral dos Seres Vivos. In: **ethic@**. Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 103-118, jul. 2006.

FOLHA DE CIANORTE. **“Cinturão Verde”**: comissão multidisciplinar e interinstitucional conclui avaliação sobre desmatamento. 15 jun. 2000.

_____. **“Não somos ambientalistas de meia tigela” afirma presidente da APROMAC**. 27 abr. 2000.

_____. **A imprensa calada não traz a mata de volta!!!**. 4 mai. 2000.

_____. **Acorda, Alice! Pare de sonhar com a floresta viva**: o capítulo II da Lei Florestal Paranaense. 14 mai. 2000.

_____. **Algumas perguntas que ninguém responde**. 27 abr. 2000.

_____. **Árvores centenárias derrubadas com vida ainda resistem ao fogo criminoso**. 14 mai. 2000.

_____. **Assembléia aprova voto de repúdio por unanimidade**. 27 abr. 2000.

_____. **Cabrera se preocupa com o desmatamento do Cinturão Verde**. 08 jun. 2000.

_____. **Cartilha afirma que desmatamento de área natural também é coisa natural**. 14 mai. 2000.

_____. **Cartilha nega desmate e insiste que 231,03 hectares de mata que faz(ia) parte do Cinturão Verde não tem importância ambiental**. 14 mai. 2000.

_____. **Chuva de laudos**. 25 mai. 2000.

- . _____ . **Cianorte na mídia.** 23 abr. 2000.
- . _____ . **Cianortinho sofreu tragédia ambiental.** 21 mai. 2000.
- . _____ . **Cinturão Verde.** 31 mai. 2000.
- . _____ . **Da Direção da Folha de Cianorte para Direção da TV Cinturão Verde.** 27 abr. 2000.
- . _____ . **Deputado Serraglio condena desmatamento.** 14 mai. 2000.
- . _____ . **Deputados ficam perplexos com desmatamento em Cianorte.** 04 jun. 2000.
- . _____ . **Deputados querem criar APAS em terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.** 08 jun. 2000.
- . _____ . **Desmatamento continua.** 27 abr. 2000.
- . _____ . **Desmate de Cinturão e Projeto de deputado Michelleto são presentes de grego para Mãe Natureza.** 14 mai. 2000.
- . _____ . **Desmate fugiu ao controle do IAP.** 25 mai. 2000.
- . _____ . **Divergência de idéias esquentam saída de campo.** 31 mai. 2000.
- . _____ . **Doutores da UEM consideram 'lamentável' o desmate do Cinturão Verde.** 21 mai. 2000.
- . _____ . **Doutores salientam gravidade das erosões, poluição no Cinturão Verde e assoreamento do Coruja.** 21 mai. 2000.
- . _____ . **Em Cianorte, árvores ao chão marcam 500 anos de Brasil.** 23 abr. 2000.
- . _____ . **Equipe da UEM sugere medidas para impedir aumento de desastre ambiental.** 21 mai. 2000.
- . _____ . **Equipe de doutores da UEM prepara laudo técnico sobre mata derrubada.** 14 mai. 2000.
- . _____ . **Estudantes vão às ruas contra desmatamento.** 30 abr. 2000.
- . _____ . **Estudantes visitam local de desmatamento.** 27 abr. 2000.
- . _____ . **Fato Estranho: a ONG que é governo.** 23 abr. 2000.

- **Fauna ameaçada:** animais fogem desesperados do interior da mata. 23 abr. 2000.
- **Fogo consome Cinturão Verde.** 17 ago. 2000.
- **Fogo consome mais 30 mil metros do Cinturão Verde.** 17 ago. 2000.
- **Fogo no Cinturão Verde:** a tragédia anunciada. 17 ago. 2000.
- **IAP recua e pede ajuda da UEM para elaborar novo laudo técnico.** 25 mai. 2000.
- **IAP, APROMAC e Ministério Público participam de sessão na Câmara.** 27 abr. 2000.
- **ICMS fica ‘nas mãos’ de Prefeitura, IAP e APROMAC.** 21 mai. 2000.
- **Impacto desconhecido:** faltou mais estudo para aprovação de acordo. 23 abr. 2000.
- **Juiz faz vistoria em áreas desmatadas.** 31 mai. 2000.
- **Laudo comprova que desmatamento causou dano ambiental.** 21 mai. 2000.
- **Laudo técnico vai dizer se houve desmatamento.** 18 mai. 2000. p.01.
- **Lei exclui auxílio a demais redutos ambientais de Cianorte.** 21 mai. 2000.
- **Liminar paralisa desmatamento.** 30 abr. 2000.
- **Mais de 4 mil estudantes cianortenses lutam pelo Cinturão Verde.** 30 abr. 2000.
- **Nada em debate, tudo em concordância!** É o ponto de desequilíbrio... 30 abr. 2000.
- **Nota de Repúdio.** 23 abr. 2000.
- **O fogo e a nobreza das árvores.** 31 mai. 2000.
- **Parque Manduy é reduto de lixo.** 30 abr. 2000.

_____. **Prefeito participa de reuniões em Curitiba.** 12 abr.1998. Veiculação online em página da web atualmente extinta. Cópia do material encontra-se em anexo.

_____. **Prefeitura e IAP não estão se entendendo.** 08 jun. 2000.

_____. **Protesto destacou ‘Defesa do Meio Ambiente’ e teve concentração em frente à Prefeitura.** 30 abr. 2000.

_____. **Relação de espécies encontradas por doutores da UEM derruba ‘tese da capoeira’.** 21 mai. 2000.

_____. **Relatório da UEM desmente Cartilha.** 25 mai. 2000.

_____. **Secretário admite rever desmatamento.** 28 mai. 2000.

_____. **Turma da Mônica veste-se de luto em defesa do Código Florestal.** 18 mai. 2000.

_____. **Vereadores caíram na ‘arapuca do Cinturão’.** 21 mai. 2000.

FOLHA DE LONDRINA/FOLHA DO PARANÁ. UEM vai avaliar matas de cinturão. In: **Folha Cidade.** 16 mai. 2000.

GALINDO-LEAL, Carlos et alii. (orgs.) **State of the Hotspots. Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas.** Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica/Conservação Internacional, 2005.

GAZETA DO POVO. A imagem: manifesto ecológico. In: **Paraná.** 29 abr. 2000.

GREENPEACE. **Grilagem de terras na Amazônia:** negócio bilionário ameaça a floresta e populações tradicionais. 2005. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org.br/amazonia/pdf/grilagem.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

HORNER, Alexandre. Cianorte: comunidade tenta impedir desmatamento. In: **Gazeta do Povo: Paraná.** 27 abr. 2000.

_____. Cianorte: juiz manda parar corte de matas. In: **Gazeta do Povo: Paraná.** 28 abr. 2000.

_____. Comissão da Assembléia Legislativa investiga desmates. In: **Jornal de Londrina/Gazeta do Povo.** Acesso em: 3 jun. 2000. Retirado de página web atualmente inexistente. Cópia do material encontra-se em anexo.

_____. Companhia insiste no desmate. In: **Gazeta do Povo: Paraná.** 3 mai. 2000

_____. Deputados querem criar APAS em terras de empresas. In: **Jornal de Londrina/Gazeta do Povo**. 5 jun. 2000. Acesso em: 5 jun. 2000. Retirado de página web atualmente inexistente. Cópia do material encontra-se em anexo.

_____. Desmatamento desencadeia protestos em Cianorte. In: **Gazeta do Povo: Paraná**. 26 abr. 2000.

_____. Laudo é de que houve desmatamento. In: **Gazeta do Povo: Paraná**. 17 mai. 2000.

_____. Secretário admite rever desmatamento. In: **Jornal de Londrina/ Gazeta do Povo**. 25 mai. 2000. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/jornal/parana/hoje/desmatamento.shtml>>. Acesso em: 25 mai. 2000.

LAGE, Nilson. **Ideologia e Técnica da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

LANGOWSKI, Eleutério. **O Acordo do Cinturão Verde de Cianorte**: revisão dos fatos. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <aida.francodelima@gmail.com> em 26 mai. 2010.

LAZARINI, Ademir Quintilho. Já que é pouco, melhor que acabe: o ‘Cinturão Verde’ em questão. In: **Folha de Cianorte**. 14 mai. 2000.

LIMA, André R.; CAPOBIANCO, João Paulo (org.). **Documentos do ISA nº 04 – Mata Atlântica: avanços legais e institucionais pra sua conservação**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1997.

LOMBARDO, Magda Adelaide. **A morada do calor**. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/203/ilhas.php>>. Acesso em: 1 dez. 2009.

LOUREIRO, Wilson. **ICMS Ecológico**: a consolidação de uma experiência brasileira de incentivo à Conservação da Biodiversidade. 2008. Disponível em: < <http://www.semar.pi.gov.br/noticia.php?id=872>> Acesso em: 02 abr.2010.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

MALANOVICZ, Aline Vieira. **Aula 10: Poder**. Mai. 2008. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/ensaios/1003486>>. Acesso em: 1 jun. 2009.

MARQUES, Randau. **Folha de Londrina**. nº 10, ano 11, 1991.

MARSHALL, Leandro. Jornalismo Transgênico. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de disciplinares da Comunicação, 24, 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Uniderp, 2001. 1 CD ROM.

MEDEIROS, Jatobê. Histórias Paranaenses 2. In: **Estadão.com.br**: Seção Q Come Pedra. 2007. Disponível em:

<<http://blog.estadao.com.br/blog/index.php?blog=17&m=200706>>. Acesso em: 1 nov. 2009.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista**. 2005. Tese (Doutorado em História Assis) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista.

MONDZAIN, Marie-José. **As imagens podem matar?** Lisboa: Editora Vega, 2009.

MOREIRA, Vânia. Cianorte tenta barrar derrubada de mata – Para promotor, não há outra solução. In: **Folha de Londrina/Folha do Paraná: Cidades**. 25 abr. 2000.

_____. Cinturão verde é parque municipal. In: **Folha de Londrina/Folha do Paraná**. 28 mar.2000.

_____. Desmate gera protesto de moradores em Cianorte. In: **Folha de Londrina/Folha do Paraná**. 28 abr. 2000.

_____. IAP adia reunião pública. In: **Folha de Londrina/Folha do Paraná: Giro pelo Paraná**. 21 mar. 2001.

_____. Justiça suspende desmate em Cianorte. In: **Folha de Londrina/Folha do Paraná**. 29 abr. 2000.

_____. Loteamento é ameaça para área verde. In: **Folha de Londrina/Folha do Paraná**. 30 mai.1999.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no Século XX: necrose**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

NICOLLETI, Vinícius. **Residência Unifamiliar**. Disponível em: <<http://viniciusnicollettiarquitetura.blogspot.com/2008/12/residencia-unifamiliar-2008-condominio.html>>. Acesso em: 21 abr. 2010.

NOVAES, Washington. **Jornalista fala sobre desenvolvimento sustentável e o papel da mídia**. 2002. Disponível em: <http://www.catolicadigital.ucg.br/home/secao.asp?id_secao=1219>. Acesso em: 3 jul. 2010.

_____. Sinal Vermelho. In: **Revista Caros Amigos**, v. 6, n. 66, set. 2002.

NUNES, Osmar. Apoio ao Cinturão Verde. In: **O Estado do Paraná: Coluna Noroeste**. 07 mai. 2000.

_____. Biólogos avaliam Cinturão. In: **O Estado do Paraná**. 17 mai. 2000.

_____. Cianorte perde 40% do Cinturão Verde. In: **Cidades**. 25 mar.2000.

_____. Cinturão mantém a polêmica. In: **O Estado do Paraná – Cidades**. 31 mar.2001.

_____. Começa desmate no Cinturão Verde. In: **O Estado do Paraná – Cidades**. 20 abr. 2000.

_____. Desmate do Cinturão causa polêmica. In: **O Estado do Paraná**. 30 mar. 2000.

_____. Estudantes protestam em Cianorte. In: **O Estado do Paraná – Cidades**. 29 abr. 2000.

_____. IAP suspende corte de mata em Cianorte. In: **O Estado do Paraná – Cidades**. 28 abr. 2000. p

_____. Juiz visita desmatamento. In: **O Estado do Paraná – Cidades**. 31 mai. 2000.

_____. Laudo técnico condena desmate em Cianorte. In: **O Estado do Paraná: Coluna Noroeste**. 19 mai. 2000.

ON LINE, Cianorte. **A cidade que se redescobriu e se tornou a Capital nacional do Vestuário**. Disponível em: <<http://www.cianorte.pr.gov.br/pagina.php?codigo=2&title=Historia+de+Cianorte>>. Acesso em: 1 fev. 2010.

OPTEI. **Cinturão Verde: a visão de uma adolescente**. jul. 2001.

_____: quem é o vilão da história?. abr./ mai. 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Lista vermelha de plantas ameaçadas de extinção no Estado do Paraná**. Curitiba: SEMA: GTZ, 1995.

PERES, Salvador. O Cinturão Verde de Cianorte. In: **Optei!**. abr./ mai. 2000.

PINHEIRO, José Amálio de Branco – Disciplina de Teorias da Comunicação – Teorias Culturalísticas da Comunicação I. 2009. Gravação de aulas.

_____. Barroco e mestiçagem. In: **Seminário de Comunicação e Cultura**, 3, 2007. Disponível em: <http://barrocomestico.incubadora.fapesp.br/portal/referencias/14_amalio_final%201.mp3/view> . Acesso em: 1 nov. 09.

PMC; APROMAC; IAP. **Cinturão Verde de Cianorte: esclarecimentos para o bem da verdade**. Cianorte: s.n., 2000

PROSS, Harry. A Economia dos Sinais e a Economia Política. In: **A Explosão da Informação**. São Paulo: Sesc Paulista, 1997.

_____. **La estructura simbólica del poder**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1980.

REGO, Leão Renato. **As cidades plantadas**: os britânicos e a construção da paisagem do norte do Paraná. Londrina: Humanidades, 2009.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **A pobreza mora ao lado**: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá. 2004. Tese (Doutorado) – Programa de pós-graduados em Ciências Sociais – doutorado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ROMANO, Vicente. **A procura por uma vida livre**: algumas notas sobre a antropologia simbólica de Harry Pross por Carlos Magno Camargo Mendonça. Disponível em: <<http://www.cisc.org.br/revista/ghrebh/index.php/ghrebh/article/viewPDFInterstitial/31/35>>. Acesso em 15 mai. 09.

SECRETARIA DO ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO. **Atlas do Estado do Paraná**. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, 1987.

SILVA, Frederico Fonseca. A árvore da serra: anjos e a cidade. In: **Folha de Cianorte**: Ponto de Vista. 30 abr. 2000. p.17.

_____. A fivela do Cinturão. In: **Folha de Cianorte**. 27 jun.1999.

_____. SILVA, Frederico Fonseca. A todos que se omitem. In: **Folha de Cianorte**: Ponto de Vista. 21 mai. 2000.

_____. Duas formas de se acabar com as florestas – e todos órfãos da mãe natureza. In: **Folha de Cianorte**. 14 mai. 2000.

_____. Em defesa do Sr. Prefeito. In: **Folha de Cianorte**: Ponto de Vista. 07 mai. 2000.

_____. Espaço na tribuna. In: **Folha de Cianorte**: Ponto de Vista. 28 mai. 2000.

SOUZA, Maria Conceição; SANTOS, Valdovino Damásio dos; MOSCHETA, Ismar Sebastião. **Relatório de Avaliação de Desflorestamentos Realizados em Cianorte (PR)**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2000.

STEINKE, Rosana. **Ruas Curvas versus Ruas Retas**: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira. Maringá: Eduem, 2007.

STEINKE, Rosana; BORTOLOTTI, M. A. Cianorte cidade-jardim: outros olhares. In: Semana de História/Fórum do PPH, 14, 2008, Maringá. Anais... Maringá: UEM, 2008.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

TERTULINO, Paulo A. Informe Tribuna de Cianorte: Dia Histórico. In: **A Tribuna de Cianorte**. 25 mar.2000.

TRIBUNA DE CIANORTE. **Documento técnico esclarece acordo sobre criação do “Cinturão Verde”**. 03 mai. 2000.

TRIBUNA DE CIANORTE. Casa é retirada do Parque Mandhuí. In: **Geral**. 2 jul. 2000.

_____. **Cianorte ganha novo loteamento**. 07 mai. 2000.

_____. **Cianorte ganha Parque Cinturão Verde doado pela iniciativa privada**. 25 mar. 1999.

_____. Cinturão Verde. In: **Nos bastidores da Câmara**. 26 abr. 2000.

_____. **Flávio recebe proposta para reestruturar o COMMA**. 11 abr. 2000.

_____. **Lei vai disciplinar uso do ICM ecológico**. 11 abr. 2000.

_____. **Moradores falam sobre retirada de vegetação no Cianortinho**. 07 mai. 2000. ano 35, nº 2.782.

_____. **Mutirão embeleza pista de caminhada**. 26 mar.2000.

_____. **Plantio de 5 mil mudas revitaliza Córrego Coruja**. Disponível em: <<http://www.tribunadecianorte.com.br/cianorte/34-nc/2947-plantio-de-5-mil-mudas-revitaliza-corrego-coruja>>. Acesso em 19 jul. 2010.

_____. **Prefeito se reúne com estudantes**. 10 mai. 2000.

_____. **Vereadores aprovam por unanimidade lei que cria o “Parque Cinturão Verde”**. 29 abr. 2000.

UMUARAMA ILUSTRADO. **“Desmatamento é imoral”, diz Edno Guimarães**. 20 abr. 2000.

VASCONCELOS, Gustavo Bruski; REGO, Renato Leão; SIMÕES, Antonio. **A cidade de Cianorte: formação e desenho urbano**. 2008. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo4/trabalho_107.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2010.

VILLAR, Roberto; TOSI, Juarez. **Jornalismo Ambiental: onde estão as faculdade de Comunicação?** Disponível em: <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/ecos/revistas/ecos19/opiniaio.htm>>. Acesso em: 6 nov. 2003.

ZILLER, Sílvia Renate. Cinturão Verde de Cianorte. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <emaildaaida@gmail.com> em 25 mai. 2009.

GLOSSÁRIO

AÇÃO CAUTELAR – Ou medida cautelar ou processo de medida cautelar. Tem a finalidade de, temporária e emergencialmente, conservar e assegurar elementos do processo (pessoas, coisas e provas) para evitar um prejuízo irreparável que a demora no julgamento principal possa acarretar. A ação cautelar pode ser nominada (arresto, sequestro, busca e apreensão) e inominada, ou seja, aquela à qual o Código de Processo Civil não atribui nome, mas, sim, o proponente da medida (cautelar inominada de sustação de protesto, por exemplo). Pode ser preparatória, quando antecede a propositura da ação principal e incidental, proposta no curso da ação principal, como incidente da própria ação.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA – É uma ação destinada a proteger interesses difusos ou coletivos, responsabilizando quem comete danos contra os bens tutelados. Pode ser ajuizada pelo Ministério Público ou outras pessoas jurídicas, públicas ou privadas, para proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente, o consumidor. Por meio da ACP, pede-se que os réus sejam condenados à obrigação de fazer ou deixar de fazer determinado ato, com a imposição de multa em caso de descumprimento da decisão judicial.

AGÊNCIA ESTADUAL – Agência de notícias do Governo do Paraná.

AMERICAN WAY OF LIFE – Estilo americano de vida, impregnado pelo consumismo e degradação ambiental.

ARTIGO - Texto com análise do comentarista (ex.: esportes, televisão, informática, educação, cultura), com autor identificado (assinado) a respeito de um tema atual e de sua responsabilidade.

AUDIÊNCIA PÚBLICA – A audiência pública, no Direito Administrativo, funciona como instrumento de democratização e legitimação do discurso da Administração Pública, a partir da participação efetiva dos cidadãos.

BOX – Recurso editorial que se reveste de forma gráfica própria. Um texto que aparece na página entre fios, sempre em associação íntima com outro texto, mais longo. Pode ser uma biografia, um diálogo, uma nota da redação, um comentário, um aspecto pitoresco da notícia.

CAPIXINGUI – *Croton floribundus*, árvore rústica e pioneira, é das primeiras a surgir em áreas degradadas.

CAPOEIRA – Trata-se de uma vegetação rala, remanescente de uma área normalmente desmatada consecutivamente. Atualmente, encontra-se sem valor econômico após numerosas explorações acima da carga suporte de regeneração e sem dar-se a oportunidade da mesma se regenerar.

CENTURY PARK – Loteamento fechado construído em Cianorte, Paraná, em meio ao Cinturão Verde, por José Noé Martelli, proprietário da Imobiliária e Construtora Martelli.

CHAMADA – Pequeno texto usado na primeira página para chamar a atenção do leitor para determinado material, antecipando alguns dados e informações.

CIDADE JARDIM – Conceito que reconfigura a forma urbana em alternativa às cidades degradadas, idealizado e publicado por Ebenezer Howard, em 1898.

CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO – Delimita os direitos e deveres atribuídos aos cidadãos que, de alguma forma, utilizam ou se beneficiam das terras e florestas existentes no território nacional.

COLUNA – Seção de jornal ou revista, assinada ou não, tratando de temas ligados à editoria ou seção. Podemos encontrar colunas nas seções ou editorias de política, economia, artes, agricultura, esportes, etc. Muitas vezes, uma nota em uma coluna de prestígio repercute mais do que uma reportagem no mesmo veículo.

DIAGRAMAR – Adequar os textos, desenhos, gráficos e fotos em uma página, de acordo com os padrões visuais da publicação.

EDITORIA - Seção especializada em determinado setor (esporte, polícia, arte, meio ambiente etc.).

EDITORIAL – Texto com a opinião da publicação. Não vem assinado e, geralmente, localiza-se na segunda ou terceira página do jornal.

FOTO-LEGENDA – Pequena matéria usada para explicar ou destacar foto.

FOTORREPORTAGEM – Reportagem em que as fotografias constituem a parte principal, acompanhadas apenas de legendas ou pequeno texto explicativo.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA – ONG criada em 1986. Tem como missão defender o que resta da Mata Atlântica, conservando os patrimônios natural, histórico e cultural dessas regiões, buscando um desenvolvimento sustentável.

FURO – É a notícia dada em primeira mão, com exclusividade.

HOUSE ORGAN – É o nome que se dá ao veículo de comunicação que circula dentro de empresas e entidades. Ele serve de porta-voz entre funcionário e patrão. Nele, são divulgados eventos e fatos internos.

ICMS ECOLÓGICO – Forma de incentivo fiscal amparada pela Constituição Federal que permite ao Estado destinar recursos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – a que os municípios têm direito, para que seja aplicado em ações de cunho ambiental.

ICONOFAGIA – Somos devoradores de imagens e somos devorados por elas. É um conceito criado pelo cientista da comunicação e da cultura, professor Dr. Norval Baitello Júnior, fundador do CISC (Centro Interdisciplinar de Semiótica da Cultura e da Mídia).

JORNAL ANIMAL – Jornal de Educação Ambiental e Ecoturismo veiculado no Noroeste e Sul do Paraná, no período de 1997 a 1999, distribuído gratuitamente a escolares, produtores rurais e professores.

LIDE – Abertura de matéria tradicional. Em geral, responde às seguintes perguntas: quem? Quando? Onde? Como? Por quê?

LIMINAR – Pedido de antecipação dos efeitos da decisão, antes do seu julgamento. É concedido quando a demora da decisão causar prejuízos. Ao examinar a liminar, o ministro relator também avalia se o pedido apresentado tem fundamentos jurídicos aceitáveis.

LINHA FINA – Informação logo abaixo do título da matéria, que auxilia na compreensão do mesmo.

MANCHETE – É o título principal que indica a notícia mais importante do jornal. Existe a manchete principal do jornal (na primeira página) assim como a manchete de cada caderno, seção ou página. A manchete é sempre a que vier graficamente com maior destaque ou que tiver letras mais carregadas na tinta.

MARTELLI COMPLEX – Idem Century Park.

MASS MEDIA – Sistemas organizados de produção, difusão e recepção de informação.

NOTA – Texto curto usado em colunas. Pequeno texto referente a um assunto que irá acontecer e responde a três questões básicas para compreensão: que? Quem? Quando?

NOTA DE REPÚDIO – Manifesto público contrário a determinada decisão ou fato

OFF – Declaração dada sob compromisso de não revelar a fonte. Na propaganda, quando a locução é encoberta por imagens.

OLHO – Frase destacada sob o título ou no conjunto da página.

PAUTA – É uma ordem de serviço transmitida pelos chefes de reportagem. A pauta normalmente indica a pessoa que deve ser entrevistada, local, horário e até mesmo o tamanho da reportagem que deve ser produzida. A pauta também deve indicar os temas principais que devem ser abordados no texto. Nos jornais, a pauta é feita mediante reuniões de pauta, onde editor, redator-chefe e repórter sugerem pautas para que matérias sejam produzidas.

POOL DE NOTÍCIAS - Designa grupo de jornalistas reunido para uma cobertura importante que, pelas circunstâncias, não comporta a presença de todos nela interessados ou para ela credenciados. Esses jornalistas são sorteados ou escolhidos, por critérios como nacionalidade, tempo de profissão, idade. O grupo assume o compromisso de informar os colegas excluídos da cobertura

PROTOCOLO DE KYOTO – Instrumento internacional, ratificado em 15 de março de 1998, que visa a reduzir as emissões de gases poluentes.

RELEASE – Texto usado por assessorias de comunicação para anúncios e lançamentos de novidades, com o objetivo de que virem notícia.

RESERVA LEGAL – é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna/flora nativas.

RETRANCA - Palavra que identifica um texto. "Samba" pode ser uma retranca que identifica um texto sobre as escolas de samba. O ideal é que a retranca tenha uma só palavra.

SAMAMBAIÃO – *Pteridium aquilinum*, espécie considerada exótica e invasora.

SLOGAN- Uma curta mensagem usada como uma identificação de fácil memorização agregando a um produto ou serviço

SUBTÍTULO – É um título que ajuda o assunto principal a ficar mais caracterizado, dando mais ênfase ao tema abordado, auxiliando o entendimento do leitor.

SUÍTE - Do francês *suite*, isto é, série, sequência. Em jornalismo, designa a reportagem que explora os desdobramentos de um fato que foi notícia na edição anterior. Também se usa um neologismo, o verbo *suitar*, no sentido de repercutir.

TABLOIDE - Neste trabalho, diz respeito ao formato de publicações surgido no século XX que formata as páginas de jornais em tamanho 33 x 28 cm.

TAQUARA - *Bambusa taquara*, também conhecido como bambu.

VOSSOROCA OU VOÇOROCA – fenômeno geológico que consiste na formação de grandes buracos de erosão, causados pela chuva e intempéries em solos onde a vegetação é escassa e não mais protege o solo, que fica cascalhento e suscetível de carregamento por enxurradas. Pobre, seco e quimicamente morto, nada fecunda.

VOTO DE REPÚDIO – Manifestação contrária a alguma decisão ou fato, normalmente polêmico.

ANEXOS

ANEXO A – Listagem das edições com matérias pesquisadas, em ordem cronológica

**LISTAGEM DE EDIÇÕES COM MATÉRIAS DE JORNAIS
ANALISADAS SOBRE O CINTURÃO VERDE DE CIANORTE, NO
PERÍODO DE 1998 A 2001**

DATA	MANCHETE/DESTAQUE	VEÍCULO
1998	Prefeito participa de reuniões em Curitiba	Folha de Cianorte
1999	Loteamento é ameaça para área verde	Folha de Londrina/Folha do Paraná
1999	A fivela do Cinturão	Folha de Cianorte
25/03/2000	Cianorte ganha Parque Cinturão Verde doado pela iniciativa privada	Tribuna de Cianorte
25/03/2000	Cianorte perde 40% do cinturão verde	O Estado do Paraná
26/03/2000	Mutirão embeleza pista de caminhada	Tribuna de Cianorte
28/03/2000	Cinturão verde é parque municipal	Folha de Londrina/Folha do Paraná
04/04/2000	Atentado	O Estado do Paraná
04/04/2000	A coisa tá feia...	Tribuna do Povo
04/04/2000	Ecológico	O Estado do Paraná
11/04/2000	Lei vai disciplinar uso do ICM Ecológico	Tribuna de Cianorte
11/04/2000	Flávio recebe proposta para reestruturar o COMMA	Tribuna de Cianorte
20/04/2000	“Desmatamento é imoral”, diz Edno Guimarães	Umuarama Ilustrado
20/04/2000	Começa desmate no “Cinturão Verde”	O Estado do Paraná
23/04/2000	Em Cianorte, árvores ao chão marcam 500 anos de Brasil	Folha de Cianorte
23/04/2000	A ONG que é governo	Folha de Cianorte
25/04/2000	Cianorte tenta barrar derrubada de mata / Para promotor, não há outra solução	Folha de Londrina/Folha do Paraná
26/04/2000	Cinturão Verde	A Tribuna de Cianorte
26/04/2000	Coisa preta	A Tribuna do Povo
26/04/2000	Desmatamento desencadeia protestos em Cianorte – Box: Prefeito não reconhece lei	Gazeta do Povo
27/04/2000	Desmatamento continua	Folha de Cianorte
27/04/2000	Cianorte – Comunidade tenta impedir desmatamento	Gazeta do Povo
28/04/2000	Desmate gera protesto de moradores em Cianorte	Folha de Londrina/ Folha do Paraná
28/04/2000	IAP suspende corte de mata em Cianorte	O Estado do Paraná
28/04/2000	Cianorte – Juiz manda parar corte de matas	Gazeta do Povo
29/04/2000	Justiça suspende desmate em Cianorte	Folha de Londrina/Folha do Paraná
29/04/2000	Vereadores aprovam por unanimidade lei que cria o “Parque Cinturão Verde”	Tribuna de Cianorte
29/04/2000	A imagem – Manifesto ecológico	Gazeta do Povo
29/04/2000	Estudantes protestam em Cianorte	O Estado do Paraná
30/04/2000	Estudantes vão às ruas contra desmatamento	Folha de Cianorte
30/04/2000	Desmate do cinturão causa polêmica	O Estado do Paraná
30/04/2000	Cinturão Verde: Quem é o vilão da história	Optei – Informativo do PT
03/05/2000	Deputados investigam desmatamento	Gazeta do Povo
03/05/2000	Documento técnico esclarece acordo sobre criação do	Tribuna de Cianorte

	“Cinturão Verde”	
04/05/2000	A imprensa calada não traz a mata de volta !!!	Folha de Cianorte
07/05/2000	Moradores falam sobre a retirada da vegetação no Cianortinho	Tribuna de Cianorte
07/05/2000	Cianorte ganha novo loteamento	Tribuna de Cianorte
07/05/2000	Apoio ao cinturão verde	O Estado do Paraná
07/05/2000	Vereador sugere preservação de reserva ecológica	Folha de Cianorte
09/05/2000	Frases	Tribuna de Cianorte
10/05/2000	Prefeito se reúne com estudante	Tribuna de Cianorte
14/05/2000	Equipe de doutores da UEM prepara laudo técnico sobre mata derrubada	Folha de Cianorte
16/05/2000	UEM vai avaliar matas de cinturão	Folha de Londrina/Folha do Paraná
17/05/2000	Biólogos avaliam cinturão	O Estado do Paraná
17/05/2000	Laudo é que houve desmatamento	Gazeta do Povo
18/05/2000	Laudo técnico vai dizer se houve desmatamento	Folha de Cianorte
19/05/2000	Laudo condena desmate em Cianorte	O Estado do Paraná
21/05/2000	Laudo comprova que desmatamento causou dano ambiental	Folha de Cianorte
21/05/2000	Floresta Amazônica	Folha de Cianorte
23/05/2000	UEM faz laudo de área desmatada em Cianorte	O Diário do Norte do Paraná
25/05/2000	Secretário admite rever desmatamento	Jornal de Londrina
25/05/2000	IAP recua e pede ajuda da UEM para elaborar novo laudo técnico / Desmate fugiu ao controle do IAP / Relatório da UEM desmente Cartilha	Folha de Cianorte
28/05/2000	Secretário admite rever desmatamento	Folha de Cianorte
31/05/2000	Juiz faz vistoria em áreas desmatadas	Tribuna de Cianorte
31/05/2000	Juiz visita desmatamento	O Estado do Paraná
01/06/2000	“Cinturão Verde” - Juiz e comitiva realizam visita em áreas preservadas e condenadas do Cinturão Verde de Cianorte	Folha de Cianorte
03/06/2000	Comissão da Assembléia Legislativa investiga desmates	Jornal de Londrina
03/06/2000	Deputados percorrem desmate de Cianorte	O Estado do Paraná
04/06/2000	Deputados ficam perplexos com desmatamento em Cianorte	Folha de Cianorte
05/06/2000	Deputados querem criar APAS em terras de empresas	Jornal de Londrina
08/06/2000	Deputados querem criar Apas em terras da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná	Folha de Cianorte
15/06/2000	“Cinturão Verde”: comissão multidisciplinar e interinstitucional conclui avaliação sobre desmatamento	Folha de Cianorte
02/07/2000	Casa é retirada do parque Mandhuí	Tribuna de Cianorte
17/08/2000	Fogo consome Cinturão Verde	Folha de Cianorte
29/09/2000	Jornal monta exposição sobre o Cinturão Verde	Folha de Londrina/Folha do Paraná
21/03/2001	IAP adia reunião pública	Folha de Londrina/Folha do Paraná
31/03/2001	Cinturão mantém a polêmica	O Estado do Paraná
01/07/2001	Cinturão Verde: A visão de uma adolescente	OPTEI – Informativo do PT

ANEXO B – Entrevistas via correio eletrônico realizadas pela autora com o profissional Eleutério Langowski, entre os 16 de abril a 04 de julho através do endereço <aida.francodelima@gmail.com>. As entrevistas foram compostas por uma média de 15 perguntas relacionadas ao assunto “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”.

EMAIL 01

[Responder](#)

de **Aida Franco de Lima** <aida.francodelima@gmail.com>
para SEFLORAL <cia@sefloral.com.br>

[ocultar
detalhes](#) 16 abr

data 16 de abril de 2010 23:03
assunto Re: Contato
enviado gmail.com

por
Oá Eleutério!

O tempo está me consumindo, e não fiz ainda o tal formulário e pensei em outra estratégia de entrevista.

Se não se importar, em responder por partes. Pois estou escrevendo, no momento, em torno das matérias de jornais, e vão surgindo dúvidas. Então, se pudesse me responder, assim estabeleceríamos uma conversa ritmada pelas análises e menos mecânica. Fique tranquilo que não vou distorcer as falas, nem dar outro contexto. Inclusive se for o caso posso anexar nos originais.

POr exemplo:

Em matéria na Folha de Londrina (30/maio/99) você fala que acharia mesmo que o acordo geraria polêmica. Diz assim: "A entidade não aprova a negociação, mas não vê outra alternativa". As partes envolvidas, tinham noção disso? Imaginavam que daria polêmica, mediram a magnitude disso? Havia um "plano b". Se a APROMAC não aprovava, porque seguiu em frente?

Em matéria da Tribuna de Cianorte, 07 maio de 2000. Anuncia-se o lançamento oficial do Jardim Universidade. Este loteamento, ele localiza-se em área que era do Cinturão? Ou em local que antes pertencia à área rural do município??

Também se quiser dar sua opinião do Antes, durante e depois, fique à vontade, para que depois eu formule algum questionamento em torno do que achar necessário...
Obrigada

Aida

EMAIL 02

SEFLORAL <cia@sefloral.com.br>

[ocultar](#)

de [detalhes](#) 17 abr
 para Aida Franco de Lima
 <aida.francodelima@gmail.com>

data 17 de abril de 2010 10:52

assunto Re: Contato

Sem problema!

Mas eu preferiria mesmo se você me enviasse o conjunto de TODAS as perguntas, nem que minhas respostas fiquem para mais tarde. Terei prazer em respondê-las todas, com as explicações necessárias, que as vezes vão delongar algumas laudas, porque o assunto não é cartesiano.

Essas duas perguntas são um bom exemplo, peço que faça outras mais, do começo ao fim da história.

Terei respostas para todas elas. Peço também que, se possível, amplie as perguntas no tempo, envolvendo o muito antes e o muito depois.

Então, aguardo mais perguntas, ok? Creio que as respostas irão clarear muito a questão, e talvez até você se surpreenda com algumas delas.

Abraços.

LEO

EMAIL 03

de [Aida Franco de Lima](#) <aida.francodelima@gmail.com>
 para SEFLORAL <cia@sefloral.com.br>

[ocultar](#)
[detalhes](#) 18 abr

data 18 de abril de 2010 01:16

assunto Re: Contato

enviado gmail.com

por

Eleutério:

Assim q terminar as análises (é muita matéria!) eu te mando o conjunto das questões. Eu espero q seja até o feriado no máximo. Estou com muito material escrito (127 pgs), a média é de 100 páginas, portanto, já te adianto que não poderei abrir muito espaço, mas podemos combinar do que não entrar em texto, entrar como apêndice. Já te digo isso pq realmente é muita informação p/ pouco espaço. Obrigada pela atenção!

Abs

Aida

EMAIL 04

[SEFLORAL](#) <cia@sefloral.com.br>
 de
 para Aida Franco de Lima
 <aida.francodelima@gmail.com>

[ocultar](#)
[detalhes](#) 18 abr

data 18 de abril de 2010 21:18

assunto Re: Contato

Podemos trabalhar como respostas sintetizadas e respostas completas.

LEO

EMAIL 05

[Aida Franco de Lima](#) <aida.francodelima@gmail.com>
 de
 para SEFLORAL <cia@sefloral.com.br>

[ocultar](#)
[detalhes](#) 22 abr

data 22 de abril de 2010 20:46
 assunto Re: Contato
 enviado gmail.com
 por

OLÁ.

Vou tentar condensar algumas perguntas.

Infelizmente não será do modo que eu queria, ms pela pura falta de tempo. Ms vamos lá:

1 - Quando mencionou, em 1999, que o "acordo" geraria polêmica, tinha noção do que vinha pela frente?

2 - O que a CMNP e a prefeitura esperavam da APROMAC. Qua era a participação da ONG no trâmite.

3 - Qual era de fato a área pertencente à CMNP, qual a quantidade que ela queria desmatar, qual foi o total liberado? O que ficou como parte do Parque?

Me causa dúvida qdo diz q além da área "doada" (na verdade trocada) a CMNP tinha uma outra parte de Reserva Legal. Pode explicar melhor isso tudo? Cada jornal da época trazia metragens diferenciadas. O que há de fato no papel??

4 - Hoje, passados dez anos. Em que situação está o caso? Está tramitando? Houve recursos promovidos pelas partes envolvidas? Como está afinal?

5 - Qual a quantidade de área que a CMNP desmatou durante a vigência do "acordo"?

6 - O que a APROMAC esperava do "acordo". Qual o nível de satisfação com a situação alcançada?

7 - Na sua opinião, como foi a cobertura da mídia do caso, à época?

Eleutério, o que me veio em mente agora foi isso.

Estou te mandando em anexo uma listagem das matérias que eu cataloguei.

Vou tentar disponibilizar tudo em DVD.

Talvez vc não tenha todas elas, talvez tenha curiosidade em saber que material que tenho aqui.

No momento é isso.

Sinta-se a vontade para acrescentar respostas ao que não tive tempo de elaborar, ou o q achar necessário fz.

ABs

Aida

EMAIL 06

[SEFLORAL <cia@sefloral.com.br>](mailto:cia@sefloral.com.br)
 de
 para Aida Franco de Lima
 <aida.francodelima@gmail.com>

[ocultar](#)
[detalhes](#) 22 abr

data 22 de abril de 2010 22:44
 assunto Re: Contato

Exatamente hoje, estou em viagem, abri o email aqui em Curitiba. Assim que chegar, vou começar a responder, ok? Eu tenho quase todas as matérias jornalísticas guardadas, porém, estão muito bem guardadas que será difícil localizá-las. como você está tratando da mídia, talvez seria interessante ver as matérias que saíram lá pelos anos de 84 a 90. Ajudaria a entender o porque entramos firme no acordo com a CMNP.

LEO

EMAIL 07

Aida Franco de Lima

[mostrar
detalhes](#) 22 abr

para SEFLORAL

Segue em anexo o material q tenho, sob o qual me debrucei, o período é bem sintetizado msm. Matérias antigas não tenho nada. Álias, acho q somos nós quem temos mais material sobre isso... Portanto, esta parte retroativa, só vou pode mencionar com base no q vc lembrar. Aguardo, obrigada.

Aida

**(OBSERVAÇÃO – O MATERIAL ANEXADO AO CORPO DO EMAIL
ENCONTRA-SE PRESENTE NOS ANEXOS DA DISSERTAÇÃO)
EMAIL 08**

[mostrar
detalhes](#) 13 mai

Aida Franco de Lima

para SEFLORAL

Olá,vc recebeu o email abaixo?

Tive que prorrogar a entrega da dissertação, se ainda puder responder, vou colocar as respostas.

Obrigada

Aida

**(OBSERVAÇÃO - O EMAIL ABAIXO SE REFERE AO QUESTIONÁRIO
ENVIADO NO EMAIL 05)**

SEFLORAL <cia@sefloral.com.br>

de

para Aida Franco de Lima

<aida.francodelima@gmail.com>

[ocultar
detalhes](#) 13 mai

data 13 de maio de 2010 21:02

assunto Re: Contato

Ah, era pra responder já?

Bem, vou responder correndo então.

Vou tentar te mandar amanhã a noite, ok?

LEO

EMAIL 09

de **Aida Franco de**

Lima <aida.francodelima@gmail.com>

para SEFLORAL <cia@sefloral.com.br>

[ocultar
detalhes](#) 13 mai

data 13 de maio de 2010 22:24

assunto Re: Contato

enviado gmail.com

por

Ainda tem tempo, meu orientador viajará semana que vem, só volta na outra. Se mandar até la pelo dia 20 estará ótimo.

EMAIL 10

de **Eleutério**

Langowski <apromac02@gmail.com>

para aida.francodelima@gmail.com

[ocultar
detalhes](#) 26 mai

data 26 de maio de 2010 14:04

assunto CINTURÃO VERDE

enviado@gmail.com

por

assinado@gmail.com

por

Seguem as respostas.

Qualquer dúvida ou complementação, pergunte, ok?

Desculpe o atraso. Corrija os erros de português.

Abraços.

Eleutério Langowski

1 - Quando mencionou, em 1999, que o "acordo" geraria polêmica, tinha noção do que vinha pela frente?

Não me lembro dessa menção, mas pela dimensão do acordo, tinha noção de que haveria críticas de alguma forma. Não imaginei que as críticas advindas teriam caráter político.

2 - O que a CMNP e a Prefeitura esperavam da APROMAC? Qual era a participação da ONG no trâmite?

A APROMAC foi criada com a finalidade de lutar e mobilizar a sociedade em defesa do Cinturão Verde, que vinha sendo desmatado, isso nos idos anos de 1985. Tendo conseguido relativo sucesso com a paralisação das vendas de lotes pela CMNP em áreas onde a APROMAC entendia ser interessante a existência do Parque, e não havendo conseguido respaldo do Governo do Estado nem tão pouco do Governo Federal, a APROMAC partiu para outras atividades ambientais, ficando em alguns períodos da sua existência em estágio de hibernação. Os diálogos com a CMNP não prosperaram como era esperado até que houve mudança de mentalidade pela mudança do corpo diretivo daquela empresa. A proposta de uma negociação surgiu na antessala do Prefeito – gestão Jorge Moreira da Silva. Na época, eu estava trabalhando em Curitiba, na Diretoria de Desenvolvimento Florestal e ocupava o cargo de presidente da APROMAC. Sugerir ao procurador da CMNP que houvesse uma negociação entre a APROMAC, PREFEITURA e IAP, para o destino das áreas de florestas da CMNP que estavam sendo degradadas continuamente. O procurador da CMNP informou que a CMNP estava aberta a negociação e que a APROMAC poderia encaminhar uma proposta inicial. A partir daí, começaram infundáveis reuniões, pois a APROMAC queria preservar tudo, queria que a CMNP doasse tudo para o Município enquanto que a CMNP queria desmatar a maior parte da área para doar outra parte. Então foi um jogo pesado que perdurou praticamente 5 anos até a concretização do acordo. Ao final da gestão do prefeito Jorge Moreira, a negociação estava paralisada por falta de interesse dos prefeitos de plantão, quando surge o novo prefeito Flávio Vieira que em visita à Curitiba, foi conversar comigo. Informei a ele sobre o andamento de uma negociação já existente e ele resolveu retomar as negociações. Como o prefeito Flávio Vieira tinha bom diálogo com a CMNP, tudo foi evoluindo até que finalmente a proposta foi finalizada. Tínhamos então, dos 10 dedos da mão, conseguido a doação de 6 dedos. Não estávamos satisfeitos, mas já era um avanço. O acordo passaria então para a esfera do IAP, a quem caberia autorizar o desmatamento como contrapartida para a doação, ou vice versa – aceitar a doação como contrapartida para o desmatamento. Após exaustiva análise, o IAP vetou grande parte do desmatamento pretendido pela CMNP e então havíamos conseguido praticamente 9 dos 10 dedos da mão. A APROMAC, que participou de toda a negociação, assinou o acordo da doação da área como ANUENTE, ou seja, estava de acordo. Logicamente, minha condição de Presidente da APROMAC e a proximidade com a Diretoria do IAP de então, viabilizou o grau de confiança para a

finalização do acordo, que acabou ganhando a autorização especial do Governador Jaime Lerner. Lembro que o Deputado Estadual Edno Guimarães que participou no palanque com o Governador quando este assinou a autorização para o acordo, depois virou casaca e passou a criticar o acordo, já que o mesmo auferia dividendos políticos para o seu concorrente político, prefeito Flávio Vieira, que por sinal, foi reeleito, naquele mesmo ano.

3 - Qual era de fato a área pertencente à CMNP, qual a quantidade que ela queria desmatar, qual foi o total liberado? O que ficou como parte do Parque?

Inicialmente, a negociação englobava toda a mata do Cinturão Verde e mais as dezenas de lotes rurais isolados (ilhas verdes) que a CMNP possuía no Município de Cianorte. Isso totalizava 1.270 hectares, dos quais a CMNP concordava em doar 330 hectares, concordava em averbar mais os 20% nos lotes rurais o que representava 251 hectares e teria condições de desmatar cerca de 688 hectares. Depois que o IAP analisou a questão, o IAP de imediato não concordou em incluir as áreas rurais no acordo, o que resultou em uma proposta final com a doação de 282 hectares para o Parque Cinturão Verde, o IAP concordava em liberar uma área de 231 hectares para desmate, totalizando uma área de 542 hectares envolvidas no acordo. Portanto, considerando essa área de 542 hectares como 100%, a CMNP doaria para preservação no Cinturão Verde 52% e desmataria 43%, além de manter como Reserva Legal 5% sem a doação para o Cinturão Verde (existente hoje como Reserva Legal da futura Zona 05). As áreas escolhidas para desmate eram as mais degradadas e sem presença de nascentes ou cursos de água.

Me causa dúvida quando diz q além da área "doada" (na verdade trocada) a CMNP tinha uma outra parte de Reserva Legal. Pode explicar melhor isso tudo? Cada jornal da época trazia metragens diferenciadas. O que há de fato no papel??

4 - Hoje, passados dez anos. Em que situação está o caso? Está tramitando? Houve recursos promovidos pelas partes envolvidas? Como está afinal?

Passados 10 anos, houve uma ação civil pública movida pela Associação Seis Conjuntos a mando do atual prefeito e então deputado estadual Edno Guimarães, crítico do acordo por motivos políticos. O advogado daquela ação é atualmente advogado do grupo econômico do prefeito e também advogado procurador do município na gestão atual do prefeito Edno Guimarães. A ação civil pública foi finalizada com um acordo no qual a CMNP concordou em doar mais 20 hectares para o Cinturão Verde. A composição judicial foi feita no âmbito da Justiça Federal, pois o Juiz local se declarou incompetente para julgar o caso.

5 - Qual a quantidade de área que a CMNP desmatou durante a vigência do "acordo"?

Algo em torno de 200 hectares.

6 - O que a APROMAC esperava do "acordo". Qual o nível de satisfação com a situação alcançada?

O maior objetivo da APROMAC era transferir a floresta do Cinturão Verde da esfera privada para a esfera pública. Enquanto a floresta pertencia à CMNP, o poder público nada investia nela (proteção, recuperação) porque não detinha sua posse. Por outro lado, a CMNP nada investia pois como empresa privada não auferia nenhum lucro daquilo. Então, a floresta do Cinturão Verde sempre foi uma terra de ninguém. E caso a CMNP alienasse os lotes para terceiros, ela estaria hoje totalmente cercada, ou desmatada, com prováveis mansões em seus

interiores, e a população ficaria alijada dos seus benefícios indiretos. Nem tão pouco as receitas do ICMS Ecológico poderiam ser captadas, o que representa algo em torno de 1 milhão por ano, que bem ou mal, podem ser investidos na proteção e recuperação da área. Todas as pistas de caminhadas tão utilizadas pela população foram construídas com o dinheiro do ICMS Ecológico gerado pelo próprio parque Cinturão Verde. Neste sentido, a APROMAC (seus membros) pode afirmar que o grau de satisfação é total. Porém, o mesmo não dá para dizer sobre a forma com que os recursos vêm sendo gerenciados, pois a equipe da Prefeitura que cuida do meio ambiente é muito pouco profissional.

7 - Na sua opinião, como foi a cobertura da mídia do caso, à época? Foi totalmente direcionada. O jornal Tribuna de Cianorte, órgão oficial do município, divulgou matéria oriunda de press-release oficial tanto do IAP como da Prefeitura. Outro jornal, controlado pelo Deputado Edno Guimarães, a Folha de Cianorte, implementou feroz campanha contra o acordo, levando a APROMAC à posição de vilã, cobrindo manifestações de estudantes que eram manipulados e levados pelo chefe do núcleo da educação que então era parente do Deputado Edno Guimarães. Na esfera política, o então Deputado Edno Guimarães trouxe deputados para se somarem aos protestos contra a CMNP e Prefeitura, implementando críticas severas na Assembléia Legislativa contra o Secretário Estadual do Meio Ambiente, contra o Andrechetto, presidente do IAP. Quem acabou pagando o pato mesmo fui eu que perdi o cargo e encerrei minha carreira dentro do IAP. Quanto à TV, a rede Globo se somou às críticas, mostrando as áreas protegidas pelo acordo como se as mesmas estivessem dentro das áreas a serem desmatadas. Entendo que não houve trabalho sério e investigativo. As pessoas que redigiam ou publicavam matérias contra o acordo, estavam envolvidas passionalmente ou politicamente com o caso. As que publicavam matérias oficiais de press-release (favoráveis como seria de se esperar) tinham algum interesse em manter política de boas relações com a Prefeitura ou com o Estado ou estavam distanciadas do assunto e apenas usavam a matéria oficial para completar espaço. Eu, como principal articulador do acordo através da APROMAC não fui, em momento algum, procurado por qualquer repórter, jornalista ou meio de imprensa para comentar ou explicar o caso.

Em matéria da Tribuna de Cianorte, 07 maio de 2000. Anuncia-se o lançamento oficial do Jardim Universidade. Este loteamento, ele localiza-se em área que era do Cinturão? Ou em local que antes pertencia à área rural do município??
O loteamento JARDIM UNIVERSIDADE nada tem a ver com o acordo Cinturão Verde. Ele se localizou dentro de lote rural já desmatado há pelo menos 15 anos, que manteve sua reserva legal de 20%.

Havia um "plano b". Se a APROMAC não aprovava, porque seguiu em frente? Não havia PLANO B. Certos tipos de negociação torna-se um processo de avanços em etapas. Como eu disse, primeiro conseguimos 6 dedos dos 10. Depois, avançamos para conseguir 9 dedos. Por pouco, alcançaríamos os 10 dedos, mas aí, seria utopia.

EMAIL 11

de **Aida Franco de Lima** <aida.francodelima@gmail.com>
para Eleutério Langowski <apromac02@gmail.com>

[ocultar](#)
[detalhes](#) 29 mai

ONDE ESTÃO LOCALIZADOS OS 20 HECTARES DOADOS PELA CMNP PARA O CINTURÃO VERDE? QUAL O CRITÉRIO DE ESCOLHA? FOI DOAR O QUE SOBROU????

PODERÍAMOS CONCLUIR QUE O ACORDO FINAL RESUMIU-SE EM LIBERAR PARA LOTEAMENTO AS ÁREAS JÁ DESMATADAS INTEGRANTES DO ACORDO E PRESERVAR O RESTANTE, QUE MESMO INSERIDO NO ACORDO, AINDA NÃO HAVIA SIDO DESMATADA POR CONTA DA PARALIZAÇÃO DA JUSTIÇA????

5 - Qual a quantidade de área que a CMNP desmatou durante a vigência do "acordo"?

Algo em torno de 200 hectares.

--

"Pensar globalmente, agir localmente"

(OBSERVAÇÃO: O ARQUIVO ANEXADO SE REFERE A MATÉRIA DA FOLHA DE LONDRINA DE 30 DE MAIO DE 1999, ANEXADA JUNTO ÀS MATÉRIAS ANALISADAS)

EMAIL 13

de **SEFLORAL** <cia@sefloral.com.br>
para Aida Franco de Lima
<aida.francodelima@gmail.com>

[ocultar
detalhes](#) 4 jul

data 4 de julho de 2010 21:05
assunto Re: Dúvidas finais

----- Original Message -----

From: [Aida Franco de Lima](#)

To: [SEFLORAL](#)

Sent: Sunday, July 04, 2010 2:27 AM

Subject: Dúvidas finais

OLÁ ELEUTÉRIO!

AINDA NÃO FECHEI O TEXTO FINAL, E ME RESTARAM AS DÚVIDAS QUE APONTO ABAIXO. ME DESCULPA SE JÁ ME INFORMOU ISSO NAS ENTRELINHAS, MAS É QUE PRECISO DEIXAR O MAIS OBJETIVO POSSÍVEL E COMO O TEMA JÁ ME CONSUMIU MUITA ENERGIA, NÃO QUERO INCORRER EM ERROS.

OBRIGADA
AIDA

1 - Quando mencionou, em 1999, que o "acordo" geraria polêmica, tinha noção do que vinha pela frente?

Não me lembro dessa menção, mas pela dimensão do acordo, tinha noção de que haveria críticas de alguma forma. Não imaginei que as críticas advindas teriam caráter político.

SOMENTE PARA FINS DE CONHECIMENTO SEU, SEGUE O ARQUIVO COM CITADA MATÉRIA. SUA FALA ESTÁ NO FINAL DA PÁGINA DOIS.

ano passado, a CMNP estava ultimando a documentação para passar para o Município as referidas áreas. Não sei se já foi concretizado, mas o fato é líquido e certo.

PODERÍAMOS CONCLUIR QUE O ACORDO FINAL RESUMIU-SE EM LIBERAR PARA LOTEAMENTO AS ÁREAS JÁ DESMATADAS INTEGRANTES DO ACORDO E PRESERVAR O RESTANTE, QUE MESMO INSERIDO NO ACORDO, AINDA NÃO HAVIA SIDO DESMATADA POR CONTA DA PARALIZAÇÃO DA JUSTIÇA????

O acordo final nada fala em loteamento, apenas desmate. É claro que a CMNP vai lotear a área. Mas a confusão foi grande porque inicialmente um outro empreendimento privado, não pertencente à CMNP que estava sendo lançado na época do desmate, resolveu colocar uma placa de propaganda bem em frente ao desmate, o que gerou confusão, tendo muita gente achado que todo o Cinturão Verde seria desmatado. Isso foi utilizado pelos opositores ao acordo. Uma TV entrevistou um dos opositores, perto de um rio, justamente dentro de uma das áreas doadas pela CMNP para preservação e dizia: "Se não fosse nós, tudo isso aqui já estaria desmatado pela CMNP". Pura mentira.

5 - Qual a quantidade de área que a CMNP desmatou durante a vigência do "acordo"?

Algo em torno de 200 hectares.

--

"Pensar globalmente, agir localmente"

ANEXO C – Material digitalizado em formato de DVD**ANEXO C.1 – Cartilha: “Esclarecimentos para o bem da verdade” (Pasta 1: Cinturão Verde de Cianorte – Revista)**

Trata-se de material impresso publicado no ano 2000 como resultado de parceria entre PMC, APROMAC e IAP. A cartilha foi escaneada na íntegra e salva em suporte de DVD anexado a este trabalho.

ANEXO C.2 – Conclusão de Cautelar Inonimada movida pela Associação dos Moradores dos Seis Conjuntos (Pasta 2: Conclusão – Poder Judiciário)

Trata-se de documento que apresenta conclusão do Poder Judiciário no processo da Associação de Moradores em defesa do Cinturão Verde. As laudas foram escaneadas integralmente e salvas em suporte de DVD anexado a este trabalho.

ANEXO C.3 – Relatório de Avaliação de Desflorestamentos Realizados em Cianorte – PR Pasta 3: Relatório)

Trata-se de cópia integral de laudo assinado por representantes da UEM no ano de 2000. O laudo teceu observações a respeito da área desmatada e fez recomendações diversas.

ANEXO C.4 – Jornais diversos analisados (Pasta 4: Outros)

Trata-se de compilação de material impresso colecionado entre 1998 e 2001 a partir de recortes de jornais pautando a questão do “Acordo do Cinturão Verde de Cianorte”. Estão separadas por pastas em seus respectivos meses. Apenas uma pasta contém matérias com datas aleatórias. As notícias foram escaneadas e arquivadas em DVD em anexo.

ANEXO C.4.1; C.4.1.2; C.4.1.3 – Folha de Londrina, 30 de maio de 1999 (Arquivo: 01; 02;03)

ANEXO C.4.2 – Tribuna de Cianorte, 12 de abril de 1998 (Arquivo: 12.04.98)

ANEXO C.4.3 – Folha de Londrina, 21 de março de 2001 (Arquivo: 21.03.2001)

ANEXO C.4.4 – Tribuna de Cianorte, 25 de março de 2000 (Arquivo: 25.03.1999 F)

ANEXO C.4.5 – Jornal de Londrina, 25 de março de 2000 (Arquivo: jornal de londrina)

ANEXO C.4.6.; C.4.6.1 – Jornal de Londrina, 05 de junho de 2000 (Arquivos: jornal de londrina_1; jornal de londrina_2)

ANEXO C.4.7.; C.4.7.1 - Jornal de Londrina, 03 de junho de 2000 (Arquivos: jornal de londrina_parte1; jornal de londrina_parte2)

ANEXO C.4.8.; C.4.8.1; C.4.8.2; C.4.8.3 – Optei!, abril/maio de 2000 (Arquivos: optei – abril_maio2000 (1); optei – abril_maio2000 (3); optei – abril_maio2000 F; optei – abril_maio2000 F02

ANEXO C.4.9; C.4.9.1 – Optei! Julho de 2001 (Arquivos: Optei_Julho2001 F; Optei_Julho_2001_01 F)

ANEXO C.4.10 – Matérias de jornais do mês de abril de 2000 (Pasta: Abril.2000)

ANEXO C.4.11 – Matérias de jornais do mês de agosto de 2000 (Pasta: Agosto.2000)

ANEXO C.4.12 – Matérias de jornais do mês de julho de 2000 (Pasta: Julho.2000)

ANEXO C.4.13 – Matérias de jornais do mês de junho de 2000 Pasta: Junho.2000)

ANEXO C.4.14 – Matérias de jornais do mês de maio de 2000 (Pasta: Maio.2000)

ANEXO C.4.15 – Matérias de jornais do mês de março de 2000 (Arquivo: Março.2000)